

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2012

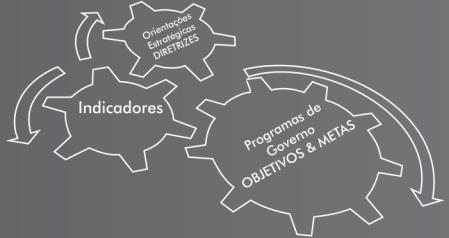


Gestão por Resultados



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2012



Gestão por Resultados



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney - Governadora

Washington Luiz de Oliveira - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

João Bernardo Azevedo Bringel - Secretário

Almir Coêlho Sobrinho – Subsecretário

Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi – Assessor Especial de Apoio Institucional

Nilo Sérgio de Carvalho Pereira – Gestor do Sistema de Planejamento e Orçamento

Maria da Graça Gomes Ximenes Aragão – Assessora Especial

SECRETARIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Leonardo Borralho Araújo – Superintendente de Normas

Marcello A. Duailibe Barros – Superintendente de Assuntos Fiscais

Marco Aurélio de Sousa Martins - Superintendente de Gestão de Planos e de Orçamentos

Tânia Maria Macatrão Costa – Superintendente de Programas

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marco Aurélio de Sousa Martins

Aline Ribeiro da Silva

EQUIPE TÉCNICA

Aline Ribeiro da Silva

Arlete Silva Serra

Ana Lucia Muniz

Anilio Mendes Cunha
Claudio Braga
Cleonice Serra Fróes
Cristiane Assunção Martins Oliveira
Daniela Duailibe Barros Rêgo
Domingos José Carneiro Neto
Leilivânia Lima da Silva
Nayane Santana
Paulo da Costa Carioca
Conceição de Maria Araújo Costa

EDITORAÇÃO

Maria da Conceição Lima Silva

COLABORAÇÃO

Secretarias de Estado Setoriais e Entidades Vinculadas

Av. Jerônimo de Albuquerque s/n Ed. Clodomir Millet – 6º Andar – Calhau
Cep: 65074-220 – São Luís - Maranhão
Fone: (98) 3218-3229 – Fax: 3227-5591
Site:www.seplan.ma.gov.br

Maranhão, Governo do Estado, Secretaria de Estado do
Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2012 –
2015/Exercício - 2012
342p

GOVERNO DO ESTADO

ROSEANA SARNEY MURAD
Governadora

WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA
Vice-Governador

SECRETÁRIOS DE ESTADO

JOÃO GUILHERME DE ABREU
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL
Procuradora Geral do Estado

JOÃO BERNARDO DE AZEVEDO BRINGEL
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

LUÍS FERNANDO MOURA DA SILVA
Secretário de Estado da Infraestrutura

ALUÍSIO GUIMARÃES MENDES FILHO
Secretário de Estado da Segurança Pública

JURANDIR FERRO DO LAGO FILHO
Secretário de Estado do Turismo

MARIA HELENA DE OLIVEIRA COSTA
Auditora Geral do Estado

SILVIA MARIA FRAZÃO DE SOUZA
Corregedora Geral do Estado

PEDRO FERNANDES RIBEIRO
Secretário de Estado da Educação

CLÁUDIO DONISETE AZEVEDO
Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca

HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO
Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

RICARDO JORGE MURAD
Secretário de Estado da Saúde

CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar

CATHARINA NUNES BACELAR
Secretaria de Estado da Mulher

JOSÉ FERREIRA COSTA
Secretario de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

JOAQUIM ELIAS NAGIB PINTO HAICKEL
Secretário de Estado do Esporte e Lazer

LUIZA DE FÁTIMA AMORIM OLIVEIRA
Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania

JOSÉ MAURÍCIO DE MACEDO SANTOS
Secretário de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

JOSÉ ANTONIO BARROS HELUY
Secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária

FÁBIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado da Gestão e Previdência

OLGA MARIA LENZA SIMÃO
Secretaria de Estado da Cultura

SÉRGIO ANTONIO MESQUITA MACEDO
Secretário de Estado da Comunicação Social

SEBASTIÃO UCHOA
Secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária

CARLOS VICTOR GUTERRES MENDES
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

CARLOS ANTONIO MUNIZ FILHO
Secretário de Estado Extraordinário da Juventude

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FILHO
Secretário de Estado Extraordinário de Articulação Institucional

CLAUDETT DE JESUS RIBEIRO
Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial

Cel.QOPM FRANKLIN PACHÊCO SILVA
Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão

Cel.QOCBM MARCOS SOUSA PAIVA
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão

MARCO ANTONIO TOCCOLINI
Secretário Chefe da Representação Institucional do Distrito Federal

FRANCISCO DE SALLES BATISTA FERREIRA
Presidente da Comissão Central Permanente de Licitação

HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO – Respondendo
Secretário de Estado de Assuntos Políticos

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA
Secretário de Estado da Pesca e Aquicultura

LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES
Secretaria de Estado de Minas e Energia

JOÃO ALBERTO DE SOUZA
Secretário de Estado Chefe da Assessoria de Programas Especiais

ERNANE CÉSAR SARNEY COSTA
Secretário Chefe do Gabinete do Governador

Cel.QOPM JOSE RIBAMAR VIEIRA
Secretário Chefe do Gabinete Militar

CARLOS ALBERTO FRANCO DE ALMEIDA
Secretário de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos da Casa Civil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 - CONTEXTO MACROECONÔMICO	12
2 - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	29
2.1 - Processo de Avaliação	33
3 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS - Exercício 2012	37
3.1 - Avaliação de Desempenho dos Programas	39
4 - AVALIAÇÃO DO PLANO	323
ANEXO 1 - Modelo do Formulário de Avaliação Setorial dos Programas	336

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA), como instrumento de planejamento público, contempla como uma das etapas de seu ciclo de gestão a Avaliação Anual dos Programas que o constituem. Esta etapa é de fundamental importância na garantia da transparência da gestão pública. Atua como mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre o desempenho de programas e ações realizadas pelo governo, principalmente em áreas primordiais para a população, fornecendo ainda, informações fidedignas para o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública na realização dos compromissos firmados com a sociedade. É importante referendar que a Avaliação Anual não se constitui em um procedimento estanque, mas em um processo, construído a partir do acompanhamento e monitoramento contínuos dos programas e ações realizadas, por meio de análise criteriosa e sistemática dos atributos e resultados alcançados em suas respectivas implementações.

Os programas selecionados para esta avaliação foram somente os do tipo finalísticos que estão sob a responsabilidade do Poder Executivo Estadual. Foram utilizadas como base para a avaliação as informações constantes no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação (SISPCA).

Dessa forma, o documento apresenta a avaliação do Poder Executivo, contendo o desempenho dos programas finalísticos que contribuíram para o alcance dos seus objetivos, dentro da seguintes áreas de atuação: Desenvolvimento Social; Saúde; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Mulher; Trabalho e Economia Solidária; Segurança Pública; Infraestrutura; Indústria e Comércio; Turismo; Cidades e Urbanização; Direitos Humanos e Cidadania; Agropecuária; Ciência e Tecnologia; Minas e Energia; e Administração Penitenciária.

Portanto, este relatório tem por objetivo específico apresentar a avaliação dos 45 programas finalísticos do Plano Plurianual, compostos por 404 ações, sendo 285 atividades, 86 projetos e 33 operações especiais. Essa programação avaliada foi executada envolvendo 17 órgãos, 21 entidades vinculadas e 9 fundos, os quais apresentam maior potencial de impacto para a sociedade, levando-se em consideração, notadamente, uma etapa qualitativa sobre a concepção, implementação e resultados dos programas e outra mais quantitativa que mensura o desempenho dos programas sob a ótica dos princípios da eficiência (relação entre recursos efetivamente utilizados para a realização de uma meta para uma ação (do tipo atividade, projeto ou operação especial) frente a padrões estabelecidos, ou seja, é a relação entre os recursos utilizados e as metas obtidas; da eficácia (é o grau de atingimento das metas fixadas para uma determinada ação (do tipo atividade, projeto ou operação especial) em relação ao previsto ou a relação entre a quantidade de produto planejado e executado), e também sob a ótica estratégica, definida pelo princípio da efetividade dos programas (é o grau de atingimento dos objetivos que orientam a constituição do programa, tendo como referência os impactos na sociedade e suas contribuições para os objetivos estratégicos de governo ou o grau de impacto dos resultados sobre o público alvo). A avaliação do PPA também destaca em sua análise o desempenho das 7 ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA 2012(Art. 8 da Lei 9.553 de 16 de janeiro de 2012)

O documento contém ainda uma análise do contexto macroeconômico do ano de 2012, e apresenta também, a metodologia de avaliação em três partes, onde foram aplicados os questionários da PARTE I – AVALIAÇÃO SETORIAL DOS PROGRAMAS para os órgãos e entidades vinculadas com relação à concepção, implementação e resultados, os quais serão utilizados para análise critica pela SEPLAN (Anexo 1 - Modelo do Formulário); da PARTE II – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS, a ser realizada pelos avaliadores técnicos da SEPLAN composta da análise critica da Parte I; em seguida a avaliação física - financeira e de custo do produto para mensurar a eficiência e a avaliação do produto para mensurar a eficácia

dos programas. Depois uma avaliação de resultados dos programas que mensura o princípio da efetividade que considerará as orientações estratégicas do governo reunidas pela visão estratégica para 2015, as diretrizes e suas linhas estratégicas e indicadores de desempenho. Para medir o alcance dos objetivos dos programas serão usados os indicadores socioeconômicos como instrumentos de mensuração dos programas de governo, respeitando o disposto no artigo 2º, alínea a, da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Também servirão como balizadores da programação os indicadores intermediários utilizados pelos próprios órgãos, mas que não constam no painel de indicadores definidos no PPA, incluindo também as ações do PDE 2012 (Art. 8 da Lei 9.553 de 16 de janeiro de 2012). A avaliação também traz recomendações de medidas corretivas, se houver, para cada programa finalístico feita pelo avaliador.

Por fim, a PARTE III – AVALIAÇÃO DO PLANO, onde serão apresentadas as estatísticas dos grandes números dos programas e ações do PPA por tipos. As categorias econômicas e grupos de despesas vinculados aos programas finalísticos e suas dotações orçamentários aplicados no PPA durante o exercício de 2012 e considerações sobre a execução dos programas.

Cabe ressaltar que foram avaliadas positivamente pela sociedade maranhense, dentre as ações governamentais executadas o exercício de 2012, aquelas alusivas às comemorações dos 400 anos de São Luís, tais como: a primeira etapa da Via Expressa, a construção e urbanização do Espigão da Ponta D'areia, a recuperação e inauguração do Estádio Castelão e outras iniciativas artísticas e culturais, sobretudo o carnaval, as festas juninas, os shows com artistas maranhenses e convidados e a festa da virada do ano.

Desse modo, em atenção à Lei 9.553 de 16 de janeiro de 2012, a Governadora do Estado do Maranhão, encaminha à Egrégia Assembleia Legislativa o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015 – PPA, Exercício 2012.

1. CONTEXTO MACROECONÔMICO

O contexto da economia internacional nos últimos anos foi marcado por um arrefecimento da maior economia, os Estados Unidos. Esse fato repercutiu negativamente em quase todo o mundo, haja vista o fato de aquele país ser o principal *trader* do comércio mundial. Em virtude dos efeitos nefandos da crise, grandes nações, como o próprio EUA, Espanha, Itália e França estão convivendo com altas taxas de desemprego e baixo crescimento do PIB (**tabela 1**).

Apesar do forte impacto ocasionado pela crise financeira de 2008, o panorama internacional recente aponta para uma recuperação gradual da economia dos EUA, onde a taxa de crescimento do PIB, em 2012, apresentou variação positiva de 2,2%. Para 2013, esboça-se um cenário de crescimento moderado, com taxa de 2,1% no ano, mesmo que não haja uma recuperação mais rápida dos investimentos.

Tabela 1 - Panorama das economias Mundiais – Inflação, PIB e Desemprego (Em %).

Descrição	Crescimento Real do PIB, Inflação e Desemprego das Principais Economias Avançadas e Emergentes - Em %											
	2010			2011			2012 ¹			2013 ²		
	Inflação	Desemp.	PIB	Inflação	Desemp.	PIB	Inflação	Desemp.	PIB	Inflação	Desemp.	PIB
Mundo	3,7	-	4,1	4,9	-	2,8	4,0	-	2,6	3,7	-	2,9
Estados Unidos	1,6	9,6	2,4	3,1	9,0	1,8	2,0	8,2	2,2	1,8	8,1	2,1
Canadá	1,8	8,0	3,2	2,9	7,5	2,4	1,8	7,3	1,9	2,0	7,3	2,0
Alemanha	1,2	7,1	4,0	2,5	6,0	3,1	2,2	5,2	0,9	1,9	5,3	0,9
França	1,5	9,7	1,7	2,1	9,6	1,7	1,9	10,1	0,1	1,0	10,5	0,4
Itália	1,6	8,4	1,8	2,9	8,4	0,4	3,0	10,6	-2,3	1,8	11,1	-0,7
Espanha	2,0	20,1	-0,3	3,1	21,7	0,4	2,4	24,9	-1,5	2,4	25,1	-1,3
Japão	-0,7	5,0	4,5	-0,3	4,6	-0,8	0,0	4,5	2,2	-0,2	4,4	1,2
Rússia	6,9	7,5	4,3	8,4	6,5	4,3	5,1	6,0	3,7	6,6	6,0	3,8
China	3,3	4,1	10,4	5,4	4,1	9,2	3,0	4,1	7,8	3,0	4,1	8,2
Índia	12,0	-	10,1	8,9	-	6,8	10,3	-	4,9	9,6	-	6,0
Brasil	5,0	6,7	7,5	6,6	6,0	2,7	5,2	6,0	1,5	4,9	6,5	4,0
México	4,2	5,4	5,6	3,4	5,2	3,9	4,0	4,8	3,8	3,5	4,8	3,5
Argentina	10,5	7,8	9,2	9,8	7,2	8,9	9,9	7,2	2,6	9,7	7,2	3,1
Chile	1,4	8,2	6,1	3,3	7,1	5,9	3,1	6,6	5,0	3,0	6,9	4,4

Fonte: FMI - International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, October 2012

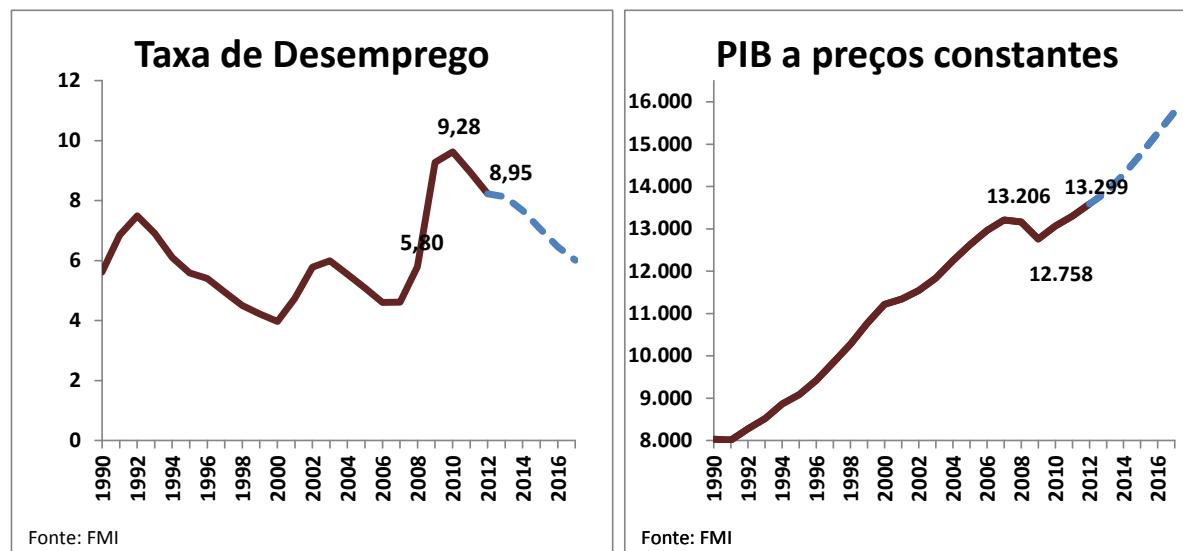
¹ Projeção (out/nov/dez)

² Projeção Ano

A lenta recuperação da economia americana pode ser mais bem observada na ilustração abaixo (**gráfico 1**), que mostra a evolução da taxa de desemprego e do produto interno bruto (PIB) a preços constantes. Nota-se, que após a crise, o desemprego caiu e o PIB elevou-se, o que vem refletindo nas projeções do Fundo Monetário Internacional - FMI.

Ainda sobre o Fundo Monetário Internacional – FMI, as estimativas mais atualizadas dão conta que o cenário econômico de baixo crescimento de 2012 se repetirá em 2013. Dessa forma, como mostra a **tabela 1**, a economia mundial crescerá 2,6% em 2012, e 2,9% em 2013.

Gráfico 1 – Taxa de Desemprego (em %) e PIB (em US\$ bilhões) dos EUA



1.1 – Economia brasileira

No âmbito nacional, 2012 foi marcado por uma série de intervenções econômicas da União na condução de sua política fiscal, com destaque para a desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Mesmo com as políticas anticíclicas adotadas pelo Governo Federal, o PIB registrou crescimento modesto em 2012, de apenas 0,98%.

Um dos motivos para esse fraco resultado é o péssimo desempenho dos investimentos, que já não deslancha há quase dois anos. Nesse sentido, a desaceleração da indústria foi contrabalanceada pela forte aceleração do setor de serviços, evitando, portanto, uma queda do PIB no final do ano passado.

Observando a composição do PIB nacional (**tabela 2**), nota-se, mais uma vez, que o consumo das famílias (+1,8%) vem impedindo uma variação negativa do mesmo, ao contrário do investimento (-0,9%).

Tabela 2 - Contribuição para o PIB anual (Em %).

	2009	2010	2011	2012¹
PIB	-0,4	7,6	2,6	0,9
Demanda Interna	1,9	9,0	3,7	1,5
Consumo das Famílias	2,6	4,2	2,4	1,8
Consumo do Governo	0,6	0,9	0,4	0,6
Investimento	-1,3	3,9	0,9	-0,9
Demanda Externa	-0,2	-2,7	-0,7	0,0
Variação de Estoques	-2,1	1,3	-0,4	-0,6

Fonte: IBGE/Boletim FGV-IBRE de Fevereiro de 2013

¹ Dados Preliminares

A economia cresceu pouco, mas a inflação acumulada continua alta (**tabela 3**). Em 2012, voltou a subir e ficou em 5,84%, levando o Banco Central a conviver com um dilema: de um lado a inflação em tendência de alta; do outro o baixo crescimento, que forçou a autoridade monetária a manter os juros baixos (7,3%) durante boa parte do ano. Em 2013, o desafio da União é manter a inflação dentro das metas estabelecidas. Para isso, vem atuando nas desonerações de impostos e contribuições sociais incidentes sobre a energia elétrica e cesta básica.

Tabela 3 - Parâmetros Macroeconômicos (Em %)

Prâmetros Macroeconômicos (%)	2008	2009	2010	2011	2012 ¹	2013 ²
Inflação	5,90	4,31	5,91	6,50	5,84	5,83
Var. PIB Real	5,17	-0,33	7,53	2,73	0,98	3,10

Fonte: BACEN

¹Boletim Focus de 08 de março de 2013 / ²Projeção

Apesar do baixo crescimento do PIB em 2012, o Brasil apresenta sua taxa de desemprego mais baixa da história, aproximadamente 6,0%, muito embora a criação de emprego formal esteja menos dinâmica. Esse menor ritmo de geração de postos de trabalho parece natural em uma economia onde a taxa de desemprego caiu de 12,3% em 2003 para 6,0% em 2012. É difícil imaginar que os postos de trabalho aumentem futuramente em ritmo similar após queda tão forte da taxa de desemprego.

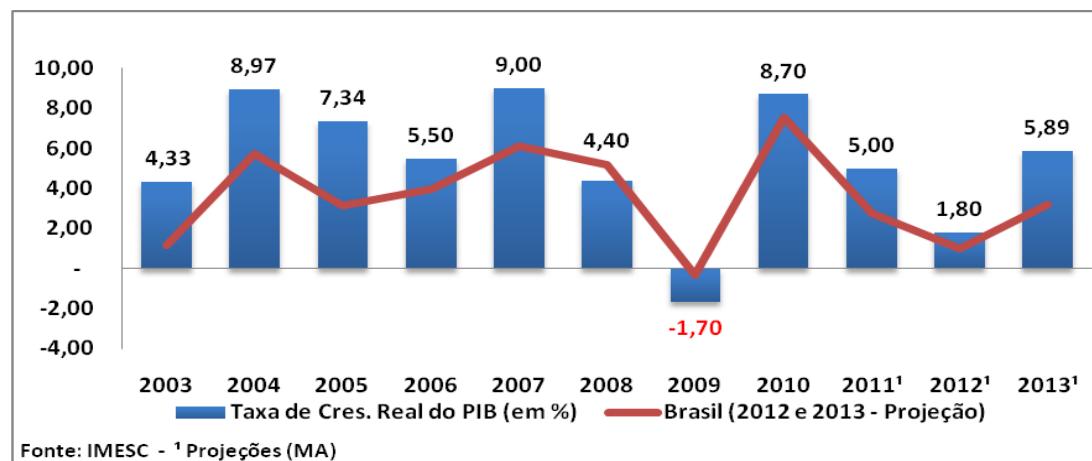
1.2 – Economia maranhense

A política de atração de grandes investimentos marcou a atuação do Estado desde meados de 2009, quando o atual Governo assumiu. Em 2012 não foi diferente e sob este aspecto, estima-se que aproximadamente R\$ 122,6 bilhões serão injetados no Estado até 2016. A expectativa é que todo este esforço propicie o ingresso de mais de 240 mil pessoas no mercado de trabalho durante as fases de implantação e operação destas obras.

Dentre os principais projetos, ênfase para os setores de logística, petroquímica, geração e distribuição de energia, minero -metalurgia, comércio e reflorestamento (papel e celulose). Ressalta-se, que o investimento de maior envergadura refere-se à instalação da Refinaria Premium I da Petrobrás, com estimativa de R\$ 37,0 bilhões.

Os investimentos contribuíram para o crescimento do PIB maranhense, que variou positivamente (8,73%) em 2010, maior que os 7,53% do país no mesmo período. Observando o **gráfico 2**, notamos que, com exceção do ano de 2009, em todos os períodos anteriores o PIB maranhense atingiu crescimento real considerável, acima da média nacional.

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento Real do PIB do Maranhão e Brasil (2003-2013)



A **tabela 4** mostra que o setor econômico maranhense mais dinâmico é o setor de serviços, que em 2010 obteve 67,1% de participação no PIB, seguido pelo setor agropecuário e industrial, com 17,23% e 15,7%, respectivamente.

Tabela 4 - Participação da produção dos principais bens e serviços produzidos no Estado (%)

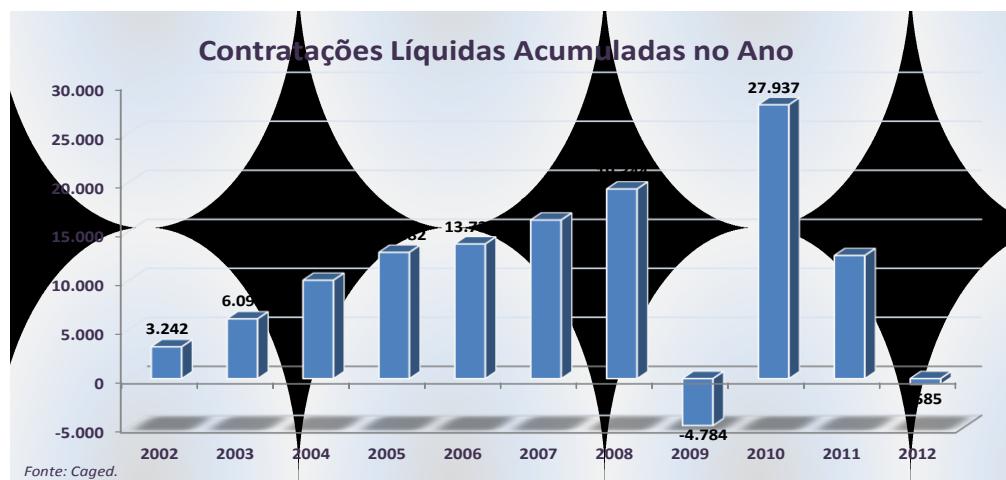
	Atividades Econômicas		2006	2007	2008	2009	2010
Total		100	100	100	100	100	
Agropecuária		16,64	18,61	22,19	16,59	17,23	
Agricultura, silvicultura e exploração floresta		11,6	14,1	17,7	11,9	12,63	
Pecuária e pesca		5,0	4,5	4,5	4,7	4,6	
Indústria		19,6	17,9	16,9	15,4	15,7	
Indústria extrativa mineral		1,8	1,3	2,7	2,1	2,42	
Indústria de transformação		9,5	8,1	5,9	3,8	3,31	
Construção		6,0	6,4	6,4	7,3	7,76	
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana		2,4	2,1	1,8	2,1	2,21	
Serviços		63,8	63,5	61,0	68,1	67,1	
Comércio e serviços de manutenção e reparação		14,5	14,6	14,8	17,2	15,46	
Serviços de alojamento e alimentação		1,6	1,7	1,6	1,6	1,78	
Transportes, armazenagem e correio		7,1	6,4	6,7	6,7	6,07	
Serviços de informação		2,2	2,3	1,8	1,4	1,53	
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar		2,83	2,99	2,57	2,87	2,9	
Serviços prestados às famílias e associativos		1,77	1,77	1,46	1,54	0,81	
Serviços prestados às empresas		2,74	1,91	2,18	2,12	2,56	
Atividades imobiliárias e aluguel		8,23	8,24	7,74	8,55	7,97	
Administração, saúde e educação públicas		19,94	20,66	19,6	22,96	23,7	
Saúde e educação mercantis		1,3	1,3	1,15	1,26	1,22	
Serviços domésticos		1,57	1,63	1,42	1,77	3,07	

Fonte: IBGE

Contudo, as estimativas para 2012, acompanhando o ritmo da economia nacional, apontam para uma redução do crescimento observado em 2010. O menor dinamismo econômico refletiu no mercado de trabalho maranhense, que teve em 2012 seu pior desempenho dos últimos anos.

O saldo de contratações líquidas (admissões menos demissões) registrado no acumulado entre janeiro e dezembro de 2012 foi de menos 585 postos de empregos formais gerados. Excetuando-se o mesmo período em 2009, devido ao agravamento dos efeitos gerados pela crise financeira internacional no Estado, que implicou na destruição de muitos postos de emprego (saldo de menos 4.784), a leitura do ano passado representa o pior desempenho dos últimos 14 anos. O último registro de saldo negativo, durante esse período, ocorreu em 1999 (menos 1.671). Os números estão esboçados no **gráfico 3**.

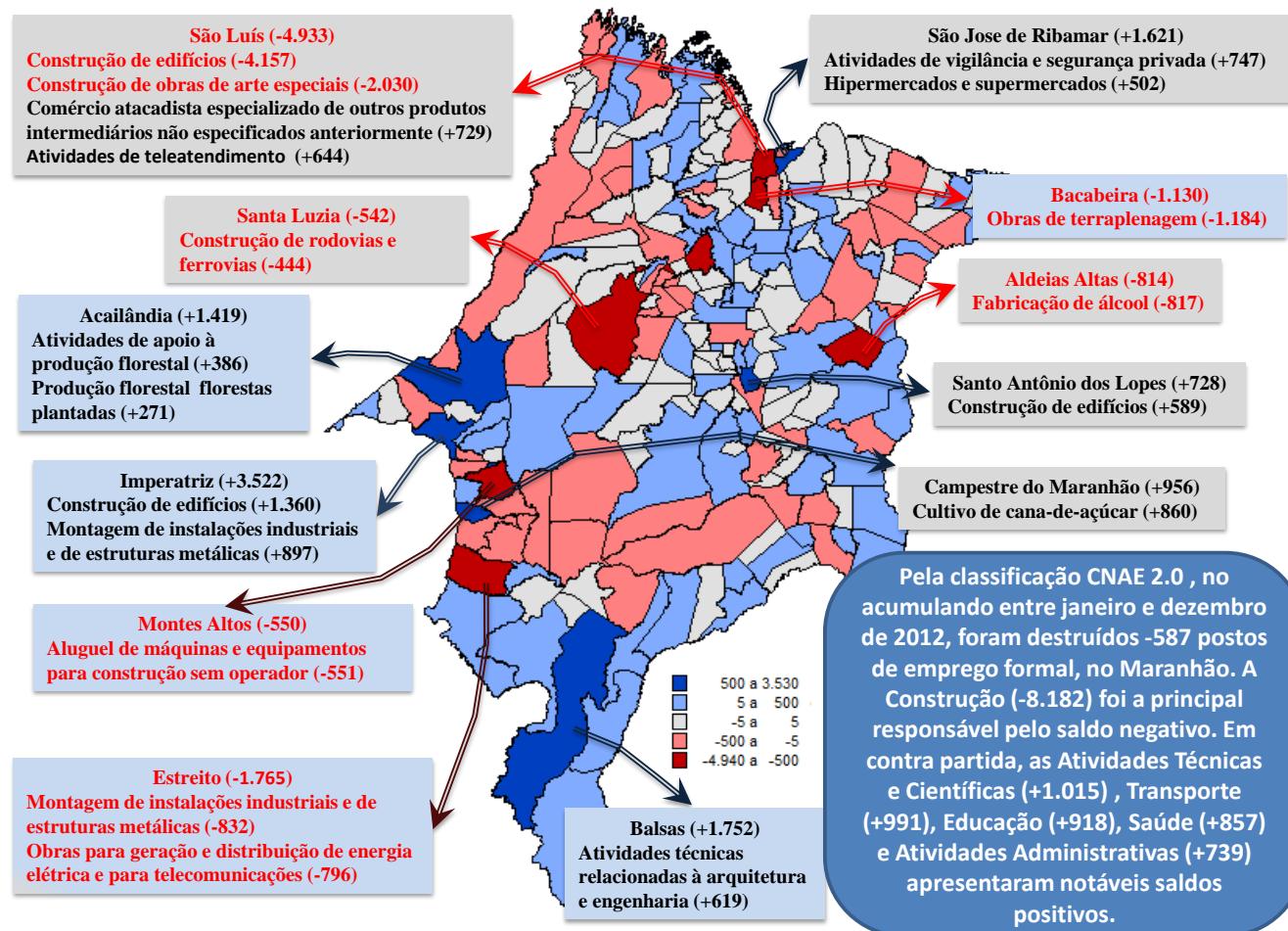
Gráfico 3 - Saldo de Contratações Líquidas no Mercado de Trabalho Maranhense



O setor com o maior número de demissões líquidas, entre janeiro e dezembro do ano passado, foi a Construção Civil (-8.373). Ao longo do ano passado, os outros setores que também apresentaram retrações consideráveis nas contratações foram a Indústria de Transformação (-404), Serviços, Indústrias de Utilidade Pública (-358) e a Agropecuária (-152). Por outro lado, a prestação de Serviços (+4.930) e o Comércio (+3.698), juntos, contrataram mais de 8,6 mil trabalhadores formalmente(**gráfico 3**).

Na **figura 1**, estão discriminadas as atividades e seus respectivos municípios que mais se destacaram acerca das contratações e demissões em 2012. Nota-se, que a capital São Luís destacou-se pelo grande número de demissões ocorridas na construção de edifícios. Em relação às contratações, destaque para os municípios de Imperatriz (construção de edifícios), São José de Ribamar (vigilância/segurança privada e supermercados/hipermercados), Açailândia (produção florestal), Campestre do Maranhão (cana de açúcar), Santo Antônio dos Lopes (construção de edifícios) e Balsas (atividades relacionadas à arquitetura e engenharia).

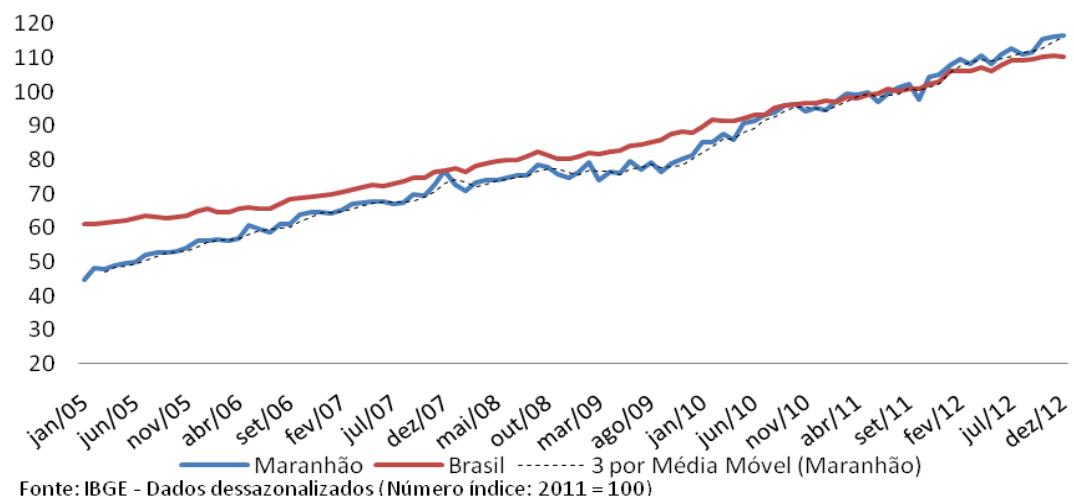
Figura 1 – Mapa do Mercado de Trabalho por Município (Jan–Dez/2012)



Como já mencionado, o setor de serviços se destacou na composição do PIB e no mercado de trabalho. Neste caso, vale ressaltar o desempenho do volume de vendas no comércio varejista, onde os dados do IBGE apontam para um volume maior quando da comparação com o volume de vendas do Brasil.

O principal motivo para este desempenho foi a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os eletrodomésticos da linha branca, luminárias, lustres, laminados, papel de parede e da isenção para o setor moveleiro que contribuíram para manter o comércio aquecido em 2012.

Gráfico 4 - Volume de vendas (dados dessazonalizados) do Brasil e Maranhão (2005-2012)



► Setor Externo

No que tange aos números do setor externo (**tabela 5**), observa-se que o saldo da balança comercial maranhense vem sofrendo uma deterioração, notadamente no período 2008-2012. Isso se deve em virtude da crise financeira iniciada em 2008, donde as economias internacionais perderam a pujança de outrora, afetando consideravelmente as nossas vendas, tanto pelo efeito preço quanto pelo efeito quantidade. Por outro lado, as importações bateram recorde em 2012, US\$ 7.047,0 milhões, um crescimento de 12,6% em relação a 2011.

Tabela 5 - Evolução do Comércio Exterior do Maranhão – Em US\$ Milhões FOB (2005-2012).

Ano	Exportação	% ao ano	Importação	% ao ano	Saldo Comercial	Corrente de Comércio	% ao ano
2005	1.501	21,9	1.157	57,2	344	2.658	35,13
2006	1.713	14,1	1.726	49,2	-13	3.439	29,38
2007	2.177	27,1	2.353	36,3	-176	4.530	31,75
2008	2.836	30,3	4.103	74,3	-1.266	6.939	53,17
2009	1.233	-56,5	1.993	-51,4	-761	3.226	-53,51
2010	2.920	136,9	3.817	91,5	-897	6.737	108,83
2011	3.047	4,3	6.282	64,6	-3.234	9.329	38,46
2012	3.025	-0,7	7.074	12,6	-4.049	10.098	8,25

Fonte: MDIC/Alice Web

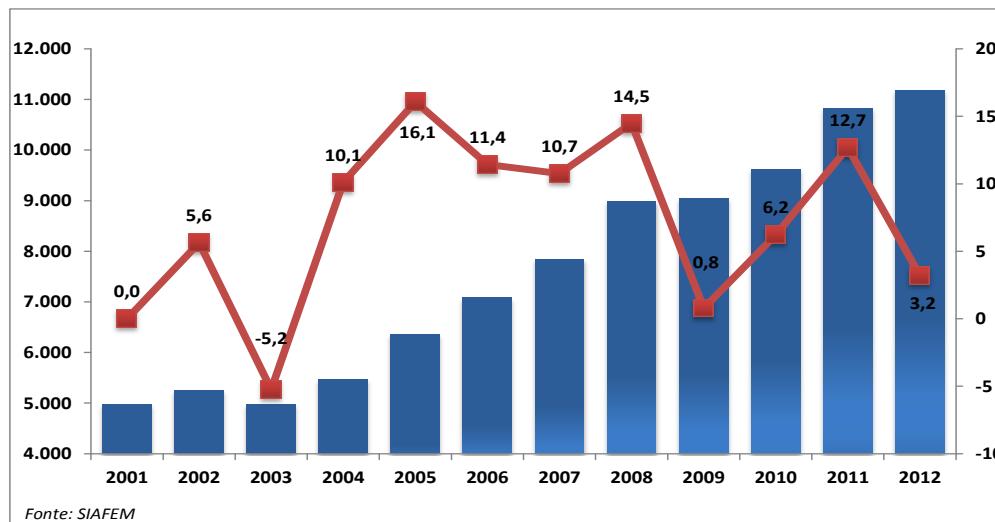
Ainda sobre o setor externo, destaque para a principal empresa exportadora, a Vale, que exportou US\$ 530,6 milhões em 2012. Em termos de participação percentual, representa 17,5% de todo o valor exportado pelo Maranhão. Salienta-se, que o complexo ferro, soja e alumínio é responsável por quase todas as exportações, 88,9% de todo o valor exportado.

Uma segunda categoria que vem ganhando destaque na pauta de exportação maranhense é a produção de ouro em barras, com destaque para a cidade de Godofredo Viana. Em 2011, a exportação deste metal somou US\$ 66,3 milhões. Já em 2012, o montante chegou a US\$ 124,6 milhões, uma variação positiva de 87,8%.

► Finanças Públicas

Em 2012, a Receita Corrente do Maranhão, apresentou variação real positiva de 3,2%, bem menor que o observado no ano anterior de 12,7%**(gráfico 5)**.

Gráfico 5 - Evolução da Receita Corrente e Taxa de Crescimento Real (Eixo Sec.), entre 2001 e 2012 - Em R\$ milhões



As receitas tributárias (**tabela 6**), em 2012, apresentaram crescimento real de 6,8% em relação ao ano anterior. Crescimento puxado principalmente pelos desempenhos do ICMS, IPVA e das Taxas, os quais obtiveram variações reais positivas de 6,8%, 10,8% e 8,6%, respectivamente. Em relação ao IPVA, salienta-se que os números recordes obtidos em 2012 ocorreram em virtude de intervenções pontuais do Governo Federal, como por exemplo, a redução do IPI para automóveis e as facilidades de financiamento com juros baixos. Nesse sentido, são remotas as chances de novos recordes nas vendas de automóveis, acarretando diretamente na arrecadação proveniente do IPVA.

Tabela 6 - Evolução das Receitas Tributárias (Em R\$ milhões) – 2010/2012.

Descrição	2010	2011 (a)	2012 (b)	Variação Real
	No Mês	Até o Mês	No Mês	(b/a) em %
Receita tributária	3.476,99	4.016,39	4.539,28	6,8
Impostos	3.360,84	3.868,31	4.369,01	6,7
ICMS	2.924,21	3.390,49	3.832,24	6,8
ICMS - Estado	2.092,74	2.427,84	2.733,47	6,4
ICMS - Município	698,17	808,67	911,16	6,5
ICMS - FUMACOP	133,30	153,98	187,61	15,1
IPVA	192,34	208,55	244,60	10,8
IPVA - Estado	96,17	104,28	122,30	10,8
IPVA - Município	96,17	104,28	122,30	10,8
ITCD	4,31	6,38	6,44	-4,7
IRRF	239,98	262,89	285,74	2,7
Taxas	116,15	148,07	170,27	8,6

Elaboração: SAF

No que se refere às transferências constitucionais (**tabela 7**), ou seja, os repasses de recursos pelo Governo Federal, em 2012 foram marcados pelas frustrações destas receitas em virtude do fraco desempenho da economia nacional. A União, ao atuar com medidas anticíclicas, desonerando impostos compartilhados com os estados, reduziu o montante de recursos repassados aos mesmos. O impacto mais forte aconteceu com o Fundo de Participação dos Estados (FPE), que apresentou crescimento real negativo, de -2,6% em relação ao ano anterior.

Tabela 7 - Evolução das Receitas de Transferências (Em R\$ milhões) – 2010/2012.

Descrição	2010	2011 (a)	2012 (b)	Variação Real
	No Mês	Até o Mês	No Mês	(b/a) em %
Receita de Transferências	4.742,00	5.993,98	5.052,31	-20,4
FPE	3.474,11	4.337,25	4.472,08	-2,6
IPI - Exportação	38,01	44,93	41,92	-11,8
CIDE	40,00	63,95	34,01	-49,7
Imposto Ouro	-	-	-	-
Cota Parte Recursos Hídricos	1,24	1,66	3,57	103,1
Cota Parte Recursos Minerais	0,31	0,56	1,23	106,6
Cota Parte Recursos Petróleo	11,59	15,02	18,11	13,9
SUS - Fundo a Fundo	182,23	257,07	351,79	29,3
FNDE	149,28	67,89	72,46	0,8
Lei 87/99 (ICMS Desoneração)	24,55	24,55	24,55	-5,5
FUNDEB	736,72	1.113,36	0,00	-100,0
Outras	83,97	67,72	32,59	-54,5

Elaboração: SAF

Todavia, é de fundamental importância destacar o empenho que o Estado vem fazendo para aumentar a sua arrecadação própria. Nesse sentido, o trabalho realizado pela fazenda estadual, que vem melhorando os mecanismos de arrecadação dos impostos, já repercute de forma positiva, notadamente no que compete às receitas do ICMS.

Por fim, considerando o cenário restritivo da economia nacional e internacional, ressalta-se que o Estado vem se esforçando para driblar os efeitos adversos, atraindo investimentos de grande envergadura com o intuito de elevar a renda, dinamizar a economia local e erradicar a pobreza extrema, notadamente, uma das diretrizes estratégicas deste Governo.

2 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um instrumento gerencial que se integra ao conjunto de ferramentas do modelo de gestão. Mais do que assegurar a conformidade legal de procedimentos ou medir a capacidade de implementação dos programas de governo, avaliar significa comparar o esforço realizado com a demanda e a satisfação do beneficiário adequando crescentemente os programas à expectativa da sociedade.

A Avaliação do PPA se correlaciona com as diversas etapas do ciclo do planejamento, pelo qual se deve entender os processos de elaboração, execução, monitoramento e revisão.

Trata-se, em suma, de instrumento essencial para qualquer gestão verificar o desempenho dos programas de governo, a sua eficiência, eficácia e efetividade, mediante a análise das metas físicas, financeiras e acompanhamentos externos. Assim, torna-se possível perceber a conformidade entre o planejado e o executado, bem como a realização das despesas públicas.

Avaliar os resultados dos programas governamentais quanto à eficiência e eficácia tem amparo legal na Constituição Federal/88 no Art.74 e incisos I e II e na Constituição Estadual/88, no Art. 53 e incisos I e II. Esses dois artigos citam que os poderes legislativo, executivo e judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos

orçamentos da união e do estado, respectivamente e II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades das administrações federal e estadual.

Enfim, entende-se por **Avaliação dos Programas Governamentais** o ato de atribuir valor ou mérito a determinado programa, baseando-se em critérios previamente e consensualmente definidos.

Para a realização desta avaliação, os principais atributos a serem utilizados estão citados na Lei 9.553/2012 que instituiu o PPA 2012-2015, que em seu Art. 1º, § 1º considera:

I - diretrizes, são as proposições e orientações norteadoras da ação de governo;

II - objetivos, são os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - metas, são as especificações e as quantificações físicas dos objetivos estabelecidos;

IV - programa, é o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

a) Programa finalístico, objeto dessa avaliação, é aquele do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade pela administração pública estadual que concorrem diretamente para a expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais.

V – indicador, é a medida, geralmente quantitativa, usada para ilustrar e comunicar um conjunto de fenômenos complexos de forma simples, com razoável grau de certeza, incluindo tendências e progressos ao longo do tempo;

VI – ação, é o menor nível de categoria de programação, corresponde a um instrumento necessário para alcançar o objetivo de um programa, podendo ser não-orçamentária ou orçamentária, está classificada, conforme a sua natureza, em:

- a) ação do tipo atividade, é quando envolver um conjunto de operações que se realizem de modo continuo e permanente, das quais resulte um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- b) ação do tipo projeto, é quando envolver um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulte um produto que concorra para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
- c) ação do tipo operação especial, é quando envolver despesas que não contribuam para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulte um produto, e não gere contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Dessa forma, a avaliação anual do PPA tem a finalidade de:

- a) Prestar contas à sociedade: a avaliação anual fornece informações qualificadas sobre o desempenho dos programas, ampliando a transparência das ações de governo;
- b) Corrigir rumos: assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do plano como um todo, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e implementação, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados desejados junto ao público ocorram efetivamente;
- c) Auxiliar a tomada de decisão: quando conectada aos processos decisórios, proporciona informações úteis para melhoria da gestão por resultados;
- d) Promover o aprendizado: a avaliação amplia o conhecimento dos gerentes e suas equipes sobre o programa quanto à concepção, implementação, resultados e, sobretudo, em relação à satisfação do público alvo pela sua efetividade.

O processo de avaliação também pode se deparar com fatores internos e externos que impossibilitam uma análise mais fidedigna que retrate exatamente os reflexos de cada programa, motivados por, dentre outros:

- a) inobservância das orientações estratégicas de governo – visão, diretrizes e indicadores;
- b) árvores de problemas e de objetivos mal elaborados;
- c) inconsistência entre objetivos, ações, produtos, metas e público-alvo;
- d) inadequação dos indicadores de desempenho socioeconômicos definidos no painel;
- e) baixa integração entre os geradores de informações, monitores e avaliadores;
- f) conflitos, superposições e incompatibilidade entre o modelo de gestão do PPA e a estrutura formal existente;
- g) inobservância da gestão financeira ao planejamento;
- h) ausência de gestores de programas e coordenadores de ações;
- i) ausência de investimentos em capacitação; e
- j) ausência da cultura avaliativa sob as óticas da eficiência, eficácia e efetividade.

Assim, para avaliação do plano é fundamental adotar uma metodologia capaz de extrair, da melhor forma, as informações, tanto em nível gerencial quanto técnico, base para o processo de tomada de decisão.

2.1 – Processo de Avaliação

Foram selecionados para o processo de avaliação somente os 45 (quarenta e cinco) programas finalísticos sob a responsabilidade do Poder Executivo existentes no PPA, cujos produtos gerem bens ou serviços, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo. Foram analisados, primeiramente, pelos órgãos setoriais por eles responsáveis, quanto aos enfoques da concepção, implementação e resultados. Coube à SEPLAN, por meio dos núcleos temáticos, equipe técnica de analistas dos programas, darem suporte aos órgãos durante a primeira parte do processo avaliativo.

A SEPLAN realizou a segunda parte de avaliação de desempenho dos programas, além de elaborar a terceira parte de avaliação final do Plano Plurianual 2012 – 2015, exercício 2012.

O processo de avaliação deu-se em 3 (três) etapas, a saber:

- a) 1^a etapa: Apresentação pela SEPLAN da metodologia de trabalho aos responsáveis dos Órgãos Setoriais;
- b) 2^a etapa: Avaliação setorial dos programas finalísticos em formulário padronizado (**Anexo 1**) realizada pelos órgãos e entidade vinculadas;
- c) 3^a etapa: Avaliação de Desempenho dos Programas; Elaboração do Contexto Macroeconômico; Consolidação das informações; e a realização da Avaliação Final do Plano.

Cumprida todas as três etapas e realizada a divulgação do presente relatório, espera-se que as análises e recomendações aqui apresentadas sejam utilizadas pelos mais diversos setores do governo para a introdução de melhorias e pela sociedade, para exercer o controle social que lhe compete.

A Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento – PLAN responsável pela coordenação do processo de avaliação anual do Plano Plurianual 2012-2015 é organizada, formalmente, pelo Secretário Adjunto, quatro superintendentes, nove supervisores e uma equipe técnica com atribuições específicas determinadas por lei. Entretanto, para a gestão do PPA e da execução orçamentária, as equipes técnicas das PLAN estão organizadas por Núcleos Temáticos, em que cada supervisor e equipes técnicas tem por atribuição acompanhar todo o ciclo de gestão dos programas dos órgãos e entidades sob sua responsabilidade.

Dessa forma, cabe aos supervisores e técnicos dos Núcleos Temáticos realizarem a avaliação de desempenho dos programas finalísticos dos órgãos de forma quantitativa, quantitativa e estratégica, analisando criticamente a avaliação qualitativa efetuada na primeira etapa pelos órgãos e entidades vinculadas.

Para a avaliação de desempenho dos programas finalísticos realizado pelos Núcleos Temáticos da PLAN foi definida na metodologia proceder a análise da eficiência, eficácia e efetividade dos programas, princípios estes previstos na Constituições Federal e Estadual nos Artigos 74 e 53, respectivamente. Para determinação dos princípios da eficiência e eficácia, foi empregado o cálculo dos valores das ações que os compõem e estabelecida uma escala de valores de um valor médio apurado em cada princípio.

A Avaliação física e financeira que expressa o princípio da eficiência é medida para cada ação do programa pela relação do uso dos insumos recursos orçamentários e financeiros para obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta física planejada e a executada, expressa em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a eficiência média do programa, sendo que o valor 1,0 corresponde à eficiência de 100%, enquanto que valores para cima ou para baixo darão idéia de alta eficiência ou baixa eficiência respectivamente. A escala de valores adotada foi a seguinte: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,99 a 0,50; e Baixa Eficiência < 0,50.

A Avaliação de custo do produto que expressa, também, o princípio da eficiência que é a medida obtida para cada ação pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao custo unitário planejado, expressa em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a eficiência média do programa, sendo que o valor médio obtido igual a 1,0 corresponde ao status Eficiente. Enquanto que valores abaixo de 1,0 correspondem a maiores níveis de eficiência, significando que os custos unitários por produto foram menores. Já os valores obtidos acima de 1,0 indicam que a ação teve nível de pouca eficiência, significando que na execução os custos por unidade do produto do que o planejado. A escala de valores adotada foi a seguinte: Muito Eficiente < 0,50; Média Eficiência = 0,51 a 0,99; Eficiente = 1,0; e Pouco Eficiente > 1,0.

A Avaliação de produto que expressa o princípio da eficácia diz respeito à análise da obtenção da quantidade dos produtos (bens ou serviços) e está relacionado, especificamente, à meta física. Consiste na relação entre a quantidade do produto planejada e a quantidade do produto obtida com a sua execução e expressa em percentagem, e calculado o valor médio que expresse a eficácia média do programa. Neste princípio não existe programa mais ou menos eficaz. Deve ser apenas uma relação de alcance de 1,0 = 100% ou maior que 1,0 considerado eficaz. A escala de valores adotada foi a seguinte: Eficácia ≥ 1,0 ; e Não Eficácia < 1,0.

A avaliação de resultado que expressa o princípio da efetividade, diz respeito ao alcance das orientações estratégicas de governo definidas no Plano como: visão estratégica, diretrizes e linhas estratégicas e indicadores de desempenho socioeconômicos e intermediários definidos pelo próprio órgão. A mensuração dos indicadores relacionada aos objetivos e o problema que orientaram a constituição do programa, terá como consequência a determinação dos impactos dos resultados sobre o público alvo ou beneficiários.

Para que sejam promovidas ações corretivas, oportunamente nos próximos exercícios do Plano, visando a melhoria continua da gestão dos programas, o processo de avaliação oferece aos gestores e equipes técnicas dos órgãos um conjunto de recomendações e reflexões para serem analisadas e discutidas internamente, a fim de julgarem a pertinência de sua aplicação.

3 - AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS - Exercício 2012

3.1 – Avaliação de Desempenho dos Programas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA											
O553 – HABITAÇÃO E URBANISMO											
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	12000 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão – SECID										
UNIDADES EXECUTORAS:	12101 - Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano do Maranhão – SECID										
PROBLEMA:	Déficit de habitação e urbanização em todo o estado e insuficiência de recursos para realização das ações										
OBJETIVO:	Promover a redução do déficit habitacional e urbanização das cidades do estado do Maranhão, fortalecendo a gestão urbana participativa.										
PÚBLICO ALVO:	Famílias desprovidas de unidades habitacionais e moradores de áreas precárias sem urbanização e saneamento										
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00):	Inicial: 88.542.253,00	Atual: 189.118.080,81			Variação (%): 113,59						
2 - DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)											
Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais											
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL											
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012							
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)					
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)											
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012							
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado						

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido utilizando os requisitos/atributos necessários para sua concepção como público alvo, ações, produtos e serviços, bem definidos, com a exceção dos indicadores de desempenho, e das metas físicas, pois as mesmas, não são suficientes para atender o déficit habitacional que é desproporcional as metas estabelecidas pelo programa, tornando o programa prejudicado em sua execução.

5.1.2 Quanto à Implantação

O programa não dispõe de autonomia gerencial institucional, pois o órgão não disponibiliza de equipe técnica exclusiva para a coordenação das ações. Para o programa foram firmadas parcerias institucionais com o Governo Federal, Secretarias de Estado, Prefeituras, instituições financeiras como a Caixa Econômica Federal e o BNDES para implementação do mesmo. Quanto à questão orçamentária, os recursos foram insuficientes, pois segundo o órgão fatores como: volume das ações para a redução do déficit habitacional serem maiores que os recursos disponíveis, os reajustes contratuais, correções de valores das unidades habitacionais como preço de mercado e ações não programadas como indenização e remoção de famílias das frentes de obras previstas, tornando a execução comprometida, o qual demonstrou um mal planejamento do programa, pois tais sobressaltos já deveriam constar na programação financeira.

5.1.3 Quanto aos Resultados

No programa, constata-se que na maioria das ações o resultado não foi satisfatório, haja vista que, a meta física das ações não foi alcançada, ficando muito abaixo do previsto, onde apenas a ação de Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo ficou dentro do previsto. Segundo o órgão as metas físicas não foram executadas dentro do previsto devido a insuficiência de recursos. Quanto à ação Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associadas, incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão - PDE, apesar da meta física ter sido cumprida conforme informações do órgão nota-se que, o cumprimento da meta ficou abaixo do previsto.

COMENTÁRIOS GERAIS

Em análise, constata-se que, no geral, o programa ficou prejudicado por fatores como falta de indicadores de desempenho, de autonomia gerencial do programa, bem como suas metas físicas insuficiente para atender o problema no qual o programa se propõe a fazer. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, incorporar alguns atributos, tais como: os indicadores de desempenho bem definidos e equipes exclusivas para o gerenciamento do programa, para que possibilite um maior desempenho na execução do programa e consequentemente garantir um melhor resultado.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
12101 – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID												
3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	Unidade habitacional adequada disponibilizada	Unidade	5.152	3.220	0,62	73.593.907	164.351.430	139.729.927	102.285.833	0,62	1,00	
3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	Área regularizada e urbanizada	Unidade	800	20	0,02	100.000	55.897	35.897	35.89	0,64	0,03	
3100 - Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	Sistema implantado/melhorado	Unidade	203	11	0,05	11.015.000	10.641.000	600.186	340.186	0,03	1,67	
3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	Cidade adequada	% de execução	7	2	0,28	10.000	8.562.365	3.738.977	2.249.008	0,26	1,08	
3102 - Implantação da Gestão Urbana Participativa	Município com gestão urbana participativa implantada	Unidade	10	7	0,70	50.000	70.000	66.751	66.751	0,95	0,74	
3104 - Capacitação em Desenvolvimento Urbano	Curso realizado	Unidade	8	5	0,62	70.000	50.000	34.648	34.648	0,69	0,90	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	1	0	0,00	3.448.346	4.899.677	4.834.214	4.799.753	0,98	0,00	
4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	Projeto elaborado	Unidade	5	4	0,80	50.000	362.711	342.217	342.217	0,94	0,85	
4497 - Gestão do Conselho das Cidades - CONCIDADES	Município vinculado	Unidade	20	15	0,75	200.000	120.000	107.091	103.971	0,87	0,86	
4513 - Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	Pesquisa/diagnóstico realizado	Unidade	1	3	3,00	5.000	5.000	4.882	4.882	0,98	3,06	

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor da eficiência de 0,92 (92%), que corresponde a média eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato das ações Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo e Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos terem sido executadas acima do planejado.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária /Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
12000 – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID										
3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	Unidade habitacional adequada disponibilizada	unidade	5.152	164.351.430	31.900	3.220	102.285.833	31.765	0,99	
3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	Área regularizada e urbanizada	unidade	800	55.897	69	20	35.897	1.794	25,69	
3100 - Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	Sistema implantado/melhorado	unidade	203	10.641.000	52.418	11	340.186	30.926	0,59	
3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	Cidade adequada	% de execução	7	8.562.365	1.223.195	2	2.249.008	1.124.504	0,92	
3102 - Implantação da Gestão Urbana Participativa	Município com gestão urbana participativa implantada	unidade	10	70.000	7.000	7	66.751	9.535	1,36	
3104 - Capacitação em Desenvolvimento Urbano	Curso realizado	unidade	8	50.000	6.250	5	34.648	6.929	1,11	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	1	4.899.677	4.899.677	0	4.799.753	0	0	
4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	Projeto elaborado	unidade	5	362.711	72.542	4	342.217	85.554	1,18	
4497 - Gestão do Conselho das Cidades - CONCIDADES	Município vinculado	unidade	20	120.000	6.000	15	103.971	6.931	1,15	
4513 - Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	Pesquisa/diagnóstico realizado	unidade	1	5.000	5.000	3	4.882	1.627	0,32	

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 3,33 (333%), correspondente a pouca eficiência. O valor obtido pode ser explicado devido à ação Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros que na relação entre o custo unitário do produto executado de R\$69,98/ Área regularizada e urbanizada em relação ao planejado de R\$ 1.794,85 que apresentou uma variação de 2.468,84% superior. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
12000 – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID					
3098 - Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais Associados	Unidade habitacional adequada disponibilizada	unidade	5.152	3.220	0,62
3099 - Urbanização e Regularização Fundiária de Bairros	Área regularizada e urbanizada	unidade	800	20	0,02
3100 - Implantação e Melhoria de Sistema de Saneamento Ambiental	Sistema implantado/melhorado	unidade	203	11	0,05
3101 - Melhoria de Mobilidade e Acessibilidade	Cidade adequada	% de execução	7	2	0,28
3102 - Implantação da Gestão Urbana Participativa	Município com gestão urbana participativa implantada	unidade	10	7	0,70
3104 - Capacitação em Desenvolvimento Urbano	Curso realizado	unidade	8	5	0,62
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	1	0	0,00
4496 - Elaboração de Projetos de Habitação e Urbanismo	Projeto elaborado	unidade	5	4	0,80
4497 - Gestão do Conselho das Cidades – CONCIDADES	Município vinculado	unidade	20	15	0,75
4513 - Pesquisas e Diagnósticos Urbanos Participativos	Pesquisa/diagnóstico realizado	unidade	1	3	3,00

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 0,80 (80%), que revela a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa.

5.5 – Avaliação de Resultados (Princípio da Efetividade)

5.5.1 – Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende à diretriz definida nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado. No entanto, ressalta-se, que as metas físicas não são suficientes para atender o déficit habitacional que é desproporcional as metas estabelecidas pelo programa.

5.5.3 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não houve indicadores de desempenho definidos no programa.

5.5.4 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não houve indicação pelo órgão.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Incorporar indicador de desempenho constante no painel de indicadores do PPA compatível com o programa e formular indicadores intermediários alinhados ao mesmo;
2. Lançar as informações das metas física e financeira, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático;
3. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
4. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0546–DEFESA AGROPECUÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA		
UNIDADES EXECUTORAS	13202 – Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Maranhão - AGED/MA		
PROBLEMA	Baixa promoção da saúde animal e da segurança alimentar		
OBJETIVO	Elevar a promoção da saúde animal e da segurança alimentar		
PÚBLICO ALVO	Produtores e criadores rurais		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 25.185.693,00	Atual: 33.518.587,24	Variação (%): 33,1%

2 -DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

3 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4-INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido em conformidade com diretrizes do Governo, portanto, compatível com a árvore de problemas. O público alvo está corretamente caracterizado, os produtos bens e serviços das ações foram bem definidas para mensuração das metas. A ação Gestão do Programa contribuiu para melhorar a gestão do programa. Foi previsto a avaliação pelos beneficiários do programa, através da aplicação de questionários aos produtores e criadores.

5.1.2 Quanto à Implantação

As ações foram mal elaboradas apenas no que diz respeito à quantidade os recursos financeiros que foram insuficiente para cumprimento das metas, tanto no orçamento inicial como no atual, inclusive pela realização de atividades não previstas inicialmente, como a realização de processo de sorologia do rebanho maranhense. Isso ocasionou a necessidade de parcerias com outras instituições, através de convênios, entre eles: SENAR, FUNDEPEC, UEMA E MAPA que inclusive facilitou na logística e na infra estrutura que foi suficiente para a implantação das ações. As cotas financeiras foram liberadas com dificuldades por parte do Tesouro. O programa contou com equipe técnica suficiente qualificada e com dedicação exclusiva para a execução. O programa contou com materiais e equipamentos em quantidade e qualidade suficientes para a implantação

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados obtidos pela execução do programa foram compatíveis com os existentes no PPA. As metas foram em sua grande maioria cumpridas, sendo que as que não obtiveram resultados foram motivadas pelos entraves ocorridos na dificuldade da agilização na disponibilização de recursos orçamentários/financeiros. Os resultados do Programa contribuíram para o atendimento das orientações estratégicas do Governo. Os fatores que contribuíram para o sucesso de algumas ações foram também as parcerias e os convênios que foram feitos. Foram realizadas pesquisas de satisfação em algumas ações. Houve participação social dos beneficiários junto às comunidades em geral.

COMENTÁRIOS GERAIS

O relatório evidencia que as metas físicas que expressam o produto entregável ao público alvo, foram suficientes para o alcance do objetivo do programa. A equipe técnica está qualificada e quantidade suficiente para execução das ações programas. Houve dificuldade por parte do tesouro na liberação de cotas o que dificultou a realização de alguma ação. A ação Gestão do Programa contribuiu para melhorar a gestão, uma vez que todos os contratos relacionados a ação, foram geridos por ele, facilitando um melhor acompanhamento da execução orçamentária/financeira, assim como melhor planejamento na logística de apoio à atividade.

O Programa realizou quase 100% de suas ações, com superação, embora o orçamento tenha sido insuficiente, tendo havido parcerias e convênios. E houve realização de atividades não previstas inicialmente, mas que houve necessidade de ser incluída.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado Do Maranhão - AGED/MA											
0941- Contribuição do Estado ao Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Maranhão – FUNDEPEC	Medido pela despesa	Unidade	6.985	0	0	6.985	6.985	0	0	0	0
4520- Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa	Unidade	10.000	24.109	141,1	142.476	43.453	33.887	29.835	0,68	207,5
4521- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização	Unidade	25.359	9.793	0,38	254.332	844.55	803.230	799.405	0,94	0,4
4522- Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa	Fiscalização	Unidade	3.160	35.527	11,24	437.566	246.216	210.478	202.294	0,82	13,7
4523- Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Sub - produtos	Fiscalização	Unidade	55.101	181.311	3,29	91.616	128.554	99.516	99.516	0,77	4,27
4524- Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Sub produtos de Origem Animal	Fiscalização	Unidade	30	788	26,26	183.233	96.323	64.283	64.283	0,66	39,8
4525- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização	Unidade	2.600	4.087	1,57	125.875	177.155	48.583	38.683	0,21	7,4
4526- Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus produtos e sub – produtos	Fiscalização	Unidade	11.500	19.956	1,73,	111.513	64.713	42.453	35.348	0,54	3,2
4527-Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização	Unidade	450	36	0,08	118.695	89.305	46.222	41.566	0,46	0,17
COMENTÁRIOS											
A avaliação efetuada da relação entre a metas física e financeira do programa indica o valor da eficiência de 30,7 que corresponde muito eficiente (>1). O valor obtido pode ser explicado, por terem sido executadas com eficiência 6 das 8 ações programadas e uma das ações ter obtido um valor muito elevado. E ainda o acréscimo de recursos na dotação inicial do programa que pode ter ajudado o desempenho do programa.											

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado Do Maranhão - AGED/MA									
0941- Contribuição do Estado ao Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Maranhão – FUNDEPEC	Medido p despesa	Unidade	6.985	6.985	1,0	0	0	0	0
4520- Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa	Unidade	10.000	142.476	14,24	24.109	29.835	1,24	0,08
4521- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização	Unidade	25.359	254.332	10.02	9.793	799.405	81,6	8,14
4522- Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa	Fiscalização	Unidade	3.160	437.566	138,5	35.527	202.294	5,7	0,04
4523- Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Sub produtos	Fiscalização	Unidade	55.101	91.616	1,6	181.311	99.516	0,54	0,33
4524- Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Sub produtos de Origem Animal	Fiscalização	Unidade	30	183.233	6.107	788	64.283	81,6	0,13
4525 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização	Unidade	2.600	125.875	48,4	4.087	38.683	9,5	0,19
4526- Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus produtos e sub - produtos	Fiscalização	Unidade	11.500	111.513,	9,7	19.956	35.348	1,8	0,18
4527-Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização	Unidade	450	118.695	263,8	36	41.566	1.155	0,004
COMENTÁRIOS									
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 1,13(113%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a pouca eficiência . O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado e o planejado. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente em algumas ações e em outras baixou consideravelmente na execução do programa.									

5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
13202 - Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado Do Maranhão - (AGED/MA)					
0941- Contribuição do Estado ao Fundo de Desenvolvimento Pecuário do Maranhão –FUNDEPEC	Medido p despesa	Unidade	6.985	0	0
4520 - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária	Pessoa	Unidade	10.000	24.109	2,41
4521- Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais	Fiscalização	Unidade	25.359	9.793	0,36
4522- Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa	Fiscalização	Unidade	3.160	35.527	11,24
4523- Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos e Sub produtos	Fiscalização	Unidade	55.101	181.311	3,29
4524- Fiscalização dos Estabelecimentos de Produtos e Sub produtos de Origem Animal	Fiscalização	Unidade	30	788	26,26
4525- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Fiscalização	Unidade	2.600	4.087	1,6
4526 - Fiscalização do Trânsito de Vegetais e seus produtos e sub produtos	Fiscalização	Unidade	11.500	19.956	1,7
4527-Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização	Unidade	450	36	0,08

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que expressa a sua eficácia , apresentou o valor médio de 5,21(521%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a eficaz.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios em algumas ações.

5.5.2 Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Porque os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não está associado a um indicador de desempenho socioeconômico do painel.

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, na determinação das metas físicas e financeiras que em algumas não estão adequadas.

2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.

3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.

4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.

6. Ressalta-se que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0555–MARANHÃO MAIS PRODUTIVO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA		
UNIDADES EXECUTORAS	13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA		
PROBLEMA	Baixa produtividade agropecuária do estado		
OBJETIVO	Elevar a produção agropecuária do estado		
PÚBLICO ALVO	Pequenos, médios e grandes empreendedores do meio rural, empresas , cooperativas e associações de empreendedores do meio rural, excetuando-se agricultores familiares e suas organizações amparadas por legislação específica		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 15.112.492,00	Atual: 24.176.085,00	Variação (%):60%

2 -DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade da Produção de Alimentos
 Assegurar a Implantação dos Processos de Preservação e Conservação Ambiental;
 Desenvolver a Capacidade de Geração ,Absorção, Difusão Científica , Tecnologia e da Inovação
 Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

3 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4-INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)		Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			
Indicador			Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %	
5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA								
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas								
5.1.1 Quanto à Concepção								
O programa foi concebido em conformidade com diretrizes do Governo do Estado, portanto, compatível com a árvore de problemas. Entretanto apresenta em sua concepção baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de não contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. As ações concebidas para a realização do Programa foram bastante diluídas, resultando em 14 ações, o que inviabilizou a execução de todas elas. Faltou definir melhor as ações e melhor quantificá-las. A Ação Gestão do Programa serviu para alocar despesas não passíveis de apropriação direta nas demais ações do próprio programa , como despesas de viagem, locomoção etc.								
5.1.2 Quanto à Implantação								
Considerando que as ações não foram planejadas adequadamente no que diz respeito à quantidade os recursos financeiros, esses foram insuficientes para cumprimento das metas e suas execuções sofrerão as consequências da insuficiência de recursos alocados em cada ação e consequentemente foram desfocadas algumas ações em favor de outra que foram executadas. A falta de técnicos qualificados para desenvolvimento das ações foi apontado pelo órgão, assim como, a quantidade de técnicos insuficiente para a realização do trabalho. Na logística também foi prejudicado pela demora nos trâmites burocráticos em processos de licitação também dificultou a implantação do programa.								
Foram formadas parcerias com o INAGRO (para prover condições técnicas e operacionais), com algumas prefeituras (melhoria da infraestrutura: mercados, matadouros, etc.) e com o Ministério da Integração por meio do Programa água para todos, com a construção de poços.								
5.1.3 Quanto aos Resultados								
Os resultados obtidos pela execução parcial do programa foram incompatíveis com os existentes no PPA, portanto não satisfatórios, apesar de estarem em consonância com os objetivos, em virtude de várias ações não terem sido executadas, portanto as metas previstas não foram alcançadas. Os recursos não foram suficientes ocasionando remanejamentos, não houve pesquisa de satisfação devido a falta de aplicação pelo órgão de instrumentos que possibilitassem uma comunicação entre a Secretaria e os beneficiários do programa. Algumas metas inicialmente planejadas para algumas ações do Programa foram modificadas em decorrência do aumento da demanda dom publico alvo.								
Os fatores que contribuíram para o sucesso de algumas ações foram as parcerias que ocasionaram suplementação de recursos por meio de emendas parlamentares, como Tesouro Nacional e FUMACOP, os convênios com as prefeituras e a parceria com entidades terceirizadas INAGRO, na viabilização do contingente de pessoal para operacionalização das atividades correlatas ao Programa como: apoio a feiras, exposições ...								

O Programa, no todo, contribuiu para dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade da produção de alimentos, desenvolveu a capacidade de geração, absorção, difusão científica, tecnológica e da inovação.

Houve participação dos beneficiários, quando da entrega dos mercados, matadouros, das sementes etc..

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. A falta de planejamento na adequação dos recursos financeiros, contribuiu para a não execução de todas as ações, ficando priorizadas apenas 6 das 14 programadas. O orçamento inicial foi totalmente modificado no decorrer do ano, com remanejamentos de recursos.

Os fatores que contribuíram para o sucesso de algumas ações foram as parcerias que ocasionaram suplementação de recursos por meio de emendas parlamentares, como Tesouro Nacional e FUMACOP, os convênios com as prefeituras e a parceria com entidades terceirizadas INAGRO, na viabilização do contingente de pessoal para operacionalização das atividades correlatas ao Programa como: apoio a feiras, exposições

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro				
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)= C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)= H	Eficiência (C/H)
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA											
0950 - Apoio à Implantação e Dinamização dos Empreendimentos	Empreendimentos	Hectares	800	0	0	500.000	10.000	0	0	0	0
0951- Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais.	Estudo realizado	Unidade	3	0	0	150.000	5.000	1.668	1.668	33,4	0
0952- Apoio ao associativismo e cooperativismo agropecuário	Entidade assistida	Unidade	8	0	0	750.000	250.000	232.094	132.094	52,8	0
0953- apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica-	Produtor	Unidade	10	0	0	50.000	50.000	0	0	0	0
3109 - Implantação do Zoneamento Agroclimático do Maranhão-	Zoneamento	Unidade	1	0	0	100.000	0	0	0	0	0
3110- Elaboração do Plano de Reflorestamento do Est. Ma –/	Plano	Unidade	2	0	0	100.000	10.000	0	0	0	0
3111- Elaboração do pano Est. De Agregação de Valor à prod. Agropecuária	Plano	Unidade	2	0	0	100.000	10.000	936	936	9,4	0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

3112- Implantação do Centro de Difusão e Transferência de Tecnologia de Agricultura Irrigada de Grajaú	Centro construído	% de execução	100	40	40	300.000	145.000	120.030	30.007	20,7	1,9
4529- Programa de Irrigação em Atividades Agropecuárias	Produtor	Unidade	923	4.880	528,7	400.000	1.830.000	1.741.051	623.883	0,34	1555
4530-Fomento à Inovação da produção Agropecuária	Produtor beneficiado	Unidade	10.056	9.460	94,1	4.412.492	3.677.492.	3.618.405	1.054.232	28,70	3,30
4531- Promoção de Agronegócio Maranhense	Evento realizado	Unidade	18	18	100	300.000	800.000	800.000	800.000	1,00	1,00
4532-Coleta e Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	Relatório elaborado	Unidade	12	0	0,0	50.000	50.000	20.293	20.293	40,60	0
4578- Apoio à Produção de Sementes-	Semente adquirida	Tonelada	1.853	1.905	102,8	7.000.000	7.530.000	7.524.111	7.524.111	99,90	1,03
4579- Modernização da Infraestrutura Logística	Infraestrutura e logística implantada	Unidade	6	25	416,7	600.000	9.608.593	9.607.274	6.110.799	63,6	6,6

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 111,00 que corresponde a muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado, pelo fato das ações que foram realizadas terem todas apresentado valores de muita eficiência, em compensação as outras 8 ações que não foram executadas não foi possível realizar o cálculo de eficiência. Convém ressaltar que nesse programa, existem ações que embora tenham apresentado valores liquidados, não registraram valores de execução da meta física, comprometendo a análise do programa..

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA									
0950 - Apoio à Implantação e Dinamização dos Empreendimentos	Empreendimentos	Hectares	800	500.000	626	0	0	0	0
0951- Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais.	estudo realizado	Unidade	3	150.000	50.000	0	1.668	0	0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

0952- Apoio ao associativismo e cooperativismo agropecuário	entidade assistida	Unidade	8	750.000	93.750	0	132.094	0	0
0953- Apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica-	Produtor	Unidade	10	50.000	5.000	0	0	0	0
3109- Implantação do Zoneamento Agroclimático do Maranhão	Zoneamento	Unidade	1	100.000	100.000	0	0	0	0
3110- Elaboração do Plano de Reflorestamento do Estado do MA	Plano	Unidade	2	100.000	50.000	0	0	0	0
3111- Elaboração do Plano Estadual de Agregação de Valor à Produção Agropecuária	Plano	Unidade	2	100.000	50.000	0	936	0	0
3112- Implantação do Centro de Difusão e Transferência de Tecnologia de Agricultura Irrigada de Grajaú	Centro construído	% de execução	100	300.000	3.000	40%	30.007	750	0,25
4529- Programa de Irrigação em Atividades Agropecuárias	Produtor	Unidade	923	400.000	433	4.880	623.883	127	0,29
4530-Fomento à Inovação da produção Agropecuária	Produtor	Unidade	10.056	4.412.492	439	9.460	1.054.232	111	0,25
4531- Promoção de Agronegócio Maranhense	evento	Unidade	18	300.000	16.666	18	800.000	44.444	2,66
4532-Coleta e Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	Relatório Elaborado	Unidade	12	50.000	4.166	0	20.293	0	0
4578- Apoio à Produção de Sementes	semente adquirida	Tonelada	1.853	7.100.000	3.831	1.905	7.524.111	3.949	1,03
4579- Modernização da Infraestrutura Logística	Infraestrutura e Logística	Unidade	6	600.000	100.000	25	6.110.799	244.432	2,4

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução desse programa foi comprometida em sua avaliação média pois sendo que das 14 ações planejadas , 8 que não foram executadas dão o índice 0, e apenas 6 que tiveram execução registraram 3 com eficiência e 3 com baixa eficiência. Apresentando no total o valor de 0,49 (49%), que corresponde a uma média: muito eficiente, portanto um registro comprometido pois um programa que de 14 ações só realiza 6 não pode ter sido eficiente .

5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA					
0950- Apoio à Implantação e Dinamização dos Empreendimentos	Empreendimento implantado	hectares	800	0	0
0951- Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais.	Estudo realizado	Unidade	3	0	0
0952- Apoio ao associativismo e cooperativismo agropecuário	Entidade assistida	Unidade	8	0	0
0953- apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica	Produtor assistido	Unidade	10	0	0
3109- Implantação do Zoneamento Agroclimático do Maranhão-	Zoneamento implantado	Unidade	1	0	0
3110- Elaboração do Plano de Reflorestamento do Est. Ma	Plano elaborado	Unidade	2	0	0
3111- Elaboração do Plano Estadual. de Agregação de Valor à Produção Agropecuária	Plano elaborado	Unidade	2	0	0
3112- Implantação do Centro de Difusão e Transferência de Tecnologia de Agricultura Irrigada de Grajaú	Centro construído	% de execução	100	40	0,40
4529 - Programa de Irrigação em Atividades Agropecuárias	Produtor assistido	Unidade	923	4.880	5,28
4530-Fomento à Inovação da produção Agropecuária	Produtor assistido	Unidade	10.056	9.460	0,90
4531 - Promoção de Agronegócio Maranhense	Evento realizado	Unidade	18	18	1,00
4532- Coleta e Sistematização de Informações Mercadológicas e Agroindustriais	Relatório elaborado	Unidade	12	0	0,0
4578- Apoio à Produção de Sementes-	Semente adquirida	Tonelada	1.853	1.905	1,02
4579- Modernização da Infraestrutura Logística	Infraestrutura/ Logística modernizada	Unidade	6	25	4,20

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,90 (90%), revelando que programa não foi eficaz. O valor obtido pode ser explicado pelo fato da relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido baixa. O desempenho do programa foi comprometido em função das ações que foram anuladas pelo remanejamento de seus recursos inicialmente planejados, em favor de uma única ação. A razão de não terem sido executadas a maioria das ações deste programa foi por decisão superior do órgão que deixou de considerá-las prioritárias comprometendo os resultados do mesmo.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo não está contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Porque a execução do programa no exercício avaliado não atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário (s) -

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque os dados de referência dos indicadores intermediários definidos não foram informados.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos definidos no programa?

Não. Porque não foram definidos

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, principalmente na grande quantidade de ações que num só programa inviabiliza sua operacionalização. Poderia até excluí-lo da programação para juntar aos demais programas do órgão e assim melhorar a sua gestão programática
2. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.
4. Capacitar equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Convém ressaltar que se trata da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0556– PESCA PRODUTIVA			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA		
UNIDADES EXECUTORAS	13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA		
PROBLEMA	Baixa produção da pesca artesanal		
OBJETIVO	Incrementar a produção da pesca artesanal		
PÚBLICO ALVO	Pescadores, associações, cooperativas e sindicatos		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 1.500.940,00	Atual: 2.186.210,00	Variação (%): 45,6

2 -DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)			

3 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4-INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido em conformidade com diretrizes do Governo do. Apesar das ações estarem bem definidas e com finalidades bem trabalhadas, porém elas poderiam ser mais unificadas para fortalecer e atender melhor o objetivo. Faltou definir melhor as ações e os indicadores. Não foi previsto nenhuma avaliação pelos beneficiários do programa, acarretando dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 Quanto à Implantação

De acordo com informação do órgão, o orçamento inicial do Programa, ora em análise, foi insuficiente devido a inadequada distribuição do recurso em algumas ações que impossibilitaram a sua execução, ocorrendo como consequência o remanejamento orçamentário para outra Ação, no momento priorizada pela instância superior do órgão. O pouco contingente de recursos humanos, pela ausência de concurso público na área, (engenheiro de pesca, técnicos especializados, etc) também contribuíram para inviabilização dessas Ações, assim como para execução de algumas. Essa falta de planejamento na adequação dos recursos financeiros, contribuiu para não produção dos resultados esperados. O orçamento inicial foi totalmente modificado no decorrer do ano, com remanejamentos de recursos .Na logística também foi prejudicado pela demora nos trâmites burocráticos em processos de licitação também dificultou a implantação do programa

5.1.3 Quanto aos Resultados

O relatório evidencia concentração de recursos em uma única Ação, priorizada pela instância maior do órgão, onde, inclusive, houve incremento de recursos na referida Ação no valor de R\$ 700.000,00 oriundos do FUMACOP, para aquisição de equipamentos. Os resultados obtidos pela execução parcial do programa não conseguiram ser compatíveis com os existentes no PPA. Várias ações não foram executadas, portanto as metas previstas não foram alcançadas e algumas foram alteradas em decorrência do aumento da demanda do público alvo quanto à disponibilização de kits de pesca. Houve participação social dos beneficiários nas localidades durante a cerimônia de entrega dos kits de pesca, motores-rabetas e etc. Não havendo pesquisa de satisfação junto aos beneficiários, pois o órgão não disponibilizou instrumentos que possibilitasse a sua realização.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações da público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA												
4538- Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca Extrativista	Projeto apoiado	Unidade	1.595	1.050	0,65	1.211.440	1.911.440	1.844.166	1.369.166	0,71	0,9	
4539- Capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Pesqueiros-	Pessoa capacitada-	Unidade	8	0	0	88.000	88.000	0	0	0	0	
4543-Coleta e Sistematização de Informações sobre a Pesca Extrativa Maranhense	Relatório elaborado	Unidade	5	0	0	60.000	60.000	5.743	5.743	0,09	0	
COMENTÁRIOS												
A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 0,30 que corresponde a uma média eficiência. O desempenho do programa foi comprometido em função das ações que foram anuladas pelo remanejamento de seus recursos planejados inicialmente, em favor de uma única ação que teve média eficiência, apesar de ter sido executada 65,8% da sua meta física. O órgão informou que as ações que não foram executadas deixaram de ser priorizadas pela instância superior do órgão.												

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA										
4538- Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca Extrativista	Projeto apoiado	Unidade	1.595	1.211.440	760	1.050	1.369.166	1304	1,7	
4539- Capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Pesqueiros-	Pessoa capacitada	Unidade	8	88.000	0	0	0,0	0	0	
4543-Coleta e Sistematização de Informações sobre a Pesca Extrativa Maranhense	Relatório elaborado	Unidade	5	60.000	0	0	5.743	0	0	

COMENTÁRIOS :

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,57 que corresponde pouca eficiência. O valor obtido pode ser explicado pelo fato de ter sido executada uma única ação do programa.

5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado		Executado		Eficácia(%)	
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A			
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - SAGRIMA								
4538- Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Pesca Extrativista	Projeto apoiado	Unidade	1.595	1.050	0,65			
4539- Capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Pesqueiros-	Pessoa capacitada	Unidade	8	0	0			
4543-Coleta e Sistematização de Informações sobre a Pesca Extrativa Maranhense	Relatório elaborado	Unidade	5	0	0			

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,22, que revela a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido mais baixa.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo, embora parcialmente, para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Como o programa teve desempenho avaliado de pouca a média eficiência e não ter sido eficaz por ter executado apenas umas das suas ações, os resultados alcançados não contribuíram com o indicador intermediário haja vista seu valor apurado ter dado uma variação de – 13,29% em relação ao valor de referência.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômico do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não tem associado nenhum indicador ao painel do PPA

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, haja visto que o órgão prioriza só uma ação. Apenas alteração do programa com a exclusão ou inclusão de ação que melhore o desempenho do programa, desde que esteja em conformidade com a árvore de problemas e objetivos originalmente elaborada. Poderia até pensar em excluí-lo da programação para juntar aos demais programas do órgão e assim melhorar a sua gestão programática
2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.
4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Convém ressaltar que se trata da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0557–AQUICULTURA PRODUTIVA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	13000 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA		
UNIDADES EXECUTORAS	13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA		
PROBLEMA	Baixa produção aquícola		
OBJETIVO	Incrementar a produção aquícola		
PÚBLICO ALVO	Aquicultores e carcinicultores		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 899.150,00	Atual: 692.403,00	Variação (%) - 33 %

2 -DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos

3 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido em conformidade com diretrizes do Governo do Estado, portanto, compatível com a árvore de problemas. Entretanto os componentes do programa não foram trabalhados de maneira que venha promover o incremento da produção, geração de emprego e renda com qualidade e segurança resultando em baixa consistência entre os atributos qualitativos. Faltou definir melhor as ações e os indicadores. Não foi previsto nenhuma avaliação pelos beneficiários do programa, ficando difícil aferir realmente se seu problema continua atual.

5.1.2 Quanto à Implantação

Considerando que as ações foram mal elaboradas no que diz respeito a recursos financeiros orçamento insuficiente para cumprimento das metas, as suas execuções sofrerão as consequências da insuficiência de recursos alocados em cada ação e consequentemente foram desfocadas algumas ações em favor de outra que foi parcialmente executada. Essa falta de planejamento na adequação dos recursos financeiros contribuiu para não produção dos resultados esperados. O orçamento inicial foi totalmente modificado no decorrer do ano, com remanejamentos de recursos. A falta de técnicos qualificados para desenvolvimento das ações apontado pelo órgão. Na logística também foi prejudicado pela demora nos trâmites burocráticos em processos de licitação também dificultou a implantação do programa.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados obtidos pela execução parcial do programa não foram satisfatórios, não foram compatíveis com os existentes no PPA. Várias ações não foram executadas, portanto as metas previstas não foram alcançadas. Os recursos não foram suficientes ocasionando remanejamentos, não houve pesquisa de satisfação devido a falta de aplicação pelo órgão de instrumentos que possibilitessem uma comunicação entre a Secretaria e os beneficiários do programa.

A ação: Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Produtos Aquícolas Coletivos foi a única executada, pelo incorporado recursos das outras ações do P Programa, por meio de remanejamento, impossibilitando assim a execução das outras ações. Foi priorizada a critério da instância superior do órgão e os recursos foram aplicados em compras de equipamentos.

A Ação 4540-Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Projetos Aquícolas Coletivo, foi programada para 11 projetos e foram executados 400 , porém a dotação inicial de R\$ 12.100,00 passou para R\$ 513.900,00 e o liquidado foi apenas R\$1.954,00 . Convém saber como foi executada essa quantidade sem recurso necessário.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa e suas ações. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. É provável que a falta de técnicos e a qualificação dos mesmos tenha prejudicado o andamento das ações.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária E Pesca – SAGRIMA												
3118-Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Piscicultura Continental do Estado Maranhão	Plano elaborado	Unidade	1	0	0	40.210	0	0	0	0	0	0
3119- Elaboração do Plano de Desen. Da Carcinicultura Marinha do Estado do Maranhão	Plano elaborado	Unidade	7	0	0	609.000	9.000	0	0	0	0	0
4540 - Fortalecimento da Cadeia produtiva de Projetos Aquicolas Coletivos-	Projeto apoiado	Unidade	11	400	3.636	12.100	513.900	500.454	1.954	0,03	121.200	
4541 - Coleta e Sistematização de Informações sobre Aquicultura Estadual	Relatório elaborado	Unidade	11	0	0	4.840	4.840	0	0	0	0	0
4542 - Capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Aquicolas	Aquicultores capacitados -	Unidade	11	0	0	121.000	77.663	7.662	10	0	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a meta física e financeira do programa indicou valor médio da eficiência de 24.240 que corresponde a muito eficiente. Este valor pode ser explicado pelo fato das 5 ações programadas apenas uma foi executada e com distorção da meta física que foi inicialmente planejado com 11 projetos apoiados e acabou sendo transformado para 400 projetos entre aquisição de tanques – redes e kits de pesca do produto. Como houve uma priorização da ação 4540 - Fortalecimento da cadeia produtiva de projetos aquícolas coletivos, foram transferidos todos os recursos para a referida ação, e isso impossibilitou que fossem executadas comprometendo a avaliação do programa

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		

13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA

3118-Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Piscicultura Continental do Estado Maranhão	Plano elaborado	Unidade	1	40.210	40.210	0	0	0	0
3119 - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Da Carcinocultura Marinha do Estado do Maranhão.	Plano elaborado	Unidade	7	609.000	87.000	0	0	0	0
4540 - Fortalecimento da Cadeia produtiva de Projetos Aquícolas Coletivos-	Projeto elaborado	Unidade	11	12.100	1.100	400	1.954	5	0,04
4541 - Coleta e Sistematização de Informações sobre Aquicultura Estadual	Relatório elaborado	Unidade	11	4.840	440	0	0	0	0
4542- capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Aquícolas	Aquicultores capacitados	Unidade	11	121.000	11.000	0	10		0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,008 que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado, na única ação que foi trabalhada de R\$ R\$ 4,8 em relação ao planejado de R\$ R\$12.100,00. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado baixou consideravelmente na execução do programa, em razão da redução dos recursos e elevação da meta.

5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
13101 - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA					
3118-Elaboração do Plano de Desenv. da Piscicultura Continental do Estado Maranhão	Plano elaborado	Unidade	1	0	0
3119- Elaboração do Plano de Desenvolvimento. da Carcinicultura Marinha do Estado do Maranhão	Plano elaborado	Unidade	7	0	0
4540- Fortalecimento da Cadeia produtiva de Projetos Aquicolas Coletivos-	Projeto elaborado	Unidade	11	400	36,3
4541-Coleta e Sistematização de Informações sobre Aquicultura Estadual	Relatório elaborado	Unidade	11	0	0
4542- Capacitação para Dinamização Econômica de Empreendimentos Aquicolas	Aquicultores capacitados	Unidade	11	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 7.26, que revela que o programa foi eficaz. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada na ação 4540 - Fortalecimento da Cadeia produtiva de projetos aquicolas coletivos, que foi realizada com bastante eficácia, porém o programa como um todo não pode ser considerado eficaz, pois das 5 ações planejadas, executou apenas uma. O desempenho do programa foi comprometido em função das ações que foram anuladas pelo remanejamento de seus recursos planejados inicialmente, em favor de uma única ação que foi eficaz, apesar de ter sido mudado o seu produto.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque considerando a visão estratégica do PPA, o referido programa muito pouco contribuiu no ano de 2012 para a solução do problema a que foi gerado o referido programa. Das 5 ações programadas apenas uma foi executada e com distorção do produto que foi inicialmente planejado como projeto apoiado..

5.5.2 Quantos às Diretrizes e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Porque a execução do programa no exercício avaliado não atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados não contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Porque os resultados do Programa contribuiu com o indicador intermediário definido pelo órgão Número de Projetos Apoiados com uma variação de 36% entre o valor de referência e o apurado em 2012. Convém ressaltar que apesar desta contribuição o programa foi totalmente distorcido na sua execução, visto que, apenas uma ação foi realizada e as demais tiveram seus recursos remanejados para esta ação.

5. 4.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Não. Porque o programa não associou nenhum indicador do painel do PPA

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, na elaboração das ações, tanto como quantidade como no recurso financeiro alocado e em seus produtos recomendamos ainda, alteração do programa com a exclusão ou inclusão de ação que melhore o desempenho do programa, desde que esteja em conformidade com a árvore de problemas e objetivos originalmente elaborada. Poderia até pensar em excluí-lo da programação para juntar aos demais programas do órgão e assim melhorar a sua gestão programática .

2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.

3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.

4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.

5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.

6. Convém ressaltar que se trata da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O131–PRODUÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14000 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA		
UNIDADES EXECUTORAS	14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA		
PROBLEMA	Fragilidade do Mercado Cultural		
OBJETIVO	Fortalecer o mercado cultural maranhense mediante a ampliação da produção, da difusão, do acesso aos bens culturais e do fomento às atividades artísticas.		
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 50.204.963,00	Atual: 65.821.380,55	Variação (%): 31,1

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Fomentar a Diversidade Artística e Preservar o Patrimônio Cultural

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO (S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas – SEPLAN

5.1.1 Quanto à Concepção

Diante de um cenário o qual o mercado cultural se apresentava com fragilidades, o programa apresenta um objetivo compatível para resolver o problema que é o de fortalecer o mercado cultural maranhense mediante a ampliação da produção, da difusão, do acesso aos bens culturais e do fomento às atividades artísticas. Portanto, o programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Nesse sentido para o cumprimento desse objetivo o programa possuiu em 2012 10 ações, porém dentre estas algumas se mostraram desnecessárias, pois não obtiveram execução. Possui toda a sociedade maranhense como público alvo apresentando, dessa forma, os produtos do programa alinhados com a demanda da sociedade e de acordo com a mensuração das metas. Destaca-se que, em 2012, o programa atendeu aos 217 municípios do estado, representando um aumento de municípios apoiados de 8,5% em relação ao ano de 2009 o qual o número de municípios apoiados foram 200.

5.1.2 Quanto à Implantação

A dotação inicial orçamentária não foi suficiente, pois os recursos efetivamente aplicados no programa, em 2012, foram no valor de 65,8 milhões, o qual correspondeu a 31% a mais do valor previsto que era de 50,2 milhões. Porém, mesmo com a suplementação orçamentária, passando a ser suficiente, algumas ações não foram executadas. O programa não dispôs de autonomia gerencial institucionalizada, porém como possui ações transversais, tiveram parcerias com órgãos como a SECOM, SETUR, SEJUSP e SES. Dispôs de materiais equipamentos, infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada em grande parte das ações, porém outras nem foram executadas. Ressalta-se que as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram em relação ao planejado concorrendo, dessa forma, para uma baixa economicidade dos gastos com o programa comprometendo. Contribui - se para a análise de resultado do programa o alinhamento do mesmo às orientações estratégicas de governo como diretrizes, no entanto, não possuiu nenhum indicador adequado que mensurasse seu desempenho.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento específico do programa, coordenação das ações e dispor de equipe técnica em qualidade e quantidade suficientes. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto, de forma a refletir o planejamento das ações do órgão. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa e, por fim, utilizar indicadores intermediários adequados, pois o informado corresponde ao produto da ação.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA												
0962-Fomento às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	65	258	39	39.224.963	57.471.372	49.784.729	49.594.629	86	4,6	
3146-Instalação de Centros Regionais de Cultura	Centro regional de cultura instalado	Unidade	2	0	0	400.000	0	0	0	0	0	
4450 - Gestão do Programa	Unidade	Unidade	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0	
4504 - Apoio às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	12	81	675	4.850.000	7.158.333	6.966.333	4.976.337	69	9,7	
4505 - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	Unidade	150	0	0	230.000	30.000	0	0	0	0	
4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	Projeto apoiado	Unidade	30	0	0	2.500.000	282.300	10.000	0	0	0	
4508 - Celebração dos 400 Anos de São Luís	Evento realizado	Unidade	10	0	0	200.000	1.000	0	0	0	0	
4509 - Funcionamento e Modernização das Superintendências de Ação e Difusão e de Cultura Popular	Público atendido	Unidade	1.500.000	2.757.334	183	700.000	240.000	231.317	96.167	40	4,6	
4510 - Funcionamento e Modernização da Escola de Música e Centro de Criatividade	Público atendido	Unidade	44.500	64.060	144	700.000	248.375	229.561	51.798	20	6,9	
4511 - Funcionamento e Modernização dos Teatros Artur Azevedo e João do Vale e do Centro de Artes Cênicas	Público atendido	Unidade	110.000	140.181	127	1.000.000	390.000	382.825	57.916	14	8,5	
COMENTÁRIOS												
A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor da eficiência de 3,43 (343%), que correspondeu a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de algumas ações terem ultrapassado consideravelmente a meta planejada. No entanto, apenas 50% das ações do programa obtiveram um bom desempenho. O órgão não fez uso de duas ações (Instalação de Centros Regionais de Cultura e Gestão do programa) do programa, anulando, dessa forma, os recursos das mesmas e remanejando para outras ações. Cabe destacar que órgão não realizou o lançamento das informações no SISPAC em relação as metas executadas, no prazo determinado, referente a algumas ações, o que em parte, prejudica a avaliação do desempenho do programa.												

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência	
0962-Fomento às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	65	57.471.372	884.174	258	49.594.629	192.227	0,22	
3146-Instalação de Centros Regionais de Cultura	Centro regional de cultura instalado	Unidade	2	0	0	0	0	0	0	-
4450 - Gestão do Programa	Unidade	Unidade	0	0	0	0	0	0	0	-
4504 - Apoio às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	12	7.158.333	596.527	81	4.976.337	61.436	0,10	
4505 - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	Unidade	150	30.000	200	0	0	0	0	0
4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	Projeto apoiado	Unidade	30	282.300	9.410	0	0	0	0	0
4508 - Celebração dos 400 Anos de São Luís	Evento realizado	Unidade	10	1.000	100	0	0	0	0	0
4509 - Funcionamento e Modernização das Superintendências de Ação e Difusão e de Cultura Popular	Público atendido	Unidade	1.500.000	240.000	0,16	2.757.334	96.167	0,03	0,19	
4510 - Funcionamento e Modernização da Escola de Música e Centro de Criatividade	Público atendido	Unidade	44.500	248.375	5,58	64.060	51.798	0,80	0,14	
4511 - Funcionamento e Modernização dos Teatros Artur Azevedo e João do Vale e do Centro de Artes Cênicas	Público atendido	Unidade	110.000	390.000	3,54	140.181	57.916	0,41	0,12	

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 0,077 (7,7%), que corresponde a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado que em 50% das ações foi inferior. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado diminui-se consideravelmente na execução do programa.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA					
0962-Fomento às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	65	258	396,9
3146-Instalação de Centros Regionais de Cultura	Centro regional de cultura instalado	Unidade	2	0	0
4450 - Gestão do Programa	Unidade	Unidade	0	0	0
4504 - Apoio às Atividades Artístico-Culturais	Projeto apoiado	Unidade	12	81	675
4505 - Capacitação de Artistas, Técnicos, Produtores e Empreendedores Culturais	Pessoa capacitada	Unidade	150	0	0
4506 - Plano Literário, Fonográfico e de Apoio à Produção	Projeto apoiado	Unidade	30	0	0
4508 - Celebração dos 400 Anos de São Luís	Evento realizado	Unidade	10	0	0
4509 - Funcionamento e Modernização das Superintendências de Ação e Difusão e de Cultura Popular	Público atendido	Unidade	1.500.000	2.757.334	183
4510 - Funcionamento e Modernização da Escola de Música e Centro de Criatividade	Público atendido	Unidade	44.500	64.060	144
4511 - Funcionamento e Modernização dos Teatros Artur Azevedo e João do Vale e do Centro de Artes Cênicas	Público atendido	Unidade	110.000	140.181	127
COMENTÁRIOS					
A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 152% que revela que houve eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido maior em 50% das ações o que possibilitou elevar a média do programa alcançado pelos resultados das ações. No entanto, destaca-se mais uma vez, a não execução do restante das ações.					

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende a diretriz definida nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, especialmente quanto ao fomento às atividades artístico culturais

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s) - Se Houver

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Porém apesar de ter aumentado o número de municípios apoiados em 8,5% conforme informado, o órgão deve utilizar indicadores intermediários mais apropriados, pois o informado não é adequado por se tratar do produto de uma ação.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. O programa não possui indicador do painel

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Analisar a necessidade da permanência das ações que não foram executadas na revisão do PPA.
2. Garantir o lançamento das informações das metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações;
6. Utilizar indicador adequado, pois o que foi informado trata-se do produto de uma ação;
7. Prever avaliação do programa junto aos beneficiários (público alvo) e aos Conselhos de Política específica.

Ressalta-se que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
O504 – MARANHÃO PATRIMÔNIO CULTURAL						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA					
UNIDADES EXECUTORAS	14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA 17204 – Fundação da Memória Republicana Brasileira					
PROBLEMA	Degradação do patrimônio cultural maranhense					
OBJETIVO	Preservar o patrimônio cultural do estado do Maranhão					
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 8.385.000,00	Atual: 5.899.010,00		Variação (%):	-29,65	
2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)						
Fomentar a Diversidade Artística e Preservar o Patrimônio Cultural.						
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS						
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas – SEPLAN						
5.1.1 Quanto à Concepção						
O programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, porém não definiu um indicador de resultado dificultando, dessa forma, a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Ressalta-se, nesse sentido, que o indicador intermediário informado corresponde ao produto da ação e, que, portanto, deve ser formulado de forma mais adequada.						

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias com instituições, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada, embora os recursos efetivamente executados tenha reduzido em 29,6%. Portanto as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram bem abaixo em relação ao planejado ocorrendo, dessa forma, para uma alta economicidade dos gastos com o programa não comprometendo os resultados na direção esperada. Contribuiu-se para a análise de resultado do programa o alinhamento do mesmo às orientações estratégicas de governo como diretriz, porém não foi informado indicadores intermediários adequados.

COMENTÁRIOS GERAIS

Apesar de ter ultrapassado em boa parte das suas ações as metas planejadas com um recurso abaixo do previsto, observa-se, de forma geral, que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento específico do programa, coordenação das ações e dispor de materiais, equipamentos, infraestrutura, logística e equipe técnica em qualidade e quantidade suficientes. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto para um maior planejamento de forma a possibilitar o atendimento dos objetivos do programa. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa e, por fim, utilizar indicadores intermediários adequados para mensurar o desempenho do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA											
0961 - Dinamização das Atividades do Patrimônio Cultural	Atividade realizada	unidade	30	185	616	1.500.000	2.968.640	2.343.640	1.885.074	63,5	9,7
2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	1	0	0	1.745.000	366.518	366.517	32.722	8,9	0
3105 - Implantação do Museu da Imagem e do Som	Museu implantado	% de execução	25	0	0	800.000	0	0	0	0	0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	400.000	0	0	0	0	0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2	5	250	340.000	11.000	7.922	7.922	72	3,5
4499 - Fiscalização Técnica de Bens Culturais	Fiscalização realizada	unidade	4.500	4.600	102	80.000	10.000	0	0	0	0
4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	4	8	200	820.000	0	0	0	0	0
4501 - Funcionamento e Modernização da Superintendência de Patrimônio Cultural e do Centro de Pesquisa	Público atendido	unidade	9.680	28.564	295	700.000	130.850	114.423	101.178	77,3	3,8
4502 - Funcionamento e Modernização dos Museus	Público atendido	unidade	23.250	82.177	353	1.000.000	167.000	160.221	108.050	64,7	5,5
4503 - Funcionamento e Modernização da Biblioteca, Arquivo e Casa de Cultura	Público atendido	unidade	42.000	14.899	35	1.000.000	1.895.002	1.895.001	1.522.105	80,3	0,4
17204 – Fundação da Memória Republicana Brasileira											
2681 – Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	4	1	25,0	0	265.000	264.984	264.984	100	0,25
4498 – Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2	1	50,0	0	85.000	80.000	80.000	94,1	0,53

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor da eficiência de 1,97 (197%), que correspondeu a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de algumas ações terem ultrapassado consideravelmente a meta planejada, e de outro lado, pelo fato ter havido uma diminuição dos recursos destinados a este programa na ordem de 29%. Ou seja, o programa conseguiu atingir com menos recursos superar a meta planejada em grande parte das ações.

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência										
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA										
0961 - Dinamização das Atividades do Patrimônio Cultural	Atividade realizada	unidade	30	2.968.640	98.954	185	1.885.074	10.189	0,10	
2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	01	366.518	0	0	32.722	0		
3105 - Implantação do Museu da Imagem e do Som	Museu implantado	% de execução	25	0	0	0	0	0	0	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	0	0	0	0	
4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2	11.000	5.500	5	7.922	1.584	0,29	
4499 - Fiscalização Técnica de Bens Culturais	Fiscalização realizada	unidade	4.500	10.000	2,22	4.600	0	0	0	
4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	4	0	0	8	0	0	0	
4501 - Funcionamento e Modernização da Superintendência de Patrimônio Cultural e do Centro de Pesquisa	Público atendido	unidade	9.680	130.850	13,52	28.564	101.178	3,54	0,26	
4502 - Funcionamento e Modernização dos Museus	Público atendido	unidade	23.250	167.000	7,18	82.177	108.050	1,31	0,18	
4503 - Funcionamento e Modernização da Biblioteca, Arquivo e Casa de Cultura	Público atendido	unidade	42.000	1.895.002	45,12	14.899	1.522.105	102,16	2,26	

17204 – Fundação da Memória Republicana Brasileira										
2681 – Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	4	265.000	66.250	1	264.984	264.984	3,99	
4498 – Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2	85.000	42.500	1	80.000	80.000	1,88	

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 1,24 (124%), que corresponde a uma baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado que na maioria das ações foi superior, apesar da redução nos recursos executados em relação ao planejado.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
14101 – Secretaria de Estado da Cultura – SECMA					
0961 - Dinamização das Atividades do Patrimônio Cultural	Atividade realizada	unidade	30	185	616,7
2681 - Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem restaurado	unidade	01	00	0,0
3105 - Implantação do Museu da Imagem e do Som	Museu implantado	% de execução	25	00	0,0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	00	00	0,0
4498 - Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	02	05	250,0
4499 - Fiscalização Técnica de Bens Culturais	Fiscalização realizada	unidade	4.500	4.600	102,2
4500 - Elaboração de Projetos de Restauração e Conservação de Bens Imóveis	Projeto elaborado	unidade	04	08	200,0
4501 - Funcionamento e Modernização da Superintendência de Patrimônio Cultural e do Centro de Pesquisa	Público atendido	unidade	9.680	28.564	295,1
4502 - Funcionamento e Modernização dos Museus	Público atendido	unidade	23.250	82.177	353,4
4503 - Funcionamento e Modernização da Biblioteca, Arquivo e Casa de Cultura	Público atendido	unidade	42.000	14.899	35,5

17204 – Fundação Memória Republicana Brasileira						
2681 – Restauração e Conservação de Bens Culturais Móveis e Imóveis	Bem Restaurado	unidade	4	1	25,0	
4498 – Estudos e Pesquisas Históricas, Arqueológicas, Paleontológicas e Etnológicas	Pesquisa realizada	unidade	2	1	50,0	

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 160%, que revela que houve eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido maior na maioria das ações o possibilitou elevar a média do programa alcançada pelos resultados das ações.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende a diretriz definida nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, especialmente quanto a preservação do patrimônio cultural.

5.5.3 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. O indicador informado não é adequado, pois trata-se do produto de uma ação. E mesmo considerando o indicador definido para o programa indicado no item 4 – Indicadores de Desempenho Intermediários, tem como índice mais recente o número de bens tombados, Fonte: SECMA. Este, no entanto, não apresentou variação, demonstrando que os resultados do programa no exercício avaliado não contribuíram para a melhoria desse indicador específico, consequentemente, para o objetivo e solução do problema.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. O programa não possui indicador do painel

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Analisar a necessidade da permanência das ações que não foram executadas na revisão do PPA;
2. Garantir o lançamento das informações das metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático;
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Utilizar indicadores intermediários adequados, pois o que foi informado corresponde ao produto de uma ação
7. Prever avaliações de satisfação frete aos beneficiários do programa, bem como no Conselho de Política específica, se houver.

Ressalta-se que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O160 – REFORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES		
UNIDADE EXECUTORA	15202 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA		
PROBLEMA	Alta taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas.		
OBJETIVO	Baixar a taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas.		
PÚBLICO ALVO	Famílias de trabalhadores rurais ocupantes de terras públicas não regularizadas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 6.755.094,00	Atual: 7.994.682,26	Variação (%): 18,4 %

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das árvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos. No entanto, no que se refere aos atributos quantitativos não foram definidos o atual índice da taxa de ocupação de terras públicas não regularizadas no Estado e quanto se pretende atingir elevar ao final do exercício ou do PPA que é o objetivo do programa. Além disso, o programa está de conformidade com a diretriz de governo contribuindo erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais, porém a diretriz mais adequada seria dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção de alimentos, em função de uma das linhas estratégicas da diretriz ser disponibilizar áreas aos agricultores através da arrecadação, demarcação e titulação definitiva de terras.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio de suas ações que estão sendo executadas através de execução direta e de parcerias com órgãos estaduais com recursos e meios, órgãos federais através do Ministério de Desenvolvimento Agrário e INCRA com recursos financeiros e doações e as prefei, turas municipais através de um termo de cooperação técnica. A instrumentalização do programa é feita através dos procedimentos de arrecadação sumária, demarcação, vistorias, georreferenciamento, cadastro de famílias e titulação.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Apesar da Reforma Administrativa ocorrida ano passado, conforme a lei nº 9.629, de 19 de junho de 2012, que extinguiu a Secretaria de Desenvolvimento Agrário e vinculou O Instituto de Colonização e Terras do Maranhão à Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar, os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, teve um bom desempenho através da execução de ações em parceria com o INCRA para implantação de habitações rurais e outro ponto a ser destacado foi o cadastramento de famílias quilombolas e as ações do órgão são executadas diretamente com o trabalhador rural.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes, a inclusão da diretriz e de um indicador que possa mensurar o programa. A ausência do indicador dificulta uma avaliação mais precisa sobre a execução e a solução do problema. Podem ser criados também indicadores intermediários relacionados às atividades desenvolvidas pelo órgão que só de fiscalização e cadastramento de famílias.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
55201 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012											
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	140	48	0,3	700.000	20.200	20.200	20.200	1,0	0,3
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	250	73	0,2	1.297.094	32.056	32.056	32.056	1,0	0,2

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	4.608.000	887.464	887.464	887.464	1,0	0,0
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	23	22	0,9	150.000	1.041	1.041	1.041	1,0	0,9
15202 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.											
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	923	8.209	8,8	0	496.749	202.638	200.747	0,4	22,0
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	1.747	1.455	0,8	0	1.374.651	979.168	806.570	0,5	1,6
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	0	4.933.562	4.369.909	4.250.717	0,8	0,0
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	227	248	1,0	0	248.959	19.314	19.314	0,0	-

COMENTÁRIOS

Os dados acima se referem primeiro ao período de janeiro a maio executado pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA que era vinculado a extinta Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - SEDAGRO, enquanto o segundo ao período de junho a dezembro executado pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão que foi vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012, que trata da reestruturação administrativa. A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa para o exercício avaliado indica o valor médio de 3,1 que pela escala de valores é considerado muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado, principalmente pelo bom desempenho da ação Assentamento de Trabalhadores Rurais, em que as metas foram programadas considerando apenas trabalhadores beneficiados com a criação de projetos de assentamentos, mas na execução foram consideradas as etapas de cadastramento de famílias e a fiscalização de habitações rurais o que elevou o número de famílias beneficiadas.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação (Destacar ação do PDE)	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
55201 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	140	20.200	144,2	48	20.200	420,8	2,91
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	250	32.056	128,2	73	32.056	439,1	3,42
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	887.464	0,0	0	887.464	0,0	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	23	1.041	45,2	22	1.041	47,3	1,04
15.202 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	923	496.749	538,1	8.209	200.747	24,4	0,04
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	1.747	1.374.651	786,8	1.455	806.570	554,3	0,70
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	4.933.562	0,0	0	4.250.717	0,0	0,00
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	227	248.959	1.096,7	248	19.314	77,8	0,07
COMENTÁRIOS									
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa a sua eficiência, apresentou o valor de 1,02%, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde é eficiente. O valor obtido pode ser explicado pelo fato da ação regularização fundiária em áreas remanescentes de quilombos ter apresentado a relação entre o custo unitário do produto executado de R\$ 47,31/família beneficiada ter sido superior em relação ao planejado de R\$ 45,26.									

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
55201 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	140	48	0,3
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	250	73	0,2
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	23	22	0,9
15202 - Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
1764 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	Família beneficiada	unidade	923	8.209	8,8
4396 - Regularização Fundiária	Família beneficiada	unidade	1.747	1.455	0,8
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4477 - Regularização Fundiária em áreas Remanescentes de Quilombos	Família de comunidade quilombola beneficiada	unidade	227	248	1,0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa apresentou o valor médio de 1,5, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito superior.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, destacando a ação assentamento de trabalhadores rurais que superou a execução física relativa a trabalhadores beneficiados em 889,40%.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atendeu parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, em função das parcerias principalmente com o INCRA para implantação de habitação rural.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa

Não. Porque não possui indicadores intermediários dificultando a mensuração dos resultados.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não possui indicador vinculado ao Painel de Desempenho Socioeconômico, dificultando a mensuração do desempenho do programa

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Incluir um indicador que possa mensurar ou monitorar o programa de forma mais precisa na solução do problema.
2. Fazer a vinculação do programa à diretriz dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção de alimentos, que possui a linha estratégica correspondente a atuação do órgão de disponibilizar áreas aos agricultores através da arrecadação, demarcação e titulação definitiva de terra.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Verificar o lançamento do acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Observar quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada deve também ter sido alterada a meta física executada para que a eficácia não seja prejudicada.
6. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
7. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.

Ressalta-se, portanto, que por tratar-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O193 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15.000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES		
UNIDADE EXECUTORA	15.101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES		
PROBLEMA	64,6 % da população maranhense encontra-se em situação de insegurança alimentar e nutricional.		
OBJETIVO	Reducir o índice de insegurança alimentar e nutricional do Estado.		
PÚBLICO ALVO	Famílias e indivíduos com vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 3.650.000,00	Atual: 45.812.510,00	Variação (%): 1.155,1 %

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das árvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos e quantitativos. No entanto, no que se refere ao indicador intermediário não foi estabelecido o índice esperado para o exercício 2012 o que dificulta avaliar o desempenho no exercício 2012. O programa está de conformidade com a diretriz de governo contribuindo para assegurar o acesso aos serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio de suas ações que estão sendo executadas em parcerias com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricionais – CAISAN, sociedade civil, potencializando as ações de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN já existentes, através de assessoramento, da capacitação, da premiação, do co-financiamento de projetos produtivos de SAN; apresentação de projetos relativa à temática às agências de fomento para captação de recursos; a descentralização de ações para entidades e municípios e articulação junto a outros setores públicos e privados. No que refere aos recursos orçamentários o programa teve um reforço de dotação orçamentária considerável cuja variação foi de 1.155% para potencializar o alcance dos resultados. Destacam-se ainda que, o programa é executado sob a responsabilidade da Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas corretivas sobre o andamento da execução.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, teve um bom desempenho na execução de ações através da parceria com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricionais – CAISAN, do reforço de dotação orçamentária para a execução do programas, e da receptividade dos beneficiários na participação de eventos, capacitações e atendimento nos equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional. Contudo, a infraestrutura e logística não são suficientes para a execução da Política de SAN assim como quadro técnico insuficiente são os principais entraves a serem enfrentados para não comprometer os resultados na direção esperada.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes no seu indicador e superar os entraves citados acima quanto ao resultado para não comprometer a execução da ação. O programa também obteve resultados não programados destacamos: Comercialização de hortaliças (coentro, cebola, alface, couve) produzidas na horta comunitária do projeto Quilombosan, Famílias mobilizadas e engajadas no Projeto Quilombosan e como consequência a melhoria na renda das famílias quilombolas que participaram do Projeto.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação (Destacar ação do PDE)	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES											
3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade alimentar	Família atendida	unidade	11.824	126	0,0	300.000	44.720.122	22.251	22.521	0,0	-
4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	220	226	1,0	50.000	50.000	47.997	47.997	0,9	1,11
4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	Família atendida	unidade	163.590	123.229	0,7	3.300.000	1.042.388	963.440	845.040	0,8	0,88

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa para o exercício avaliado indica o valor percentual médio de 0,66, considerado na escala de valoração média eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, na ação Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional em que obteve um bom desempenho atingindo 100% da execução física e, ainda obteve resultados não programados como famílias capacitadas por meio do projeto Quilombosan. Enquanto que, na ação Implantação de Projetos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar, o Projeto Água para Todos não foi implantado em função da reestruturação da SEDES e do atraso na liberação dos recursos federais e das licitações.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
15101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES									
3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade alimentar	Família atendida	unidade	11.824	44.720.122	3.782,0	126	22.521	178,0	0,04

4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	220	50.000	227,0	226	47.997	212,0	0,93
4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	Família atendida	unidade	163.590	1.042.388	6,0	123.229	845.040	7,0	1,16

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa, apresentou valor médio de 0,71%, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a uma média eficiência (0,51 a 0,99). O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$212,00/pessoa capacitada em relação ao planejado de R\$ 227,00.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
15101 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES					
3053 - Implantação de Projetos para Famílias em Situação de Vulnerabilidade alimentar	Família atendida	unidade	11.824	126	0,0
4392 - Capacitação na Segurança Alimentar e Nutricional	Pessoa capacitada	unidade	220	226	1,0
4454 - Unidade de Fornecimento e Distribuição de Alimentos	Família atendida	unidade	163.590	123.229	0,7

COMENTÁRIOS

A avaliação do produto obtido na execução do programa apresentou o valor médio de 0,56 que indica pela escala de valores a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada, na ação Implantação de projetos para famílias em situação de vulnerabilidade alimentar não ter atingido o percentual suficiente de execução apesar do bom desempenho das demais ações.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica	
Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?	
Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, destacando as capacitações realizadas na Segurança Alimentar em 100%. Contudo, não houve um desempenho satisfatório na ação implantação de projetos para famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentação o que justifica a média eficiência do programa.	

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atendeu parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, em função das parcerias, do acesso aos restaurantes comunitário e da participação social dos beneficiários. No entanto, vale ressaltar o projeto água para todos não foi implantado em função do atraso no repasse de recursos do governo federal e consequentemente das licitações, o que poderá afetar o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado ao final do PPA.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque o indicador intermediário informado pelo órgão não foi bem delimitando, faltando definir o percentual esperado e a ser alcançado no exercício e ao final do PPA 2012/2015.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o indicador de desempenho socioeconômico do painel não indicado pelo órgão dificultando a sua avaliação

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Revisar o indicador intermediário informado, por não conter o percentual atual e o que se pretende atingir no exercício e ao final do PPA 2012/2015.
2. Verificar a estratégia de implementação das ações que não tiveram uma boa execução e adotar medidas para não afetar o desempenho do programa.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Observar o lançamento do acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Analisar quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada deve também ter sido alterada a meta física executada para que a eficácia não seja prejudicada.
6. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
7. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
8. Ressaltar que por tratar-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O544 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES		
UNIDADE EXECUTORA	15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - AGERP		
PROBLEMA	Serviços de ATER Insuficiente		
OBJETIVO	Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de ATER de qualidade, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do Estado.		
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares tradicionais, mulheres e jovens rurais, ribeirinhos, vazanteiros, atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, extrativistas, artesãos, pescadores artesanais e aquicultores.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 9.046.000,00	Atual: 22.506.080,20	Variação (%): 148,8%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção de alimentos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
Valor Adicionado da Agropecuária(VAA)	(Em mil R\$)	2008	7.682.205			

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %
Taxa de Agricultor Familiar Assistido	Porcentagem	31/12//11	41%	30,52%	26,62%	- 12,77

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das árvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos e qualitativos. O programa está de conformidade com a diretriz de governo contribuindo para Dinamizar o Setor Agropecuário com a Expansão da Capacidade de Produção de Alimentos. No entanto, no que se refere ao indicador, deve ser informado o índice que se pretende atingir ao final do exercício e do PPA o que dificulta uma avaliação mais precisa sobre a sua execução e a solução do problema. E o público alvo deve ser redefinido por tratar de Agricultores familiares tradicionais, mulheres e jovens rurais, ribeirinhos, vazanteiros, atingidos por barragens, indígenas, quilombolas, extrativistas, artesãos, pescadores artesanais e aquicultores.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio de suas ações que estão sendo executadas em parcerias com outras Secretarias tais como: Secretaria de Estado da Agricultura, Secretaria de Estado das Cidades, Fundo de Amparo a Pesquisa – FAPEMA. Assim como, Prefeituras Municipais, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituições Financeiras.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram parcialmente satisfatórios, teve um bom desempenho através da execução de ações em parceria, por ações de programas de outros órgãos setoriais como a Secretaria de Agricultura na distribuição de sementes, com a Secretaria das Cidades no Programa Minha Casa Minha Vida. Dentre os principais destaques para o alcance dos resultados do programa destaca-se: a liberação de recursos, qualificação da equipe técnica e a receptividade dos beneficiários. Entretanto, a infraestrutura insuficiente para atender a demanda da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER é um dos principais entraves a serem enfrentados para não comprometer os resultados na direção esperada. O Programa obteve também resultados não programados como: Apoio ao Programa de Habitação Rural e Emissão de declaração para efeito de comprovação de aposentadoria dos agricultores familiares.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes na sua estratégia de implementação para superar os entraves no alcance dos resultados do programa. Sugere-se ainda ao órgão, revisar o indicador intermediário e o público alvo.

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
55.202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP – Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012												
Ação 3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	0	0,0	700.000	0	0	0	0,0	-	
Ação 4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	0	3.845.310	1.980.503	1.980.503	1.980.503	1,0	0,00	
Ação 4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	8.135	0,1	4.400.690	481.254	529.515	529.315	1,1	0,09	
Ação 4515 - Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	1	0,1	100.000	7.680	7.680	7.680	1,0	0,10	
15.203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.												
Ação 3079 - Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	20	1,0	0	399.900	398.900	32.300	0,0	-	
Ação 4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	0	0	13.560.042	6.391.687	6.322.933	0,4	0,00	
Ação 4514 - Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	57.998	0,7	0	5.984.981	2.053.642	1.297.024	0,2	3,50	
Ação 4515 - Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	4	0,4	0	92.320	62.125	15.773	0,1	4,00	

COMENTÁRIOS

Os dados acima se referem primeiro ao período de janeiro a maio executado pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP que era vinculado a extinta Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - SEDAGRO, enquanto o segundo ao período de junho a dezembro executado pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão - AGERP que foi vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012, que trata da reestruturação administrativa. A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa para o exercício avaliado indica o valor percentual médio de 0,96. Na escala de valoração é considerada média eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, nas ações Implementação das atividades de assistência técnica e extensão rural e a de Capacitação de gestores e técnicos tenham sido executadas parcialmente em relação às metas programadas. Enquanto que, na ação Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural teve um desempenho de 100% na execução física.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
55202 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP										
3079 Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	0	0,0	0	0	-	-	-
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	1.980.503	-	-	1.980.503	-	-	-
4514 Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	481.254	6,0	8.135	529.315	65,0	10,83	
4415 Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	7.680	853,30	1	7.680	7.680	9,00	
15203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP										
3079 Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	399.300	19.965	20	32.300	1.615	0,08	
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	13.560.042	-	-	6.322.933	-	-	-

4514 Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	5.984.981		74,80	57.998	1.297.024	22,3	0,30
4515 Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	0		0,0	4	62.125	31,2	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa apresentou o valor médio de 2,52% expressa na escala de valores como baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$65,00/agricultor assistido em relação ao planejado de R\$ 6,00 e na ação capacitação e formação de gestores e técnicos correspondente ao produto de técnico/gestor capacitado, o custo unitário do produto executado foi de R\$7.680,00 em relação ao planejado de R\$853,30.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação (Destacar ação do PDE)	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
55.202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP					
Ação 3079 Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	0	0,0
Ação 4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	0
Ação 4514 Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	8.135	0,1
Ação 4515 Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	1	0,1
15.203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP					
Ação 3079 Reestruturação da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Pesquisa	Unidade de ATER e pesquisa reestruturada	% de execução	20	20	1,0
Ação 4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	0
Ação 4514 Implementação das Atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	Agricultor familiar assistido	unidade	80.000	57.998	0,7
Ação 4515 Capacitação e Formação de Gestores e Técnicos de ATER e Pesquisa	Técnico/gestor capacitado	unidade	9	4	0,4

COMENTÁRIOS

A avaliação do produto obtido na execução do programa indica a não eficácia, pois apresentou o valor médio de 0,28. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito inferior.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, destacando que foram assistidos 66.133 agricultores familiares. E podendo melhorar nos próximo exercício em função das capacitações previstas para o exercício 2013.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atendeu parcialmente à diretriz dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção definida nas orientações estratégicas de governo, em função das parcerias realizadas, da inserção dos agricultores familiares nas Políticas Públicas (PRONAF, Garantia Safra e Programa de Aquisição de Alimentos), pela introdução de novas tecnologias e inserção no mercado de trabalho.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Os resultados alcançados contribuíram parcialmente com o indicador intermediário, sendo que, apurado 26,62% dos agricultores familiares assistidos em relação ao esperado que foi de 30,52%.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não foi informado o índice esperado e apurado para o exercício avaliado

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Revisar o indicador intermediário e o indicador do Painel de Indicadores com relação ao índice a ser atingido até o final do PPA.
2. Delimitar o público alvo do programa.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Verificar o lançamento do acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Verificar quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada deve também ter sido alterada a meta física executada para que a eficácia não seja prejudicada.
6. Capacitar periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
7. Recomendar a institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações.
8. Ressaltar que por tratar-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0558–DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES		
UNIDADE EXECUTORA	15203 - Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP e 15.112 - Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP		
PROBLEMA	Baixa Geração de Renda para Agricultura Familiar		
OBJETIVO	Elevar o nível de geração de renda na agricultura familiar.		
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares e extrativistas, em especial comunidades tradicionais, assentados de projetos estaduais e federais, quilombolas e indígenas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 44.578.478,00	Atual: 47.819.351,36	Variação (%): 7,3 %

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Dinamizar o setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção de alimentos.

Promover a dinamização da economia e o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das árvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos. No entanto, no que se refere aos atributos quantitativos não foram estabelecidos parâmetros para avaliar o indicador intermediário informado pelo órgão, sabendo-se que a baixa geração de renda da agricultura familiar é o problema a ser resolvido e não foi definido um índice a ser atingido que é elevar o nível de renda na agricultura familiar no exercício e ao final do PPA que é o objetivo do programa. O programa está de conformidade com as diretrizes de governo contribuindo para a Dinamização do setor agropecuário com a expansão da capacidade de produção de alimentos e Promover a dinamização da economia e o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio de suas ações que estão sendo executado em parcerias com as prefeituras municipais, Ministério de Desenvolvimento Social, Ministério de Desenvolvimento Agrário, INAGRO, FAPEMA, EMBRAPA, Instituto de Terra, Agentes Financeiros através de convênios e acordo de cooperação técnica. No que se refere aos recursos orçamentários houve uma variação percentual de 7,3 suficientes para o cumprimento das metas previstas. Outro ponto a ser destacado é que existe autonomia gerencial institucionalizada do programa é executado sob a responsabilidade da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão e pela Gerência de Inclusão Produtiva, vinculadas a Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas corretivas sobre o andamento da execução. Contudo, não houve materiais, equipamentos, infraestrutura e logística em qualidade e quantidades suficientes devido à reestruturação dos órgãos executores do programa.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram parcialmente satisfatórios, teve um bom desempenho pelas parcerias realizadas com: O EMBRAPA por meio de experimentos, Secretaria das Cidades pelo Minha Casa Minha Vida, Secretaria de Desenvolvimento Social através do programa Bolsa Família, Ministério de Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio de Convênios e o BNDS com recursos financeiros. Destaca-se ainda, outros fatores de sucesso tais como: formação de equipe técnica, acessibilidade dos agricultores familiares às tecnologias e implantação de Unidades Demonstrativas e a participação social dos beneficiários do programa através de encontros, seminários, reuniões, dias no campo. Entretanto, a infraestrutura insuficiente para atender a demanda de Assistência Técnica e Extensão Rural e da Gerência de Inclusão Produtiva e o quadro técnico insuficiente e atraso na licitação são alguns dos principais entraves a serem enfrentados para não comprometer os resultados na direção esperada. Tendo em vista, que houve uma reestrutura administrativa que afetou as Unidades Executoras do Programa, que inicialmente o órgão responsável era a extinta Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e passou para a Secretaria de Desenvolvimento Social que com a mudança administrativa incorporou a Agricultura Familiar e as Unidades executoras Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão e a criação da Gerência de Inclusão Socioprodutiva.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes na sua estratégia de implementação para superar os entraves citados acima quanto ao resultado para não comprometer a execução da ação. Outro ponto a ser destacado refere-se à reformulação do indicador para acompanhar a diminuição do nível de geração de renda na agricultura familiar e tomar medidas para solucionar o problema. Sugere-se ainda ao órgão, quando de uma possível revisão do PPA, rever a estratégia de implementação do programa sendo que a maioria ações não obtiveram resultados esperados.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
55101 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – SEDAGRO - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.												
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	6.734	0	0,0	500.000	420.730	420.730	420.730	1,0	0,00	
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0	100.000	1.880	1.880	1.880	1,0	0,00	
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.044	0	0,0	2.064.012	4.636	4.636	4.636	1,0	0,00	
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	0	0,0	7.614.000	10.192	10.192	10.192	1,0	0,00	
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	2.099	0	0,0	6.162.570	2.811	2.811	2.811	1,0	0,00	
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	0	0,0	1.790.000	78.676	78.676	78.676	1,0	0,00	
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.155	0	0,0	8.937.823	0	0	0	0,0	-	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	1.602.294	0	0	0	0,0	-	
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	4.880	0	0,0	14.121.779	1.804.344	801	801	0,0	-	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

55202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.											
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	6	0,6	254.000	1.841	1.841	1.841	1,0	0,60
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	0	0,0	80.000	0	0	0	0,0	-
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	0	0,0	118.000	0	0	0	0,0	-
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	276.000	5.342	5.342	5.342	1,0	0,00
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	2.247	0,0	600.000	0	0	0	0,0	-
A4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	188	0,1	148.000	0	0	0	0,0	-
4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	0	0,0	160.000	0	0	0	0,0	-
4519 Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	0	0,0	50.000	0	0	0	0,0	-
15101 Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.											
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	0	12.890	0,0	0	0	0	0	0,0	0,00
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	0	1.365	0,0	414	0	0	0	0,0	0,00

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	0	0	0,0	0	940.000	0	0	0	0,0	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	0	2.942.295	1.460.430	1.444.131	0,4	0,00	
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0	0	0	0,0	0,00
15112 Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP -- Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.												
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	2.551	2.578	1,0	0	105.182	105.182	105.182	1,0	1,00	
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	4.308	0,0	0	10.049	10.049	10.049	0,9	0,00	
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.004	0	0,0	0	1.528.563	386.689	31.652	0,0	0,00	
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	1.441	0,0	0	9.147.852	2.725.123	2.695.123	0,2	0,00	
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	266	0	0,0	0	6.026.235	202.368	0	0,0	0,0	
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	0	0,0	0	335.257	335.257	9.988	0,0	0,0	
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	940	0	0,0	0	7.948.800	311.925	6.185	0,0	0,0	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	3.477	426	0,1	0	15.286.369	8.064.369	1.846.675	0,1	1,00
15.203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.											
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	8	0,8	0	146.874	108.319	92.874	0,60	1,33
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	0	0,0	0	80.000	36.897	36.615	0,40	0,00
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	62	6,2	0	118.000	96.000	7.000	0,00	-
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	0	270.658	267.462	263.872	0,9	0,00
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	21.118	0,7	0	294.351	264.251	237.484	0,8	0,88
4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	818	0,5	0	148.000	114.553	114.553	0,7	0,71
4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	0	0,0	0	110.000	0	0	0,0	-
4519 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	0	0,0	0	50.000	41.647	0	0,0	-

COMENTÁRIOS

Os dados acima se referem primeiro ao período de janeiro a maio executado pela extinta Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – SEDAGRO e pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - AGERP, enquanto o segundo ao período de junho a dezembro executado pela recém-criada Gerência de Inclusão Socioprodutiva, pela Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – AGERP, que foram incorporadas a Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012, que trata da reestruturação administrativa. A avaliação efetuada da

relação entre as metas física e financeira do programa no exercício avaliado, o valor percentual médio obtido foi de 0,15, na escala de valoração considerada baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado, devido ao desempenho não satisfatório pela maioria das ações. Tendo em vista, a reestruturação dos órgãos envolvidos na execução do programa e o atraso no processo licitatório, sendo que, foi realizado este ano para a realização de ações em 2013, dentre as principais destaca-se: a Implantação das Unidades Cultivares Biofortificadas, as capacitações para o agricultor familiar.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
55101 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – SEDAGRO - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	6.734	420.730	62,4	0	420.730	0,0	0,00
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	1.880	0,0	0	1.880	0,0	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.044	4.636	4,4	0	4.636	0,0	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	10.192	0,5	0	10.192	0,0	0,00
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	2.099	2.811	1,3	0	2.811	0,0	0,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	78.676	116,5	0	78.676	0,0	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.155	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	4.880	1.804.344	369,7	0	801	0,0	0,00

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

55202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	1.841	184,1	6	1.841	306,8	0,00
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	0	0,0	0	0	0,0	0,00
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	5.342	0,0	0	5.342	0,0	0,00
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	0	0,0	2.247	0	0,0	0,00
4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	0	0,0	188	0	0,0	0,00
4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4519 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	0	0,0	0	0	0,0	0,00
15101 Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES – Executado no Período de Junho a Dezembro nº 9.629 de 19.06.2012., conforme a lei									
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	12.890	0	0,0	0,00
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	1.365	0	0,0	0,00
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	0	940.000	0,0	0	0	0,0	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	2.942.295	0,0	0	1.444.131	0,0	0,00

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	0	0	0,0	0	0	0,0	0,00
15112 Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP — Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	2.551	105.182	41,2	2.578	105.182	40,8	10,69
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	10.049	0,0	4.308	10.049	2,3	0,00
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.004	1.528.563	1.552,4	0	31.652	0,0	0,00
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	9.147.852	482,1	1.441	2.695.123	1.870,3	3,88
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	266	6.026.235	22.655,0	0	0	0,0	0,00
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	335.257	496,6	0	9.988	0,0	0,00
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	940	7.948.800	8.456,1	0	6.185	0,0	0,00
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	3.477	15.286.369	4.396,6	426	1.846.675	4.334,9	0,99
15203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.									
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	146.874	14.687,4	8	92.874	11.609,2	0,79
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	80.000	20.000,0	0	36.615	0,0	0,00
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	118.000	11.800,0	62	7.000	112,8	0,01
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	270.658	0,0	0	263.872	0,0	0,00
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	294.351	9,8	21.118	237.484	11,2	1,15
4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	148.000	108,1	818	114.553	140,0	1,29

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	110.000	27.500,0	0	0	0,0	0,00
4519 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	50.000	10.000,0	0	0	0,0	0,00

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa expressa média eficiência, pois apresentou o valor médio de 0,52%. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$4.334,92/Agricultor familiar em APL assistido em relação ao planejado de R\$ 4.396,62.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
55101 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – SEDAGRO - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	6.734	0	0,0
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.044	0	0,0
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	0	0,0
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	2.099	0	0,0
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	0	0,0
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	3.155	0	0,0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	4.880	0	0,0
55202 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP - Executado no Período de Janeiro a maio, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	6	0,6
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	0	0,0
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	0	0,0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	2.247	0,0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	188	0,1
4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	0	0,0
4519 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	0	0,0
15101 Secretaria de Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES – Executado no Período de Junho a Dezembro nº 9.629 de 19.06.2012., conforme a lei					
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	0	12.890	0,0
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	0	0,0
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	0	1.365	0,0
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	0	0	0,0
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	0	0	0,0
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	0	0	0,0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais - APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	0	0	0,0
15.112 Gerência de Inclusão Socioprodutiva – GISP — Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
0954 - Garantia do Seguro Safra	Agricultor familiar atendido	unidade	2.551	2.578	1,0
4324 - Apoio ao Plano Safra	Agricultor familiar assistido	unidade	0	4.308	0,0
4329 - Fomento às Tecnologias Sociais e Produtivas	Agricultor familiar atendido	unidade	1.004	0	0,0
4394 - Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Aquisição de Alimentos	Agricultor familiar atendido	unidade	18.975	1.441	0,0
4395 - Agroindustrialização dos Produtos da Agricultura Familiar	Agricultor familiar atendido	unidade	266	0	0,0
4420 - Desenvolvimento da Geração Futura da Agricultura Familiar	Jovem rural atendido	unidade	675	0	0,0
4421 - Implantação de Sistemas Agroecológicos - Viva Terra	Agricultor familiar beneficiado	unidade	940	0	0,0
4611 - Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Agricultor familiar em APL atendido	unidade	3.477	426	0,1
15.203 Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP – Executado no Período de Junho a Dezembro, conforme a lei nº 9.629 de 19.06.2012.					
3080 - Pesquisa Aplicada a Sistemas de Base Sustentável	Unidade de sistema em base sustentável implantada	unidade	10	8	0,8
3081 - Biofortificação de Alimentos	Unidade de cultivares biofortificados implantada	unidade	4	0	0,0
3082 - Capacitação de Agricultores Familiares	Agricultor familiar capacitado	unidade	10	62	6,2

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0
4516 - Qualificação do Agricultor Familiar ao Crédito Rural	Projeto contratado e assistido	unidade	30.000	21.118	0,7
4517 - Assistência Técnica e Pesquisa Pesqueira e Aquícola	Pescador artesanal/aquicultor assistido	unidade	1.369	818	0,5
4518 - Assistência Técnica às Cadeias e Arranjos Produtivos Locais	Agricultor familiar assistido	unidade	4	0	0,0
4519 - Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo da Agricultura Familiar	Associação/cooperativa assistida	unidade	5	0	0,0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a não eficácia apresentando o valor médio de 0,28. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito inferior na maioria das ações.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, em função das parcerias realizadas. No entanto, a maioria das ações não alcançaram as metas planejadas para o exercício comprometendo avaliação do programa.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atendeu parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, através da introdução de novas tecnologias, inserção no mercado com aumento da renda média do agricultor familiar e emissão de DAP's para acesso ao crédito rural.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque o indicador informado não foi bem formulado dificultando uma avaliação precisa dos resultados do programa com o indicador de desempenho intermediário.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não foi associado nenhum indicador de desempenho socioeconômico do painel do PPA

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Reformular o indicador intermediário informado e verificar a possibilidade de vincular um indicador do Painel de Indicadores ao programa.
2. Revisar a estratégia de implementação do Programa devido à reestruturação dos órgãos Executores ocorrida no decorrer do exercício em função da mudança administrativa e rever as ações que não tiveram uma execução satisfatória.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Fazer o acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Verificar quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada deve também ter sido alterada a meta física executada para que a eficácia não seja prejudicada.
6. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
7. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
8. Ressaltar que por tratar da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0548 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação - SEDUC		
UNIDADES EXECUTORAS	17101 - Secretaria de Estado da Educação - SEDUC		
PROBLEMA	Alto índice de analfabetismo no Estado do Maranhão		
OBJETIVO	Alfabetizar crianças e adolescentes que estão matriculados na Educação Básica e Alfabetizar todas as pessoas acima de 15 anos.		
PÚBLICO ALVO	Alunos do ensino público fundamental e pessoas analfabetas fora da escola.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 5.100.000,00	Atual: 25.910.621,33	Variação (%): 408,1

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Erradicar o Analfabetismo

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
Taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais de idade)	Percentual	20/08/2011	20,9	16,9	20,88	0,99

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 - Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção uma inconsistência entre os atributos qualitativos e quantitativos que não contribuem para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é **Alto Índice de Analfabetismo**. Além disso, o Programa, mesmo associado a uma Diretriz de Governo - Erradicar o Analfabetismo-, não definiu adequadamente um indicador de resultado, dificultando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Analisando os dados, tem-se, em relação à Referência (08/2011), uma redução do índice de analfabetismo em 2012 de 0,99%. Quando se compara o Resultado Esperado x Resultado Apurado, verifica-se um déficit no índice de 24,1%.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do Programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do Programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos e materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada não foi compatível com a meta planejada, mesmo sendo suplementado em 408,1%. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o Programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do Programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégicas de governo, bem como às diretrizes e indicadores. O Programa não possui Ação no PDE.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o Programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do Programa e Coordenação das Ações. Portanto, a partir de uma possível e próxima revisão do PPA - com as lições aprendidas-, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos dos Programas e Ações que contribuam para melhorar o desenho e desempenho do Programa e, principalmente, das Ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gastos. É necessária a realização de iniciativas intersetoriais - verificando as interfaces, transversalidades e interdependências - que potencializem os resultados do Programa, envolvendo outros Atores Sociais, a exemplo dos Conselhos de Políticas e Representações do PÚblico Alvo (beneficiário) no gerenciamento da execução e avaliação do Programa e da Ação. Por fim o Programa apresenta ainda, inconsistência entre os atributos qualitativos e quantitativos que não contribuem para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é **Alto Índice de Analfabetismo**.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
17101 – Secretaria de Estado da Educação											
4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto	Pessoa Alfabetizada	unidade	450.000	40.731	0,09	300.000	21.610.047	1.764.406	443.620	2,05	0,04
4481 - Alfabetização na Educação Básica	Aluno Alfabetizado	unidade	40.320	40.431	1,00	4.000.000	3.500.574	3.500.574	3.500.574	1,00	1,00

COMENTÁRIOS

Em conformidade com a metodologia de valoração adotada, a avaliação do Programa efetuada da relação entre as metas física e financeira do Programa e das Ações indica o valor médio da eficiência de 0,52 (52%). Esta avaliação corresponde a um status de **baixa eficiência**. Essa baixa eficiência pode ser explicada, pelo expressivo aporte de recursos na ação 4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto da ordem de 620,3% (D/E) e a meta física ter sido executada abaixo de 10%.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
17101 – Secretaria de Estado da Educação									
4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto	Pessoa Alfabetizada	Unidade	450.000	21.610.047	48,02	40.731	443.620	10.89	0,23
4481 - Alfabetização na Educação Básica	Aluno Alfabetizado	Unidade	40.320	3.500.574	86,82	40.431	3.500.574	85.94	0,98

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do Programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 0,61(61%), que corresponde a uma **média eficiência**. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$10,89/pessoa alfabetizada em relação ao planejado de R\$ 48,02 que foi 22,7%. Embora essa relação demonstre um custo inferior ao planejado, o expressivo aporte de recursos superior a 600% na ação 4487, o que, pela metodologia desenvolvida, reduz o nível de eficiência do Programa.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação (Destacar Ação do PDE)	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
17101 – Secretaria de Estado da Educação – SEDUC					
4487 - Combate ao Analfabetismo Absoluto	Pessoa Alfabetizada	Unidade	450.000	40.731	0,09
4481 - Alfabetização na Educação Básica	Aluno Alfabetizado	Unidade	40.320	40.431	1,00

COMENTÁRIOS

A avaliação custo de produto obtido na execução do Programa indica que a sua eficácia apresentou o valor de 0,54 (54%), que caracteriza a ineficácia do Programa. Essa ineficácia pode ser explicada pelo baixo índice apresentado na ação 4487 Combate ao Analfabetismo Absoluto, diretamente vinculada à Diretriz de Governo - Erradicar o Analfabetismo. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa.

5.5 - Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da visão estratégica do PPA?

Não. Porque os resultados alcançados na execução do Programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo no médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao Programa?

Sim. Porque a execução do Programa no exercício avaliado atende parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem abaixo do alcance dos objetivos propostos e a solução do problema detectado. A ação 4487 denominada Combate ao Analfabetismo Absoluto, diretamente vinculada à Diretriz de Governo que é Erradicar o Analfabetismo, pelo seu baixo índice de execução, contribuiu para que o Programa não atendesse - ineficaz - satisfatoriamente às Diretrizes e Linhas Estratégicas.

5.5.3 - Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no Programa?

Não. Porque não existe nenhum indicador intermediário

5.5.4 - Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no Programa?

Sim. Porque o(s) indicador(es) de desempenho definido(s) para o Programa indicados no item 3. Indicadores de Desempenho do Painel, tem como índice mais recente o do IBGE que define uma Taxa de analfabetismo - pessoas de 15 anos ou mais idade em 2010 – 94% . O índice apurado ao final do exercício foi de 20,88 – com uma variação de 0,99 % abaixo da meta programada. Essa variação do(s) indicador(es) das ações, 4487 Combate ao Analfabetismo Absoluto e 4481 Alfabetização na Educação Básica , demonstram que os resultados do Programa no exercício avaliado não contribuíram para a melhoria do(s) indicador(es) e, consequentemente, para o objetivo e solução do problema, particularmente quando se compara o Resultado Esperado x Resultado Apurado, que resulta em um déficit no índice de 24,1%.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.

Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com aos instrumentos de gestão definidos.

2. Lançar as alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.
4. Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.
5. E, por fim, na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução e Avaliação de Programas e Ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA											
0549 – GARANTIA DE ACESSO À ESCOLA											
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC										
UNIDADES EXECUTORAS	17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC 17203 - Fundação Nice Lobão										
PROBLEMA	Alta taxa da população sem atendimento escolar										
OBJETIVO	Assegurar condições para universalização do acesso, permanência e sucesso escolar dos estudantes da educação básica, priorizando o ensino médio no meio rural.										
PÚBLICO ALVO	Pessoas em idade escolar.										
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 80.091.000,00	Atual: 93.267.573,51		Variação (%): +16,4							
2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)											
Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte											
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL											
Indicador	Unidade de Medida			Referência							
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)					
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)											
Indicador	Unidade de Medida			Referência							
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado						
Taxa de atendimento escolar da população de 7 a 14 anos	Percentual	20/08/2011	94,40	95,80	92,90						
Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17	Percentual	20/08/2011	84,50	87,10	85,00						

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 - Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

Esse Programa apresenta uma concepção consistente entre os atributos qualitativos e quantitativos que contribuem para o alcance de solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é **alta taxa da População sem atendimento escolar**. Ademais, o Programa, que está adequadamente associado à Diretriz de Governo - Garantir a qualidade do ensino e incentivar as atividades de esporte -, e pelo resultado apresentado, favorece, pelos números, mensurar seu desempenho no exercício avaliado. Analisando os dados, verifica-se para a faixa etária de **7 – 14 anos**, em relação à Referência (08/2011), um atendimento em 2012 de 0,98(98%). Quando se compara o Resultado Esperado x Resultado Apurado, verifica-se um resultado de 0,97 (97%). Para a faixa etária de 15 – 17 anos, esses índices respectivamente são, 1,00 (100%) e 0,98 (98%).

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do Programa tem utilizado estratégias adequadas a exemplo de parcerias, que possibilitam a execução das metas que poderão contribuir concretamente para obtenção de resultados. Apesar dos resultados positivos apresentados não se verifica, com clareza, a existência de uma modelagem de gerenciamento específico do Programa/Ação, em que haja tempestividade da geração de informações para tomada de decisão e ações corretivas e, sobretudo, a que favoreça a verificação da eficiência/ insuficiência e adequação/inadequação de insumos (recursos humanos, materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada está compatível com a meta planejada, mesmo sendo suplementado em mais de 16%. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o Programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do Programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégicas de governo, bem como às diretrizes e indicadores. O Programa não possui Ação no PDE.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o Programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao Gerenciamento do Programa e Coordenação das Ações. Portanto, a partir de uma possível e próxima revisão do PPA - com as lições aprendidas-, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos dos Programas e Ações que contribuam para melhorar o desenho e desempenho do Programa e, principalmente, das Ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gastos. É necessária a realização de iniciativas intersetoriais - verificando as interfaces, transversalidades e interdependências - que potencializem os resultados do Programa, envolvendo outros Atores Sociais, a exemplo dos Conselhos de Políticas e Representações do PÚblico Alvo (beneficiário) no gerenciamento da execução e avaliação do Programa e da Ação. Por fim o Programa precisa melhorar ainda, a consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos de modo a contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é o Alta Taxa da População sem Atendimento Escolar.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC											
0942 - Apoio financeiro à expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída	unidade	202	160	0,79	6.400.000	23.030.000	18.558.442	10.193.995	0,44	1,79
0943 - Apoio Financeiro ao Transporte Escolar	Aluno assistido	unidade	40.250	39.508	0,97	16.550.000	21.154.710	20.804.700	15.713.797	0,73	1,32
3084 - Expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída e aparelhada	unidade	330	235	0,71	8.550.000	29.133.733	20.657.632	9.669.428	0,33	0,46
4270 - Transporte Escolar (*)	Aluno assistido	unidade	1.075	0	0	800.000	0	0	0	0	0,0
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	-	-	-	46.450.00	18.829.630	16.935.332	11.068.215	0	0
17203 – Fundação Nice Lobão – CINTRA											
4616 – Implantação das Ações Pedagógicas e Educativas	Aluno atendido	unidade	7.726	7.813	1,01	1.041.000	1.119.500	1.119.419	1.119.419	0,99	1,02
(*) Os recursos dessa Ação foram remanejados											
Comentários: A avaliação do programa feita por meio da relação entre a metas físicas e financeiras das Ações indica status de Média Eficiência , correspondente na escala de valores a 0,66(66%). Este valor pode ser explicado pelo fato das Ações 0942 Apoio Financeiro à Expansão e Melhoria da Infraestrutura e 3084 Expansão e melhoria da Infraestrutura, tiveram um expressivo aporte de recursos – superiores a 300% - sem que houvesse uma reciprocidade em termos de melhoria de resultados quantitativos em suas programações. A ação 4270 Transporte Escolar teve Eficiência Nula, já que seus recursos foram remanejados para outras Ações.											

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC										
0942 - Apoio financeiro à expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída	Unidade	202	23.030.000	114.099,90	160	10.193.995	63.712,40	0,56	
0943 - Apoio Financeiro ao Transporte Escolar	Aluno assistido	Unidade	40.250	21.154.710	525,58	39.508	15.713.797	397,73	0,76	
3084 - Expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída e aparelhada	Unidade	330	29.133.733	88.284,03	235	9.669.428	41.146,50	0,47	
4270 - Transporte Escolar (*)	Aluno assistido	Unidade	1.075	0	0	0	0	0	0	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	-	46.450.000	-	-	11.068.215	0	0	
17203 – Fundação Nice Lobão – CINTRA										
4616 – Implantação das Ações Pedagógicas e Educativas	Aluno atendido	unidade	7.726	1.119.500	144.90	7.813	1.119.419	143,27	0,99	
COMENTÁRIOS:										
A avaliação de custo do produto obtido na execução do Programa expressa, status muito eficiente $< 0,5$ correspondendo ao valor médio de 0,46(46%). Embora todas as ações, com exceção do Transporte Escolar, alcançaram índices de custo bem menores ao planejado. Embora essa relação demonstre um custo inferior ao planejado, o expressivo aporte de recursos superior a 250% nas ações 0942 e 3084, o que, pela metodologia desenvolvida, implica na redução do nível de eficiência do Programa, na medida em que a eficiência no que se refere a correspondente incremento nas metas, não aumentou na mesma proporção.										

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC					
0942 - Apoio financeiro à expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída	unidade	202	160	0.79
0943 - Apoio Financeiro ao Transporte Escolar	Aluno assistido	unidade	40.250	39.508	0.98
3084 - Expansão e melhoria da infraestrutura	Sala de aula construída e aparelhada	unidade	330	235	0,71
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	0	0	0
17203 – Fundação Nice Lobão – CINTRA					
4616 – Implantação das Ações Pedagógicas e Educativas	Aluno atendido	unidade	7.726	7.813	1,01

COMENTÁRIOS

A avaliação custo de produto obtido na execução do Programa indica que a sua eficácia apresentou valores que se situam como **Não Eficácia**. Essa não eficácia pode ser explicada pela ausência de mecanismos que busquem e propiciem avaliar efetivamente a eficácia das ações programadas, considerando-se que houve expressivo aporte de recursos financeiros, o que, por extensão, possibilitou o alcance e superação das metas programadas.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque os resultados alcançados na execução do Programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente – considerando as interfaces, transversalidades e interdependências, para o alcance da Visão Estratégica Global e Setorial de governo - no médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto às diretrizes elinhas estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao Programa?

Sim. Porque a execução do Programa no exercício avaliado atende parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem abaixo do alcance dos objetivos propostos e a solução do problema detectado. As ações 0942 denominadas Apoio financeiro à expansão e melhoria da infraestrutura e 3084 Expansão e melhoria da infraestrutura, tiveram aportes de recursos superiores a 250% sem que houvesse uma reciprocidade em termos de resultados e nas suas respectivas metas programadas, ao contrário, as metas não foram alcançadas.

5.5.3 - Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no Programa?

Não. Porque Inexistem indicadores de desempenho intermediário.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no Programa?

Sim. Porque o(s) indicador (es) de desempenho definido(s) para o Programa indicados no item 3. Indicadores de Desempenho do Painel têm como índices mais recentes os do IBGE que define uma Taxa de Atendimento Escolar da População de 7 a 14 anos 2010 - de 94,4 e uma Taxa de Atendimento Escolar da População de 15 a 17 anos de 84,5. O índice apurado ao final do exercício foi de, respectivamente, 92,9 e 85 abaixo da meta programada.

A variação para maior das ações 3084 - Expansão e melhoria da infraestrutura e 0942 - Apoio financeiro à expansão e melhoria da infraestrutura, superior a 200%, demonstram que, proporcionalmente não houve incremento nas metas o que, pela metodologia valorativa em aplicação, pode comprometer os resultados do Programa no exercício avaliado de modo que a contribuição para o alcance das metas deveria ser bem mais representativa. Essa dissonância, pode também representar deficiência nos processos de programação das Ações, consequentemente, dos objetivos e soluções dos problemas definidos na Árvore Objetivos/Problemas e na Elaboração dos Programas.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento. Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com aos instrumentos de gestão definidos.

2. Lançar as alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.

3. Estabelecer calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.

4. Capacitar, desenvolvimento, instrumentalização e institucionalização periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de Gestão do Programa, das Ações e do PPA através da adoção de metodologias modernas e adequadas com vistas a melhorar o desempenho, principalmente da Programação Finalística.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0550 – MELHORIA DA GESTÃO EDUCACIONAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC		
UNIDADES EXECUTORAS	17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC 17203 – Fundação Nice Lobão		
PROBLEMA	Alta fragilidade na gestão do sistema estadual de ensino		
OBJETIVO	Assegurar condições físicas, materiais, humanas e financeiras para que o sistema de ensino desenvolva competência técnica e pedagógica, com vista à elevação da produtividade do sistema educacional, observando os princípios da gestão democrática.		
PÚBLICO ALVO	Servidores e gestores do sistema estadual de educação.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 809.377.892,00	Atual: 1.190.217.319,02	Variação (%): 47,0

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)						
Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte						
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
Taxa de abandono no ensino fundamental da rede	Percentual	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
		20/08/2011	3,90	2,90	3,20	
Taxa de abandono no ensino médio da rede estadual	Percentual	20/08/2011	15,80	13,10	14,80	

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa Melhoria da Gestão Educacional apresenta uma concepção consistente entre os atributos qualitativos e quantitativos que contribuem para o alcance de solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é **Alta Fragilidade na Gestão do Sistema Estadual de Ensino**. Ademais, está adequadamente associado à Diretriz de Governo - Garantir a qualidade do ensino e incentivar as atividades de esporte -, e pelos números apresentados, em conformidade com a metodologia de valoração os resultados, favorecem, pelos números, a mensuração do desempenho no exercício avaliado. Analisando os dados, verifica-se que a taxa de abandono no ensino fundamental da rede, alcançou, em relação à Referência (08/2011), um percentual 2012 de 0,82(82%). Quando se compara o Resultado Esperado x Resultado Apurado, este último obteve um índice superior em 10,3%. Isso demonstra a adequação, da execução das ações à diretriz e à árvore de objetivos/problemas.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do Programa desenvolveu-se com estratégias adequadas a exemplo de parcerias, que possibilitam a execução das metas que poderão contribuir concretamente para obtenção de melhores resultados. Apesar dos resultados positivos apresentados não se verifica, com clareza, a existência de uma modelagem de gerenciamento específico do Programa/Ação, de modo que propicie tempestivamente a geração de informações para tomada de decisão e de ações corretivas, e, sobretudo, a que favoreça a verificação da eficiência/insuficiência e adequação/inadequação de insumos (recursos humanos, materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada está compatível com a meta planejada, mesmo sendo suplementado em mais de 16%. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o Programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do Programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégicas de governo, bem como às diretrizes e indicadores.

COMENTARIOS GERAIS

De forma geral, infere-se que o Programa necessita de melhorias na sua estratégia de execução no próximo exercício, sobretudo, com relação aos aspectos gerenciais e de coordenação das Ações. Portanto, a partir de uma possível e próxima revisão do PPA e com as lições aprendidas, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos dos Programas e Ações que contribuam para melhorar o desenho e desempenho e, principalmente, de Ações tais como: produtos e suas especificações e o localizador de gastos, dentre outros. Torna-se necessária a realização de iniciativas intersetoriais - verificando as interfaces, transversalidades e interdependências que potencializem a execução e os resultados do Programa, envolvendo outros Atores Sociais, a exemplo dos Conselhos de Políticas e Representações do Público Alvo (beneficiário) no gerenciamento, na execução e na avaliação do Programa e da Ação. Por fim o Programa precisa melhorar ainda, a consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos de modo a contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é **Alta Fragilidade na Gestão do Sistema Estadual de Ensino**.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)											
Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC											
0944 – Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola assistida	unidade	650	605	0,93	17.300.000	102.023.458	95.529.60	89.446.283	0,88	0,94
0945 – Apoio Financeiro à expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos	Escola beneficiada	unidade	101	60	0,59	700.021	770.021	462.300	462.300	1,00	1,69
4482 – Apoio e desenvolvimento da gestão educacional	Escola assistida	unidade	1.235	545	0,44	5.050.591	3.399.479	1.354.863	1.354.863	1,00	2,27
4483 – Manutenção e funcionamento das escolas	Escola beneficiada	unidade	702	695	0,99	91.037.151	94.452.743	94.452.743	80.002.256	0,85	0,86
4484 – Expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos.	Escola beneficiada	unidade	400	130	0,32	20.000.000	6.691.666	2.181.401	1.077.619	0,49	1,53
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA											
4615 – Qualificação Profissional da Fundação Nice Lobão	Trabalhador qualificado	Unidade	530	144	0,27	30.000	10.000	9.928	9.928	0,33	0,90
COMENTÁRIOS											
A avaliação efetuada com relação à execução física e financeira do Programa e das Ações indica status de muito eficiente , correspondendo ao valor médio de 1,17(117%) comparando-se os custos do programados x custos executados. Entretanto, ao se considerar o aporte de recursos acima de 500% na Ação 0944 Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Gestão Educacional com uma meta executada foi inferior à planejada, o que, pela metodologia de valoração adotada, como não houve alteração no que se refere ao produto escola assistida, demonstra que o status pode ser definido como de média eficiência .											

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC										
0944 – Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola assistida	Unidade	650	102.023.458	156.959	605	89.446.283	147.845	0,94	
0945 – Apoio Financeiro à expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos	Escola beneficiada	Unidade	101	770.021	7.624	60	462.300	7.705	1,01	
4482 – Apoio e desenvolvimento da gestão educacional	Escola assistida	Unidade	1.235	3.399.479	2.753	545	1.354.863	2.486	0,90	
4483 – Manutenção e funcionamento das escolas	Escola beneficiada	Unidade	702	94.452.743	135.548	695	80.002.256	115.111	0,85	
4484 – Expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos.	Escola beneficiada	Unidade	400	6.691.666	16.729	130	1.077.619	8.289	0,50	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	0	0	0	0	0	0	0	0	
17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA										
4615 – Qualificação Profissional da Fundação Nice Lobão	Trabalhador qualificado	Unidade	530	10.000	18,87	144	9.928	68,94	3,65	
COMENTÁRIOS										
<p>A avaliação de custo do produto obtido na execução do Programa expressa, na escala de valoração da metodologia 1,12(112%), correspondendo a pouco eficiente. Ação 0944 que experimentou um aporte de 500% nos recursos sem, no entanto, ter a correspondente alteração das metas físicas programadas. Todas as demais Ações alcançaram índice de custo bem menores ao planejado. Embora essa relação demonstre um custo inferior ao planejado, o expressivo aporte de recursos na Ação 0944, pela metodologia desenvolvida, reduz o nível de eficiência do Programa, na medida em que a eficiência não aumentou na mesma proporção.</p>										

5.4 – Avaliação de Produto (Meta Física) - Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC					
0944 – Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Gestão Educacional	Escola assistida	Unidade	650	605	0,93
0945 – Apoio Financeiro à expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos	Escola beneficiada	Unidade	101	60	0,59
4482 – Apoio e desenvolvimento da gestão educacional	Escola assistida	Unidade	1.235	545	0,44
4483 – Manutenção e funcionamento das escolas	Escola beneficiada	Unidade	702	695	0,99
4484 – Expansão e melhoria dos equipamentos, materiais permanentes e pedagógicos.	Escola beneficiada	Unidade	400	130	0,32
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	-	-	-
17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA					
4615 – Qualificação Profissional da Fundação Nice Lobão	Trabalhador qualificado	Unidade	530	144	0,27
COMENTÁRIOS					
O princípio da eficácia revela para o programa um status de Não Eficácia , uma vez que o valor médio obtido foi de 0,51(51%). Todas as Ações estiveram com desempenho das metas físicas abaixo da unidade. Considerando-se que houve expressivo aporte de recursos financeiros, o que, por extensão, deveria possibilitar o alcance das metas programadas e melhores resultados.					

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1- Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque embora muito eficiente, o Programa, pela escala de valoração da metodologia, foi ineficaz quando se verifica a avaliação do produto. Infere-se que pelos resultados alcançados na execução do Programa que o Programa está contribuindo parcialmente - considerando as interfaces, transversalidades e interdependências -, necessárias ao atingimento da Visão Estratégica Global e Setorial de governo - no médio prazo até 2015. Pode haver melhorias nas próximas avaliações.

5.5.2 - Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao Programa?

Sim. Porque a execução do Programa no exercício avaliado atende parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem abaixo do alcance dos objetivos propostos e a solução do problema detectado. A Ação 0944 denominada Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Gestão Educacional, teve aporte de recursos superiores a 500% sem que houvesse uma reciprocidade, em termos de resultados e nas suas respectivas metas programadas, ao contrário, as metas não foram alcançadas.

5.5.3 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no Programa?

Não. Porque inexistem indicadores de desempenho intermediário.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no Programa?

Sim. Porque o(s) indicador (es) de desempenho definido(s) para o Programa indicados no item 3. Indicadores de Desempenho do Painel têm como índices mais recentes os do IBGE que define como referência uma Taxa de Abandono no Ensino Fundamental da Rede no ano de 2011 de 3,9% e uma Taxa de Abandono no Ensino Médio da Rede Estadual de 15,8%. O índice apurado ao final do exercício foi de, respectivamente, 3,2% e 14,8% abaixo da referência do instituto em 2010. A taxa de abandono do ensino fundamental teve uma redução de 17,9% e a taxa de abandono no ensino médio experimentou uma redução de 6,3%.

6 - RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.
2. Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com aos instrumentos de gestão definidos.
3. Lançar as alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.
4. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.
5. Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.
6. E, por fim, na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução e Avaliação de Programas e Ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA											
0551 – MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E APRENDIZAGEM											
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	17000 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC										
UNIDADES EXECUTORAS	17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC 17203 – Fundação Nice Lobão										
PROBLEMA	Alta taxa de alunos com nível de aprendizagem inadequado										
OBJETIVO	Propiciar as condições necessárias no sentido de garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem aos estudantes.										
PÚBLICO ALVO	Alunos do sistema estadual público de ensino.										
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 31.270.139,00	Atual: 52.645.536,76			Variação (%): 68,4						
2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)											
Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte											
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL											
Indicador		Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012						
IDEB da rede estadual – ensino médio – séries iniciais		Percentual	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado					
IDEB da rede estadual – ensino médio – séries iniciais		Percentual	01/02/2010	4,0	0,0	4,1					
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)											
Indicador		Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012						
IDEB da rede estadual – ensino fundamental – séries finais		Percentual	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado					
IDEB da rede estadual – ensino fundamental – séries finais		Percentual	01/02/2010	3,6	0,0	3,6					
Taxa de reprovação no ensino médio da rede estadual		Percentual	20/08/2011	9,0	6,8	9,7					
Taxa de aprovação no ensino médio da rede estadual		Percentual	20/08/2011	75,2	81,4	75,5					
IDEB da rede estadual – ensino médio		Percentual	01/02/2010	3,0	0,0	3,1					

COMENTÁRIOS

Entre as **séries iniciais**, o resultado apurado foi de **4,1**, abaixo do parâmetro do MEC que é **5,0** pontos. Em relação às séries finais, o resultado foi de **3,6** igual à de 2010, ficando bem abaixo dos **4,1** estabelecidos pelo MEC como parâmetro. Houve um acréscimo na taxa de aprovação, cujo resultado esperado de 6,8 foi superado pelo alcançado de 9,7. A taxa de aprovação esperada de 81,4% não foi alcançada, permanecendo muito próxima da de 2010 que foi de 75,2%. Quanto ao ensino médio que apresentou um IDEB de **3,1** diferiram um pouco em relação ao IDEB 2010. Neste quesito o MEC estabeleceu como parâmetro a nota **3,7**.

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 - Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção uma inconsistência entre os atributos qualitativos e quantitativos que não contribuem para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, que é Alta Taxa de Alunos com Nível de Aprendizagem Inadequado. Além disso, o Programa, mesmo associado a uma Diretriz de Governo - Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esporte -, não definiu adequadamente um indicador de resultado, dificultando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Os resultados abaixo dos parâmetros estabelecidos pelo MEC/IDEB reforça a necessidade da adoção de metodologias que melhorem o desempenho educacional e propiciem o alcance dos parâmetros estabelecidos.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do Programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do Programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, e materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do Programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada não foi compatível com a meta planejada, mesmo sendo suplementado em 408,1%. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o Programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do Programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégicas de governo, bem como às diretrizes e indicadores.

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, observa-se que o Programa necessita de melhorias na sua estratégia e metodologia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do Programa e Coordenação das Ações. Portanto, a partir de uma possível e próxima revisão do PPA - com as lições aprendidas-, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos dos Programas e das Ações que contribuam para melhorar o desenho e desempenho do Programa e, principalmente, das Ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gastos. É necessária a realização de iniciativas intersetoriais, verificando as interfaces, transversalidades e interdependências - que potencializem os resultados do Programa, envolvendo outros Atores Sociais, a exemplo dos Conselhos de Políticas e Representações do Público Alvo (beneficiário) no gerenciamento da execução e avaliação do Programa e da Ação. Por fim o Programa apresenta ainda, inconsistência entre os atributos qualitativos e quantitativos que não contribuem para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos, e, por extensão, comprometem o alcance da Visão Estratégica planejada.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro						
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC												
0946 - Apoio Financeiro à Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	15.000	0	0	600.000	600.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
0947 - Apoio Financeiro à Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	600	0	0	500.000	500.000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
0948 - Apoio Financeiro à Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	433.000	420.000	0,97	12.368.139	39.480.721	36.480.721	36.480.516	0,92	1,05	
2056 - Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	13.100	6.700	0,51	5.500.000	5.500.000	2.714.288	2.346.555	0,43	1,18	
3085 - Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	360	350	0,97	1.500.000	1.282.306	1.282.305	1.282.305	1,00	0,97	
4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	1.900	300	0,16	6.200.000	2.688.227	425.793	239.873	0,09	1,78	
4485 - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas	Escola assistida	unidade	150	149	0,99	1.100.000	70.923	70.923	70.923	1,00	0,99	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA												
4617 – Iniciação Profissional	Trabalhador qualificado profissionalmente	Unidade	1.008	600	0,59	502.000	371.500	313.496,80	313.496,80	0,84	0,70	

COMENTÁRIOS

O Programa encontra-se com status de - **Média Eficiência**, correspondendo ao valor médio de 0,74(74%) que pode ser consequência dos resultados de baixa eficiência pela execução nula das ações 0946 Apoio Financeiro à Formação Profissional e Continuada e 0947 Apoio financeiro à correção do Fluxo Escolar. A avaliação efetuada da relação entre a metas física e financeira do Programa e das Ações indicam que, três ações, 0948 Apoio Financeiro à Assistência Alimentar, 2056 Assistência Alimentar e 4277 Formação Profissional e Continuada situam-se, pela metodologia, no status de **MUITO EFICIENTE**. A Ação 0948 teve um aporte de recursos considerável (E/D) acima de 220%, no entanto seu desempenho foi inferior se compararmos as Ações 2056 e 4277 que não sofreram aporte. As Ações que, quer por anulação de recursos, quer por um outro motivo, situam-se no status de EFICIÊNCIA ZERO. A falta de elementos consistentes quanto à execução, não permite uma avaliação adequada das causas de não execução das mesmas.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC										
0946 - Apoio Financeiro à Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	15.000	600.000	40,00	0	0,00	0,00	0,00	
0947 - Apoio Financeiro à Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	600	500.000	83,33	0	0,00	0,00	0,00	
0948 - Apoio Financeiro à Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	433.000	39.480.721	91,17	420.000	36.480.516	86,86	0,95	
2056 - Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	13.100	5.500.000	419,84	6.700	2.346.555	350,23	0,83	
3085 - Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	360	1.282.306	3.156,96	350	1.282.305	3.663,73	1,16	
4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	1.900	2.688.227	1.414,86	300	239.873	799,57	0,56	
4485 - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas	Escola assistida	unidade	150	70.923	482,82	149	70.923	475,99	0,98	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	0	0	0	0	0	0	0	

17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA									
4617 – Iniciação Profissional	Trabalhador qualificado profissionalmente	Unidade	1.008	371.500	368,55	600	313.496,80	522,49	0,61

COMENTÁRIOS

O Programa, pela metodologia de valoração adotada obteve média de 0,56(56%), correspondendo ao status de - **Média Eficiência = 0,99 a 0,51** - que pode ser consequência dos resultados de baixa eficiência pela execução nula das ações 0946 Apoio Financeiro à Formação Profissional e Continuada e 0947 Apoio financeiro à correção do Fluxo Escolar. A avaliação de custo obtido na execução do Programa expressada pela sua média eficiência apresentou um índice de 0,64(64%). Apenas a **Ação 3085 Correção do fluxo Escolar, situou-se dentro do que se pode definir, pela metodologia de muito eficiente.** Ações que, quer por anulação de recursos, quer por um outro motivo, situam-se no status de EFICIÊNCIA ZERO. A falta de elementos consistentes quanto à sua execução, não permite uma avaliação adequada das causas de não execução das mesmas

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
17101 - Secretaria de Estado da Educação – SEDUC					
0946 - Apoio Financeiro à Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	15.000	0	0,00
0947 - Apoio Financeiro à Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	600	0	0,00
0948 - Apoio Financeiro à Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	433.000	420.000	0,96
2056 - Assistência Alimentar	Aluno assistido	unidade	13.100	6.700	0,51
3085 - Correção do Fluxo Escolar	Escola atendida	unidade	360	350	0,97
4277 - Formação Profissional Inicial e Continuada	Servidor capacitado	unidade	1.900	300	0,16
4485 - Desenvolvimento de Práticas Pedagógicas e Avaliativas	Escola assistida	unidade	150	149	0,99
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	0	0	0

17203 – Fundação Nice Lobão - CINTRA 4617 – Iniciação Profissional Trabalhador qualificado profissionalmente Unidade 1.008 600 0,59					
COMENTÁRIOS A avaliação custo de produto obtido na execução do Programa apresentou o valor médio de 0,56 (56%), o qual situa-se no status de Não Eficácia .. O valor pode ser explicado pelo baixo índice (zero) apresentado nas Ações 0946 Apoio Financeiro à Formação Profissional Inicial e Continuada e 0947 Apoio Financeiro à Correção do Fluxo Escolar					
5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)					
5.5.1Quanto à Visão Estratégica Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA? Não. Porque os resultados alcançados na execução do Programa (0,61) neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo timidamente o atingimento para a Visão Estratégica de Governo e para correção verificada quando na construção da Árvore de Objetivos/Problemas. No médio prazo, até 2015, é possível, através da adoção de novas, adequadas e adaptadas metodologias, melhorar o desempenho e os indicadores para os próximos exercícios.					
5.5.2 - Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao Programa? Sim. Porque a execução do Programa no exercício avaliado atende parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem abaixo do alcance dos objetivos propostos e a solução do problema detectado. A ação 4487 denominada Combate ao Analfabetismo Absoluto, diretamente vinculada à Diretriz de Governo que é Erradicar o Analfabetismo, pelo seu baixo índice de execução, contribuiu para que o Programa não atendesse - ineficaz - satisfatoriamente às Diretrizes e Linhas Estratégicas.					
5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s) Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no Programa? Não. Porque o programa não utilizou indicadores intermediários.					

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no Programa?

Sim. Porque o(s) indicador (es) de desempenho definido(s) para o Programa indicados no item 3. Indicadores de Desempenho do Painel, tem como índices mais recentes os do fornecidos pelo IDEB/MEC que estabelece um parâmetro igual a 5,0 para as **séries iniciais**. No Estado, o índice apurado ao final do exercício foi de 4,1, praticamente igual ao de 2010 que foi de 4,0, ou seja não houve evolução no indicador. Em relação às **séries finais**, o resultado foi de **3,6** igual à de 2010, ficando bem abaixo dos **4,1** estabelecidos pelo MEC como parâmetro. Houve um acréscimo na taxa de aprovação, cujo resultado esperado de 6,8 foi superado pelo alcançado de 9,7. A taxa de aprovação esperada de 81,4 não foi alcançada, permanecendo muito próxima da de 2010 que foi de 75,2. Quanto ao ensino médio que apresentou um IDEB de **3,1** diferiram um pouco em relação ao IDEB 2010. Neste quesito o MEC estabeleceu como parâmetro a nota **3,7**, 16% abaixo do índice esperado.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.
Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com aos instrumentos de gestão definidos.
2. Lançar das alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.
3. Estabelecer de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.
4. Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.
5. Capacitar, desenvolvimento, instrumentalização e institucionalização das equipes gerenciais para o gerenciamento do programa e das ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA					
0536 – DEFESA DO CIDADÃO					
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	19101- Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP				
		19101- Secretaria de Estado da Segurança Pública			
		19102- Polícia Civil			
UNIDADES EXECUTORAS		19110 - Polícia Militar do Estado			
		19111 - Corpo de Bombeiros Militar			
		19902 – Fundo Especial de Segurança Pública			
PROBLEMA:	Alto Índice de Criminalidade e Violência				
OBJETIVO:	Garantir a segurança do cidadão, elevando o grau de confiabilidade no trabalho dos policiais, com a articulação entre o poder público e a sociedade civil, visando à redução de crimes no Estado.				
PÚBLICO ALVO:	Sociedade Maranhense				
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 466.608.066,00	Atual: 577.518.665,34	Variação (%): 23,8		

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)			
Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e Reduzir a Criminalidade			

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)		Referência		Resultado 2012		
Indicador	Unidade de Medida	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
Taxa de Homicídios Dolosos (por 1000.000 hab)	percentagem	31.12.2011	18,6		15,7	
5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA						
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas						
<p>5.1.1Quanto à Concepção O programa apresenta baixa consistência entre seus atributos, no aspecto quantitativo e qualitativo para solucionar o problema central identificado na árvore de problemas. Foi associado a uma Diretriz de Governo e utilizou indicador intermediário, assim como subtítulos para localização de gastos.O Programa possui ações intersetoriais e multidisciplinares envolvendo seus órgãos executores tais como: Secretaria da Segurança Pública, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, assim como dois Fundos vinculados.</p>						
<p>5.1.2Quanto à Implantação O programa utilizou as estratégias adequadas na formação de parcerias e convênios com Órgãos Federais e Estaduais, contudo houve necessidade de suplementar o orçamento na busca de resultados, mas não foi suficiente para atender a demanda. O mesmo não possui gerenciamento específico dificultando a obtenção e consolidação das informações para viabilizar a tomada de decisão, pois o mesmo é composto por 17 ações e possui 7 unidades executoras vinculadas.</p>						
<p>5.1.3Quanto aos Resultados Houve investimentos relevantes no programa que foram potencializados ao longo do exercício justificando a superação de algumas metas em relação ao planejado. Por outro lado foram realizadas anulações de dotações que resultaram em atualizações e adequações das metas físicas da programação inicial diante das alterações orçamentárias, motivadas por cortes no orçamento, descaracterizando algumas ações, comprometendo a qualidade das informações, resultando de modo geral para um resultado pouco satisfatório em relação à demanda da sociedade.</p>						
COMENTARIOS GERAIS						
<p>O Programa possui ações intersetoriais, que envolve 07 unidades orçamentárias, sendo que 05 são também unidades administrativas com autonomia de comando, exceto o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas que não está funcionando. Há necessidade de aperfeiçoar alguns atributos, no sentido melhorar o desenho do programa durante a próxima revisão do PPA 2012-2015, assim como detalhar o localizador de gasto das ações desenvolvidas no interior do Estado. E necessário também, descentralizar as ações típicas executadas pelas unidades orçamentárias e administrativas com recursos do tesouro e convênios, visando um melhor desempenho do programa com os resultados de suas ações.</p>						

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
19101- Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP											
1799-Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	17	70	411,8	15.160.000	59.656.709	56.357.023	41.458.665	69,5	5,93
3001 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria de Segurança Pública	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	41	53	129,3	1.737.684	1.437.684	1.436.088	1.410.601	98,1	1,32
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	Unidade	17	37	217,6	33.615.734	55.390.741	55.323.558	52.121.686	94,1	2,31
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	Unidade	200	260	130,00	133.571	101.571	100.892	98.892	97,4	1,33
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município Seguro	Unidade	217	0	0	10.000	0	0	0	0	0
19102- Polícia Civil											
3122- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão.	Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	4	0	0	400.000	400.000	0	0	0	0
3123- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão.	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	25	0	0	3.200.000	3.200.000	2.865.767	2.811.413	87,9	0
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa					3.700.000	3.700.000	3.699.969	3.698.449	100,0	
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada		20	35	175,0	4.000.000	4.470.000	2.821.484	2.566.372	57,4	3,05
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado		500	2	0,4	500.000	30.000	22.860	22.860	76,2	0,01

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro		217	0	0,0	200.000	200.000	199.857	199.857	99,9	0
19110- Policia Militar do Estado											
3088- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Policia da Militar do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	4	4	100,0	1.300.000	352.000	321.891	321.891	91,4	1,09
3089- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Policia Militar do Maranhão.	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	56	56	100,0	1.200.000	2.906.185	2.606.916	2.602.507	89,6	1,12
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa		0	0	0,0	297.022.413	325.883.938	325.653.934	325.653.934	99,9	
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	16.100	16.100	100	24.324.938	23.801.417	22.969.975	22.025.399	92,5	1,08
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	1.353	1.352	99,9	8.084.150	664.974	527.818	527.818	79,4	1,26
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	217	100,00	3.000.000	3.000.000	2.813.484	2.813.484	93,8	1,07
19111 - Corpo de Bombeiros Militar											
3090 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	1	1	100,0	1.000.000	256.833	247.637	93.194	36,3	2,75
3091 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	17	17	100,0	2.000.000	1.841.867	349.822	255.500	13,9	7,19
4152 –Ações para o cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	Unidade	3.000	3.889	129,6	1.710.000	1.853.167	1.617.052	1.617.052	87,3	1,48
4153 -Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	Unidade	3.500	483.842	13.824	350.000	19.195.899	18.775.000	18.751.438	97,7	141,50
4247-Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	2.000	6.782	339,1	2.820.000	3.520.000	3.244.350	3.244.210	92,2	3,68
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa					58.634.953	63.111.456	61.987.074	61.681.751	97,7	0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	200	1.829	914,5	380.000	419.600	287.551	287.551	68,5	13,35
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	4	1,8	50.000	50.000	46.852	46.852	93,7	0,02
19902 –Fundo Especial de Segurança Pública											
1770- Reforma, adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	Unidade reformada/adaptada/equipada	Unidade	0	9	0	2.000.000	2.000.000	1.233.377	1.191.966	59,6	0
19904 –Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas											
2947- Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado	Unidade	5	0	0	74.623	74.623	0	0	0	0
COMENTÁRIOS											
Analisando o programa, observa-se no conjunto das ações obteve-se a média de eficiência em torno de 7,0%, considerada muito eficiente. Considerando as ações isoladas verificou-se que 16 atingiram valores muito eficiente; duas de baixa eficiência e duas não foram executadas, comprometendo o resultado em termos qualitativos. Convém destacar que houve superação de metas na ação 4143 – Serviços de Defesa Civil, por tratar-se de uma situação de calamidade pública, mas verificou-se também que houve lançamentos equivocados no SISPCA, pois algumas metas não foram lançadas corretamente no período determinado.											

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
19101- Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP									
1799-Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública	Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	17	59.656.709	3.509.218	70	41.458.665	592.266	0,17
3001 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria de Segurança Pública	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	41	1.437.684	35.065	53	1.410.601	26.615	0,76
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	Unidade	17	55.390.741	3.258.278	37	52.121.686	1.408.694	0,43
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	Unidade	200	101.571	507,86	260	98.892	380,35	0,74
4493-Apóio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município Seguro	Unidade	217	10.000	46,08	0	0	0	0
19102- Polícia Civil									
3122- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão.	Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	4	400.000	100.000	0	0	0	0
3123- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	25	3.200.000	128.000	0	2.811.413		
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa			3.700.000			3.698.449		
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	20	4.470.000	223.500	35	2.566.372	73.324	0,33
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	500	30.000	60,00	2	22.860	11.430	190,50
4493-Apóio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	200.000	921,66	0			0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

19110- Policia Militar do Estado										
3088- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Policia da Militar do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	4	352.000	88.000	4	321.891	80.472	0,92	
3089- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Policia Militar do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	56	2.906.185	51.896	56	2.602.507	46.473	0,90	
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa		0	325.883.938			325.653.934	0	0	
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	16.100	23.801.417	1.478	16.100	22.025.399	1.368	0,93	
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	1.353	664.974	491,48	1.352	527.818.	390,40	0,79	
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	3.000.000	13.824	217	2.813.484	12.965	0,94	
19111 - Corpo de Bombeiros Militar										
3090 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	1	256.833	256.833	1	93.194	93.194	1,00	
3091 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	17	1.841.867	108.345	17	255.500	15.029	0,14	
4152 –Ações para o cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	Unidade	3000	1.853.167	617,72	3.889	1.617.052	415,81	0,67	
4153 -Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	Unidade	3.500	19.195.899	5.484	483.842	18.751.438	38,76	0,01	
4247-Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	2.000	3.520.000	1.760	6.782	3.244.210	478,36	0,28	
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa			63.111.456			61.681.751			
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	200	419.600	2.098	1.829	287.551	157,22	0,07	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	50.000	230,41	4	46.852	11.713	50,80
19902 –Fundo Especial de Segurança Pública									
1770- Reforma, adaptação e Equipamento de Unidades Policiais	Unidade reformada/adaptada/equipada	Unidade	0	2.000.000	0	9	1.191.966	132.440	0
19904 –Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas									
2947- Prevenção ao Uso de Drogas	Evento realizado	Unidade	5	74.623	14.924	0	0	0	0
COMENTÁRIOS									
Na relação entre o conjunto dos custos unitários dos produtos das ações planejadas em relação as executadas obteve-se um custo unitário médio de 9,3%, considera pouco eficiente. Considerando as ações isoladas, verificou-se que 7 ações foram muito eficientes, 8 foram média eficiência, 2 não foram eficientes e as demais não foram executadas, contribuindo assim para a média obtida. Convém destacar, que as ações de Serviços de Defesa Civil assim como a de Resgate de Salvamento obtiveram menor custo unitário.									
5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia									
Unidade Orçamentária / Ação				Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)	
						Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A	
19101- Secretaria de Estado da Segurança Pública -SSP									
1799-Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Secretaria da Segurança Pública				Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	17	70	411,8	
3001 - Aparelhamento e Informatização de Unidades da Secretaria de Segurança Pública				Unidade aparelhada e informatizada	unidade	41	53	129,3	
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade				Operação realizada	Unidade	17	37	217,6	
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública				Servidor formado/capacitado	Unidade	200	260	130,0	
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral				Município Seguro	Unidade	217	0	0	
19102- Polícia Civil									
3122- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Polícia Civil do Maranhão.				Unidades implantada/ampliada/modernizada	unidade	4	0	0	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

3123- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Policia Civil do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	25	0	0
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa				
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	20	35	175,0
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	500	2	0,4
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	0	0
19110- Policia Militar do Estado					
3088- Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades da Policia da Militar do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	4	4	100,0
3089- Aparelhamento e Informatização de Unidades da Policia Militar do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	56	56	100,00
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa				
4491 - Prevenção e Repressão da Violência e da Criminalidade	Operação realizada	unidade	16.100	16.100	100,00
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	1.353	1352	99,9
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	217	100,0
19111 - Corpo de Bombeiros Militar					
3090 - Implantação, Ampliação e Modernização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidades implantada/ampliada/modernizada	Unidade	1	1	100,00
3091 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do Corpo de Bombeiros do Maranhão	Unidade aparelhada e informatizada	unidade	17	17	100,00
4152 –Ações para o cumprimento do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico	Edificação vistoriada	Unidade	3.000	3.889	129,6
4153 -Serviços de Defesa Civil	Pessoa assistida	Unidade	3.500	483.842	13.824,1
4247-Resgate e Salvamento	Pessoa atendida	unidade	2.000	6.782	339,1
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa				
4492-Formação e Capacitação dos Profissionais da Segurança Pública	Servidor formado/capacitado	unidade	200	1.829	914,5
4493-Apoio e Segurança ao Processo Eleitoral	Município seguro	unidade	217	4	1,8

19902 –Fundo Especial de Segurança Pública						
1770- Reforma, adaptação e Equipamento de Unidades Policiais		Unidade reformada/adaptada/ equipada	Unidade	0	9	0
19904 –Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas						
2947- Prevenção ao Uso de Drogas		Evento realizado	Unidade	5	0	0
COMENTÁRIOS						
Analisando o nível de eficácia do programa, observa-se que o conjunto de metas físicas das ações apresentam um desempenho médio de 7,1%, considerado eficaz.						
5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)						
5.5.1 Quanto à Visão Estratégica						
Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?						
Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.						
5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas						
Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?						
Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende parcialmente a diretriz e linhas estratégicas de governo com os investimentos feito no período, a exemplo de: Renovação da frota, reaparelhamento do Sistema de Segurança e redução da criminalidade nos locais onde foi implantado vídeo monitoramento, contribuindo para alcançar o objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, contudo faz-se necessário investimento mais nas atividades de campo, principalmente na prevenção.						
5.5.3 – Quanto ao (s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)						
Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?						
Sim. Apesar do indicador não ter sido ainda apurado em 2012, devido a deficiência de dados consolidados com as informações do interior do estado. Verificou-se que em a taxa de homicídios no estado em 2010 foi de 22,48 % e em relação 2011 de 18,55%, havendo portanto um redução na taxa de homicídio no período.						
5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel						
Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?						
Não. Os indicadores constantes no PPA 2012-2015, não estão alinhado ao programa em questão.						

6 – RECOMENDAÇÕES

- 1 - Realizar um redesenho na denominação dos seus atributos do programa na próxima revisão;
- 2- Atualizar mensalmente as informações no SISPCA, pois verificamos inconsistência nas informações enviadas pelo órgão em relação aos lançamentos de metas dos produtos das ações no SISPCA;
- 3 - Consolidar as informações que alimentam o indicador em tempo real para que possa ser medida a evolução do programa;
- 4 - Indicar um Gestor para o programa, para facilitar a consolidação das informações viabilizando a tomada de decisão;
- 5 - Acordar um calendário trimestral de visita do Núcleo Técnico da SEPLAN ao Órgão para acompanhar a execução do programa;
- 6 - Capacitar os técnicos envolvidos no ciclo do planejamento;
- 7 - Planejar melhor as metas físicas em relação às metas orçamentárias;
- 8 - Descentralizar as ações típicas realizadas pelas unidades executoras para potencializar os resultados das metas planejadas a serem alcançadas;
- 9 - Formular ou utilizar outros indicadores oficiais alinhados ao programa.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0118 – TRÂNSITO COM QUALIDADE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	19101 - Secretaria de Estado da Segurança Pública		
UNIDADES EXECUTORAS	19201 - Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN		
PROBLEMA :	Alto índice de acidente de Trânsito no Estado		
OBJETIVO:	Reducir as ocorrências de acidentes de trânsito		
PÚBLICO ALVO:	Sociedade Maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial R\$ 77.050.264,00	Atual: R\$ 81.939.819,00	Variação (%): 1,07

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Reestruturar o Sistema de Segurança Pública e Reduzir a Criminalidade

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa apresenta consistência entre seus atributos, nos aspectos quantitativos e qualitativos para solucionar o problema central identificado na árvore de problemas. O mesmo foi associado a uma Diretriz de Governo criou um indicador intermediário para medir sua evolução, mas não aferiu o resultado. Não foram utilizados subtítulos para localização de gastos compatíveis com 15 CIRETRANS instalados no interior do Estado.

O Programa possui ações intersetoriais e multidisciplinares envolvendo outros órgãos executores do Sistema de Segurança Pública, a exemplo da Fiscalização do Trânsito feita pela Polícia Militar do Estado e Guarda Municipal de São Luís, alem de repasse aos municípios.

5.1.2 Quanto a Implantação

Foi renovada durante o exercício a formalização de convênio entre o DETRAN e a Polícia Militar, no sentido de dar continuidade aos serviços de fiscalização do trânsito, mas não houve informações da retomada de convênio com a Prefeitura de São Luís. Destaca-se a ausência de gerenciamento específico do Programa, resultando em dificuldade de gerar as informações gerenciais sistemáticas necessárias para tomada de decisão. Os resultados alcançados foram satisfatórios, mas seriam otimizados caso fossem potencializados os insumos (recursos humanos, materiais, equipamentos e logística) suficientes e adequados para atender a demanda reprimida.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Realização de investimentos relevantes no programa que foram potencializados ao longo do exercício justificando a superação de algumas metas em relação ao planejado, contudo esses resultados não foram atualizados no SISPCA até a data limite estipulada, resultando em dados lançados no SISPCA de forma equivocada, dificultando uma análise mais precisa em relação aos dados informados pelo órgão executor.

COMENTÁRIOS GERAIS

Há necessidade de aperfeiçoar alguns atributos, durante a próxima revisão do PPA 2012-2015, assim como detalhar o localizador dos gastos das ações desenvolvidas no interior do Estado. E necessário também, viabilizar a descentralização das ações típicas executadas pelas unidades administrativas com recursos próprios e por meio de convênio ou cooperação técnica, visando um melhor desempenho do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro				
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
19201 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN											
4009 - Licenciamento de Veículos	Veículo licenciado	Unidade	520.332	144.504	27,8	15.700.000	15.700.000	12.008.272	12.008.272	76,5	0,37
4010 - Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	Unidade	567.287	213.159	37,6	13.546.720	13.546.720	13.289.863	13.289.863	98,1	0,39
4189-Fiscalização do Tráfego de Veículos	Veículos fiscalizado	Unidade	0	0	0,00	850.000	850.000	219.972	219.972	25,9	0
4608-Educação para o Trânsito	Campanha realizada	Unidade	0	43	0,00	5.200.000	5.200.000	4.969.420	4.969.420	95,6	0
4607 – Cumprimento do Código do Trânsito Brasileiro	Medido pela despesa					6.200.000	6.200.000	6.114.438	6.114.438	98,6	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa					35.553.544	40.443.09	39.594.724	39.594.724	97,9	

COMENTÁRIOS

A média obtida na relação entre o físico e o financeiro foi de 0,19%, considerado baixa eficiência, haja vista que as metas alcançadas não foram lançadas no SISPCA pelo Órgão executor, contribuindo para esse resultado.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência	
19201 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN										
4009- Licenciamento de Veículos	Veículo licenciado	Unidade	520.332	15.700.000	30,18	144.504	12.008.272	83,10	2,76	
4010-Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	Unidade	567.287	13.546.720	23,88	213.159	13.289.860	62,35	2,61	
4189-Fiscalização do Tráfego de Veículos	Veículos fiscalizado	Unidade	0	850.000	0	0	219972	0	0	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

4608-Educação para o Transito	Campanha realizada	Unidade	0	5.200.000	0	43	4.969.420	115.567	0
4607 – Cumprimento do Código do Trânsito Brasileiro	Medido pela despesa			6.200.000			6.114.438	98,6	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa			40.443.099			39.594.724	97,9	

COMENTÁRIOS

O conjunto dos custos unitário dos produtos das ações planejadas em relação às executadas obteve-se um custo unitário médio de 1,34% considerado pouco eficiente.

Considerando os produtos das ações isoladas verificou-se que 2(dois) atingiram escala de valores pouco eficiente, duas não foram executados .

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
19201 - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN					
4009-Licenciamento de Veículos	Veiculo licenciado	Unidade	520.332	144.504	0,28
4010-Habilitação de Condutores	Condutor habilitado	Unidade	567.287	213.159	0,38
4189-Fiscalização do Tráfego de Veículos	Veículos fiscalizado	Unidade	0	0	0
4608-Educação para o Trânsito	Campanha realizada	Unidade	0	43	0
4607 – Cumprimento do Código do Trânsito Brasileiro	Medido pela despesa				
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa				

COMENTÁRIOS

Analizando o nível de eficácia do programa, observa-se que o conjunto de metas físicas das ações apresentam um desempenho médio **de 0,17%**, considerado não eficaz. Resultado este, comprometido em parte, pelo não lançamento de informações no SISPCA.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo para a visão estratégica de governo, podendo melhorar nos próximos exercícios.

A. Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende parcialmente a diretriz e linhas estratégicas de governo.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. O indicador ainda não foi apurado em 2012, devido à deficiência de dados com informações não consolidada, há uma tendência de melhoria nos resultados.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. No painel constante no PPA 2012-2015, não consta indicadores alinhado ao programa em questão.

6 – RECOMENDAÇÕES

- 1 - Realizar um redesenho na denominação dos atributos do programa por ocasião da próxima revisão do PPA 2012/2015, no sentido melhorar o desempenho do mesmo.
- 2 - Atualizar mensalmente as informações no SISPCA, pois verificamos inconsistência nas informações enviadas pelo órgão em relação aos lançamentos de metas dos produtos das ações no SISPCA;
- 3 - Consolidar as informações que alimentam o indicador em tempo real para que possa ser mensurado à evolução do programa;
- 4 - Indicar um Gestor para o programa para acompanhar, e viabilizar a consolidação das informações em tempo real;
- 5 - Acordar um calendário trimestral de visita do Núcleo Técnico da SEPLAN ao Órgão para acompanhar a execução do programa;
- 6 - Capacitar os técnicos envolvidos no ciclo do planejamento e orçamento;
- 7 - Formular ou utilizar outros indicadores oficiais alinhados ao programa;
- 8 - Detalhar o localizador de gasto considerando todas as unidades de atendimento do DETRAN na capital e no interior.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
0552 – UNIVERSALIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	21000 - Secretaria de Estado da Saúde – SES					
UNIDADES EXECUTORAS:	21201 – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA 21901 – FES/Unidade Central					
PROBLEMA:	Baixa Cobertura do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.					
OBJETIVO:	Ampliar a cobertura do abastecimento de água e esgotamento sanitário.					
PÚBLICO ALVO:	Usuários das áreas urbanas dos municípios operados pela CAEMA.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 573.281.133,00		Atual: 646.501.603,45		Variação (%): 12,8%	
2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)						
Universalizar o Acesso aos Serviços de Saneamento Básico.						
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
Taxa de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição em relação ao total de domicílios	Percentual	31/12/2010	65,9%		59,8%	-6,1
Taxa de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) em relação ao total de domicílios.	Percentual	31/12/2010	26,7%		74,1%	47,4
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1. Quanto à Concepção

Os componentes do desenho do programa – objetivo, público alvo, indicadores, ações, metas, produtos e serviços -, são altamente consistentes entre si e adequados qualitativamente para atender o problema que lhe deu origem. No entanto, como se trata da execução do exercício de um ano, a maioria das metas planejadas sofre dificuldades na execução, por se tratar de implantação e ampliação de sistemas, que depende de processos licitatórios, licenças e repasse de recursos provenientes de convênios que tem uma série de obrigações a ser cumpridas. Além disso, devido à elevada demanda por investimentos, sendo que a CAEMA não conseguiu um equilíbrio financeiro nos últimos anos e, desse modo, ficou muito dependente no que concerne às limitações do Estado e ainda com alto índice de inadimplência, e, por isso, as ações planejadas acabaram colidindo com produtos abaixo do esperado.

O problema identificado em relação à situação analisada continua atual, tendo em vista que o índice de atendimento das famílias com cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário ainda é muito baixo no estado do Maranhão. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2011 feita pelo IBGE, 24,6% dos domicílios no Maranhão não tem acesso a serviços de abastecimento de água e 95,8% não tem acesso a serviços de esgotamento sanitário.

Em 2012, foram executadas 09 Ações pela CAEMA e 01 Ação pelo FES/Unidade Central, todas em conformidade com o objetivo e a arvore de problemas do Programa. No geral as ações têm como objetivo o apoio, implantação, ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, além de perfuração de poços e serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final dos esgotos sanitários. O programa tem uma ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE, que é a ação 1068 – Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água.

5.1.2. Quanto à Implantação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como a parceria com o FES/Unidade Central, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que contribuíram negativamente para obtenção de resultados. Os processos envolvidos na execução da gestão do Programa não ficaram tão claros em relação às metas estabelecidas pelo SISPCA, uma vez que a maioria das ações se refere à implantação e ampliação de sistemas e, na maioria dos casos, a execução das obras perpassa um período (um ano). As condições para execução dependem de fatores externos, que pode atrasar os processos, mas como não foi oferecida uma alternativa no estabelecimento das metas, como por exemplo, percentual de andamento das obras, a avaliação fica restrita ao que já foi concluído. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, e materiais, equipamentos e logística). Quanto à adequação e suficiência dos recursos alocados, apesar de o órgão afirmar que a dotação inicial aprovada e o orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) não tenham sido suficiente para o cumprimento das metas previstas pelo Programa, os resultados mostram que o mesmo foi suplementado acima do necessário. Na avaliação geral, a CAEMA cumpriu apenas 35,7% das metas físicas planejadas, tendo empenhado 52,6% do orçamento final e liquidado 44,4%. Se o órgão não tivesse solicitado suplementação de dotação, teria empenhado 59,3% da dotação financeira inicial, o que demonstra que poderia ser feito uma simples readaptação de recursos dentro do próprio programa. Quanto à ação incluída no PDE, não teve um tratamento especial e não cumpriu as metas previstas, devido a sua forte dependência de fatores externos como convênios com órgãos federais, liberação de licenças ambientais etc.

5.1.3. Quanto aos Resultados

As metas planejadas se mantiveram no foco do Programa, embora os resultados obtidos estejam bem abaixo do esperado. Uma das grandes limitações do programa diz respeito ao planejamento orçamentário, em que grande parte dos recursos previstos era proveniente de convênios com órgãos federais, sendo que houve atrasos no processo contratual e a maior parte dos recursos previstos não foram concretizados de fato, limitando a execução do órgão. Outras limitações para o alcance de um melhor desempenho foram à limitação no recurso destinado para o desenvolvimento institucional do órgão e o encarecimento das obras de saneamento e a defasagem dos sistemas existentes.

A ação 1068 – Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de água, que faz parte do Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE, tem como objetivo ampliar e melhorar a capacidade instalada dos sistemas de abastecimento de água existentes. Apesar de ter como meta física a ampliação e/ou melhoramento de 145 sistemas, foram ampliados e/ou melhorados apenas 24 sistemas (16,6% da previsão inicial). A dotação orçamentária caiu de R\$ 218.740.293,00 para R\$ 196.930.806,00, uma redução de 10,0%, tendo sido empenhado 19,7% da dotação final (R\$ 38.875.856,85) e liquidado apenas 5,3% (R\$ 10.473.588,33). Ressaltando que 85,9% dos recursos previstos para ação eram provenientes de recursos de convênios com órgãos federais, dos quais 82,6% simplesmente não foram concretizados.

A execução da Ação 3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, executada pelo FES/Unidade Central, foi executada apenas com recursos de emendas parlamentares, cujos recursos foram transferidos para os municípios designados pelas mesmas e cuja meta executada não pôde ser identificada, uma vez que com as restrições sofridas durante o processo eleitoral as ações começaram a ser executadas mais não foram concluídas em 2012.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, uma discussão maior sobre as formas de execução das metas, tendo em vista que as demoras em uma das obrigações contratuais gera atrasos na execução do Programa. Estabelecer uma quantidade anual dificulta a obtenção de resultados positivos, tendo em vista que muitas obras têm mais de um ano de duração. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações da público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa.

A universalização do acesso aos serviços de água e de esgoto é um objetivo legítimo das políticas públicas porque tem impactos importantes sobre a saúde, o ambiente e a cidadania. No Maranhão, o déficit do setor de saneamento básico é elevado, sobretudo no que se refere ao esgotamento e tratamento de esgotos, com maior carência nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas zonas rurais, onde está concentrada a população mais pobre.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA											
0949 - Apoio à Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	Projeto apoiado	Unidade	0	1		150.000	1.413.934	800.000	786.243	55,6	
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	145	24	16,6	218.740.293	196.930.806	38.875.856	10.473.588	5,3	3,1
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário (ação do PDE)	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	6	6	100,0	4.300.000	27.651.226	14.630.881	10.154.867	36,7	2,7
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	Unidade	12	2	16,7	3.520.000	2.256.066	1.539.733	1.424.233	63,1	0,3
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	Unidade	6	2	33,3	140.142.740	114.157.531	12.093.908	33.951.988	3,5	9,5
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesianos perfurados e captação superficial ampliada	Unidade	12	5	41,7	1.500.000	1.500.000	1.490.052	130.157	8,7	4,8
4160 – Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	Unidade	500.000	42.000	8,4	35.934.805	129.123.266	115.949.391	111.0001.739	86,0	0,1
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Atendimento (s)	0	0		156.643.295	162.681.181	148.889.189	145.002.775	89,1	
4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	Unidade	11.048	3.684	33,3	8.900.000	6.900.000	3.764.284	2.159.812	31,3	1,1

21901 – FES/Unidade Central												
3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água	Sistema Implantado	Unidade	20	0	0	3.450.000	3.887.593	3.850.000	2.755.000	70,9	0	
COMENTÁRIOS												
O programa teve taxa de eficiência média de 2,7, o que significa ter sido muito eficiente, conseguindo realizar as metas físicas além das restrições financeiras. A maioria das ações obteve eficiência elevada, a exceção das Ações 1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, cuja baixa eficiência deve-se ao fato de que, muitos dos sistemas implantados não tiveram as obras concluídas em 2012; a Ação 3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, cujos recursos eram provenientes de emendas parlamentares e foram transferidos para os municípios, que devido ao processo de eleição municipal, sofreu atrasos nas conclusões das obras; e Ação 4160 – Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável, em que foi feita uma estimativa de metas muito além da capacidade de execução do órgão, não sendo corrigida durante o período de execução. Ressalta-se que as ações obras previstas pelas ações 1068, 1705 e 1706 continuam em andamento.												
5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência												
Unidade Orçamentária/ Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado						
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C = Eficiência			
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA												
0949 - Apoio à Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	Projeto apoiado	Unidade	0	150.000		1	786.243					
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água (PDE)	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	145	218.740.293	1.508.553	24	10.473.588	436.399	0,29			
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	6	4.300.000	716.666	6	10.154.867	1.692.477	2,36			
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	Unidade	12	3.520.000	293.333	2	1.424.233	712.116	2,43			

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	Unidade	6	140.142.740	23.357.123	2	3.951.988	1.975.994	0,08
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesianos perfurados e captação superficial ampliada	Unidade	12	1.500.000	125.000	5	130.157	26.031	0,21
21201/4160 – Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	Unidade	500.000	35.934.805	71,87	42.000	111.001.739	2.642	36,77
21201/4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Atendimento (s)	0	156.643.295		0	145.002.775		
21201/4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	Unidade	11.048	8.900.000	805,58	3.684	2.159.812	586,27	0,73
21901 - FES – Unidade Central									
3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água	Sistema Implantado	Unidade	20	3.450.000	172.500	0	2.755.000		
COMENTÁRIOS									
<p>A maioria das ações que apresentaram alta eficiência teve redução no custo unitário do produto, a exceção da Ação 1069, que cumpriu 100% da meta física com uma suplementação em torno de 136% dos recursos financeiros, feita através da adição de recursos de convênios e superávit financeiro.</p> <p>A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 6,2, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a uma baixa eficiência.</p>									

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
21201 - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA					
0949 - Apoio à Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	Projeto apoiado	Unidade	0	1	
1068 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água (PDE)	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	145	24	16,6
1069 - Ampliação e Melhoria de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema ampliado/ melhorado	Unidade	6	6	100
1705 - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água	Sistema implantado	Unidade	12	2	16,7
1706 - Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Sistema implantado	Unidade	6	2	33,3
3086 - Elaboração e Implantação de Programas para Perfuração de Poços e Captação Superficial	Poços artesianos perfurados e captação superficial ampliada	Unidade	12	5	41,7
4160 – Produção, Tratamento e Distribuição de Água Potável	Domicílio atendido	Unidade	500.000	42.000	8,4
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Atendimento (s)	0	0	0
4488 - Manutenção dos Sistemas de Esgoto Sanitário	Usuário atendido	Unidade	11.048	3.684	33,3
21901 - FES – Unidade Central					
3148 – Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água	Sistema implantado	Unidade	20	0	0

COMENTÁRIOS

O Programa não foi eficaz, embora tenha sido eficiente. A obtenção dos produtos (bens e serviços) ficou muito aquém do planejado. O planejado ficou, em média, 4,2 vezes maior que o executado. Relembrando a não conclusão das obras no período, que foi o maior fator dificultador do cumprimento das metas planejadas.

5.5. Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1. Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados, embora não satisfatórios, demonstraram que o problema, o objetivo do programa e as metas estabelecidas pela ação, estão contundentes.

5.5.2. Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque os resultados visam a ampliação do abastecimento do sistema de água e esgotamento sanitário e fortalecimento da instituição o que de fato ocorreu durante a execução de 2012.

5.5.3. Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui indicadores intermediários.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Porque apesar de não ter obtido resultados expressivos, os resultados aumentaram o percentual de domicílios com abastecimento de água e o percentual de domicílios com esgotamento sanitário.

6. RECOMENDAÇÕES

1.O Programa possui uma alta dependência de recursos de convênios com órgãos federais e depende do andamento de outras secretarias para liberação de licenças, licitação etc. o que requer um melhor planejamento do órgão e uma discussão maior sobre as formas de execução das metas, tendo em vista que as demora em uma das obrigações contratuais gera atrasos na execução do Programa. Estabelecer uma quantidade anual dificulta a obtenção de resultados positivos, tendo em vista que muitas obras têm mais de um ano de duração;

2.O lançamento das metas físicas fica comprometido, uma vez que não se pode lançar o percentual de andamento das obras, quando se trabalha com a implantação de sistemas, não há uma garantia que ele seja completamente implantado dentro do exercício estabelecido. Como se trata do primeiro exercício do PPA é preciso ter uma maior observância quanto às metas planejadas, a maioria pode perpassar um exercício ocasionando uma avaliação deficiente;

3.Elaborar relatório de execução parcial das obras, a fim de demonstrar a capacidade do órgão entregar as obras no prazo e os empecilhos enfrentados durante a execução.

4.Estudar melhor a capacidade de trabalho a fim de adequar as metas planejadas a real capacidade de execução do órgão;

5.Possuir gestores de área para facilitar a execução e o monitoramento do programa, atentando para as especificidades de cada ação, como é o caso das ações do PDE.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
0559 – ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	21000 - Secretaria de Estado da Saúde – SES					
UNIDADES EXECUTORAS:	21901 – FES/Unidade Central					
PROBLEMA:	Fragilidade dos componentes do Sistema de Saúde responsáveis pelas Ações de Vigilância, Prevenção e Controle, Diagnóstico, Tratamento de Doenças e Agravos à Saúde, Mitigação de riscos, e Promoção da Saúde					
OBJETIVO:	Reducir as taxas de morbimortalidade por causas evitáveis por meio do fortalecimento do Sistema de Saúde do Estado do Maranhão.					
PÚBLICO ALVO:	Sociedade maranhense.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 918.447.086,00		Atual: 1.175.388.307,76		Variação (%): 28,0%	
2. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)						
Universalizar os Serviços da Saúde com Qualidade e Humanização no Atendimento.						
3. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador		Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
Médicos por habitantes (mil)		Unidade	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
Médicos por habitantes (mil)		Unidade	2010	0,58	-	0,59
Leitos de internação por habitantes (mil)		Unidade	2010	2,45	-	2,08
						Variação (%)
						0,01
						-0,37

4. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
Taxa de mortalidade infantil	Nº de óbitos infantis (menores de 1 ano)/número de nascidos vivos	2010	15,18		15,87	0,69
Taxa de detecção de hanseníase	%/100 mil hab.	2010	52,0		49,2.	-2,8
Proporção de cura dos casos novos de hanseníase	Unidade	2010	85%		78%	-7,0
Proporção de cura dos casos novos de leishmaniose visceral	Unidade	2010	80%		48,9%	-31,1
Taxa de incidência de Tuberculose	%/100 mil hab	2010	24,0		22,0	-2,0
Proporção de cura dos casos novos de Tuberculose	Unidade	2010	75%		47,5%*	-27,5
Taxa de incidência da AIDS	Nº de casos novos de AIDS no período x 100.000/ população local no período	2010	5,4		5,0	-0,4
Leitos/ habitantes	%/mil hab	2010	2,5		2,1/**	-0,4

Obs.:

****Resultado referente ao primeiro semestre de 2012. O resultado final de 2012 só poderá ser apurado em outubro de 2013, devido os casos diagnosticados ainda estarem em tratamento.***

*****Fonte: CNES/DATASUS***

Todos os dados de hanseníase e leishmaniose visceral citados acima são provisórios, os dados definitivos de 2012 só poderão ser confirmados no segundo semestre de 2013 em consequência do longo período de tratamento e encerramento dos casos.

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1. Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1. Quanto à Concepção

O Programa foi executado em conformidade com a árvore de problemas e objetivos, sendo que o problema identificado em relação à situação analisada continua atual, tendo em vista que as taxas de morbimortalidade ainda são bastante elevadas em que continua a fragilidade dos componentes do sistema de saúde no Estado do Maranhão.

Em 2012, foram executadas 24 Ações no Programa de Atenção Integral à Saúde pelo FES/ Unidade Central, todas em conformidade com o objetivo e a árvore de problemas do Programa, sendo que, com o fortalecimento das políticas de saúde voltadas a promoção e prevenção de agravos, o programa trabalha para reduzir situações de riscos à população e as ações propostas de prevenção, promoção e assistência foram suficientes para atingir o objetivo, através da descentralização, capacitação, e distribuição de insumos. No geral as ações têm como objetivo aperfeiçoar os mecanismos de gestão, regulação e avaliação, qualificar e formar profissionais de saúde, estruturar o sistema de saúde, elaborar instrumentos de planejamento, implantar políticas e fortalecer ações com o objetivo de reduzir a mortalidade materno infantil, assegurar serviços especializados de saúde, aumentar a cobertura da rede assistencial do SUS, etc.

Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidos para mensuração das metas, uma vez que os produtos conseguem mensurar o papel de assessoramento do Estado junto aos municípios, seja com atendimento a gestão municipal, seja na capacitação que possibilita atendimentos realizados na forma preconizada, refletindo o beneficiamento da população. O programa tem uma ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE, que é a ação 3128 – Expansão da Rede Assistencial do SUS.

5.1.2. Quanto à Implantação

Em relação aos mecanismos, processos e condições da execução referentes aos resultados esperados, o FES/Unidade Central possui autonomia gerencial institucionalizada para execução do Programa. Quanto à adequação e suficiência dos recursos alocados, houve necessidade de suplementar a dotação inicial aprovada que não foi suficiente para o cumprimento das metas previstas pelo Programa, embora algumas ações tenham sido suplementadas acima do necessário.

Foi formada parceria institucional com as Secretarias de Estado da Mulher, de Igualdade Racial, de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, de Justiça e Administração Penitenciária, dos Direitos Humanos e com a de Agricultura.

O Programa conta com 44 profissionais técnicos na coordenação das ações com dedicação exclusiva, além de possuir materiais e equipamentos, em termos de qualidade e quantidade, suficientes para implantação do mesmo, embora algumas ações tenham tido dificuldades devido o trâmite do processo para aquisição de materiais e equipamentos. O programa ainda teve infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação.

Quanto à ação incluída no PDE, ela teve um tratamento especial, embora não tenha cumprido as metas previstas, tendo em vista que a duração das obras é, na maioria das vezes, superior a um exercício.

5.1.3. Quanto aos Resultados

Ao longo do ano, o orçamento foi acrescido em 28,0%, passando de R\$ 918.447.086,00 para R\$ 1.175.388.307,76. Foram empenhados R\$ 1.127.270.981,91 (95,9% do orçamento final) e liquidados R\$ 1.048.168.710,33 (89,2% do orçamento final). As metas planejadas se mantiveram no foco do Programa com inclusão da participação social

através de campanhas de mobilização social, campanhas educativas, palestras, campanhas de vacinação, buscas ativas e Conselhos Estadual e Municipal de Saúde.

As grandes limitações do programa dizem respeito morosidade do trâmite processual licitatório, período de eleições municipais e rotatividade de equipes técnicas municipais. Os fatores que mais contribuíram para o resultado obtido pelo Programa foram o comprometimento da equipe técnica, programação bem definida e atendimento da população de acordo com a disponibilidade de ações e serviços. E os fatores que mais contribuíram para o atendimento das orientações estratégicas de governo foram o aumento da investigação no número de óbitos maternos e infantis, redução de caos de dengue (em 53%) e ampliação do número de estabelecimentos de saúde.

A ação 3128 – Expansão da Rede Assistencial do SUS (PDE) tem como objetivo ampliar aumentar a cobertura da rede assistencial do SUS nos município e teve como meta física a construção de 20 unidades de saúde. Porém, ao longo do ano foram concluídas e entregues apenas 4 unidades de saúde (20,0% da previsão inicial), sendo que outras obras foram inicializadas, mas não concluídas. A dotação orçamentária passou de R\$ 57.000.000,00 para R\$ 99.514.133,88, um acréscimo de 74,6%, tendo sido empenhado R\$ 99.190.819,08 (99,7% da dotação final) e liquidado 75,2% (R\$ 74.834.460,33). A meta física ficou abaixo do previsto inicialmente, embora a dotação inicial tenha sido suplementada significativamente e quase 100% dos recursos terem sido empenhados. De acordo com o órgão, produto da ação pressupõe unidade construída e funcionando. A variação orçamentária a maior decorreu da necessidade de aquisição de equipamentos para os Hospitais de 20 e 50 leitos; equipamentos para o Hospital Carlos Macieira; Instalação de subestação do Hospital Macro-Regional de Coroatá; Aquisição de grupos geradores para Hospital de Alto Alegre do MA, Peritoró, Barreirinhas, Santo Amaro e UPA da Cidade Operária e complementação de obras para o Centro de Especialidades do Vinhais.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
21901- FES/Unidade Central											
0957 - Apoio à Promoção de Ações e Serviços de Saúde e às Unidades Assistenciais	Município beneficiado	Unidade	217	202	93,0	164.813.980	225.818.349	214.527.790	202.299.462	89,6	1,04
2487 - Distribuição de Leite com Condisionalidade - Leite é Vida	Leite distribuído	litro	32.677.690	9.154.183	28,0	44.114.881	41.286.177	11.718.142	10.353.532	25,1	1,12
3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde construída	Unidade	20	4	20,0	57.000.000	99.514.133	99.190.819	74.834.460	75,2	0,27
4212 - Distribuição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Outras DST	Município beneficiado	Unidade	217	217	100,0	824.420	1.374.052	1.005.2319	740.339	53,9	1,86

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4398 - Contratualização de Estabelecimentos de Saúde	Estabelecimento contratualizado	Unidade	15	28	188,3	53.190.424	51.984.113	51.477.892	43.241.447	83,2	2,26
4439 - Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	Pessoa atendida	Unidade	170.000	150.596	88,6	35.000.000	32.460.775	29.730.396	24.249.573	74,7	1,19
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	0		18.570.334	31.878.834	27.338.275	23.955.744	75,1	
4555 - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Pessoa beneficiada	Unidade	50.065	267.313	533,9	120.000	840.505	598.280	598.280	71,2	7,50
4557 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente	Pessoa beneficiada	Unidade	663.418	660.515	99,6	700.000	813.304	754.185	747.985	92,0	1,08
4562 - Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	Rede assistencial mantida	Unidade	41	38	93,7	519.047.842	661.059.865	654.911.061	637.006.931	96,4	0,97
4563 - Fortalecimento da Hemorrede Estadual.	Hemocomponente distribuído na rede	Unidade	5.467	103.991	1.902,20	506.835	3.459.185	175.905	132.007	3,8	500,58
4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde	Unidade de Saúde adequada	Unidade	4	1	25,0	11.790.165	3.704.895	3.028.277	1.595.290	43,1	0,58
4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	Unidade	40	27	67,5	150.000	310.000	274	274	0,1	675,00
4566 - Execução das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	Estabelecimento inspecionado	Unidade	2.600	3.619	139,2	220.000	82.131	42.130	42.130	51,3	2,71
4567 - Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	Pessoa beneficiada	Unidade	414	363	87,7	300.000	215.787	125.370	125.370	58,1	1,51

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	Pessoa beneficiada	Unidade	218	84	38,5	200.000	135.488	135.487	135.487	100,0	0,39
4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	Pessoa beneficiada	Unidade	3.714	0	0	200.000	85.240	35.239	35.239	41,3	0,0
4570 - Vigilância, Prevenção e Controle de HIV/AIDS, Hepatites e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST	Pessoa beneficiada	Unidade	2.400.000	1.801.033	75,0	350.000	350.000	57.669	57.669	16,5	4,55
4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	Kit distribuído de insumo	Unidade	4.537	0	0	855.000	1.000.000	135.680	135.680	13,6	0,0
4572 - Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	Município apoiado	Unidade	54	43	79,6	100.000	2.331.009	323.948	268.073	11,5	6,92
4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	Unidade estruturada	Unidade	45	0	0	363.205	3.774.800	2.194.292	1.397.575	37,0	0,0
4575 - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Vigilância alimentar e nutricional implantada	Unidade	108	8	7,4	280.000	507.432	27.147	747	0,1	74,0
4610 - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal - PSBU	Município beneficiado	Unidade	139	115	82,7	2.150.000	4.802.229	2.399.205	2.259.657	47,1	1,76
4630 - Ação de Combate ao Câncer	Pessoa Beneficiada	Unidade	1.000.000	0	0	7.600.000	7.600.000	0	0	0	

COMENTÁRIOS

A taxa média de eficiência do Programa ficou distorcida pelos valores observados nas Ações 4563, 4565 e 4575, que elevaram a média para taxa de 61,1. Nesse caso, a mediana fica mais próxima da realidade do programa que foi de 1,2. O valor observado pela mediana mostra que o Programa foi executado de muito eficiente. Em seis das vinte e quatro ações do Programa a taxa de eficiência foi baixa, foram elas: 3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS, cujas obras começaram, mas não foram concluídas no ano de 2012; 4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde, cuja dotação inicial foi reduzida em 68,6% para atender necessidades de outras ações; 4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose, cuja dotação inicial foi reduzida em 32,3% para atender necessidades de outras ações; 4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase, cuja dotação inicial foi reduzida em 57,4% para atender necessidades de outras ações; 4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças, cujos recursos previstos foram contigenciados e o que foi executado, foi utilizado para treinamento de profissionais, monitoramento e supervisão de ações de imunizações nos municípios; e 4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis, que não alcançou a meta em razão do não recebimento dos equipamentos e materiais destinados para a estruturação das vigilâncias epidemiológicas municipais.

5.3. Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C = Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
21901 – FES/Unidade Central										
0957 - Apoio à Promoção de Ações e Serviços de Saúde e às Unidades Assistenciais	Município beneficiado	Unidade	217	164.813.980	759.511	202	202.299.462	1.001.482	1,32	
2487 - Distribuição de Leite com Condicionabilidade - Leite é Vida	Leite distribuído	litro	32.677.690	44.114.881	1,35	9.154.183	10.353.532	1,13	0,84	
3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde construída	Unidade	20	57.0000.000	2.850.000	4	74.834.460	18.708.615	6,56	
4212 - Distribuição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Outras DST	Município beneficiado	Unidade	217	824.420	3.799	217	740.339	3.411	0,90	
4398 - Contratualização de Estabelecimentos de Saúde	Estabelecimento contratualizado	Unidade	15	53.190.424	3.546.028	28	43.241.447	1.544.337	0,44	
4439 - Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	Pessoa atendida	Unidade	170.000	35.000.000	205,88	150.596	24.249.573	161,02	0,78	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	18.570.334		0	23.955.744			
4555 - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Pessoa beneficiada	Unidade	50.065	120.000	2,40	267.313	598.280	2,24	0,93	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

4557 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente	Pessoa beneficiada	Unidade	663.418	700.000	1,06	660.515	747.985	1,13	1,07
4562 - Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	Rede assistencial mantida	Unidade	41	519.047.842	12.659.703	38	637.006.931	16.763.340	1,32
4563 - Fortalecimento da Hemorrede Estadual.	Hemocomponente distribuído na rede	Unidade	5.467	506.835	92,71	103.991	132.007	1,27	0,01
4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde	Unidade de Saúde adequada	Unidade	4	11.790.165	2.947.541	1	1.595.290	1.595.290	0,54
4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	Unidade	40	150.000	3.750	27	274,95	10,18	0
4566 - Execução das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	Estabelecimento inspecionado	Unidade	2.600	220.000	84,62	3.619	42.130	11,64	0,14
4567 - Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	Pessoa beneficiada	Unidade	414	300.000	724,64	363	125.370	345,37	0,48
4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	Pessoa beneficiada	Unidade	218	200.000	917,43	84	135.487	1.612,94	1,76
4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	Pessoa beneficiada	Unidade	3.714	200.000	53,85	0	35.239		
4570 - Vigilância, Prevenção e Controle de HIV/AIDS, Hepatites e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST	Pessoa beneficiada	Unidade	2.400.000	350.000	0,15	1.801.033	57.669	0,03	0,22
4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	Kit distribuído de insumo	Unidade	4.537	855.000	188,45	0	135.680		
4572 - Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	Município apoiado	Unidade	54	100.000	1.851,85	43	268.073	6.234	3,37
4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	Unidade estruturada	Unidade	45	363.205	8.071	0	1.397.575		
4575 - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Vigilância alimentar e nutricional implantada	Unidade	108	280.000	2.592	8	747,63	93,45	0,04
4610 - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal – PSBU	Município beneficiado	Unidade	139	2.150.000	15.467	115	2.259.657	19.649	1,27

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4630 - Ação de Combate ao Câncer	Pessoa Beneficiada	Unidade	1.000.000	7.600.000	7,60	0	0	
----------------------------------	--------------------	---------	-----------	-----------	------	---	---	--

COMENTÁRIOS

A maioria das ações que apresentaram alta eficiência teve redução no custo unitário do produto. A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 0,92 (92%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a uma média eficiência (0,99 a 0,50).

5.4. Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
21901 – FES/Unidade Central					
0957 - Apoio à Promoção de Ações e Serviços de Saúde e às Unidades Assistenciais	Município beneficiado	Unidade	217	202	93,0
2487 - Distribuição de Leite com Condicionalidade - Leite é Vida	Leite distribuído	litro	32.677.690	9.154.183	28,0
3128 - Expansão da Rede Assistencial do SUS	Unidade de Saúde construída	Unidade	20	4	20,0
4212 - Distribuição de Insumos Estratégicos para Prevenção e Controle de HIV/AIDS e Outras DST	Município beneficiado	Unidade	217	217	100
4398 - Contratualização de Estabelecimentos de Saúde	Estabelecimento contratualizado	Unidade	15	28	188,3
4439 - Promoção do Acesso aos Medicamentos do Componente Estratégico, Especializado e de Alto Custo	Pessoa atendida	Unidade	170.000	150.596	88,6
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	0	
4555 - Implementação das Políticas de Atenção à Saúde do Homem e da Pessoa Idosa	Pessoa beneficiada	Unidade	50.065	267.313	533,9
4557 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança e Adolescente	Pessoa beneficiada	Unidade	663.418	660.515	99,6
4562 - Funcionamento da Rede Assistencial Própria do Estado	Rede assistencial mantida	Unidade	41	38	93,7
4563 - Fortalecimento da Hemorrede Estadual.	Hemocomponente distribuído na rede	Unidade	5.467	103.991	1.002,2
21901/4564 - Adequação das Unidades Assistenciais de Saúde	Unidade de Saúde adequada	Unidade	4	1	25,0

21901/4565 - Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária e Vigilância Ambiental	Serviço descentralizado	Unidade	40	27		67,5
21901/4566 - Execução das Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental em Caráter Suplementar	Estabelecimento inspecionado	Unidade	2.600	3.619		139,2
4567 - Vigilância, Prevenção e Controle da Leishmaniose Visceral	Pessoa beneficiada	Unidade	414	363		87,7
4568 - Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose	Pessoa beneficiada	Unidade	218	84		38,5
4569 - Vigilância, Prevenção e Eliminação da Hanseníase	Pessoa beneficiada	Unidade	3.714	0		0
4570 - Vigilância, Prevenção e Controle de HIV/AIDS, Hepatites e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST	Pessoa beneficiada	Unidade	2.400.000	1.801.033		75,0
4571 - Imunobiológicos para a Prevenção e Controle de Doenças	Kit distribuído de insumo	Unidade	4.537	0		0
4572 - Implementação de Políticas de Saúde do Trabalhador	Município apoiado	Unidade	54	43		79,6
4573 - Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde e Atenção Básica em Seus Diversos Níveis	Unidade estruturada	Unidade	45	0		0
4575 - Implementação da Política de Alimentação e Nutrição nos Diferentes Ciclos da Vida	Vigilância alimentar e nutricional implantada	Unidade	108	8		7,4
4610 - Fortalecimento da Estratégia Saúde da Família - PSF e Saúde Bucal – PSBU	Município beneficiado	Unidade	139	115		82,7
4630 - Ação de Combate ao Câncer	Pessoa Beneficiada	Unidade	1.000.000	0		0

COMENTÁRIOS

O Programa não foi eficaz, embora tenha sido eficiente. O planejado ficou, em média, 1,9 vezes maior que o executado. Relembrando a não conclusão das obras no período, dificuldades no processo licitatório, atrasos de repasse de convênios e as eleições municipais foram os fatores que mais dificultaram o cumprimento das metas planejadas.

5.5. Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1. Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados demonstraram que o problema, o objetivo do programa e as metas estabelecidas pelas ações, estão contundentes.

5.5.2. Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque os resultados visam à ampliação da atenção integral a saúde.

5.5.3. Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim . Porque os resultados contribuíram com a melhoria de vários indicadores intermediários, tais como a redução da taxa de mortalidade infantil com variação de 0,69%; taxa de incidência de tuberculose em -2,0%; e Taxa de incidência de AIDS em -0,4 %..

5.5.4. Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Os resultados contribuíram parcialmente, pois o indicador de médicos por habitantes houve uma variação positiva de 0,01% , mas para leitos de internação por habitantes apresentou variação de -0,37

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Revisar as metas planejadas, principalmente as que se referem a execução de obras, tendo em vista que muitas obras têm duração superior a um ano. E quando se tratar de obras, fazer um levantamento do percentual de execução das obras.
2. Analisar as metas planejadas constantemente para que o órgão possa identificar os principais empecilhos para execução das mesmas.
3. Elaborar relatórios parciais de execução para que se possa tomar medidas corretivas das divergências entre o que foi planejado e o que foi executado.
4. Como se trata do primeiro exercício do PPA é preciso ter uma maior observância quanto às metas planejadas. O exercício de 2012 sofreu com as eleições municipais, limitando a transferência para municípios, trocas de equipes e mudança de foco de gestores municipais.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0560 – SANEAMENTO BÁSICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	21000 - Secretaria de Estado da Saúde – SES		
UNIDADES EXECUTORAS:	21901 – FES/Unidade Central		
PROBLEMA:	Baixa Cobertura do Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário.		
OBJETIVO:	Reducir o déficit do índice de cobertura do saneamento básico do Estado.		
PÚBLICO ALVO:	Sociedade maranhense sem cobertura do saneamento básico.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 33.278.392,00	Atual: R\$ 7.901.791,16	Variação (%): -76,3%

2. DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Universalizar o Acesso aos Serviços de Saneamento Básico.

3. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	
Taxa de domicílios com abastecimento de água da rede geral de distribuição em relação ao total de domicílios	Percentual	2010	65,9	-	59,8	-6,1
Taxa de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) em relação ao total de domicílios.	Percentual	2010	26,7	-	74,1	47,4

4. INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1. Quanto à Concepção

O programa foi executado em conformidade com a árvore de problemas e objetivos, e o problema identificado em relação à situação analisada continua atual, tendo em vista que o índice de atendimento das famílias com cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário ainda é insípiente no Estado do Maranhão.

Em 2012, foram executadas 03 Ações pelo FES/Unidade Central, todas em conformidade com o objetivo e a árvore de problemas do Programa. No geral as ações têm como objetivo proporcionar captação de recursos para a execução de sistemas de abastecimento de água, esgoto, coleta e destinação final de resíduos sólidos e o acesso aos serviços de abastecimento de água potável com qualidade.

Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidos para mensuração das metas. No entanto, em 2012, o Programa de Saneamento Básico sofreu forte restrição orçamentária, por conta da LC nº141, de 13.01.2012 que estabeleceu que gastos com saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade não constituiriam despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos que o Estado deve aplicar em ações e serviços públicos de saúde. E, por isso, os recursos da Fonte 121 foram remanejados para atender demandas de outros Programas. O programa não possui ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE e se assemelha com o Programa de Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário executado pela CAEMA.

5.1.2. Quanto à Implementação

Em relação aos mecanismos, processos e condições da execução referentes aos resultados esperados, o FES/Unidade Central possui autonomia gerencial institucionalizada para execução do Programa. Quanto à adequação e suficiência dos recursos alocados, houve uma redução significativa da dotação inicial aprovada, uma vez que os recursos da Fonte 121, referente a ações e serviços públicos de saúde não poderiam mais ser utilizados para efetuação das despesas previstas pelo Programa.

Não foi formada nenhuma parceria institucional para implementação do programa, sendo que este conta com 19 profissionais técnicos na coordenação das ações com dedicação exclusiva, além de possuir materiais e equipamentos, em termos de qualidade e quantidade, suficientes para implantação do Programa, que contou ainda com infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação.

5.1.3. Quanto aos Resultados

O Programa pode ser encaixado indiretamente na diretriz da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, embora seja completamente executado pelo FES/Unidade Central. Ao longo do ano, o orçamento foi reduzido em 76,3%, caindo de R\$ 33.278.392,00 para R\$ 7.901.791,16. Foram empenhados R\$ 5.633.603,36 (71,3% do orçamento final) e liquidados R\$ 4.684.378,76 (59,3% do orçamento final). As metas planejadas se mantiveram no foco do Programa. As grandes limitações do programa dizem respeito ao fato de que as metas físicas não são suficientes para atender a demanda, o orçamento não completa a necessidade do setor e o órgão não possui programa de mobilização e educação social PESMS.

Os resultados obtidos pelo Programa foram insatisfatórios devido ao fato da não utilização dos recursos previstos para execução do mesmo, uma vez que as despesas não são consideradas ações de saúde. Ressalta-se que o órgão havia estudado a possibilidade de não trabalhar com o Programa em 2013, tendo em vista a insuficiência de recursos, mas será executado com recursos ordinários do tesouro por meio de emendas parlamentares.

5.2. Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
21901 – FES/Unidade Central											
3130 – Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	Projeto Elaborado	Unidade	1	0	0	396.000	3.960.000	0	0	0	
3133 – Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água em Zona Urbana	Sistema Ampliado/ Melhorado	Unidade	11	0	0	30.862.392	1.449.975	1.449.975	1.449.975	100,0	0
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	Unidade	0	0		2.020.000	2.491.816	2.091.814	1.617.201	64,9	0

COMENTÁRIOS

O programa não foi eficiente em 2012. Os recursos previstos foram remanejados para atender demandas de outro Programa. Dos recursos que foram executados, as obras não foram concluídas durante o exercício.

5.3 Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F
21901 – FES/Unidade Central								
3130 – Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	Projeto Elaborado	Unidade	1	396.000	396.000	0	0	
3133 – Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água em Zona Urbana	Sistema Ampliado/ Melhorado	Unidade	11	30.862.392	2.805.672	0	1.449.975	
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	Unidade	0	2.020.000		0	1.617.201	

COMENTÁRIOS

As metas planejadas não foram executadas.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
21901 – FES/Unidade Central					
3130 – Elaboração de Projetos de Abastecimento de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	Projeto Elaborado	Unidade	1	0	0
3133 – Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água em Zona Urbana	Sistema Ampliado/ Melhorado	Unidade	11	0	0
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	Unidade	0	0	0

COMENTÁRIOS

O Programa não foi eficaz.

5.5 Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. O Programa foi completamente desfocado em 2012, limitando sua contribuição para Visão estratégica do PPA.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Porque a dotação orçamentária foi fortemente reduzida e apenas os recursos de emendas foram transferidos para os municípios.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s) -

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não houve uma estimativa dos resultados alcançados.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Porque os resultados contribuíram parcialmente, pois o indicador de esgotamento sanitário apresentou um variação de 47,4%, enquanto que o referente ao abastecimento de água teve desempenho de -6,1 %.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. A atuação do Programa foi limitada em 2012, cujo problema já foi corrigido para o exercício de 2013.
2. A execução do Programa foi comprometida por conta da LC nº141, de 13.01.2012 que estabeleceu que gastos com saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade não constituiriam despesas com ações e serviços públicos de saúde, para fins de apuração dos percentuais mínimos que o Estado deve aplicar em ações e serviços públicos de saúde.
3. É notório que os serviços de saneamento básico são de suma importância para o Estado, e a continuação dele no FES/Unidade Central é uma decisão da administração política do Estado. Para os anos seguintes foram efetuadas as correções para que este possa ser plenamente executado e avaliado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O120 – PORTO – Porta Facilitadora de Negócios

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	23101 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - SEDINC		
UNIDADES EXECUTORAS:	23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP		
PROBLEMA:	Necessidade de expansão, ampliação e modernização.		
OBJETIVO:	Expandir o volume de negócios mediante a ampliação e modernização da infraestrutura.		
PÚBLICO ALVO:	A indústria e comércio local do Maranhão e sua hinterlândia		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 46.092.000,00	Atual: 46.092.000,00	Variação (%): 0

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Oferecer Infraestrutura, Logística e Transportes de Qualidade.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
PIB per Capita		2010	6.888,60	-	9.118,00	32,37*
<ul style="list-style-type: none"> • Valor estimado 						

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido em conformidade com as diretrizes de governo e executado de acordo com a árvore de problema e objetivos. O objetivo definido está compatível com a solução do problema. As ações concebidas para a realização do Programa foram bem elaboradas; o público alvo corretamente caracterizado e delimitado. As metas físicas, foram suficientes e necessárias em sua quantidade programada. No entanto, o programa não utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos. E também não foi prevista nenhuma avaliação pelos membros de conselho de políticas associado ao setor. O Programa possui uma ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão - PDE/MA.

5.1.2 Quanto à Implementação

Na implementação do programa, houve adequação e suficiência dos recursos para cumprimento das metas previstas. O orçamento até ao final do exercício avaliado foi suficiente para cumprir as metas estabelecidas. Além disso, contou com materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implementação, assim como a logística e a infra estrutura. Não foram formadas parcerias para a implementação do programa. A Ação incluída no PDE/ma teve tratamento prioritário na implantação do programa.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados obtidos foram submetidos a apreciação das instâncias superiores de decisão do órgão e verifica-se que os resultados lançados no SISPCA são compatíveis com os existentes no PPA, LDO e LOA. Não foi realizada pesquisa de satisfação junto ao público alvo sobre o resultado do programa. Os fatores de sucesso que contribuíram para o alcance dos resultados do programa foram: Prioridades na execução das ações emergências; planejamento adequado para o cumprimento do prazo e um acompanhamento mais próximo das ações. Os principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa foram: O processo de revisões e adequações das licitações; agilidade no fechamento do orçamento pelos fornecedores e o atraso nos laudos de terceiros necessários para o andamento dos processos. A meta prevista, especialmente para a ação 1688- incluída no PDE/MA, foi cumprida.

5.2 Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro				
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H
23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP										
1688 – Ampliação e Modernização do Porto	Área Portuária ampliada/modernizada	M ²	69.570	49.414	71,1	41.742.000	41.742.000	-	-	-

4166 – Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	Unidade	6	2	33,3	4.350.000	4.350.000				
--------------------------------	----------------------	---------	---	---	------	-----------	-----------	--	--	--	--

COMENTÁRIOS

Pela natureza do órgão sendo uma empresa de economia mista e, por não se integrar ao SIAFEM não são lançadas as informações financeiras e nem as metas físicas no sistema de acompanhamento do planejamento. Dessa forma fica impossibilitada a realização da Avaliação do órgão.

5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)			
23203 - Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP										
1688 – Ampliação e Modernização do Porto	Área Portuária ampliada/modernizada	M ²								
4166 – Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	Unidade								

COMENTÁRIOS

Pela natureza do órgão sendo uma empresa de economia mista e, por não se integrar ao SIAFEM não são lançadas as informações financeiras e nem as metas físicas no sistema de acompanhamento do planejamento. Dessa forma fica impossibilitada a realização da Avaliação do órgão.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado		Executado		Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A		
1688 – Ampliação e Modernização do Porto	Área Portuária ampliada/modernizada	M ²					
4166 – Aparelhamento Portuário	Diretoria aparelhada	Unidade					

COMENTÁRIOS

Pela natureza do órgão sendo uma empresa de economia mista e, por não se integrar ao SIAFEM não são lançadas as informações financeiras e nem as metas físicas no sistema de acompanhamento do planejamento. Dessa forma fica impossibilitada a realização da Avaliação do órgão.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque como o programa não tem seus resultados registrados nos sistemas corporativos da Seplan no exercício avaliado não podemos informar a sua contribuição para a construção da visão estratégica do PPA

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Porque embora o programa esteja associado a uma diretriz de governo como não tem registro de seus resultados não podemos dimensionar a sua contribuição com a respectiva diretriz

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não há nenhum indicador intermediário definido para o programa

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque embora o programa tenha definido um indicador de desempenho do painel – PIB Per Capita -, e a sua apuração em valor estimado para 2012 tenha indicado uma variação de 32,37 % em relação ao valor de referência, indicando assim que o programa tenha dado uma contribuição ao desempenho do referido indicador. Mas estão faltando elementos para uma avaliação mais precisa.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.
4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação fianalistica.
5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Convém ressaltar que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
O122 – REGISTRO DAS ATIVIDADES MERCANTIS						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC					
ÓRGÃOS EXECUTORES	23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA					
PROBLEMA	Elevada quantidade de empresas funcionando na informalidade					
OBJETIVO	Promover e garantir a prestação de serviço do registro público de empresas mercantis e atividades afins					
PÚBLICO ALVO	Empreendedores					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 4.290.619,00	Atual: 5.615.619,00		Variação (%): 30,88		
2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)						
Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais						
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência			Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência			Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
Nº de Empresas constituídas	Unidade	31/12/2011	10.880	10.250	10.309	-5,24%
Nº de Documentos Protocolados	Unidade	31/12/2011	74.591	77.040	74.262	-3,28%

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos não contribuindo para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa não foi associado a uma diretriz de governo e não definiu um indicador de resultado acarretando dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. As ações programadas não foram todas executadas necessitando de uma reavaliação no seu planejamento. O público alvo foi corretamente caracterizado e delimitado.

5.1.2 Quanto à Implementação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos). O incremento de recursos ocorrida na ação 4580 – Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão, informado pelo órgão ter sido insuficiente na dotação inicial, não foi executada a meta física.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada não foi compatível com a meta planejada, por terem sido executadas com percentuais bem menores que os planejados. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados não alcançaram o valor disponível nas referidas ações concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégica de governo, como diretrizes e indicadores.

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. O órgão informou que houve escassez de pessoal pela não realização de concurso público. Houve prejuízo na execução do programa devido a determinação de suspensão de processos licitatórios para digitalização do acervo. Verificou-se que a ausência de informação de indicadores associados ao painel e a não medição deles dificulta a avaliação do programa em relação ao atendimento as orientações estratégicas do governo.

5.2- Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA												
1766 – Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Unidade desconcentrada instalada	Unidade	2	2	1	60.000	60.000	5.433	5.433	0,09	0,11	
4008 – Registro Intinerante	Cidadão Atendido	Unidade	1.020	0	0	37.890	37.890	0	0	0	0	
4364 - Registro Mercantil	Documento Protocolado	Unidade	166.560	74.272	0,44	3.864.368	4.392.668	4.151.535	4.146.570	0,94	0,46	
4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Base de informação consolidada	Unidade	170.997	0	0	328.361	1.125.061	0	0	0	0	

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 0,14, que corresponde a uma baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de não ter sido executada duas ações que compõe o programa e, também, por ter sido acrescido recursos da ordem de 350% para o programa e a meta física ter sido executada abaixo de 3%.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA									
1766 – Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Unidade desconcentrada instalada	Unidade	2	60.000	30.000	2	5.433	2.717	0,09

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4008 – Registro Itinerante	Cidadão Atendido	Unidade	1.020	37.890	37,14	0	0	0	0
4364 - Registro Mercantil	Documento Protocolado	Unidade	166.560	3.864.368	23,20	74.272	4.146.570	55,83	1,50
4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Base de informação consolidada	Unidade	170.997,	328.361	1,92	0	0	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,39%, que corresponde a Muito Eficiente. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado e o planejado. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade do produto executado em uma das ações elevou-se consideravelmente em relação ao planejado na execução do programa. Enquanto que na outra ação ocorreu uma drástica redução do custo unitário do produto ocasionando uma alta eficiência do programa.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
23201 - Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA					
1766 – Regionalização da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Unidade desconcentrada instalada	Unidade	2	2	1,00
4008 – Registro Itinerante	Cidadão Atendido	Unidade	1.020	0	0
4364 - Registro Mercantil	Documento Protocolado	Unidade	166.560	74.272	0,44
4580 - Revitalização do Acervo da Junta Comercial do Estado do Maranhão	Base de informação consolidada	Unidade	170.997	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,36, que revela que o programa não foi eficaz. O valor pode ser explicado pelo valor médio obtido da relação entre a meta física executada e a planejada ter sido abaixo de 1,0. E no programa não ter sido executada duas ações

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo não está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, porque as ações do programa não estão sendo executadas em sua totalidade, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa

Não. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, em apenas uma ação notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque em razão do resultado do programa ter apresentado alta eficiência das ações e não ter sido eficaz, pode ser a explicação de não ter contribuído com o desempenho dos indicadores intermediários, pois foram registradas variações negativas.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não associou nenhum indicador do painel do PPA

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, em relação as metas física e o seus custos unitários. Sugerimos um reavaliação do programa redefinindo suas ações para melhoria do desempenho do programa, desde que esteja em conformidade com a árvore de problemas e objetivos originalmente elaborada.
2. Alimentar e atualizar continuamente as informações das metas físicas , no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa
4. Realizar capacitações periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação fianalistica.
5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Implementar em seus programas indicadores de desempenho do painel.
7. Convém ressaltar que se trata da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.
8. Rever os indicadores intermediários, pois os que foram informados correspondem aos produtos das ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA	
0505 – MARANHÃO DE OPORTUNIDADES	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	23101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC
ÓRGÃOS EXECUTORES	23101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC 23901 – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Maranhão - FDI 23202 – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - INMEQ
PROBLEMA:	Baixa participação industrial no PIB do estado
OBJETIVO	Aumentar a participação industrial no PIB do estado
PÚBLICO ALVO: EMPREENDEDORES	EMPREENDEDORES
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 23.867.290,00 Atual: 30.274.990,00 Variação: 26,8%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)	
Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.	
3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL	
Indicador PIB per capita	Unidade de Medida Referência Data de Apuração 2010 Resultado 2012 Valor 6.888,60 Esperado - Apurado 9.118,00 Variação (%) 32,37*

*Valor estimado

4-INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)		Referência		Resultado 2012	
Indicador	Unidade de Medida	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado
5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA					
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas					
5.1.1 Quanto à Concepção					
O programa foi concebido em conformidade com diretrizes do Governo do Estado, porém apresenta em sua concepção baixa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos que podem não ser capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. As ações concebidas para a realização do Programa foram bem elaboradas, o público alvo corretamente caracterizado e delimitado, porém as metas físicas, não foram realizadas em sua quantidade programada. O programa utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos (SEDINC e INMEQ e FDI).					
5.1.2 Quanto à Implantação					
Considerando que as ações foram bem elaboradas, verifica-se adequação e suficiência dos recursos para cumprimento das metas previstas, embora tenham sido executadas sem eficiência pois não atingiram 100% da sua realização e os recursos liquidados foram menores que os recursos disponíveis atuais. O orçamento final foi suficiente para cumprir a meta estabelecida, entretanto, o que se observa é que não houve cumprimento da meta prevista e sim parte das metas. O programa contou com materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implementação, assim como a logística e a infra estrutura, porém no que diz respeito a equipe técnica, o órgão apontou deficiência e sugeriu ao Governo o concurso público para técnicos de nível superior, por constatar carência de técnicos apontando no relatório escassez de mão de obra.					
5.1.3 Quanto aos Resultados					
O Programa contou com uma dotação inicial (Lei) de R\$ 23.867.090,00, passando para R\$ 30.274.990,0 (Lei + Crédito) com variação de 25,8 e liquidou dessa dotação apenas 70,5%, ressaltando-se que o valor liquidado foi menor que o inicial planejado pelo Programa, portanto não foi carência de recursos financeiros que impediram a execução das metas a contento. Os resultados obtidos pela execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada não foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada.. O órgão informou que houve escassez de pessoal qualificado, falta de treinamento e estrutura organizacional defasada. Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programa de outros órgãos setoriais, como o INMEQ e FDI. Houve participação social dos beneficiários do programa através do aumento da geração de empregos. Em atendimento às orientações estratégicas de governo, o programa contribuiu com a implantação de distritos industriais em diversas regiões, foram					

gerados vários empregos e atração de novos empreendimentos no estado. Foram firmados convênios com a FAPEMA e IEL, não sendo verificada convergência entre o descrito na árvore de problemas e a execução do Programa. O programa não tem ação no PDE.

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa. Observa-se que não foi falta de recurso e sim de problemas de gestão que motivaram a não realização das ações, conforme o planejamento inicial.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
23101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Industria e Comércio - SEDINC											
4467- Atração, incentivo e manutenção de negócios	beneficio	Unidade	160	78	0,48	545.000	409.000	360.168	349.214	0,87	0,4
4619 - promoção do desenvolvimento econômico	evento	Unidade	230	104	0,45	1.145.000	1.069.295	991.020	991.020	0,92	0,4
4620 - Fortalecimento institucional	Medido pela despesa	-	0	0	0	1.150.000	531.788	381.144	367.246	1,44	1,44
4621- desenvolvimento do comércio e serviços	Empresa competitiva	Unidade	160	65	0,40	545.000	95.000	41.280	41.280	0,43	0,9
23901 – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Maranhão – FDI											
4622- Incremento da Competitividade de Infraestrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto	Unidade	30	51	1,7	11.856.435	18.820.791	14.071.769	10.417.432	0,55	3,0

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

23202 – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - INMEQ											
2742 – Serviços Técnicos Metrológicos-	Instrumento Aferido	Unidade	80.000	71.764	0,89	4.356.198	4.778.165	4.756.175	4.746.236	0,99	0,9
COMENTÁRIOS :											
O Programa na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação alcançou 0,79 o que corresponde que ele teve eficiência média, muito embora tenha alcançado na 4622- Incremento da Competitividade da Infra estrutura Industrial e investimentos Estratégicos muita eficiência , com recurso liquidado menor que o planejado e meta física alcançada maior em 70% que a planejada , influenciou esse resultado (escala 3,0), enquanto as outras 4 ações foram de média e baixa eficiência, porém isso seria uma distorção pois o Programa apresentou baixa eficiência no uso em relação do uso dos insumos recursos orçamentários e financeiros para obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta física planejada e a executada.											
5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência											
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado					
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência		
23101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC											
4467- Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	Benefício	Unidade	160	545.000	3.506	78	349.214	4.477	1,28		
4619-Promoção Do Desenvolvimento Econômico	Evento	Unidade	230	1.145.000	4.978	104	991.020	9.529,04	1,90		
4620-fortalecimento institucional	Medido pela Despesa		0	1.150.000		0	367.246				
4621-Desenvolvimento do Comércio E Serviços	Empresa competitiva	Unidade	160	545.000	3.406	65	41.280	635,07	0,18		
23901 – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Maranhão - FDI											
4622- Incremento da Competitividade de Infra Estrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto	Unidade	30	11.856.435	395.214	51	10.417.432	204.263	0,51		

23202 – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - INMEQ										
2742- Serviços Técnicos Metrológicos	Instrumento aferido	Unidade	80.000	4.356.198	54,45	71.764	4.746.236	66,13	1,21	
COMENTÁRIOS.										
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,85 (85%), que corresponde média eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado e o planejado portanto muito abaixo do inicial e influenciou no resultado total do Programa. Observa-se, entretanto que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das outras ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se na execução do programa, o que leva a classificação para pouco eficiente										
5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia										
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)					
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A					
23101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – SEDINC										
4467- Atração, Incentivo e Manutenção de Negócios	Benefício	Unidade	160	78	0,48					
4619-Promoção do Desenvolvimento Econômico	Evento	Unidade	230	104	0,45					
4620-Fortalecimento Institucional	Medido pela Despesa	-	0	0	0					
4621-Desenvolvimento do Comércio e Serviços	Empresa competitiva	Unidade	160	65	0,40					
23901 – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Maranhão – FDI										
4622 - Incremento da Competitividade de Infra Estrutura Industrial e Investimentos Estratégicos	Projeto	Unidade	30	51	1,7					
23202 – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão - INMEQ										
2742- Serviços Técnicos Metrológicos-	Instrumento aferido	Unidade	80.000	71.764	0,89					

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 0,78, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela que do programa foi não eficaz. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido baixa nas suas ações , com exceção da Ação 4622- INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE DE INFRA ESTRUTURA INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS que executou mais do que programou(30 para 51.)P programa não teve eficácia , porém obteve eficiência em uma ação isolada.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribui para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo embora parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2– Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, porém foi muito baixa a contribuição para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, em virtude de ter apenas algumas das ações foram responsáveis por essa contribuição.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não há indicadores intermediários definidos para o programa

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Porque a partir dos resultados alcançados pelo programa infere-se que o mesmo tenha contribuído significativamente com o incremento do indicador PIB PER CAPITA da ordem de 32,37% (Valor estimado 2012).

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, melhorando o planejamento das Ações, suas metas físicas e orçamentárias. Recomenda-se alteração do programa com a exclusão ou inclusão de ação que melhore o desempenho do programa, desde que esteja em conformidade com a árvore de problemas e objetivos originalmente elaborada.
2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.
4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Convém ressaltar que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O100 – DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC		
ÓRGÃOS EXECUTORES	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC 24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão 24206 - Universidade Virtual do Maranhão		
PROBLEMA	Baixos índices de desenvolvimento científico no Estado.		
OBJETIVO	Apoiar, desenvolver, sistematizar e divulgar a produção científica e tecnológica		
PÚBLICO ALVO	Professores e alunos de instituições de ensino superior, estudantes do ensino médio egressos de escolas públicas e pessoas atendidas pelos pólos tecnológicos		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 50.441.669,00	Atual: R\$ 62.489.557,29	Variação: 23,9%

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação.

3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 - Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

De modo geral os requisitos/atributos necessários para a concepção do Programa não estão bem definidos. Este Programa foi executado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com suas respectivas vinculadas, cada órgão definiu diferentemente o problema, o objetivo, o público alvo, metas e produtos e serviços. Os indicadores referenciados não constam do painel sem suas respectivas fontes o que prejudica sensivelmente a análise e/ou avaliação, pois, a mesma fica comprometida sem a mensuração dos resultados realizados.

5.1.2 Quanto à Implantação

Na avaliação de implementação fica explícito a autonomia gerencia institucional, mas não define como se dá essa autonomia. Com relação a questão orçamentária o orçamento inicial e o atual foram suficientes e as cotas financeiras liberadas de acordo com a programação, mas ocorreu anulação de dotação em uma das ações. Existência de infraestrutura e logística adequada e equipe técnica. Para a implementação do Programa ocorreu a formação de parcerias com fundações congêneres e com o CNPq. O Programa tem ação incluída no PDE.

5.1.3 Quanto aos Resultados

A análise dos resultados do programa fica comprometida, uma vez que a avaliação setorial pouco informa acerca dos resultados obtidos.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária/Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior											
4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento realizado	unidade	5	21	420	400.000	9.886	9.885	9.885	100	4,2
4626 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional	Projeto científico/tecnológico apoiado	unidade	40	3	7,5	1.566.028	16.922.471	14.439.460	1.555.587	9,2	0,8

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão											
4168 - Fomento à Pesquisa	Auxílio concedido	Unidade	696	705	101,3	22.294.755	26.424.236	12.815.551	12.815.551	48,5	2,1
4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos	Bolsa concedida	Unidade	12.000	10.230	85,25	16.015.000	16.225.077	8.568.141	8.568.141	52,8	1,6
4290 - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	Evento realizado	Unidade	80	0	0,0	256.000	256.000	149.704	77.174	30,1	0,0
24206 - Universidade Virtual do Maranhão											
3141 - Implantação de Parque Tecnológico	Unidade componente do parque tecnológico implantada	unidade	1	0	0	7.200.000	0	0	0	0	0,0

COMENTÁRIOS

A avaliação física e financeira quando tomamos o conjunto das ações do programa para obtenção dos produtos por meio da relação entre a meta física planejada e a executada, de acordo com a metodologia adotada, na escala de valoração alcançou um valor médio de 1,45, que corresponde ao nível de **muito eficiente**. Este valor pode ser explicado pelo comportamento das ações, como a 4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos em que supera a meta planejada mesmo tendo seus recursos cancelados em cerca de 99,97%, como também a 4168 - Fomento à Pesquisa.

5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			Custo Unitário (E/D) =F	F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)			
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										
4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos	Evento realizado	unidade	5	400.000	80.000	21	9.885	471	0,01	
4626 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional	Projeto científico/tecnológico apoiado	unidade	40	1.566.028	39.151	3	1.555.587	518.529	13,2	
24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão										
4168 - Fomento à Pesquisa	Auxílio concedido	unidade	696	22.294.755	32.033	705	12.815.551	18.178	0,57	
4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos	Bolsa concedida	unidade	12.000	16.015.000	1.335	10.230	8.568.141	837	0,63	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

4290 - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica	Evento realizado	unidade	80	256.000	3.200	0	77.174	0,00	0,00
24206 - Universidade Virtual do Maranhão									
3141 - Implantação de Parque Tecnológico	Unidade componente do parque tecnológico implantada	unidade	1	7.200.000	7.200.000	0	0,00	0,00	0,00
COMENTÁRIOS									
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio 2,4 que, na metodologia para esta avaliação corresponde a pouco eficiente . O valor obtido pode ser explicado pela relação entre os custos unitários dos produtos executados, principalmente, da ação Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional, ter seus custos unitários executado correspondente a 1.324,4%, bem superior ao planejado.									
5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia									
Unidade Orçamentária / Ação			Produto		Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)	
						Meta Física (A)	Meta Física (B)		B/A
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior									
4007 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos			Evento realizado		unidade	5	21	4,2	
4626 - Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Regional			Projeto científico/tecnológico apoiado		unidade	40	3	0,1	
24202 - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenv. Científico e Tecnológico do Maranhão									
4168 - Fomento à Pesquisa			Auxílio concedido		Unidade	696	705	1,01	
4169 - Fomento à Formação de Recursos Humanos			Bolsa concedida		Unidade	12.000	10.230	0,85	
4290 - Divulgação da Produção Científica e Tecnológica			Evento realizado		Unidade	80	0	0,00	
24206 - Universidade Virtual do Maranhão									
3141 - Implantação de Parque Tecnológico			Unidade componente do parque tecnológico implantada		Unidade	1	0	0,00	

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de **1,03** que na valoração adotada nesta metodologia, o Programa se revela **eficaz**. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada, das ações Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos, Fomento à Pesquisa, superando suas respectivas metas, enquanto que a Divulgação da Produção Científica e Tecnológica se manteve dentro do previsto.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuem para a construção da Visão Estratégica do PPA?

Não. Em se tratando de um programa que está associado diretamente a uma Diretriz Estratégica de Governo em que busca minimizar o efeito de parte significativa da população do Estado que não possui formação de nível superior, deveria ser da responsabilidade do executor do programa adotar metodologias de gestão, com foco em resultados, que viabilize solucionar os problemas ou razões que não estão permitindo, pelo menos, neste exercício avaliado contribuir, parcialmente, com a construção da visão estratégica do PPA.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. O alcance de resultados pouco satisfatórios, mesmo que parcialmente, certamente influenciam as diretrizes associadas ao programa, considerando-se que ele objetiva minimizar a deficiência de formação de nível superior da população do Estado. Não obstante, pelo seu caráter transversal, certamente trará durante a sua execução impactos a outras diretrizes do governo constantes do PPA. Portanto, é de suma importância que o órgão executor adote nos próximos exercícios métodos de gestão de programas que viabilizem a sua execução de forma mais eficiente, eficaz e efetiva.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Os indicadores referenciados demonstram dificuldades de mensuração, ou melhor não mensuram os resultados, nem quantificam os valores dos gastos.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Os indicadores referenciados não contribuem para a mensuração do grau de impacto dos resultados no público alvo, entretanto, sobre a ótica das orientações estratégicas de governo podemos dizer que ocorre efetividade, mesmo que parcialmente.

6 – RECOMENDAÇÕES

1- Buscar indicadores, com suas respectivas fontes e que expressem os impactos no público alvo; montar banco de dados sobre a inserção ou não do profissional pelo próprio órgão.

2-Adotar medidas corretivas no tocante à metodologia de elaboração, execução e avaliação de programas utilizada pela Seplan; suas vinculações, transversalidades de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Orientações Est. Governo(diretrizes e indicadores) - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.

3-Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do programa/ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade de adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com os instrumentos de gestão definidos.

4-Garantir o lançamento das alterações das metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento e avaliação do Programa.

5-Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático responsável pelo órgão, visando acompanhar mais de perto a execução do Programa.

6-Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho, sobretudo da programação finalística.

7-Recomenda-se, por fim, na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução de Programas e Ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA						
0103 – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA						
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	240101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTEC					
ÓRGÃOS EXECUTORES	24201 - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA 24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA					
PROBLEMA	Carência de profissionais qualificados para atendimento do setor produtivo					
OBJETIVO	Promover a inclusão sócio-cultural e educativa de pessoas com renda de até dois salários mínimos e prestar serviços extensionistas a estudantes e pequenos empresários					
PÚBLICO ALVO	Moradores de comunidades carentes, empresários e estudantes.					
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 23.320.628,00	Atual: R\$ 11.958.597,00		Variação: (- 48,7%)		
2 - DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA (S)						
Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação.						
3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
4 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa utilizou os requisitos/atributos necessários para a sua concepção como público alvo, objetivo, produtos e serviços com boa consistência, mostrando capacidade de contribuir para a solução do problema identificado na Arvore de Problemas e Objetivos, as metas físicas continuam suficientes e necessárias para atender os moradores de comunidades carentes, empresários e estudantes para alcançar o objetivo do programa, com a exceção dos indicadores de desempenho que apenas são indicados sem a apuração em 2012, certamente, acarretando dificuldades de mensuração. O Programa está associado a uma diretriz de Governo e possui ação incluída no PDE.

5.1.2 Quanto à Implantação

O Programa sob a coordenação da Secretaria Adjunta, apresenta autonomia gerencial para a sua implementação. Possui equipe técnica exclusiva para coordenar as ações do programa e apresenta boa infraestrutura e logística e estrutura organizacional. Por outro lado, formou parcerias, mas sem citá-las. Com relação à questão orçamentária pode-se dizer que foi satisfatória, entretanto, vale ressaltar que houve anulação de crédito para suplementar outras ações.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo programa no exercício avaliado foram submetidos à instâncias superiores através de relatórios de desempenho. Os resultados foram potencializados por outras ações da UNIVIMA e da SECTEC, principalmente, do Programa Maranhão Profissional e estão em compatibilidades com os dados lançados no SISPCA. Registra-se que ocorreu participação social através da mobilização social de atores envolvidos no programa. Observa-se que três fatores contribuíram para essa superação das metas: mobilização social, apoio institucional e o projeto bem elaborado. E por fim, com relação ao atendimento das orientações estratégicas ocorreram debates sobre temas afetos à instituição, visibilidade dos programas e envolvimento da comunidade nos evento relacionados ao programa.

COMENTARIOS GERAIS:

De um modo geral, observa-se que o Programa que embora tenha obtido resultados satisfatórios, ficou prejudicado na sua avaliação pela ausência de indicadores de desempenho bem definidos. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, uma definição desse importante atributo para mensuração do seu desempenho..

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) =C		Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) =H	Eficiência (C/H)
24206 - Universidade Virtual do Maranhão												
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	12	21	175		2.400.000	1.019.052	1.006.391	915.971	90,0	1,9
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T& I	Pessoa/instituição atendida	unidade	15.000	25.000	166,7	18.208.078	8.326.995	7.229.419	6.771.912	81,3		2,0
24201 - Universidade Estadual do Maranhão												
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	9	72	800	1.000.000	1.000.000	715.397	367.588	36,8		21,7
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	2	1	50	1.712.550	1.612.550	625.420	625.420	38,8		1,3
COMENTÁRIOS												
Na avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa aponta o valor médio de 6,7 que, segundo a metodologia desta avaliação corresponde a muito eficiente . Este valor pode ser explicado, pelo fato das ações terem superadas as metas planejadas com um volume menor de recursos. O Programa teve cancelamento de dotação de recursos de 51,3%.												

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência										
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
24201 - Universidade Estadual do Maranhão										
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	9	1.000.000	111.111	72	367.588	5.105	0,05	
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T& I	Pessoa/instituição atendida	unidade	2	1.712.550	856.275	1	625.420	625.420	0,73	
24206 - Universidade Virtual do Maranhão										
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	12	2.400.000	200.000	21	915.971	43.618	0,22	
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	15.000	18.208.078	1.2134	25.000	6.771.912	271	0,02	
COMENTÁRIOS										
A avaliação de custo do produto obtido na execução do Programa que, também expressa a sua eficiência, obteve valor médio de 0,25(25%) que na escala de valoração adotada pela metodologia desta avaliação, corresponde a muito eficiente . O valor obtido pode ser explicado pela redução significativa entre o custo unitário executado e o planejado dos produtos das ações do programa.										
5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia										
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado		Executado		Eficácia (%)			
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A			
24201 - Universidade Estadual do Maranhão										
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	9	72	9	72	1	8,0	1	
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T& I	Pessoa/instituição atendida	unidade	2	1	2	1	0,5	0,5	0,5	
24206 - Universidade Virtual do Maranhão										
2938 - Promoção de Eventos Científicos e Sócio-Culturais	Evento realizado	unidade	12	21	12	21	1	1,8	1,8	
3139 - Difusão e Inclusão Social em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	15.000	25.000	15.000	25.000	1,7	1,7	1,7	

COMENTÁRIOS

A avaliação do produto do programa, entre a relação das metas planejadas e executadas, que indica a sua eficácia, alcança na escala de valoração o valor médio de **3,0** que aponta a **eficácia** do Programa. O valor obtido pode ser explicado pela referida relação onde as metas executadas fora significativamente superiores às planejadas.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribui para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. O Programa está associado diretamente a uma Diretriz Estratégica de Governo de Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação e os resultados, obtidos, superando as metas planejadas, neste exercício, indicam que o mesmo está contribuindo para a construção da visão estratégica de governo de médio prazo para o período de vigência do atual PPA.

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Certamente que, a superação das metas programadas tem consequências positivas na diretriz de governo associada ao programa, se considerarmos que este programa objetiva reduzir a carência de profissionais qualificados, dado que, significativa parcela da população maranhense não possui formação de nível superior, principalmente, entre as pessoas com menor poder aquisitivo.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não ocorreram informações quanto aos valores apurado e o esperado em 2012.

5.5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa? Sim ____ Quanto? Não ____ Por quê?

Não. Os indicadores foram apenas citados, portanto, sem dimensionar o grau de impacto dos resultados em 2012, entretanto, os resultados alcançados pelo Programa obtiveram uma alta efetividade, quando, consideramos as orientações estratégicas do Governo.

6 – RECOMENDAÇÕES

- 1 - Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, Orientações Estratégicas de Governo - Diretrizes -, estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.
- 2 - Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com os instrumentos de gestão definidos.
- 3 - Garantir o lançamento das alterações das metas físicas e financeiras, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.
- 4 - Estabelecimento de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.
- 5 - Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.
- 6 - Na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, recomenda-se a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução e Avaliação de Programas e Ações.
- 7 - Como se trata da Avaliação do primeiro exercício do PPA (2012) espera-se que, com a aplicação das medidas corretivas apontadas, o Programa e a Ação – em todos os seus aspectos – possam contribuir para melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo e se consolidar como ferramenta de gestão.
- 8 - Por fim, recomenda-se definir indicadores que expressem os impactos e que possibilitem a mensuração do desempenho do programa.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0177 – ENSINO DE GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO SUPERIOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC		
ÓRGÃOS EXECUTORES	24201 - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA 24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA		
PROBLEMA	Carência de profissionais qualificados para atendimento do setor produtivo		
OBJETIVO	Graduar profissionais em cursos de licenciatura e bacharelado de modo a melhorar o nível de empregabilidade, formando uma oferta local competitiva.		
PÚBLICO ALVO	Egressos do ensino médio.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 137.380.723,00	Atual: R\$ 112.262.633,00	Variação (%): (-18,28%)

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA (S)

Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação

3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado		

4 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			Variação (%)
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado		

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa utilizou os requisitos/atributos necessários para a sua concepção como público alvo e objetivo, com boa consistência, entretanto, com relação ao produto não há consistência, com relação a quantificação das metas planejadas existe distorção entre o declarado no PPA e SISPCA e a informação do órgão, os dos indicadores de desempenho que apenas são indicados sem informações para o Resultado 2012, certamente, acarretam dificuldades de mensuração, portanto, demonstrando pouca capacidade de contribuição para a solução do problema identificado na Arvore de Problemas e Objetivos. O Programa está associado a uma diretriz de Governo e possui ação incluída no PDE.

5.1.2 Quanto à Implantação

O Programa está sob a coordenação da Secretaria Adjunta, com autonomia gerencial para a implementação do programa, com equipe técnica exclusiva para coordenar as ações e com infraestrutura e logística e a sua estrutura organizacional, por outro lado, formou parcerias, mas não citou quais as parcerias e com quem. Com relação à questão orçamentária podemos dizer foi satisfatória de acordo com a análise da avaliação feita pelo órgão, entretanto, vale ressaltar que, em análise junto ao SISPCA verificamos que houve anulação de crédito para suplementar outras ações ou outra ação.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados pelo Programa foram submetidos às instâncias superiores através de relatórios de desempenho, foram potencializados por outras ações da UNIVIMA e da SECTEC, principalmente, do Programa Maranhão Profissional, ocorreu participação social através da mobilização social, bem como, a realização de pesquisa quanto a satisfação junto aos beneficiários. O órgão cita três fatores que contribuíram para essa superação: mobilização social, apoio institucional e o projeto bem elaborado; com relação ao atendimento das orientações estratégicas: debate sobre temas afetos à instituição, visibilidade dos programas e envolvimento da comunidade nos evento.

COMENTARIOS GERAIS:

O Programa ficou prejudicado pela não formulação adequada dos seus atributos, principalmente, pela falta de indicadores de desempenho, pela inconsistência entre o informado na avaliação setorial o produtos das ações e a quantificação e definição das metas informados ao PPA e SISPCA, portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, uma melhor definição desses atributos.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária/Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E) =H	Eficiência (C/H)
24201 - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA											
1767 - Implantação de Novos Cursos e Unidades de Ensino	Curso implantado	unidade	4	4	100	1.000.000	210.000	196.161	196.161	90	0,9
2118 - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno matriculado	unidade	11.993	15.529	129,5	101.212.522	84.901.626	67.590.757	53.431.908	60	2,1
4167 - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno matriculado	unidade	448	448	100	9.632.201	9.632.201	1.771.583	1.515.076	16	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA												
1768 - Implantação de Cursos de Pós-Graduação	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	0	1	0	7.200.000	453.000	453.000	453.000	100	0,0	
3140 - Expansão e Consolidação de Centros de Ensino	Equipamento/obra disponibilizada	unidade	2	20	1.000	6.336.000	5.231.215	5.231.214	4.463.164	85,3	11,7	
4017 - Graduação de Profissionais de Nível Superior	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	24.000	1	0	12.000.000	11.834.592	11.833.507	11.653.508	98,5	0,0	
COMENTÁRIOS												
Na avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa aponta para o valor médio de 2,4 que na escala de valoração desta metodologia significa que a execução foi muito eficiente . Este valor pode ter a sua explicação em que, as metas planejadas em sua maioria foram superadas, por outro lado, observa-se a ocorrência de cancelamento de dotação. Observamos que, nas ações, executadas pela UNIVIMA, Implantação de Cursos de Pós-Graduação e Graduação de Profissionais de Nível Superior, a quantificação das metas não foram bem definidas.												
5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência												
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado				Executado					
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C		Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		F/C= Eficiência	
24201 - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA												
1767 - Implantação de Novos Cursos e Unidades de Ensino	Curso implantado	unidade	4	1.000.000	250.000	4	196.161		49.040		0,2	
2118 - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno matriculado	unidade	11.993	101.212.522	8.439	15.529	53.431.908		3.341		0,4	
4167 - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno matriculado	unidade	448	9.632.201	21.500	448	1.515.076		3.382		0,2	
24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA												
1768 - Implantação de Cursos de Pós-Graduação	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	0	453.000	0,00	1	453.000		453.000		0,0	
3140 - Expansão e Consolidação de Centros de Ensino	Equipamento/obra disponibilizada	unidade	2	5.231.215	2.615.607	20	4.463.164		223.158		0,9	
4017 - Graduação de Profissionais de Nível Superior	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	24.000	11.834.592	493	1	11.653.508		11.653.508		23.638	

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do Programa apresentou o valor de médio **23.640/6** que, considerando a valoração referenciada na metodologia adotada, corresponde a **pouco eficiente**. O valor obtido pode se explicado pelo elevado valor do custo unitário dos produtos nas ações, Implantação de Cursos de Pós-Graduação e Graduação de Profissionais de Nível Superior, entretanto, o que se observa é que a quantificação das respectivas metas não foram bem definidas.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
24201 - Universidade Estadual do Maranhão – UEMA					
1767 - Implantação de Novos Cursos e Unidades de Ensino	Curso implantado	unidade	4	4	1,0
2118 - Formação de Profissionais de Nível Superior	Aluno matriculado	unidade	11.993	15.529	1,3
4167 - Pós-Graduação de Profissionais	Aluno matriculado	unidade	448	448	1,0
24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA					
1768 - Implantação de Cursos de Pós-Graduação	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	0	1	0,0
3140 - Expansão e Consolidação de Centros de Ensino	Equipamento/obra disponibilizada	unidade	2	20	10,0
4017 - Graduação de Profissionais de Nível Superior	Hora/aula/aluno em atendimentos	unidade	24.000	1	4,2

COMENTÁRIOS

A execução do Programa, considerando a avaliação do produto com relação à meta física que indica a sua eficácia, apresenta valor médio de **2,2** que, segundo a metodologia adotada nesta avaliação, classifica-se com uma execução **eficaz**, entretanto, observa-se que metas foram superadas enquanto outras não foram bem definidas as quantificações.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. O Programa está associado diretamente a uma Diretriz Estratégica de Governo de Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação, ressalvando os resultados das metas físicas, quantificadas equivocadamente, das ações Implantação de Cursos de Pós-Graduação e Graduação de Profissionais de Nível Superior, está contribuindo parcialmente para a construção da visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Pelo indicador de desempenho intermediário definido não pode-se inferir a contribuição do programa, pois apresenta apenas a referência.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Os indicadores de desempenho socioeconômicos foram apenas citados, mas sem dimensionar o grau de impacto dos resultados em 2012. Entretanto, os resultados alcançados pelo programa obtiveram uma alta efetividade, quando, consideramos as orientações estratégicas do Governo. O indicador de desempenho definido para o Programa indicado no item 3, tem como índice mais recente a distorção idade-série, tendo como fonte o IMESC, a Secretaria de Estado da Educação e o MEC/INEP, com apuração em 2010 e com valor de 48,3%, sem fazer referência quanto ao resultado esperado versus o apurado.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição da Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.
2. Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça e necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com aos instrumentos de gestão definidos.
3. O lançamento das alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.
4. O estabelecimento de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.
5. A capacitação, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.
6. Definir indicadores que expressem os impactos e que facilitem a mensuração do desempenho do programa
7. Por fim, na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução e Avaliação de Programas e Ações.
8. Como se trata da Avaliação do primeiro exercício do PPA (2012) espera-se que, com as aplicação das medidas corretivas apontadas, o Programa e a Ação – em todos os seus aspectos – possam contribuir para melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo e se consolidar como ferramenta de gestão.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
O568 – MARANHÃO PROFISSIONAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC		
ÓRGÃOS EXECUTORES	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC 24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA		
PROBLEMA	Carência de profissionais qualificados para atendimento do setor produtivo		
OBJETIVO	Promover a formação profissional da população maranhense para garantir o seu acesso às oportunidades de emprego e renda advindos dos empreendimentos em implantação no Estado.		
PÚBLICO ALVO	População economicamente ativa		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 22.201.441,00	Atual: R\$ 14.553.123,00	Variação: (-34,4%)

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)							
Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado							

3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL							
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)	

4 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)							
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)	
Emprego formal X PIA (IMESC; MTE/RAIS) IBGE		2010	14				
PIB por pessoa empregada (Banco Mundial)	Percentual	2004	89,1%				
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (%) do PIB)	Percentual	2007	0,65%				

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

A formulação do Programa, para a sua concepção utilizou requisitos/atributos como público alvo, ações, produtos e serviços, bem definidos e consistentes com a solução do problema identificado na Árvore de Problemas e Objetivos, entretanto, os indicadores de desempenho, acarretam certas dificuldades de mensuração, pois, não fornecem informações suficientes para uma análise do Resultado Esperado X Resultado Apurado. O Programa está associado a uma diretriz de Governo. Analisando os dados contidos na execução do Programa, tendo como referência as informações do Relatório de Acompanhamento das Metas Físicas e Financeiras do SISPCA temos que, excetuando os indicadores, os respectivos componentes possuem consistência entre si, portanto, o desenho do Programa foi adequado para a sua execução.

5.1.2 Quanto à Implementação

O Programa dispõe de autonomia gerencial, o gerenciamento foi exercido pela Secretaria Adjunta, a parceria técnica entre a SECTEC e a UNIVIMA envolvendo suas equipes técnicas, bem como, a suficiência de infraestrutura e logística e de materiais e equipamentos. Em relação às dotações orçamentárias, com relação ao orçamento autorizado (Lei) ocorreu anulação de dotação, entretanto o orçamento final foi suficiente para o cumprimento para a execução do Programa e cumprimento das metas. O Programa tem ação incluída no PDE.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Ao consultarmos o Relatório de Acompanhamento das Metas Físicas e Financeiras do SISPCA observasse que os resultados das ações foram satisfatórios, dado que, as metas as metas físicas planejadas foram superadas.

Estes resultados não foram rebatidos quanto ao impacto junto ao público alvo devido a não informação quanto aos resultados alcançado X esperado. Quanto a Diretriz de Governo, Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado, certamente, com a superação de metas físicas, planejadas, 25.000 profissionais capacitados, com resultado de 114.000 profissionais capacitados, tem influencia positiva para o cumprimento do PDE.

COMENTARIOS GERAIS:

Basicamente, o Programa ao definir os indicadores de desempenho, precisa não somente identificar a referência, mas também os resultados para o período, bem como, saber referência o que é fonte, indicador e unidade de medida.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior											

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

3138 - Planejamento e Gerenciamento Integrado	Relatório/documento produzido	Unidade	100	306	306,0	201.441	201.441	26.727	26.727	13,3	23,0
24206 - Universidade Virtual do Maranhão											
3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo (PDE)	Profissional capacitado	Unidade	25.000	114.000	456	22.000.000	14.351.682	14.291.682	14.291.682	99,6	4,5

COMENTÁRIOS

Na avaliação física e financeira da relação entre a metas física e financeira do programa aponta o valor médio de 13,75, que na escala de valores adotada na metodologia desta avaliação corresponde **muito eficiente**. Este valor pode ser explicado, primeiramente, pelas ações do Programa terem superados o planejado, por outro lado, a Ação Planejamento e Gerenciamento Integrado, executou mais com menos recursos.

5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTEC									
3138 - Planejamento e Gerenciamento Integrado	Relatório/documento produzido	Unidade	100	201.441	2.014	306	26.727	87,3	0,04
24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA									
3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo (PDE)	Profissional capacitado	Unidade	25.000	14.351.682	574,10	114.000	14.291.682	125,40	0,22

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto na execução do programa que também expressa a sua eficiência, apresenta o valor médio de **0,13** que na escala de valores adotada para esta avaliação corresponde a **Muito Eficiente**. Este valor se justifica, pois os custos unitários planejados, nas respectivas ações, estão bem acima dos custos quando da execução do programa, ressalte-se, as metas foram superadas e com variação de -32,43% da dotação inicial. Este aspecto nos leva a uma análise do Processo de Planejamento dos Custos da Ação e uma verificação de sua composição, apesar dos fatores de sucesso descritos pelo executor.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia					
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTEC					
3138 - Planejamento e Gerenciamento Integrado	Relatório/documento produzido	Unidade	100	306	3,06
24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA					
3142 - Ensino, Inclusão e Empreendedorismo (PDE)	Profissional capacitado	Unidade	25.000	114.000	4,56
COMENTÁRIOS					
A avaliação de produto na execução do Programa que indica a sua eficácia, levando-se em conta as metas planejadas e as executadas, apresentou o valor médio de 3,81 significando que, de acordo com a valoração adotada pela metodologia, a execução se revelou muito eficiente . O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada e a planejada ter sido muito superior.					
5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)					
5.5.1 Quanto à Visão Estratégica					
Os resultados alcançados contribuem para a construção da Visão estratégica do PPA?					
Sim. O Programa está associado diretamente a uma Diretriz Estratégica de Governo de Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado e os resultados, obtidos, superação das metas planejadas, neste exercício indica que o mesmo está contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo para o período de vigência do atual PPA.					
5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas					
Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?					
Sim. A superação das metas programadas tem consequências positivas nas diretrizes associadas, pois, considerando-se que um Programa que busca a qualificação profissional e a elevação da produtividade o trabalhador para a sua melhoria ou inserção no mercado, certamente, trará impactos às diretrizes de governo como as do PPA que estão em sintonia com as estabelecidas pelo Governo.					

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não ocorreram informações quanto o apurado e o esperado em 2012.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Os indicadores foram apenas citados, portanto, sem dimensionar o grau de impacto dos resultados no público alvo, entretanto, os resultados alcançados pelo Programa obtiveram uma alta efetividade, quando, consideramos as orientações estratégicas do Governo.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas no tocante à definição de uma Metodologia de Elaboração, Execução e Avaliação de Programas, suas vinculações, transversalidades e interfaces de modo a assegurar que suas ações vinculem-se efetivamente aos instrumentos de Gestão - Árvore de Objetivos/Problemas, assim como, às Diretrizes e Orientações Estratégicas de Governo - estabelecidas pela Política Global e Setorial de Planejamento.

Possibilitar tempestivamente, a verificação da execução física e financeira do Programa/Ação, inclusive a conformidade dos atributos definidos para os programas e ações. Os resultados estão inadequados quanto às orientações estratégicas de governo e aos objetivos definidos na árvore de objetivos/problema o que reforça a necessidade da adequação e de revisão de processos e métodos pré-existentes de modo a assegurar conformidade com os instrumentos de gestão definidos.

2. Realizar o lançamento das alterações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do Programa.

3. Estabelecimento de um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do Programa.

4. Capacitar, desenvolver e instrumentalizar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos Processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da Programação Finalística.

5. Recomenda-se, por fim, na perspectiva de se buscar a qualidade na gestão dos processos, a institucionalização das equipes gerenciais para a Elaboração, Execução e Avaliação de Programas e Ações.

7. Como se trata da Avaliação do primeiro exercício do PPA (2012) espera-se que, com as aplicação das medidas corretivas apontadas, o Programa e a Ação – em todos os seus aspectos – possam contribuir para melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo e se consolidar como ferramenta de gestão.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0567 – SERVIÇOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	24000 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC		
ÓRGÃOS EXECUTORES	24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC 24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA		
PROBLEMA	Baixos índices de desenvolvimento científico no Estado.		
OBJETIVO	Proporcionar infraestrutura e serviços de tráfego de dados e informações em alta velocidade		
PÚBLICO ALVO	Desenvolvedores e usuários de serviços de transmissão eletrônica de dados.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 12.006.000,00	Atual: R\$ 6.000,00	Variação: (-99,95%)

2 - DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)					
Desenvolver a Capacidade de Geração, Absorção, Difusão Científica, Tecnológica e de Inovação					

3 - INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
		2007	0,65%	n/informado	n/informado	n/informado
4 - INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)	Percentual	2007	0,65%			

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

Com relação a concepção, implementação e resultados do Programa, embora a avaliação setorial tenha considerado a sua execução como satisfatória, com ações superando as metas planejadas, isto não se confirma com a análise crítica realizada pela SEPLAN. Constata-se, no entanto, que o Programa teve um desempenho contrário ao acima mencionado, visto que ocorreu alteração de dotação orçamentária com redução da ordem de – 99,95% dos recursos, ou seja, que do total inicial de R\$ 12.006.000,00 para o programa, das ações: INFOVIA e a Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino, foram cancelados R\$ 12.000.000,00, remanejado provavelmente para outras ações do órgão. E como não há registro de execução orçamentária (empenho e liquidação) do programa no Relatório de Acompanhamento das Metas Físicas e Financeiras do Órgão Setorial/2012 extraído do SISPCA a avaliação fica totalmente comprometida

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC												
3137 - Implantação e Desenvolvimento de Serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	3	3	100	6.000	6.000	0	0	0,0	0	
24206 - Universidade Virtual do Maranhão – UNIVIMA												
3136 - Implantação de INFOVIA	Estrutura implantada	unidade	1	3	3	6.000.000	0	0	0	0	0	
3143 - Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino	Ponto de interconectividade instalado	unidade	48	20	0,42	6.000.000	0	0	0	0	0	

COMENTÁRIOS

Não houve execução do Programa, pois, os recursos destinados foram cancelados

5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC									
3137 - Implantação e Desenvolvimento de Serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	3	6.000	2,000	3	0	0	0

24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA

3136 - Implantação de INFOVIA	Estrutura implantada	unidade	1	0	0	3	0	0	0
3143 - Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino	Ponto de interconectividade instalado	unidade	48	0	0	20	0	0	0

COMENTÁRIOS

Não houve execução do Programa, pois, os recursos destinados foram cancelados.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
24101 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECTEC					
3137 - Implantação e Desenvolvimento de Serviços em Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I	Pessoa/instituição atendida	unidade	3	3	0
24206 - Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA					
3136 - Implantação de INFOVIA	Estrutura implantada	unidade	1	3	0
3143 - Expansão e Consolidação da Plataforma Tecnológica de Ensino	Ponto de interconectividade instalado	unidade	48	20	0

COMENTÁRIOS

Não houve execução do Programa, pois, os recursos destinados foram cancelados.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

O resultado alcançado contribui para a construção da Visão estratégica do PPA?

Não. Como o programa não foi executado no exercício avaliado não contribuiu para a construção da visão estratégica do PPA

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Embora o programa esteja associado a uma diretriz de governo como não foi executado no exercício avaliado, não há resultados para contribuir com a respectiva diretriz.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Embora o programa tenha definido indicadores intermediários estão faltando elementos e como o programa não foi executado fica impossibilitado de realizar a avaliação de desempenho.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não foi definido nenhum indicador de desempenho do painel

6 – RECOMENDAÇÕES

1 – O órgão deve reavaliar a necessidade de manter este programa no seu plano de trabalho para os próximos exercícios do PPA, pelas razões acima citadas.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O532 – EXCELÊNCIA NO ESPORTE

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	45000 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL		
UNIDADES EXECUTORAS	45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL		
PROBLEMA	Baixo desempenho dos atletas maranhenses em competições locais, regionais, nacionais e internacionais.		
OBJETIVO	Contribuir para a melhoria do desempenho dos atletas maranhenses em competições locais, regionais, nacionais e internacionais, promovendo o desenvolvimento do esporte educacional e de rendimento integrados nos municípios.		
PÚBLICO ALVO	Alunos da rede de ensino e atletas das federações e ligas esportivas.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 13.805.555,00	Atual: R\$ 40.357.233,79	Variação (%): 192,32%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a Qualidade do Ensino e Incentivar as Atividades de Esportes.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas – SEPLAN

5.1.1 Quanto à Concepção

Programa apresenta em sua concepção boa consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Contudo a respeito do público alvo do programa deveria ser acrescida da nomeclatura “espaços esportivos”, pois também é beneficiado pelo programa e atendido por duas ações dentro do mesmo. Apesar de o programa ter sido associado a uma diretriz do governo, verificamos que não existe **indicador intermediário**, configurando um prejuízo a concepção do programa no que tange a mensuração do seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, e materiais, equipamentos e logística). De modo que os problemas ocorridos relacionados principalmente a quantidade, talvez fossem sanados com um melhor gerenciamento na aplicação dos recursos disponíveis no programa.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que as mesmas foram compatíveis com as metas planejadas. Todavia, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram maiores em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação aos indicadores.

COMENTARIOS GERAIS:

Contudo, observa-se que o programa ainda necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL											
0958-Apoio aos Atletas Maranhenses – Bolsa Atleta	Atleta assistido	unidade	0	0	0	196.200	0	0	0	0	0,00
2029 - Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	Espaço esportivo mantido	unidade	20	19	0,95	2.700.000	1.524.644	1.422.800	1.404.690	0,92	1,03

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas	Atleta atendido	unidade	7.020	10.094	1,44	2.750.000	4.852.000	4.691.038	4.607.648	0,95	1,52
2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	Aluno da rede de ensino atendido	unidade	35.130	52.240	1,49	3.660.355	6.333.228	3.335.328	3.335.328	0,53	2,81
3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	Instalação esportiva construída/ampliada/reformada/modernizada	unidade	48	38	0,79	4.365.000	27.513.361	20.031.858	16.093.133	0,59	1,34
4583 - Pesquisa e Desenvolvimento do Esporte	Estudo/curso realizado	unidade	2	1	0,50	134.000	134.000	134.000	134.000	1,00	0,50

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor médio de 1,44 (144%), que correspondeu a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado, pelo fato de a maioria das ações terem atingido eficiência acima de 1,0. Deve-se levar em consideração que a ação 0958 Bolsa Atleta foi excluída no processo de revisão do PPA2012, pois foi identificado que o produto da mesma já estava sendo atendida por outra ação existente no programa, por isso não incluída no cálculo.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				Custo Unitário (E/D)=F	F/C=Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F			
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL											
0958 - Apoio aos Atletas Maranhenses – Bolsa Atleta	Atleta assistido	unidade	0	196.200	0	0	0	0	0	0	0
2029 - Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	Espaço esportivo mantido	unidade	20	2.700.000	135.000	19	1.404.690	73.931	0,55		
2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas	Atleta atendido	unidade	7.020	2.750.000	391,73	10.094	4.607.648	456,47	1,17		
2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	Aluno da rede de ensino atendido	unidade	35.130	3.660.355	104,19	52.240	3.335.328	63,84	0,61		
3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	Instalação esportiva construída/ampliada/reformada /modernizada	unidade	48	4.365.000	90.937	38	16.093.133	423.503	4,66		
4583 - Pesquisa e Desenvolvimento do Esporte	Estudo/curso realizado	unidade	2	134.000	67.000	1	134.000	134.000	2,00		

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 1,50 (150%), que correspondeu a uma baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado que foi bem maior do que o pretendido. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos de algumas das ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado aumentou de forma considerável na execução deixando o programa mais “caro”.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL					
0958 - Apoio aos Atletas Maranhenses – Bolsa Atleta	Atleta assistido	unidade	0	0	0,00
2029 - Manutenção dos Espaços de Desporto e Lazer	Espaço esportivo mantido	unidade	20	19	0,95
2697 - Apoio às Federações e Ligas Esportivas	Atleta atendido	unidade	7.020	10.094	1,43
2699 - Promoção e Apoio ao Desporto Educacional	Aluno da rede de ensino atendido	unidade	35.130	52.240	1,48
3048 - Construção, Ampliação, Reforma e Modernização das Instalações Esportivas	Instalação esportiva construída/ampliada/reformada/modernizada	unidade	48	38	0,79
4583 - Pesquisa e Desenvolvimento do Esporte	Estudo/curso realizado	unidade	2	1	0,50

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 1,03(103%), que revelou a eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada de algumas das ações terem sido muito alta.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Pois os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo de forma considerável para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, todavia, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Pois a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui indicadores intermediários, o que dificulta na mensuração dos resultados.

5.5.4 - Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui indicadores intermediários. Não possui indicadores de Desempenho Socioeconômicos. Todavia, o programa tinha como meta alcançar 103% da meta física planejada configurando um impacto considerável do ponto de vista social.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Melhorar o planejamento quanto aos recursos disponibilizados no programa, de modo que sejam otimizados os recursos existentes. Deve haver uma melhor alocação dos recursos em cada ação e acompanhamento da execução orçamentária para que não se tenha recursos ociosos ao final do exercício.
2. Sugerimos que sejam adotados indicadores para inserção no painel que contemple a mensuração do desempenho do programa.
3. Criar um indicador intermediário que possibilite a mensuração dos resultados e análise do reflexo no público alvo.
4. Garantir que sejam feitos os lançamentos no SISPCA de forma que haja um melhor monitoramento e acompanhamento do programa.
5. Estabelecer um calendário para visitas dos Técnicos responsáveis da SEPLAN ao órgão para acompanhar a execução do programa.
6. Capacitar periodicamente as equipes técnicas responsáveis pelo processo de gestão do PPA, melhorando assim o desempenho da programação finalística.
7. Avaliando o desempenho do programa no ano de 2012, é verificado que o mesmo está desenvolvendo sim a finalidade para o qual foi criado, com bons resultados atingindo uma boa eficiência dos seus resultados. Todavia ainda é necessário atentar para o bom planejamento e execução orçamentária de modo que seja otimizado o recurso destinado ao mesmo, tornando-o eficiente eficaz e efetivo (criando e disponibilizando todos os recursos para mensuração dos reflexos na sociedade). Dessa forma, estes índices alcançarão melhores resultados nas suas escalas nos anos subsequentes (2013, 2014 e 2015), traduzindo uma plena gestão do programa e contribuindo assim para as aspirações do governo de Estado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O561 – VIVA LAZER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	45000 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL		
ÓRGÃOS EXECUTORES	45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL		
PROBLEMA	Elevado número de pessoas do nosso Estado sem entretenimento e com qualidade de vida comprometida.		
OBJETIVO	Oportunizar entretenimento a todas as comunidades do Estado, contribuindo para a inserção destas na melhoria da qualidade de vida.		
PÚBLICO ALVO	População em geral.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 350.000,00	Atual: R\$ 333.935,00	Variação (%): -4,59%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Garantir a qualidade do ensino e incentivar as atividades de esportes.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS – 0561 – Viva Lazer

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas – SEPLAN

5.1.1 Quanto à Concepção

Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Apesar de o programa ter sido associado a uma diretriz do governo, no que se refere ao **indicador intermediário** verificamos que o mesmo não existe, configurando um prejuízo a concepção do programa no que tange a mensuração do seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, e materiais, equipamentos e logística). De modo que os problemas ocorridos relacionados principalmente a quantidade, talvez fossem sanados com uma melhor gerenciamento na aplicação dos recursos disponíveis no programa.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que as mesmas foram compatíveis com as metas planejadas. Todavia, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram maiores em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação aos indicadores.

COMENTARIOS GERAIS:

Contudo, observa-se que o programa ainda necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL											
2700 - Promoção e Realização de Atividades de Lazer – Lazer para Todos	Pessoa atendida	Unidade	20.000	13.350	66,8	150.000	150.000	150.000	150.000	100,00	0,66
2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário – Maranhão Feliz	Pessoa atendida	Unidade	23.000	26.650	115,9	200.000	183.935	183.905	183.905	99,00	1,17

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor médio da eficiência de 0,92(92%), que correspondeu a uma média eficiência. O valor obtido pode ser explicado, pelo fato de uma das ações (2700) ter atingido eficiência de 0,66 mesmo utilizando toda a dotação iniciação.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL									
2700 - Promoção e Realização de Atividades de Lazer – Lazer para Todos	Pessoa atendida	Unidade	20.000	150.000	7,50	13.350	150.000	11,23	1,50
2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário – Maranhão Feliz	Pessoa atendida	Unidade	23.000	183.935	7,99	26.650	183.905	6,90	0,86

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 1,18 (118%), que correspondeu a uma baixa eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado que foi bem maior do que o pretendido. Observa-se que o gasto realizado para a obtenção dos produtos de uma das ações demonstra que o custo médio por unidade de produto planejado aumentou de forma considerável na execução deixando o programa mais “caro”.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
45101 - Secretaria de Estado do Esporte e Lazer – SEDEL					
2700 - Promoção e Realização de Atividades de Lazer – Lazer para Todos	Pessoa atendida	Unidade	20.000	13.350	0,67
2701 - Apoio às Iniciativas e Eventos de Lazer Comunitário – Maranhão Feliz	Pessoa atendida	Unidade	23.000	26.650	1,16

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,91(91%), que revelou a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada de uma das ações ter sido muito baixa.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Pois os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo de forma considerável para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, todavia, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2– Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Pois a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui indicadores intermediários, o que dificulta na mensuração dos resultados.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui indicadores de Desempenho Socioeconômicos. Todavia, o programa tinha como meta alcançar 43.000 pessoas, ao final da sua execução conseguiu alcançar 40.000 pessoas o que significa 93,02% da meta planejada, configurando um impacto considerável do ponto de vista social.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Melhorar o planejamento quanto ao recurso disponibilizado no programa, de modo que seja otimizado o recurso existente. Deve haver uma melhor alocação dos recursos em cada ação e acompanhamento da execução orçamentária para que não se tenha recursos ociosos ao final do exercício.
2. Criar um indicador intermediário que possibilite a mensuração dos resultados e análise do reflexo no público alvo. Sugere-se que seja criado um indicador que contemple o problema do programa, como por exemplo: “**número de comunidades/grupos/famílias/pessoas assistidas com atividades de lazer**”.
3. Garantir que sejam feitos os lançamentos no SISPCA de forma que haja um melhor monitoramento e acompanhamento do programa.
Estabelecer um calendário para visitas dos técnicos responsáveis da SEPLAN ao órgão para acompanhar a execução do programa.
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas responsáveis pelo processo de gestão do PPA, melhorando assim o desempenho da programação finalística.
5. Avaliando o desempenho do programa no ano de 2012, é verificado que o mesmo está desenvolvendo sim a finalidade para o qual foi criado, com bons resultados atingindo uma boa eficiência dos seus resultados. Todavia ainda é necessário atentar para o bom planejamento e execução orçamentária de modo que seja otimizado o recurso destinado ao mesmo, tornando-o não só eficiente, mas também eficaz e efetivo (criando e disponibilizando todos os recursos para mensuração dos reflexos na sociedade). Dessa forma, os índices de eficiência, eficácia e efetividade alcançarão melhores resultados nas suas escalas nos anos subsequentes (2013, 2014 e 2015), traduzindo uma plena gestão do programa e contribuindo assim para as aspirações do governo de Estado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0522 – MAIS TURISMO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	49000 - Secretaria de Estado do Turismo – SETUR		
UNIDADES EXECUTORAS	49101 - Secretaria de Estado do Turismo – SETUR		
PROBLEMA	Baixa Atividade Turística no Estado em Detimento de Suas Potencialidades		
OBJETIVO	Estruturar o turismo de forma sustentável		
PÚBLICO ALVO	Turistas, empreendedores e comunidades com Potencial turístico		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 22.950.733	Atual: 17.317.488,30	Variação (%): -25%

2 -DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a dinamização da economia e o desenvolvimento regional aproveitando as oportunidades e potencialidades locais
Fomentar a diversidade artística e preservar o patrimônio cultural.

3 -INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4-INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %
Fluxo de Turistas	Unidade	31.12.2011	2.700	-	2.680*	99%
Taxa de Ocupação Hoteleira	Percentual	31.12.2011	65%	-	60,75%	-8%

- Sem o fechamento de dezembro

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido em conformidade com as diretrizes do Governo do Estado. O público alvo foi corretamente caracterizado e delimitado, as ações programadas estão suficientes para cumprir a execução do Programa. O programa tem Ação intersetorial com a Secretaria de Infraestrutura através do Projeto de Sinalização Turística. Os produtos foram bem definidos, porém as metas em alguns casos estão sendo superadas e em outros, com baixa execução, ou seja, não existe compatibilidade das ações com as metas previstas. As metas físicas planejadas para determinadas ações necessitam de revisão para serem adequadas ao objetivo do programa. A Ação Gestão do Programa facilitou a operacionalização para atender as áreas finalísticas.

5.1.2 Quanto à Implantação

Considerando que as ações foram bem elaboradas, verifica-se adequação e suficiência do orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) para cumprimento das metas previstas, ressaltando-se que foram formadas parcerias institucionais para implementação do Programa como: MTUR, EMBRATUR, SEBRAE, e UEMA através de convênios. Em virtude da inexistência da ASPLAN, na Secretaria de Turismo, o Programa não contou com materiais e equipamentos em quantidade e em qualidade para sua execução e com uma equipe técnica em número suficiente e qualificada e com dedicação exclusiva, fatores necessários ao bom desempenho das ações. Os recursos iniciais do Programa foram super otimizados, em virtude da época que foi o período de festividade dos 400 anos da cidade de São Luís, portanto tiveram redução da ordem de 25%.

5.1.3 Quanto aos Resultados

O Programa contou com uma dotação inicial (Lei) de R\$ **22.950.733**, reduzindo para R\$ **17.317.488,30** (Lei + Crédito) com variação de - 25,8%, sendo liquidado dessa dotação quase a totalidade (94,5%), ressaltando-se que o valor liquidado foi equivalente a 70% do valor inicial. Não houve apreciação dos resultados pela instância superior do órgão por não ter sido feito um planejamento, consequência da falta da ASPLAN, assim como também não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários do Programa. O órgão obteve a colaboração em seu programa com ações dos órgãos: CEPRAMA e CENTRO DE CONVENÇÕES. Os resultados alcançados pela execução das ações do referido programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e de suas vinculadas. Os resultados alcançados pelo programa como: Ações para Regionalização do Turismo (divisão de pólos), Ações para o cadastramento (formalização das empresas prestadoras de serviços turísticos) e Segmentação da Atividade Turística com foco no Turismo Cultural (valorização do Patrimônio da Humanidade), contribuíram para atender as orientações estratégicas do Governo de forma satisfatória.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação as metas previstas para algumas ações que necessitam de revisão para adequação dos produtos da SETUR. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa. É necessário realizar iniciativas inter setoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações da público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. O órgão informou a dificuldade encontrada na execução de suas ações em virtude da falta de uma assessoria de planejamento

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
49101 - Secretaria de Estado do Turismo – SETUR												
2737- Promoção E Divulgação do Destino do Maranhão	Evento	Unidade	10	19	1,9	11.100.000	9.727.789	9.727.789	9.727.789	1	1,9	
4320-Segmentação e Formatação de Federações Turísticas	Produto Turístico	Unidade	215	18	0,08	1.384.564	284.921	124.920	124.920	0,43	0,18	
4318- Capacitação e qualificação de profissionais do setor turístico	Profissional capacitado	Unidade	106	1.810	17,07	522.500	291.000	200.975	200.975	0,69	24,7	
4319- Incentivo à formatação de serviços turísticos	Serviço Turístico Formatado	Unidade	170	16	0,09	863.009	715.830	631.857	631.857	0,88	0,10	
4211- Dinamização de unidades turísticas	Unidade Turística Dinamizada	Unidade	10	3	0,3	6.441.047	709.514	709.514	709.514	1	0,3	
4450- Gestão do programa	Medido Pela Despesa	Unidade	12	0	-	2.639.613	5.588.433	5.038.923	4.980.096	-	-	
COMENTÁRIOS												
No que se refere ao programa, na média, pode-se concluir que o mesmo foi executado com muita eficiência. Entretanto a causa dessa classificação de muito eficiente foi ocasionada pela Ação 4318 - Capacitação e qualificação de profissionais do setor turístico, responsável pela mobilização, sensibilização, organização e operacionalização de cursos, oficinas, seminários para qualificar e certificar a cadeia produtiva do turismo e servidores públicos, que registrou excelência na sua												

realização, com execução de suas metas acima do planejado na ordem de 1.707% e com utilização da metade dos recursos programados inicialmente. Obteve também a classificação de muito eficiente, a Ação 2737- Promoção e divulgação do destino do Maranhão, cujo objetivo foi a divulgação do produto Maranhão através da participação em feiras do setor nacional e internacional e a captação de eventos nacionais e internacionais para o Centro de Convenções, assim como a realização de workshop, rodadas de negócios, oferecimento e realização de FAMTUR, bem como eventos populares como São João, Carnaval e outros, que obtiveram a classificação muito eficiente, onde as ações foram executadas em quantidade maior que a planejada e com os mesmos recursos planejados. As outras 3 Ações foram de baixa eficiência e não eficazes,

5.3- Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
49101 - Secretaria de Estado do Turismo – SETUR									
2737 - Promoção e Divulgação do Destino Do Maranhão	Evento	Unidade	10	11.100.000	1.110.000	19	9.727.789	511.988	0,46
4320 - Segmentação e Formatação de Federações Turísticas Formatado	Produto Turístico	Unidade	215	1.384.564	6.439	18	124.920	6.940,00	1,07
4318 - Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico	Profissional Capacitado	Unidade	106	522.500	4.929	1.810	200.975	111,03	0,02
4319 - Incentivo à Formatação de Serviços Turístico	Serviço Turístico Formatado	Unidade	170	863.009	5.076	16	631.857	39.491	7,7
4211 - Dinamização de Unidades Turísticas	Unidade Turística Dinamizada	Unidade	10	6.441.047	644.104	3	709.514	263.504	0,37
4450 - Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	12	2.639.613		0	4.980.096		

COMENTÁRIOS GERAIS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 1,9 que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a pouco eficiente (>1). O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado comportou-se bem diversificado, onde há ações que o custo executado foi em menor que o planejado e outras que foi extremamente maior. Convém ressaltar que a média de pouca eficiência foi influenciada, sobretudo pela ação 4319, que teve baixíssima eficiência de 7,7 como resultado, enquanto que as outras três foram muito eficiente, ou seja os valores obtidos na realização foram menores que no planejado. A alteração orçamentária verificada, que foi para menor, ocasionou uma redução na meta física na maioria das Ações com exceção das duas Ações já citadas anteriormente que executaram um percentual bem maior e com custo menor.

5.4 - Avaliação de Produto(Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
49101 - Secretaria de Estado do Turismo – SETUR					
2737- Promoção e Divulgação do Destino do Maranhão	Evento	Unidade	10	19	1,9
4320-Segmentação e Formatação de Federações Turísticas Formatado	Produto Turístico	Unidade	215	18	0,08
4318- Capacitação e Qualificação de Profissionais do Setor Turístico	Profissional Capacitado	Unidade	106	1.810	17,07
4319- Incentivo à Formatação de Serviços Turísticos	Serviço Turístico Formatado	Unidade	170	16	0,09
4211- Dinamização de Unidades Turísticas	Unidade Turística Dinamizada	Unidade	10	3	0,3
4450- Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	12	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa apresentou a sua eficácia com valor médio de 3,8, que na escala de valoração adotada na metodologia e revela que o programa foi realizado com eficácia. Portanto, pode-se concluir que o mesmo foi eficaz. A explicação dessa classificação alcançada de eficácia foi ocasionada pela Ação 4318- Capacitação e qualificação de profissionais do setor turístico, e a Ação 2737- promoção e divulgação do destino Maranhão, onde foram realizadas diversas ações que puxaram a média para cima.

5.5– Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, embora em pouca proporção.

5.5.3 Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não há indicadores intermediários associados ao programa

5.4.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não tem nenhum indicador do painel do PPA associado

6– RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, em relação a meta física e financeira das ações. Os resultados foram razoáveis com às orientações estratégicas de governo e aos objetivos do órgão setorial .

2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.

3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa.

4. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação fiamalística.

5. Instituir equipes gerenciais para o programa e ações.

6. Convém ressaltar que como se trata da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O520 – QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TRABALHO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51000 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES		
UNIDADE EXECUTORA	51101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES		
PROBLEMA	Alto índice de desemprego no Estado do Maranhão.		
OBJETIVO	Diminuir o índice de desemprego no Estado do Maranhão.		
PÚBLICO ALVO	População economicamente ativa, com foco nas pessoas em maior situação de vulnerabilidade.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 10.898.308,00	Atual: 10.898.308,00	Variação (%): 0,0

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado de Trabalho.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)						
Indicador	Unidade de Medida	Referência			Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %
Nº de Trabalhador Assistido	Unidade	31/12/2011	4.696	20.280	137.033	575,70
Nº de Trabalhador Qualificado	Unidade	31/12/2011	798	1.646	0	0,00
Nº de Trabalhador Habilidado	Unidade	31/12/2011	94.533	54.540	152.727	180,02

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das arvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos. No entanto, no que se refere aos atributos quantitativos não foram definidos o atual índice de desemprego no Estado e quanto se pretende atingir reduzir ao final do exercício ou do PPA que é o objetivo do programa. Apesar de o órgão setorial ter informado indicadores de desempenho intermediário, mas estes correspondem aos produtos das ações e não foi estabelecido um indicador que pudesse mensurar o programa o que dificulta uma avaliação mais precisa sobre a sua execução e a solução do problema. O programa está de conformidade com a diretriz de governo contribuindo para promover a qualificação profissional elevando a produtividade do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio de suas ações que estão sendo executadas em parcerias com as prefeituras municipais através de cooperação técnica e com o Ministério do Trabalho e Emprego através de convênio que garante material necessário para execução das ações, que potencializam o alcance dos resultados. Destacam-se ainda que, o programa é executado sob a responsabilidade das supervisões correspondentes a cada ação o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas corretivas sobre o andamento da execução.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram parcialmente satisfatórios, teve um bom desempenho através da execução de ações em parceria com outras secretarias, tais como: Secretaria de Direitos Humanos através dos postos do SINE instalados nas unidades do Viva Cidadão e a Secretaria de Ciência e Tecnologia através de cursos de qualificação. Entretanto, a dificuldade do cumprimento das cláusulas do convênio com algumas prefeituras, número de servidores reduzidos, atraso no repasse de recursos pelo Ministério do Trabalho e Emprego para a qualificação profissional e dificuldades impostas por agentes financeiros para a liberação de crédito aos micro e pequenos empreendedores individuais são alguns dos principais entraves a serem enfrentados para não comprometer os resultados na direção esperada.

COMENTÁRIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes na sua estratégia de implementação para superar os entraves citados acima quanto ao resultado para não comprometer a execução da ação, como é o caso dos cursos da ação qualificação profissional do convênio federal que não foram executados em 2012, em função do atraso do repasse de recursos por parte do Ministério do Trabalho. Outro ponto a ser destacado refere-se à elaboração de um indicador para acompanhar a evolução do desemprego no Estado, estabelecendo assim um índice atual e esperado ao final do exercício e do PPA 2012/2015. E ou vincular o indicador Emprego Formal X PIA – 2010 do Painel de Indicadores do PPA, mesmo não tendo vinculação direta com o programa, mas identificando os esforços do Governo Estadual para o atingimento desse indicador cuja fonte de pesquisa são o IMESC/MTE/RAIS/IBGE. Sugere-se ainda ao órgão, quando de uma possível revisão do PPA, rever a estratégia de implementação da ação Microcrédito Produtivo Orientado que obteve uma dotação inicial e ao iniciar o exercício 2012 os recursos orçados na ação foram remanejados em sua totalidade.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A) =C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
51.101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES												
Ação 2481 - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	Unidade	20.280	137.033	6,7	2.022.330	2.112.330	1.985.336	1.941.161	0,9	7,4	
Ação 2484 - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	Unidade	54.540	152.727	2,8	708.381	708.381	693.098	671.884	0,9	3,1	
Ação 4315 - Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	Unidade	1.646	0	0,0	1.521.546	1.521.546	579.200	545.450	0,3	0,0	
Ação 4453 - Qualificação de Jovens para o Mercado do Trabalho	Jovem qualificado	Unidade	13.000	0	0,0	6.556.051	6.556.051	573.600	513.366	0,0	-	
Ação 4624 - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro/pequeno empreendedor orientado	Unidade	500	0	0,0	90.000	0	0	0	0,0	-	

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor percentual médio de 2,1 considerado muito eficiente na escala de valoração. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, na ação Intermediação de Mão de Obra as metas foram programadas considerando apenas os trabalhadores efetivamente colocados no mercado de trabalho, deixando de considerar as outras etapas de intermediação. Enquanto que, na ação Seguro Desemprego o número elevado de trabalhadores habilitados em relação à meta física planejada deve-se ao elevado número de habilitações do seguro pescador artesanal. Ressalta-se que apesar do programa ter sido muito eficiente em função do bom desempenho das ações citadas acima, mas o órgão deve verificar as demais ações que não tiveram movimentação de recursos e que são importantes para um desempenho ainda melhor do programa na solução do problema definido que é o alto índice de desemprego.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	
51.101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES									
Ação 2481 - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	unidade	20.280	2.112.330	104	137.033	1.941.161	14,2	0,1
Ação 2484 - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	unidade	54.540	708.381	13	152.727	671.884	4,4	0,3
Ação 4315 - Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	unidade	1.646	1.521.546	924	0	545.450	0	0
Ação 4453 - Qualificação de Jovens para o Mercado do Trabalho	Jovem qualificado	unidade	13.000	6.556.051	504	0	513.366	0	0
Ação 4624 - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro/pequeno empreendedor orientado	unidade	500	0	0	0	0	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa expressa a média eficiência, pois apresentou o valor médio de 0,08%. Na escala de valores. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$14,00/trabalhador assistido em relação ao planejado de R\$ 104,00 e na ação correspondente ao trabalhador habilitado o custo unitário do produto executado foi de R\$4,00 em relação ao planejado de R\$13,00.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
51.101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária - SETRES					
SETRES / Ação 2481 - Intermediação de Mão de Obra	Trabalhador assistido	unidade	20.280	137.033	6,7
SETRES / Ação 2484 - Seguro Desemprego	Trabalhador habilitado	unidade	54.540	152.727	2,8
SETRES / Ação 4315 - Qualificação Profissional	Trabalhador qualificado	unidade	1.646	0	0,0
SETRES / Ação 4453 - Qualificação de Jovens para o Mercado do Trabalho	Jovem qualificado	unidade	13.000	0	0,0
SETRES / Ação 4624 - Microcrédito Produtivo Orientado	Micro/pequeno empreendedor orientado	unidade	500	0	0,0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 1,9, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito alta.

5. 4 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.4.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, destacando a ação intermediação de mão de obra que superou a execução física relativa a trabalhadores assistidos em 575,70%. E podendo melhorar nos próximos exercícios com a realização de cursos de qualificação.

5.4.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atendeu parcialmente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, em função das parcerias com outras secretarias, tais como: Secretaria de Direitos Humanos através dos postos do SINE instalados nas unidades do Viva Cidadão e a Secretaria de Ciência e Tecnologia através de cursos de qualificação. No entanto, vale ressaltar que não foram realizadas algumas qualificações em função do atraso no repasse de recursos pelo Ministério em 2012, o que poderá afetar o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado ao final do PPA.

5.4.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Os valores dos indicadores intermediários informados pelo órgão correspondentes aos produtos das ações realizadas na execução do programa e alcançaram as seguintes variações entre o valor apurado e de referência: Trabalhador Assistido de 575,70 % e Trabalhador Habilidado de 180,02%. Enquanto os outros dois indicadores como não tiveram valores apurados em 2012 prejudicam a avaliação completa do programa.

5. 4.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não pode ser mensurado em função do programa não estar associado a nenhum indicador socioeconômico do painel do PPA.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Incluir um indicador que possa mensurar ou monitorar o programa de forma mais precisa na solução do problema e verificar o a possibilidade vincular o indicador Emprego Formal versus PIA – 2010 do Painel de Indicadores do PPA, mesmo não tendo vinculação direta com o programa, mas identificando os esforços do Governo Estadual para o atingimento desse indicador cuja fonte de pesquisa são o IMESC/MTE/RAIS/IBGE.
2. Revisar a estratégia de implementação das ações que não tiveram movimentação de recursos e especialmente a ação Microcrédito Produtivo Orientado que teve uma dotação inicial, mas os recursos da ação foram remanejados em sua totalidade medidas a serem adotadas.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Verificar o lançamento do acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
6. Institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações.
7. Ressaltar que por tratar-se da avaliação do primeiro exercício do PPA(2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

O521 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	51.000 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES		
UNIDADE EXECUTORA	51.101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES		
PROBLEMA	Baixo fomento e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.		
OBJETIVO	Fomentar e desenvolver os empreendimentos econômicos solidários.		
PÚBLICO ALVO	Empreendimentos econômicos solidários		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 500.000,00	Atual: 1.424.183,00	Variação (%): 184,8

2 - DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado de Trabalho.

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais.

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			Variação %
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado		
Nº de Empreendimentos de economia solidária e outras formas de geração de renda apoiados.	Unidade	31/12/2011	465	217	283		- 39,13

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência nos seus principais componentes definidos através elaboração das arvores de problemas e objetivos no que diz respeito aos atributos qualitativos. No entanto, no que se refere aos atributos quantitativos não foram definidos indicadores para mensurar o baixo fomento e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários. Apesar de o órgão setorial ter informado indicador intermediário, mas este corresponde ao produto da única ação e não foi estabelecido um indicador que pudesse mensurar o programa o que dificulta uma avaliação mais precisa sobre a sua execução e a solução do problema. Além disso, o programa está de conformidade com a diretriz de governo, justificando a sua existência em função do alto índice de informalidade, baixa capacidade de comercialização ausência de assistência técnica específica, falta de incentivo para os empreendimentos econômicos solidários.

5.1.2 Quanto à Implementação

As estratégias de implementação do programa estão adequadas por meio da sua ação que está sendo executadas em parcerias com as Secretarias de Estado – SEDES, SEDAGRO, SEIR, SECTES, SEMU, SECMA, com as prefeituras municipais, como o BNB e entidades da sociedade civil. Vale destacar, sobre a implementação que o programa é executado sob a responsabilidade da supervisão de economia solidária correspondente à ação do programa o que facilita o contato direto com o executor para possíveis medidas corretivas sobre o andamento da execução. No que se refere a dotação orçamentária houve incremento de recursos cuja a variação foi de 184,8 % referente a convênios e a liberação de cotas financeiras foram liberadas conforme previsto na programação.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, através da execução de ações em parceria com outras secretarias, tais como: SEDES, SEDAGRO, SEIR, SECTES, SEMU, SECMA, com as prefeituras municipais, como o BNB e entidades da sociedade civil. Destaca-se em relação aos resultados a participação social dos beneficiários do programa durante a sua execução através de feiras, seminários e fóruns e destaca-se ainda que, o aumento de comercialização de produto, da renda dos empreendedores, da inclusão produtiva e diminuição da informalidade. Entretanto, existem alguns entraves como a falta de assistência técnica específica para uma melhor orientação e principalmente a dificuldade de se realizar uma parceria com as prefeituras.

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, observa-se que o programa foi bem concebido, mas necessita de alguns ajustes na sua estratégia de implementação para superar os entraves citados acima quanto ao resultado para não comprometer a execução da ação. Outro ponto a ser destacado refere-se à elaboração de um indicador para acompanhar a evolução do alto índice de informalidade no Estado, estabelecendo assim um índice atual e esperado ao final do exercício e do PPA 2012/2015. E ou vincular o indicador Emprego Formal versus PIA – 2010 do Painel de Indicadores do PPA, mesmo não tendo vinculação direta com o programa mas identificando os esforços do Governo Estadual para o atingimento desse indicador cuja a fonte de pesquisa são o IMESC/TEM/RAIS/IBGE. Sugere-se ainda ao órgão, quando de uma possível revisão do PPA, rever a estratégia de implementação do programa que tem apenas uma ação desenvolvida pelo programa.

5.2 – Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
51.101 – Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES												
Ação 4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento apoiado	unidade	217	283	1,3	500.000	1.424.183	1.171.598	313.794	0,2	6,5	

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor de 6,5(650%) considerado muito eficiente na escala de valoração. O valor obtido pode ser explicado, em função das parcerias realizadas com órgãos e entidades que colaboraram para a superação da meta prevista.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência

51.101 – Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária – SETRES

Ação 4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento apoiado	unidade	217	1.424.183	6,5	283	313.794	1,0	0,15
---	------------------------	---------	-----	-----------	-----	-----	---------	-----	------

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa expressa muita eficiência, pois apresentou o valor de 0,15. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R \$1.0 por empreendimento apoiado em relação ao planejado que foi de R\$ 6,5. Observa-se que os houve acréscimos de recursos orçamentários, mas não houve o alinhamento da meta física planejada.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
51.101 - Secretaria do Estado do Trabalho e Economia Solidária – Setres					
Ação 4316 - Fomento e Desenvolvimento dos Empreendimentos de Economia Solidária	Empreendimento apoiado	unidade	217	283	1,3

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa indica a sua eficácia, pois apresentou o valor de 1,3%. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido superior.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios com a realização de novas parcerias com municípios.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, o programa foi eficiente e eficaz e houve a superação da meta planejada em 30% devido às parcerias realizadas.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Porque o indicador intermediário informado pelo órgão corresponde ao produto da ação realizada na execução do programa. Os Empreendimentos de economia solidária e outras formas de geração de renda apoiados alcançaram um variação de 30,41%.

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?
Não. Porque o programa não tem nenhum indicador de desempenho socioeconômico associado, prejudicando a sua avaliação.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Incluir um indicador que possa mensurar ou monitorar o programa de forma mais precisa na solução do problema e verificar a possibilidade vincular o indicador Emprego Formal versus PIA – 2010 do Painel de Indicadores do PPA, mesmo não tendo vinculação direta com o programa, mas identificando os esforços do Governo Estadual para o atingimento desse indicador cuja fonte de pesquisa é o IMESC/MTE/RAIS/IBGE.
2. Rever a estratégia de implementação do programa verificando a possibilidade de criar mais uma ação medidas a serem adotadas por ocasião da revisão do PPA.
3. Fazer o lançamento das informações das metas físicas e financeiras para que sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
4. Verificar o lançamento do acompanhamento no SISPCA assim que houver recursos liquidados nas ações e caso os recursos tiverem sido utilizados, mas não tenha sido entregue o produto final deverá ser feito um comentário justificando os gastos e a não execução do produto.
5. Observar quando houver alteração orçamentária que afete a meta física planejada deve também ter sido alterada a meta física executada para que a eficácia não seja prejudicada.
6. Capacitar as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
7. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
8. Ressaltar que tratar-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 -IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0563–ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	52000 - Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
UNIDADES EXECUTORAS	52101 - Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
PROBLEMA	Alto índice de violência e discriminação contra as mulheres		
OBJETIVO	Reducir o Índice de Violência e Discriminação Contra as Mulheres		
PÚBLICO ALVO	Mulheres em situação de violência doméstica e familiar e de todas as demais formas de violência e discriminação ou sob o risco de vivenciá-las		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: R\$ 485.576,00	Atual: R\$ 6.782.138,37	Variação (%): 1.297%

2-DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

3- INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

4- INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação %

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS – 0563 Enfrentamento a Violência e Discriminação a Mulher

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas – SEPLAN

5.1.1 Quanto à Concepção

Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo e definiu um indicador de resultado facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, e materiais, equipamentos e logística).

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a maior parte das metas alcançadas foram compatíveis com as metas planejadas. Além disso, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram menores muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma alta economicidade dos gastos com o programa e contribuindo para os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa não será comprometida em relação às orientações estratégica de governo, como diretrizes e indicadores já que os mesmos estão em sintonia.

COMENTARIOS GERAIS:

Contudo, observa-se que o programa ainda necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário verificar também a necessidade de existência de algumas ações que seu produto talvez já esteja sendo atendido por outra ação existente, o que explicaria o alcance da meta planejada sem movimentação financeira.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
52101 - Secretaria de Estado da Mulher											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	-	-	-	15.000	15.000	12.088	12.088	0,81	-
4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	Componente atendido	Unidade	111	28	0,25	261.200	3.109.035	184.718	184.718	0,06	4,25

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	Mulher atendida/encaminhada	Unidade	100	106	1,06	96.500	3.372.887	2.847.370	1.972.393	0,58	1,81
4595 - Disseminação da Lei Maria da Penha	Pessoa informada	Unidade	500	886	1,77	55.000	268.505	45.408	45.408	0,17	10,48
4596 - Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	Pessoa atendida	Unidade	120	116	0,97	57.876	16.711	0	0	0	-

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas físicas e financeiras do programa indica o valor médio da eficiência de 4,13 (413,4%), que correspondeu na escala de valoração a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de uma das ações (4595) ter atingido eficiência de 10,48 e de a sua dotação inicial ter sido suplementada em mais de 400%, porém a mesma utilizou-se apenas 82,56% da dotação inicial.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
52101 - Secretaria de Estado da Mulher										
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	15.000	-	-	12.088	-	-	-
4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	Componente atendido	unidade	111	3.109.035	28.009	28	184.718	6.597	0,24	
4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	Mulher atendida/encaminhada	unidade	100	3.372.887	33.728	106	1.972.393	18.607	0,55	
4595 - Disseminação da Lei Maria da Penha	Pessoa informada	unidade	500	268.505	537	886	45.408	51	0,10	
4596 - Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	Pessoa atendida	unidade	120	16.711	139	116	0	0	0	

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,22 (22%), que correspondeu a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado foi bem menor do que o pretendido. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado reduziu de forma considerável na execução do programa.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
52101 - Secretaria de Estado da Mulher					
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	-
4593 - Fortalecimento dos Sistemas Municipais de Políticas para as Mulheres	Componente atendido	unidade	111	28	0,25
4594 - Acolhimento, Formação e Inclusão de Mulheres - Viva Mulher	Mulher atendida/encaminhada	unidade	100	106	1,06
4595 - Disseminação da Lei Maria da Penha	Pessoa informada	unidade	500	886	1,77
4596 - Enfrentamento a Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher	Pessoa atendida	unidade	120	116	0,97

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 1,01(101%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela a eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada que está de acordo com o pretendido. Lembrando que esse valor se deu pelo fato de estar sendo analisadas as quatro ações do programa, já que a ação 4450 – Gestão do programa é medida pela despesa e não pelo produto.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Pois os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo de forma considerável para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, todavia, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Pois a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Através dos indicadores foi possível mensurar o resultado das ações feitas no programa e ver o reflexo na sociedade.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Porque apesar do programa não possuir Indicador de Desempenho Socioeconômico do Painel, o programa alcançou 101,3% da meta planejada (retirando-se o programa 4450 do cálculo, pois o mesmo é medido pela despesa), configurando um impacto considerável do ponto de vista social.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Melhorar o planejamento quanto ao recurso disponibilizado no programa, de modo que seja otimizado o recurso existente. Deve haver uma melhor alocação dos recursos em cada ação e acompanhamento da execução orçamentária para que não se tenha recursos ociosos ao final do exercício.
2. Garantir que sejam feitos os lançamentos no SISPCA de forma que haja um melhor monitoramento e acompanhamento do programa.
3. Estabelecer um calendário para visitas dos Técnicos responsáveis da SEPLAN ao órgão para acompanhar a execução do programa.
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas responsáveis pelo processo de gestão do PPA, melhorando assim o desempenho da programação finalística.
5. Avaliando o desempenho do programa no ano de 2012, é verificado que o mesmo está desenvolvendo sim a finalidade para o qual foi criado, com bons resultados atingindo uma boa eficiência dos seus resultados. Todavia ainda é necessário atentar para o bom planejamento e execução orçamentária de modo que seja otimizado o recurso destinado ao mesmo. Dessa forma, os índices de eficiência, eficácia e efetividade alcançarão melhores resultados nas suas escalas nos anos subsequentes (2013, 2014 e 2015) sem qualquer distorção, traduzindo uma plena gestão do programa e contribuindo assim para as aspirações do governo de Estado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0564 – PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS ECONÔMICOS DE DECISÃO E DE PODER

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	52000 – Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
UNIDADE EXECUTORAS	52101 – Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
PROBLEMA	Baixa autonomia econômica e desigualdade de gênero		
OBJETIVO	Ampliar a autonomia econômica e promover a igualdade de gênero.		
PÚBLICO ALVO	Mulheres em situação de vulnerabilidade ou sob risco de vivenciá-las		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 485.583,00	Atual: 222.852,47	Variação (%): -46%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdade de direitos

Promover a qualificação profissional elevando a produtividade do trabalhador e sua inserção no mercado

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4- INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)**

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa em sua concepção procurou alcançar os objetivos propostos em sua árvore de problemas, mas constatamos que as metas físicas planejadas carecem de uma reformulação para atingir o público alvo que necessita da referida política pública, tal fato pode ter prejudicado a qualidade do atendimento. Os indicadores do programa não permitem uma análise clara do que foi apurado ao longo da meta prevista.

5.1.2 Quanto à Implementação

A implementação do programa contou com autonomia gerencial e parcerias institucionalizadas para execução das ações. A equipe técnica dispôs de materiais e equipamentos adequados. Ressaltamos, porém, que as metas financeiras das ações não foram liquidadas, utilizando-se recursos da ação de gestão do programa (4550), concluindo-se que houve desvio de recursos de uma ação para outra, que não foi aplicado conforme planejamento.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados do programa estão alinhados, teoricamente, com os objetivos estratégicos do Governo que dizem respeito ao acesso aos serviços sócioassistenciais, igualdade de direitos, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Embora o órgão ressalte que possui equipe de monitoramento e avaliação, observamos que em sua análise, em nenhum momento, faz alusão ou tenta justificar as distorções existentes entre o que foi planejado e o que foi realizado, comprometendo, sem dúvida, o alcance dos objetivos propostos.

COMENTARIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações, monitoramento e avaliação para que reveja suas ações e dimensione melhor as metas físicas e financeiras, quando de uma possível revisão do PPA, para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário expandir as iniciativas intersetoriais e as parcerias institucionalizadas que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa e não se restringir apenas em aplicação de questionários de avaliação sem um retorno do que foi avaliado, discutido e colocado no âmbito dos conselhos, para melhoria da atuação da política pública voltada para a defesa dos direitos da mulher.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
52101 – Secretaria de Estado da Mulher											
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	unidade	-	-	-	15.000	15.000	4.510	4.510	0,30	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012–2015 – Exercício 2012

4597 –Intermediação da Inclusão Social de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	Mulher encaminhada /inserida	unidade	50	161	3	20.000	-	-	-	-	-
4598- Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	Mulher fortalecida	unidade	371	264	0,71	450.583	207.852	-	-	0	-

COMENTÁRIOS

A avaliação da eficiência ficou prejudicada porque o órgão não utilizou recursos das ações, tendo metas físicas alcançadas, mais sem metas financeiras liquidadas, constatando-se a distorção no planejamento de programas e ações que se superpõem, utilizando recursos de outros programas porque o público – alvo é o mesmo, havendo necessidade de rever os programas e redefinir as ações na revisão do PPA.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
52101 – Secretaria de Estado da Mulher										
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	unidade	-	15.000	-	-	4510	-	-	-
4597 – Intermediação da Inclusão Social de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	Mulher encaminhada/inserida	unidade	50	0	-	161	0	-	-	-
4598- Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	Mulher fortalecida	unidade	371	207.852	560	264	0	-	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto também ficou prejudicada, considerando tudo que já foi colocado no quesito anterior.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
52101 – Secretaria de Estado da Mulher					
4450 – Gestão do Programa	Medido pela Despesa	-	-	-	-
4597 – Intermediação da Inclusão Social de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade	Mulher encaminhada/inserida	unidade	50	161	3,22
4598- Fortalecimento e Apoio a Grupos Organizados ou não de Mulheres	Mulher fortalecida	unidade	371	264	0,71

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 1,97 (197%), que revelou a eficácia do programa. O valor obtido pode ser considerado paradoxal porque embora o programa não tenha nem sido classificado na escala da eficiência, porque não forneceu componentes necessários para sua avaliação, as metas físicas de uma ação (4597), superaram as metas físicas executadas, elevando o cômputo geral do programa que foi considerado eficaz sem ser eficiente.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Não. Porque a execução do programa no exercício avaliado não atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados não estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque os programas não alcançaram as metas definidas no PPA, havendo distorções de concepção e implementação dos mesmos.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque não havia indicador de desempenho socioeconômico no Painel.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA. Rever os programas e as ações que tenham o mesmo público-alvo e o mesmo escopo), para que não haja alocação de recursos indevidas, ou caso necessário deverá haver exclusão de ações ou de programas para que os resultados se tornem compatíveis às orientações estratégicas de governo e aos objetivos do órgão setorial. Para que o órgão tenha um controle do alcance das suas metas, lança mensalmente as informações das metas físicas no SISPCA, para garantir o monitoramento por parte do próprio órgão e do Núcleo Temático da SEPLAN.

2. Estabelecer um calendário para visitas dos Técnicos responsáveis da SEPLAN ao órgão para acompanhar a execução do programa.

3. Capacitar periodicamente as equipes técnicas responsáveis pelo processo de gestão do PPA, melhorando assim o desempenho da programação finalística.

4. Rever os indicadores intermediários, pois os mesmos correspondem aos produtos das ações.

Avaliando o desempenho do programa no ano de 2012, é verificado que o mesmo está desenvolvendo sim a finalidade para o qual foi criado, com bons resultados atingindo uma boa eficiência dos seus resultados. Todavia ainda é necessário atentar para o bom planejamento e execução orçamentária de modo que seja otimizado o recurso destinado ao mesmo, tornando-o não só eficiente e efetivo, mas também eficaz. Dessa forma, os índices de eficiência, eficácia e efetividade alcançarão melhores resultados nas suas escalas nos anos subsequentes (2013, 2014 e 2015), traduzindo uma plena gestão do programa e contribuindo assim para as aspirações do governo de Estado.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0565 – SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	52000 - Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
UNIDADES EXECUTORAS	52101 – Secretaria de Estado da Mulher – SEMU		
PROBLEMA	Negação dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres		
OBJETIVO	Promover os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres.		
PÚBLICO ALVO	Mulheres em situação de vulnerabilidade ou sob o risco de vivenciá-las.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 43.000,00	Atual: 10.000,00	Variação (%): -23%

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdade de direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S) **

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O programa foi concebido tendo por base os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, conforme sua árvore de problemas e objetivos propostos, seguindo diretrizes do Governo Estadual, que ao criar a Secretaria de Estado da Mulher, teve como foco principal resolver os problemas ligados à discriminação e violência contra a mulher. Dos componentes do programa destacamos que houve uma superposição das ações, considerando que uma está relacionada conceitualmente com a outra. As metas por serem complementares não foram bem dimensionadas, atingindo um público-alvo maior do que o previsto.

5.1.2 Quanto à Implantação

Mesmo o programa tendo um excelente desempenho, ficou prejudicado em virtude das ações similares, que por terem o mesmo escopo pulverizou o recurso financeiro, atingindo uma meta física que ultrapassou o planejado. O programa contou com autonomia gerencial, com parcerias institucionalizadas para execução das ações e destacou como problema de implementação a ausência de corpo técnico, tendo os mesmos profissionais no desenvolvimento de dois programas simultaneamente. A ação de gestão não foi implementada..

5.1.3 Quanto aos Resultados

As metas financeiras e físicas precisam ser reavaliadas para que estejam compatíveis com as linhas estratégicas do Governo, considerando-se que foram executados 23% dos recursos financeiros previstos, e que os mesmos foram suficientes para ultrapassar a meta física planejada. Recomenda-se que o órgão ao elaborar suas ações analise com muito cuidado a sua prática para que não ocorra a redundância de atividades que tem a mesma linha de atuação, o que ocorreu neste PPA, mas que como já foi colocado, já foi corrigido para 2013.

COMENTARIOS GERAIS

De forma geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns tributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
52101 – Secretaria de Estado da Mulher- SEMU											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	-	15.000	0	0	0	-	-
4599 - Promoção dos Direitos Sexuais, Reprodutivos e da Saúde da População Feminina	Pessoa atendida	unidade	10	182	18,20	10.000	7.000	7.000	7.000	1,00	18,20

4600 - Orientação de Mulheres em Relação à Sexualidade, Saúde da Mulher e Gravidez na Adolescência	Pessoa atendida	unidade	85	504	5,93	18.000	3.000	3.000	3.000	1,00	5,93
--	-----------------	---------	----	-----	------	--------	-------	-------	-------	------	------

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 12,06(1.206%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação classifica como sendo muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de que para chegar ou resultado esperado das ações que compõe o programa precisou-se de menos recursos do que o planejado. Pois foi preciso de apenas 23% dos recursos disponíveis no programa para atingir mais de 100% da meta. É importante destacar que houve anulação total na ação Gestão do Programa (4450), todavia o programa foi executado e alcançou seus resultados.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência

52101 – Secretaria de Estado da Mulher – SEMU

4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	-	-	-	-	-
4599 - Promoção dos Direitos Sexuais, Reprodutivos e da Saúde da População Feminina	Pessoa atendida	unidade	10	7.000	700	182	7.000	38,46	0,05
4600 - Orientação de Mulheres em Relação à Sexualidade, Saúde da Mulher e Gravidez na Adolescência	Pessoa atendida	unidade	85	3.000	35,29	504	3.000	5,95	0,17

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,11(11%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação classifica-o como muito eficiente (< 0,50). O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado de R\$22,21/pessoa atendida em relação ao planejado de R\$ 367,65 sendo 11% inferior. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado reduziu-se consideravelmente na execução do programa.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
52101 – Secretaria de Estado da Mulher- SEMU					
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	-	-	-
4599 - Promoção dos Direitos Sexuais, Reprodutivos e da Saúde da População Feminina	Componente atendido	unidade	10	182	18,20
4600 - Orientação de Mulheres em Relação à Sexualidade, Saúde da Mulher e Gravidez na Adolescência	Mulher atendida/encaminhada	unidade	85	504	5,93

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 12,06(1.206%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada de todas as ações terem sido muito alta. Todavia, é necessário reavaliar o planejamento das metas físicas e financeiras para cada ação.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Pois os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Pois a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Através dos indicadores foi possível mensurar o resultado das ações feitas no programa e ver o reflexo na sociedade.

5. 4. 4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque o programa não possui Indicador de Desempenho Socioeconômico do Painel. Todavia, o programa alcançou 1.206% da meta planejada (retirando-se o programa 4450 que é medido pela despesa), configurando um impacto considerável do ponto de vista social.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Melhorar o planejamento quanto ao recurso disponibilizado no programa, de modo que seja otimizado o recurso existente. Deve haver uma melhor alocação dos recursos em cada ação e acompanhamento da execução orçamentária para que não se tenha recursos ociosos ao final do exercício.
2. Verificar a necessidade real dos recursos orçamentário no programa alinhando o mesmo com suas metas físicas. Quanto às ações avaliar se existe necessidade da continuação das mesmas, e se já não estão sendo atendidas por outro programa, visto que a ação 4450-Gestão do programa, não realizou nenhuma movimentação financeira. Todavia, as demais ações do programa foram executadas e alcançaram mais de 100% da meta planejada.
3. Garantir que sejam feitos os lançamentos no SISPCA de forma que haja um melhor monitoramento e acompanhamento do programa.
4. Estabelecer um calendário para visitas dos Técnicos responsáveis da SEPLAN ao órgão para acompanhar a execução do programa.
5. Capacitar periodicamente as equipes técnicas responsáveis pelo processo de gestão do PPA, melhorando assim o desempenho da programação finalística.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0137 – CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA		
UNIDADES EXECUTORAS:	53101 - Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA		
PROBLEMA:	Infraestrutura urbana dos municípios deficitária		
OBJETIVO:	Dotar os municípios de novos e melhores prédios e logradouros públicos, bem como pavimentar vias urbanas, visando proporcionar melhores condições de atendimento público e melhores condições de lazer à população, buscando, também, eliminar barreiras arquitetônicas e urbanísticas para o público portador de deficiências.		
PÚBLICO ALVO:	População do Estado		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00):	Inicial: 124.978.241,00	Atual: 232.943.410,00	Variação (%): 86,38

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Oferecer Infraestrutura, Logística e Transporte de Qualidade

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa foi concebido utilizando os requisitos/atributos necessários para sua concepção como público alvo, ações, metas, produtos e serviços, bem definidos. No entanto o programa não dispõe de indicadores de desempenho, tornando o mesmo prejudicado, haja vista que, sem os indicadores de desempenho a análise e/ou avaliação ficará comprometida, pelo fato de não termos como mensurar os feitos realizados.

5.1.2 Quanto à Implantação

O Programa está sob a coordenação de uma Secretaria Adjunta específica, que tem como função gerenciar implementação do programa, mas não possui equipe técnica exclusiva para a coordenação das ações tornando o programa prejudicado quanto ao gerenciamento e a sua estrutura organizacional, por outro lado, manteve parcerias com as prefeituras dinamizando a logística pra execução do mesmo. Quanto à questão orçamentária pode-se dizer que foi satisfatória conforme análise da avaliação feita pelo órgão, mas ressaltasse que, em análise feita pelo SIPCA, notasse que houve anulação de crédito para suplementar outras ações.

5.1.3 Quanto aos Resultados

No Programa, constatasse que o resultado não foi satisfatório, haja vista que, a meta física das ações não foi alcançada ficando muito abaixo do previsto, inclusive ações como Apoio a Infraestrutura Turística não houve movimentação financeira dos recursos e nas ações Conservação de Prédios Públicos e Conservação de Logradouros Públicos não houve prioridade por parte do órgão na execução das ações em virtude do remanejamento de recursos feitos nas mesmas, sendo assim não tiveram nenhuma meta alcançada. Segundo órgão o motivo da não execução das ações deu-se em virtude da insuficiente disponibilidade de recursos financeiros pela SEPLAN, ressaltasse que, no tópico que trata da Implementação do Programa, a avaliação feita pelo próprio órgão coloca o orçamento inicial aprovado e o orçamento ao final da execução (lei+crédito) suficientes para o cumprimento das metas previstas.

COMENTARIOS GERAIS:

Em análise, constatasse que no geral o programa ficou prejudicado por fatores como falta de indicadores, de autonomia gerencial do programa. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, implementar alguns atributos, tais como: os indicadores de desempenho bem definidos e equipes exclusivas para o gerenciamento do programa, para que possibilite um maior desempenho na execução do programa e consequentemente garantir um melhor resultado.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro				
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA										

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

1089 – Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	Logradouro construído/melhorado	m ²	41.965	11.528	0,27	8.920.000	23.146.646	16.198.958	12.122.884	0,52	0,52
1098 - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melhorado	m ²	16.389	857	0,05	15.808.241	5.777.280	2.384.849	1.072.744	0,19	0,26
1671 - Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	238.477	28.143	0,12	9.980.000	20.168.127	11.021.314	1.688.417	0,08	1,50
3092 - Apoio à Infraestrutura Turística	Equipamento turístico restaurado ou melhorado	% de execução	72.000	0	0	72.000.000	72.000.000	0	0	0	0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	0	0	800.000	1.800.000	1.479.344	164.510	0,09	0
4494 - Conservação de Prédios Públicos	Prédio público conservado	m ²	0	0	0	2.000.000	0	0	0	0	0
4625 - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m ²	0	0	0	4.500.000	0	0	0	0	0
53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte – DEINT											
4629 - Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	2.892.795	539.432	0,19	10.970.000	110.051.357	99.201.056	64.277.194	0,58	0,33
COMENTÁRIOS											
A avaliação efetuada da relação entre a metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 0,33 (33%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a uma baixa eficiência (<0,50). O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato de não ter sido executada ações que compõem.											
5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência											
Unidade Orçamentária /Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado					
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência		
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA											

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

1089 – Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	Logradouro construído/melhorado	m ²	41.965	23.146.646	551,57	11.528	12.122.884	1.051,60	1,91
1098 - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melhorado	m ²	16.389	5.777.280	352,50	857	1.072.744	1.251,74	3,55
1671 - Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	238.477	20.168.127	84,57	28.143	1.688.417	59,99	0,71
3092 - Apoio à Infraestrutura Turística	Equipamento turístico restaurado ou melhorado	% de execução	72.000	72.000.000	1.000	0	0	0	0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	1.800.000	0	0	164.510	0	0
4494 - Conservação de Prédios	Prédio público conservado	m ²	0	0	0	0	0	0	0
4625 - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m ²	0	0	0	0	0	0	0
53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte – DEINT									
4629 – Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	2.892.795	110.051.357	38,04	539.432	64.277.19	119,15	3,13
COMENTÁRIOS									
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 1,16 (116%), que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação corresponde a pouca eficiência (>1,0). O valor obtido pode ser explicado pelo grande aumento dos valores entre o custo unitário do produto executado nas ações Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos, Construção e Melhoramento de Prédios Públicos e Pavimentação de Vias Urbanas em relação ao planejado. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa.									

5.4 Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
53000 - Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA					
1089 - Construção e Melhoramento de Logradouros Públicos	Logradouro construído/melhorado	m ²	41.965	11.528	0,27
1098 - Construção e Melhoramento de Prédios Públicos	Prédio construído/melhorado	m ²	16.389	857	0,05
1671 - Implantação e Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	238.477	28.143	0,12
3092 - Apoio à Infraestrutura Turística	Equipamento turístico restaurado ou melhorado	% de execução	72.000	0	0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	0	0
4494 - Conservação de Prédios	Prédio público conservado	m ²	0	0	0
4625 - Conservação de Logradouros Públicos	Logradouro conservado	m ²	0	0	0
53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura e Transporte – DEINT					
4629 – Pavimentação de Vias Urbanas	Via urbana pavimentada	m ²	2.892.795	539.432	0,19
COMENTÁRIOS					
A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,08 (8%), que revela a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa.					

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2– Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não houve indicadores de desempenho definidos no programa

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque os mesmos não existem

6 – RECOMENDAÇÕES

1. O órgão deve implementar em seus programas indicador (res) de desempenho do painel e intermediários
2. Lançamento das informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Capacitação periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
4. Institucionalização de equipes gerenciais para o programa e ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0531 – LOGÍSTICA E TRANSPORTES			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	53000 – Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA		
UNIDADES EXECUTORAS:	53101 – Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA		
	53201 – Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes DEINT		
PROBLEMA:	Infraestrutura de transportes deficitária		
OBJETIVO:	Ampliar, restaurar, conservar e modernizar a infraestrutura de transporte multimodal para melhorar o fluxo de transportes de carga e passageiros.		
PÚBLICO ALVO:	Usuários dos transportes de passageiros e cargas		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00):	Inicial: 537.662.292,00	Atual: 570.704.761,26	Variação (%): 6,14

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)			
Oferecer Infraestrutura, Logística e Transporte de Qualidade			

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL						
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa foi concebido, utilizando os atributos necessários para sua concepção como público alvo, ações, metas, produtos e serviços, bem definidos. No entanto o programa não dispõe de indicadores de desempenho, tornando o mesmo prejudicado, haja vista que, sem os indicadores de desempenho a análise e/ou avaliação ficará comprometida, pelo fato de não termos como mensurar os feitos realizados.

5.1.2 Quanto à Implantação

O Programa está sob a coordenação de uma Secretaria Adjunta específica, que tem como função gerenciar implementação do programa, mas não possui equipe técnica exclusiva para a coordenação das ações tornando o programa prejudicado quanto ao gerenciamento e a sua estrutura organizacional, por outro lado, manteve parcerias com as prefeituras dinamizando a logística pra execução do mesmo. Quanto a questão orçamentária pode-se dizer que foi satisfatória conforme análise da avaliação feita pelo órgão, mas ressalta-se que, em análise feita pelo SISPCA, constata-se que houve anulação de crédito para suplementar outras ações ou outra ação.

5.1.3 Quanto aos Resultados

No Programa, constata-se que na maioria das ações o resultado não foi satisfatório, haja vista que, a meta física das ações não foram alcançadas ficando muito abaixo e abaixo do previsto, onde apenas as ações de Restauração de Rodovias e Conservação de Estradas Vicinais ficaram dentro do previsto, inclusive ações como Construção e Melhoramento de Diques e Barragens e Implantação e Melhoramento de Hidrovias não tiveram nenhuma meta alcançada, ressalta-se que na primeira ação citada cujo nenhuma meta fora alcançada, houve suplementação de recurso comparada com a dotação inicial, no entanto não houve a execução financeira do programa. Segundo órgão o motivo da não execução das ações deu-se em virtude da insuficiente disponibilidade de recursos financeiros pela SEPLAN, ressalta-se que, no tópico que trata da Implementação do Programa, a avaliação feita pelo próprio órgão coloca o orçamento inicial aprovado e o orçamento ao final da execução (lei+crédito) suficiente para o cumprimento das metas previstas. Quanto às ações Construção e Melhoramento de Pontes e Implantação da Via Expressa incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão - PDE, apesar do tratamento prioritário dado a ação, o cumprimento da meta ficou muito abaixo do previsto.

COMENTÁRIOS GERAIS

Em análise, constata-se que no geral o programa ficou prejudicado por fatores como falta de indicadores, de autonomia gerencial do programa. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, implementar alguns atributos, tais como: os indicadores de desempenho bem definidos e equipes exclusivas para o gerenciamento do programa, para que possibilite um maior desempenho na execução do programa e consequentemente garantir um melhor resultado.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico						Financeiro				
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
53101 - Secretaria de Estado de Infraestrutura- SINFRA											
1752 - Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melhorado	% de execução	18.800	303	0,02	800.000	15.132.033	15.132.033	10.336.747	0,68	0,03
1754 - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melhorada	% de execução	20	5	0,25	20.000.000	1.066.186	1.054.052	66.186	0,06	4,17
3014 Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	km	832	3.143	3,78	132.033.490	214.489.594	135.920.583	54.555.058	0,25	15,12
3015 - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/melhorada	% de execução	120	92	0,77	21.980.000	2.770.760	2.770.759	2.458.901	0,89	0,87
3093 - Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	km	180	48	0,27	163.260.000	88.459.835	44.673.859	20.717.731	0,23	1,17
3094 Implantação da Via Expressa	Via Expressa implantada	km	11	5	0,45	71.680.395	150.419.486	77.254.434	71.395.727	0,47	0,96
3095 - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	km	2	0	0	112.389.142	2.241.693	2.142.692	732.832	0,33	0
3096 -Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	0	0	0	500.000	34.385.192	0	0	0	0
3097 - Implantação e Melhoramento de Hidrovias	Hidrovia implantada/melhorada	% de execução	0	0	0	300.000	0	0	0	0	0
4450 -/Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	1.500.000	1.585.000	1.562.031	841.843	0,53	0
4495 - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	48	1	0,02	800.000	50.000	49.598	49.598	0,99	0,02

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes - DEINT												
2705 – Conservação de Pontes	Ponte conservada	m	246	48	0,20	500.000	3.080.000	717.688	481.406	0,16		1,25
4287 - Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	Km	33	3	0,09	1.650.000	1.150.000	418.853	418.853	0,36		0,25
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	Km	2.166	1.764	0,81	8.050.000	53.657.000	51.962.478	41.506.983	0,77		1,05
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	2.219.265	2.217.980	2.017.460	1.948.993	0,88		0

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 1,66 (166%) que corresponde a muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato da ação Restauração de Rodovias ter executado meta muito superior ao planejado.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária /Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
53101 - Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA									
1752 – Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melhorado	% de execução	18.800	15.132.033	804,89	303	10.336.747	34.114	42,38
1754 - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melhorada	% de execução	20	1.066.186	53.309	5	66.186	13.237	0,25
3014 - Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	km	832	214.489.594	257.799	3.143	54.555.058	17.357	0,07
3015 - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/melhorada	% de execução	120	2.770.760	23.089	92	2.458.901	26.767	1,16
3093 - Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	km	180	88.459.835	491.443	48	20.717.731	431.619	0,88
3094 - Implantação da Via Expressa	Via Expressa implantada	km	11	150.419.486	13.674.498	5	71.395.727	14.279.145	1,04

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

3095 - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	km	2	2.241.693	1.120.846	0	732.832	0	0
3096 - Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	0	34.385.192	0	0	0	0	0
3097 -Implantação e Melhoramento de Hidrovias	Hidrovia implantada/melhorada	% de execução	0	0	0	0	0	0	0
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.585.000	0	0	841.843	0	0
4495 - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	48	50.000	1.041	1	49.598	49.598	47,61

53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes – DEINT

2705 – Conservação de Pontes	Ponte conservada	m	246	3.080.000,00	12.520	48	481.406	10.035	0,80
4287 - Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	Km	33	1.150.000,00	34.848	3	418.853	139.617	4,00
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	Km	2.166	53.657.000,00	24.772	1.764	41.506.983	23.530	0,95
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	2.217.980,00	0	0	1.948.993	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 6,61 (661%), corresponde a uma pouca eficiência. O valor obtido pode ser explicado pelo grande aumento dos valores entre o custo unitário do produto executado nas ações Construção e Melhoria de Aeródromos e Conservação de Diques e Barragens em relação ao planejado. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado elevou-se consideravelmente na execução do programa.

5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária/Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado		Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)		
53101 - Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA						
1752 – Construção e Melhoria de Aeródromos	Aeródromo construído/melhorado	% de execução	18.800	303	0,02	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

1754 - Construção e Melhoramento de Pontes	Ponte construída/melhorada	% de execução	20	5	0,25
3014 - Restauração de Rodovias	Rodovia restaurada	km	832	3.143	3,78
3015 - Implantação e Melhoramento de Estradas Vicinais	Estrada vicinal implantada/melhorada	% de execução	120	92	0,77
3093 - Implantação, Melhoramentos e Pavimentação de Rodovias	Rodovia implantada, melhorada e pavimentada	km	180	48	0,27
3094 - Implantação da Via Expressa	Via Expressa implantada	km	11	5	0,45
3095 - Implantação da Avenida Metropolitana	Avenida Metropolitana implantada	km	2	0	0
3096 - Construção e Melhoramento de Diques e Barragens	Dique/barragem construída/melhorada	% de execução	0	0	0
3097 - Implantação e Melhoramento de Hidrovias	Hidrovia implantada/melhorada	% de execução	0	0	0
4450 -Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0
4495 - Conservação de Diques e Barragens	Dique ou barragem conservada	unidade	48	1	0,02
53201 - Departamento Estadual de Infraestrutura de Transportes – DEINT					
2705 – Conservação de Pontes	Ponte conservada	M	246	48	0,20
4287 -Conservação e Manutenção de Rodovias	Rodovia conservada	Km	33	3	0,09
4288 - Conservação de Estradas Vicinais	Estrada vicinal conservada	Km	2.166	1.764	0,81
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0
COMENTÁRIOS					
A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,44 (44%), que demonstra não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa.					

5. 5– Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2– Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3– Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s) - Se Houver

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. Porque não houve indicadores de desempenho definidos no programa

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque os mesmos não existem

6 – RECOMENDAÇÕES

- 1.Implementar em seus programas indicador (res) de desempenho do painel e intermediários
- 2.Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
4. Institucionalizar as equipes gerenciais para o programa e ações.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0519 – Maranhão Solidário e Inclusivo			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (janeiro a abril) 54000 - Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, da Assistência Social e Cidadania (a partir de abril)		
UNIDADES EXECUTORAS	15110 – Viva Cidadão – (janeiro a abril) 54110 – Viva Cidadão – (a partir de abril)		
PROBLEMA	Deficiência de acesso a Direitos de Cidadania		
OBJETIVO	Favorecer a prestação de serviços públicos de qualidade e emissão da documentação civil em um mesmo espaço físico.		
PÚBLICO ALVO	Sociedade maranhense		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 14.693.299,00	Atual: 14.350.014,00	Variação (%): - 3,4%

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA(S)			
Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos			
Erradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais			
Modernizar a Gestão Pública			
Promover a Qualificação Profissional Elevando a Produtividade do Trabalhador e sua Inserção no Mercado de Trabalho.			

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL					
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)					
Indicador	Unidade de Medida	Referência	Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor*	Esperado	Apurado
5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA					
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas					
5.1.1 Quanto à Concepção					
<p>O Programa apresenta em sua concepção consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a quatro diretrizes de governo, no entanto, não foi possível alinhar o programa com os indicadores do painel. Já os indicadores intermediários informados não são adequados por se tratar de produtos e não de indicadores, acarretando, dessa forma, dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Cabe destacar ainda, que o programa, de janeiro a abril, era de responsabilidade da SEDES, e que só a partir daí passou a ser de responsabilidade da SEDIHC.</p>					
5.5.2 Quanto à Implantação					
<p>O Programa está sob a coordenação de uma comissão com Coordenadores de Unidades e uma Superintendência para tratativas relacionadas ao planejamento tático, controle e monitoramento das Unidades, que tem como função gerenciar implementação do programa, mas não possui equipe técnica exclusiva para a coordenação das ações tornando o programa prejudicado quanto ao gerenciamento e a sua estrutura organizacional, por outro lado, manteve parcerias com a SENAR, SEBRAE, Secretaria de Estado do Trabalho, Secretaria de Estado da Cultura e Prefeitura de São Bento dinamizando a execução do mesmo. Quanto a questão orçamentária segundo o órgão não foi suficiente para atender a efetivação das ações. Dessa forma, a implementação do programa embora tenha utilizado estratégias adequadas como parcerias ou outro tipo de estratégia, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos (recursos humanos, materiais, equipamentos e logística).</p>					
5.1.3 Quanto aos Resultados					
<p>No Programa, constata-se que o resultado foi satisfatório quanto a ação - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos, pois a meta física da ação ficou dentro do previsto, já a ação Expansão e Instalação de Unidades e Serviços do Viva Cidadão a meta física ficou a baixo do previsto, onde segundo o órgão o motivo deu-se em virtude da insuficiente disponibilidade de recursos financeiros. Dessa forma, os resultados alcançados na execução do programa foram parcialmente, uma vez que a meta alcançada foi compatível em partes com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados firam um pouco abaixo em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma economicidade dos gastos com o programa. Entretanto, a análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação aos indicadores.</p>					

COMENTARIOS GERAIS:

Em análise, constata-se que no apesar dos resultados alcançados serem satisfatórios, a análise dos resultados do programa ficou prejudicada pela falta de fatores como os indicadores de desempenho do painel e a utilização inadequada dos indicadores intermediários. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. E, por fim, adotar e sugerir a inserção de um indicador compatível no painel de indicadores do PPA e utilizar indicadores intermediários adequados, pois como dito anteriormente, os informados correspondem aos produtos das ações.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
15110 – Viva Cidadão											
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	7.798	3.899	300.000	14.881	14.881	14.881	1,0	3.899
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	809.937	0,3	13.467.426	919.416	919.416	919.416	1,0	0,30
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	925.873	49.722	49.722	49.722	1,0	0,00
54110 – Viva Cidadão											
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	1	0,5	0	285.119	210.325	179.325	0,6	0,83
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	2.452.654	1,0	0	12.204.725	10.785.198	8.300.447	0,6	1,67
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	0	876.151	584.111	533.091	0,6	0

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa fica comprometida devido à inconsistência e incompatibilidade das metas físicas planejadas com a executada.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
15110 – Viva Cidadão									
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	14.881	7.440,50	7.798	14.881	1,91	0,00
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	919.416	0,39	809.937	919.416	1,14	2,92
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	49.722	-	0	49.722	-	-
54110 – Viva Cidadão									
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	285.119	142.559	1	179.325	179.325,00	1,26
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	12.204.725	5,16	2.452.654	8.300.447	3,38	0,66
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	876.151	-	0	533.091	-	-

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência fica comprometida devido à inconsistência e incompatibilidade das metas físicas planejadas com a executada.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
15110 – Viva Cidadão					
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	7.798	3899
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	809.937	34,27
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0-
54110 – Viva Cidadão					
1683 - Expansão e Instalação Unidades e Serviços do VIVA CIDADÃO	Serviço implantado	unidade	2	1	0,50
2981 - Facilitação do Atendimento ao Cidadão na Obtenção de Serviços Públicos	Pessoa atendida	unidade	2.363.684	2.452.654	1,03
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia fica comprometida devido à inconsistência e incompatibilidade das metas físicas planejadas com a executada.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende à diretriz definida nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 – Quanto ao (s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Sim. Os indicadores intermediários informados não são adequados, pois correspondem aos produtos das ações.

5. 5.4 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

O programa não possui indicadores definidos no Painel de Indicadores do PPA

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, bem como rever os atributos de forma a caracterizar adequadamente o programa;
2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa e que permita um melhor monitoramento do mesmo pelo Núcleo Temático;
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados;
7. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor;
8. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa.
9. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

Ressalta – se, dessa forma, que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA			
0539 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	15000 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar – SEDES (janeiro a abril) 54000 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC (maio a dezembro)		
UNIDADES EXECUTORAS	Janeiro a Abril 54201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC 54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA 54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS Maio a dezembro 54201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC 54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA 54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS		
PROBLEMA	Alta taxa de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social		
OBJETIVO	Promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado		
PÚBLICO ALVO	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 74.159.829,00	Atual: 83.488.887,67	Variação (%): 12,5
2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA (S)			
Eradicar a Pobreza e Reduzir as Desigualdades Sociais			
Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos			

3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL									
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			Variação (%)		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado				
54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS									
Número de famílias que recebem bolsa família.	Unidade	31/12/2011	920.048	1.075.986	951.611	3,43			
Número de famílias assistidas pelo programa viva água.	Unidade	31/12/2011	167.751	1.666.666	954.580	469,04			
Número de famílias assistidas pelo programa viva luz.	Unidade	31/12/2011	380.110	2.122.712	1.737.284	357,04			
4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)									
Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012			Variação (%)		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado				
5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA									
5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas									
<p>5.1.1 Quanto à Concepção O Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a duas diretrizes de governo e definiu indicadores de resultado facilitando a mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Cabe destacar que este programa de janeiro a abril era de responsabilidade da SEDES e a partir daí a SEDIHC passou a ser o órgão responsável. E, por fim, o programa passa por constante avaliação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e possui ação intersetorial que potencializa os resultados através da SEDUC, o que vem a contribuir para o seu melhor desempenho.</p>									
<p>5.1.2 Quanto à Implantação A implementação do programa embora com um orçamento suficiente e tenha utilizado estratégias adequadas como, por exemplo, parceria com a UFMA, prefeituras municipais e SEDES, que permite potencializar o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico de algumas ações do programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos, tais como: recursos humanos, materiais, equipamentos e logística.</p>									

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram ou não foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível ou não foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégica de governo, como diretrizes e indicadores.

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, apesar dos resultados alcançados pelo programa serem satisfatórios, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação de algumas ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, apesar dos atributos estarem alinhados, sugere-se ao órgão aperfeiçoar os mesmos, de forma, que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa que conte com mais ações e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. E, por fim, utilizar indicadores intermediários adequados, pois os informados correspondem aos produtos das ações.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
15201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (janeiro a abril)											
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	1	0	0,00	700.000	0	0	0	-	-
4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Adolescente atendido	unidade	150	187	1,25	3.995.490	835.614	835.614	835.614	1,00	1,25
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-	10.500.718	2.582.700	2.582.700	2.582.700	1	-
54201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (maio a dezembro)											
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	1	0	0,00	0	2.828.577	0	0	0	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Adolescente atendido	unidade	1.536	1.499	0,98	0	4.877.728	4.852.014	4.762.241	0,98	1,00
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-	0	9.162.782	9.162.374	9.160.574	1,00	-
15903 - Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (janeiro a abril)											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-	900.000	64.181	64.181	64.181	1,00	-
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado	unidade	335	0	0,00	250.000	7.440	7.440	7.440	1,00	0
0935 - Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	500	0	0,00	50.000	0	0	0	-	-
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Pessoa assistida	unidade	2.286	114	0,05	682.000	27.000	27.000	27.000	1,00	0,05
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento realizado	unidade	4.600	124	0,03	450.000	14.000	14.000	14.000	1,00	0,03
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Atendimento realizado	unidade	500	0	0	550.000	0	0	0	-	-
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	2	0	0	190.000	0	0	0	-	-
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	2.600	0	0	458.000	96.358	96.358	96.358	1,00	0
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	3.730	7	0	1.414.636	8.497	8.497	8.497	1,00	0,00
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	2.126.563	170.308	0,08	30.000.000	2.740.443	2.740.443	2.740.443	1,00	0,08
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Família/indivíduo atendido	unidade	1.666.666	88.199	0,05	22.500.000	2.046.153	2.046.153	2.046.153	1,00	0,05
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	2	0	0	160.985	0	0	0	-	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Evento realizado	unidade	4	0	0	273.000	0	0	0	-	-
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-	0	1.904.361	771.329	632.032	0,33	-
54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (maio a dezembro)											
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado	unidade	335	320	0,96	0	341.760	48.360	48.360	0,14	6,75
0935 - Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Pessoa assistida	unidade	500	0	0	0	50.000	0	0	0	-
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Pessoa assistida	unidade	2.286	1.041	0,46	0	1.112.000	450.000	450.000	0,40	1,13
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento realizado	unidade	4.600	1.129	0,25	0,00	590.000,00	255.000,00	255.000,00	0,43	0,57
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS	Atendimento realizado	unidade	500	840	1,68	0,00	650.000,00	113.000,00	113.000,00	0,17	9,66
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	2	1	0,50	0,00	450.000,00	150.000,00	150.000,00	0,33	1,50
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Atendimento realizado	unidade	2.600	2.915	1,12	0,00	361.641,84	336.495,39	244.105,99	0,67	1,66
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa capacitada	unidade	2.000	1.227	0,61	0,00	1.691.393,42	777.522,75	426.616,45	0,25	2,43
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Família/indivíduo atendido	unidade	2.122.712	1.737.284	0,82	0,00	27.259.556,98	27.259.556,98	15.783.471,70	0,58	1,41
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Família/indivíduo atendido	unidade	1.666.666	954.580	0,57	0,00	20.453.846,01	20.453.846,01	20.301.453,48	0,99	0,58
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Equipamento social reformado/conservado	unidade	2	0	0	0,00	60.985	0	0	0	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (janeiro a abril)												
0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Entidade apoiada	unidade	10	4	0,40	1.085.000	0	0	0	0	-	-
54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (maio a dezembro)												
0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Entidade apoiada	unidade	0	0	0	0	2.992.571	2.187.238	2.187.238	0,73	-	-
COMENTÁRIOS												
Cabe destacar que a execução do programa foi dividida em dois períodos. O primeiro corresponde ao período de janeiro a abril, o qual a SEDES era o órgão responsável pelo programa e o FEAS, FEDCA e FUNAC eram os órgãos executores que nesse período eram vinculados a SEDES. O segundo período, de maio a dezembro, corresponde a mudança administrativa em que a SEDIHC passa a ser o órgão responsável pelo programa, tendo o FEAS, FEDCA e FUNAC, como órgãos vinculados executores do programa. Dessa forma, a avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor da eficiência de 0,85 (85%), que correspondeu uma média eficiência. O valor obtido pode ser explicado pelo fato de grande parte das ações não atingirem a meta planejada. Esse resultado, por sua vez, pode ter sido reflexo da mudança administrativa pelo qual os órgãos executores passaram.												
5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência												
Unidade Orçamentária/ Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência		
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F				
15201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (janeiro a abril)												
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	1	700.000	700.000	0	0	-	-	-	-	-
4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Medido pela despesa	unidade	150	3.995.490	26.636	187	835.614	4.468	0,17			
4450 - Gestão do Programa	Atendimento realizado	unidade	0	10.500.718	-	0	2.582.700	-	-	-	-	-
54201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (maio a dezembro)												
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Adolescente atendido	unidade	1	0	-	0	0	-	-	-	-	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Entidade apoiada	unidade	1.536	0	-	1.499	4.762.241	3.176	-
4450 - Gestão do Programa	Pessoa assistida	unidade	0	0	-	0	9.160.574	-	-
15903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (janeiro a abril)									
4450 - Gestão do Programa	Pessoa assistida	unidade	0	900.000	-	0	64.181	-	-
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado	unidade	335	250.000	746,27	0	7.440	-	-
0935 - Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Família/indivíduo atendido	unidade	500	50.000	100,00	0	0	-	-
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Medido pela despesa	unidade	2.286	682.000	298,34	114	27.000	236,84	0,79
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Evento realizado	unidade	4.600	450.000	97,83	124	14.000	112,90	1,15
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Pessoa assistida	unidade	500	550.000	1.100	0	0	-	-
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	2	190.000	95.000	0	0	-	-
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Medido pela despesa	unidade	2.600	458.000	176,15	0	96.358	-	-
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Atendimento realizado	unidade	3.730	1.414.636	379,26	7	8.497	1.213	3,20
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Pessoa assistida	unidade	2.126.563	30.000.000	14,11	170.308	2.740.443	16,09	1,14
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Atendimento realizado	unidade	1.666.666	22.500.000	13,50	88.199	2.046.153	23,20	1,72
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Atendimento realizado	unidade	2	160.985	80.492	0	0	-	-

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Família/indivíduo atendido	unidade	4	273.000	68.250	0	0	0	-	-
54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (maio a dezembro)										
4450 - Gestão do Programa	Atendimento realizado	unidade	0	0	-	0	632.032	-	-	-
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Pessoa capacitada	unidade	335	0	-	320	48.360	151,13	-	-
Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Família/indivíduo atendido	unidade	500	0	-	0	0	-	-	-
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Equipamento social reformado/conservado	unidade	2.286	0	-	1.041	450.000	432,28	-	-
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	Atendimento realizado	unidade	4.600	0	-	1.129	255.000	225,86	-	-
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Pessoa assistida	unidade	500	0	-	840	113.000	134,52	-	-
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Adolescente atendido	unidade	2	0	-	1	150.000	150.000	-	-
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Entidade apoiada	unidade	2.600	0	-	2.915	244.105	83,74	-	-
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa assistida	unidade	2.000	0	-	1.227	426.616	347,69	-	-
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Atendimento realizado	unidade	2.122.712	0	-	1.737.284	15.783.471	9,09	-	-
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	1.666.666	0	-	954.580	20.301.453	21,27	-	-
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Pessoa capacitada	unidade	2	0	-	0	0	-	-	-

15902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (janeiro a abril)										
0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Atendimento realizado	unidade	10	1.085.000	108.500	4	0	-	-	-

54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (maio a dezembro)										
0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	0	0	-	0	2.187.238	-	-	-

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,24 (24%), que corresponde a muito eficiente. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado ter sido inferior na maioria das ações. Observa-se, portanto, que os gastos realizados para a obtenção dos produtos das suas ações demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado diminuiu-se, consideravelmente na maioria das ações para a execução do programa.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia						
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade De Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)	
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A	
15201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (janeiro a abril)						
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	1	0	0,00	
4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Medido pela despesa	unidade	150	187	124,67	
4450 - Gestão do Programa	Atendimento realizado	unidade	0	0	-	
54201 – Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão – FUNAC (maio a dezembro)						
3066 - Construção e Aparelhamento das Unidades de Atendimento	Adolescente atendido	unidade	1	0	0,00	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4292 - Execução de Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade	Entidade apoiada	unidade	1.536	1.499	97,59
4450 - Gestão do Programa	Pessoa assistida	unidade	0	0	-
15903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (janeiro a abril)					
4450 - Gestão do Programa	Pessoa assistida	unidade	0	0	-
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Atendimento realizado	unidade	335	0	0,00
0935 - Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Família/indivíduo atendido	unidade	500	0	0,00
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Medido pela despesa	unidade	2.286	114	4,99
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Evento realizado	unidade	4.600	124	2,70
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Pessoa assistida	unidade	500	0	0,00
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Unidade de atendimento construída/equipada	unidade	2	0	0,00
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Medido pela despesa	unidade	2.600	0	0,00
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Atendimento realizado	unidade	3.730	7	0,19
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Pessoa assistida	unidade	2.126.563	170.308	8,01
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Atendimento realizado	unidade	2	0	0,00
4456 - Promoção de Eventos para o Fortalecimento das Ações Afirmativas	Família/indivíduo atendido	unidade	4	0	0,00
54903 – Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS (abril a dezembro)					

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4450 - Gestão do Programa	Atendimento realizado	unidade	0	0	-
0934 - Cofinanciamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	Pessoa capacitada	unidade	335	320	95,52
0935 - Benefícios Eventuais Assistenciais Emergenciais	Família/indivíduo atendido	unidade	500	0	0,00
0936 - Benefícios Eventuais por Natalidade e Funeral	Equipamento social reformado/conservado	unidade	2.286	1.041	45,54
0937 - Cofinanciamento de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS	Atendimento realizado	unidade	4.600	1.129	24,54
0938 - Cofinanciamento de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS	Pessoa assistida	unidade	500	840	168,00
3067 - Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Adolescente atendido	unidade	2	1	50,00
4297 - Serviços Socioassistenciais de Proteção Especial de Alta Complexidade	Entidade apoiada	unidade	2.600	2.915	112,12
4309 - Capacitação dos Agentes, Gestores e Usuários da Política de Assistência Social	Pessoa assistida	unidade	2.000	1.227	61,35
4424 - Isenção do Pagamento da Fatura de Energia Elétrica - Viva Luz	Atendimento realizado	unidade	2.122.712	1.737.284	81,84
4425 - Isenção do Pagamento da Fatura de Água - Viva Água	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	1.666.666	954.580	57,27
4455 - Reforma e Conservação dos Bens Imóveis da Rede de Proteção Social	Pessoa capacitada	unidade	2	0	0,00
15902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (janeiro a abril)					
15902 - FDCA/0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Atendimento realizado	unidade	10	4	40,00
54902 – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – FEDCA (maio a dezembro)					
0933 - Apoio ao Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Equipamento social construído/aparelhado	unidade	0	0	-
COMENTÁRIOS					
A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 0,29 (29%), o qual revela uma não eficácia. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa na maioria das ações.					
5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)					
5.5.1 Quanto à Visão Estratégica					
Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA?					

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam, entretanto, que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à (s) Diretriz (es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo parcialmente para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, especialmente, no tocante a assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdade de direitos.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário (s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

A avaliação dos indicadores intermediários fica comprometida, primeiramente, por que não foi informado um ano de referência para analisar o seu desempenho, e segundo, os mesmos são inadequados, pois não se tratam de indicadores e sim produtos das ações. É preciso, portanto, formular indicadores adequados e compatíveis com as ações do programa.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Sim. Os indicadores de desempenho definidos para o programa indicados no item 3. Indicadores de Desempenho do Painel são: número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; número de famílias beneficiárias com o Programa Viva Água e número de famílias beneficiárias com o Programa Viva Luz. Apresentaram em 2012 uma taxa de crescimento na ordem de 3,43%, 469,0% e 357%, respectivamente, em relação ao ano de 2011. As variações dos indicadores, portanto, demonstram que os resultados do programa no exercício avaliado contribuíram para a melhoria dos indicadores e, consequentemente, para o objetivo e solução do problema.

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, bem como rever os atributos de forma a caracterizar adequadamente o programa;
2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPPA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa e que permita um melhor monitoramento do mesmo pelo Núcleo Temático;
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.

6. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados;
7. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor;
8. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa;
9. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

Ressalta – se, dessa forma, que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0541 – GARANTIA DO DIREITO DO CONSUMIDOR

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	54000 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC		
UNIDADES EXECUTORAS	54111 – Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor 54901 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor - FEDC		
PROBLEMA	Vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo		
OBJETIVO	Garantir a defesa dos consumidores, zelando por seus direitos na relação de consumo e informando-os de seus deveres.		
PÚBLICO ALVO	Consumidores no estado do Maranhão.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 1.110.000,00	Atual: 985.193,79	Variação (%): -11,2%

2 – DIRETRIZ (ES) ASSOCIADA (S)

Assegurar o Acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

3 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 – INDICADOR (ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.5 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, no entanto, não foi possível alinhar o programa com os indicadores do painel. Já os indicadores intermediários informados não são adequados por se tratar de produtos e não de indicadores, acarretando, dessa forma, dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado.

5.1.2 - Quanto à Implantação

A implementação do programa embora com um orçamento suficiente e tenha utilizado estratégias adequadas como, por exemplo, parceria com os PROCONS municipais, que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se a ausência de gerenciamento específico do programa, a intempestividade de geração de informações para tomada de decisão corretiva e, sobretudo, a insuficiência e inadequação de insumos, tais como: recursos humanos, materiais, equipamentos e logística.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Apesar de uma redução de 11,2% nos recursos orçamentários destinados ao programa em relação à dotação inicial, os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi superior meta planejada. Portanto, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados foram mais baixos em relação ao planejado concorrendo, dessa forma, para uma economicidade dos gastos com o programa. Entretanto, a análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação aos indicadores.

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, apesar dos resultados alcançados pelo programa serem satisfatórios, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, apesar dos atributos estarem alinhados, sugere-se ao órgão aperfeiçoar os mesmos, de forma, que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. E, por fim, adotar e sugerir a inserção de um indicador compatível no painel de indicadores do PPA e utilizar indicadores intermediários adequados, pois como dito anteriormente, os informados correspondem aos produtos das ações.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
54111 – Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	265.400	280.000	98.572	91.306	0,32	0
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	24.000	344.321	14,3	148.000	140.000	105.673	100.994	0,72	20,4
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	22.000	4.413	0,2	196.600	56.382	53.877	53.632	0,95	0,2
54901 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – FEDC											
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	200.000	200.000	18.045	18.045	0,09	0
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	20.000	0	0	150.000	158.812	15.400	15.400	0,09	0
446 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	500	0	0	150.000	150.000	23.100	23.100	0,15	0

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre a meta física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 3,43 (343%), que correspondente a muito eficiente. Cabe ponderar, entretanto, que o valor obtido pode ser explicado pelo fato de ação 4465 ter apresentado um percentual de cumprimento da meta física de mais 1000% e ter apresentado mais de 70% dos recursos liquidados. Dessa forma, apesar do restante das ações não ter apresentado uma boa execução o programa tornou-se eficiente devido ao elevado desempenho da ação 4465 o que fez elevar a média da eficiência do programa para cima.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
54111 – Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor									
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	280.000	-	0	91.306	-	-
4465 Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	24.000	140.000	5,83	344.321	100.994	0,29	0,05
4466 Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	22.000	56.382	2,56	4.413	53.632	12,15	4,74
54901 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – FEDC									
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	200.000	-	0	18.045	-	-
4465 Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	20.000	158.812	7,94	0	15.400	-	-
4466 Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	500	150.000	300,00	0	23.100	-	-

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,80 (80%), que correspondeu a uma média eficiência. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre o custo unitário do produto executado em relação ao planejado. Dessa forma, a ação 4465 tinha um custo de R\$ 5,83/consumidor atendido no planejado e atingiu R\$ 0,29/consumidor atendido no executado. No entanto, a ação 4466 teve um desempenho inverso, ou seja, no custo planejado ela tinha R\$ 2,56/fiscalização realizada e passou para R\$12,15/fiscalização realizada no executado. No entanto, como a ação 4465 obteve um ótimo desempenho elevou a média do programa, tornando-o eficiente.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia (%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
54111 – Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor					
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	24.000	344.321	1.434,7
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	22.000	4.413	20,1
54901 – Fundo Estadual de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor – FEDC					
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-
4465 - Atendimento ao Consumidor	Consumidor atendido	unidade	20.000	0	-
4466 - Gestão da Fiscalização, Estudos e Pesquisas do PROCON/MA	Fiscalização realizada	unidade	500	0	-

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 2,42 (242%), que revelou eficácia do programa. No entanto cabe ressaltar novamente que o resultado obtido é explicado pelo alto desempenho de uma única ação o q elava a média do programa para cima e, que, portanto, as demais ações não foram bem executadas. Portanto, esse o valor obtido é ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito alta de apenas uma ação.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuíram para a construção da Visão estratégica do PPA? Sim

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende à diretriz definida nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado. Porém, estes resultados foram alcançados somente por uma ação.

5.5.3 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário (s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Ao. Os indicadores intermediários informados não são adequados, pois correspondem aos produtos das ações.

5. 5.4 – Quanto ao (s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. O programa não possui indicadores definidos no Painel de Indicadores do PPA

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, bem como rever os atributos de forma a caracterizar adequadamente o programa;
2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa e que permita um melhor monitoramento do mesmo pelo Núcleo Temático;
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.

6. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados;
7. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor;
8. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa;
9. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

Ressalta – se, dessa forma, que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0542 – PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E ARTICULAÇÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	54000 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC.		
UNIDADES EXECUTORAS:	54101 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC.		
PROBLEMA:	Violações dos Direitos Humanos		
OBJETIVO:	Reducir as violações de direitos humanos, contribuindo para a mudança de dogmas e/ou de paradigmas que assegure a ampla democratização dos direitos.		
PÚBLICO ALVO	Cidadãos e vítimas de violações dos direitos humanos.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 2.015.000,00	Atual: 8.311.390,02	Variação (%): 312,4

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos serviços de assistência social e igualdade de direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa apresenta em sua concepção alta consistência entre os atributos qualitativos e quantitativos capazes de contribuir para a solução do problema identificado na árvore de problemas e objetivos. Além disso, o programa foi associado a uma diretriz de governo, no entanto, não foi possível alinhar o programa com os indicadores do painel. Já os indicadores intermediários informados não são adequados por se tratar de produtos e não de indicadores, acarretando, dessa forma, dificuldade de mensuração de seu desempenho no exercício avaliado. Destaca ainda, que o programa possuiu no referido exercício uma lacuna no tocante a inexistência de uma ação contra a violação dos direitos humanos da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), sendo necessária, portanto, ser contemplada no PPA para o exercício de 2013, de forma, atingir o objetivo e público alvo do programa.

5.1.2 Quanto à Implantação

A implementação do programa embora com um orçamento suficiente, pois houve um acréscimo na dotação orçamentária na ordem de 312% e tenha utilizado estratégias adequadas como, por exemplo, parcerias com Prefeituras, Universidades e Entidades Públicas Estaduais que potencializam o alcance dos resultados, apresentou várias dificuldades que poderão contribuir negativamente para obtenção de resultados. Destacam-se, a insuficiência e inadequação de insumos, tais como: recursos humanos, materiais, equipamentos e logística.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa foram satisfatórios, uma vez que a meta alcançada foi compatível com a meta planejada. Por outro lado, as despesas realizadas para a obtenção dos resultados esperados ultrapassaram muito em relação ao planejado concorrendo dessa forma para uma baixa economicidade dos gastos com o programa e comprometendo os resultados na direção esperada. A análise de resultado do programa será comprometida em razão da lacuna apresentada em relação às orientações estratégica de governo, como os indicadores do painel e os intermediários. Este último, os informados são inadequados

COMENTARIOS GERAIS:

De forma geral, a observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação no próximo exercício, sobretudo, com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, apesar dos atributos estarem alinhados, sugere-se ao órgão aperfeiçoar os mesmos, de forma, que contribuam para melhorar o desenho do programa principalmente, das ações como: produtos e suas especificações e o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações do público alvo (beneficiário) na execução e avaliação do programa. E, por fim, adotar e sugerir a inserção de um indicador compatível no painel de indicadores do PPA e utilizar indicadores intermediários adequados, pois como dito anteriormente, os informados correspondem aos produtos das ações.

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)											
Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
54101 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC											
0965 Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Pessoa assistida	unidade	400	441	1,1	718.000	2.319.092	2.049.341	2.049.341	0,88	1,25
3076 Implement. das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Sistema apoiado	unidade	8	8	1,0	70.000	489.149	215.445	138.755	0,28	3,57
Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	Conselho/comitê/ouvidoria apoiada	unidade	22	24	1,1	208.000	688.171	205.506	486.301	0,70	1,57
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0	110.000	310.000	205.506	174.414	0,56	0
4468 Erradicação do Subregistro	Pessoa atendida	unidade	1.000	1.678	1,6	100.000	576.528	82.484	81.663	0,14	16,00
4469 Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	unidade	900	937	1,0	320.000	3.289.448	3.207.506	3.189.666	0,97	1,11
4470 Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	1.000	3.309	3,3	110.000	110.000	90.385	86.468	0,78	4,71
4472 Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	Pessoa capacitada	unidade	1.000	1.580	1,5	120.000	120.000	105.425	82.441	0,68	2,50
4473 Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	Pessoa atendida	unidade	50	314	6,2	119.000	119.000	91.548	79.334	0,66	10,33
4474 Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Evento realizado	unidade	10	8	0,8	100.000	250.000	193.851	176.604	0,70	1,14
4475 Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	Defensor protegido	unidade	20	20	1,0	40.000	40.000	7.563	7.563	0,18	10,00

COMENTÁRIOS

A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 4,74 (474%), que corresponde a uma alta eficiência. O valor obtido pode ser explicado pelo fato de boa parte das ações terem superado as metas planejadas.

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado			Custo Unitário (E/D)=F	F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
54101 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC										
0965 Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Pessoa assistida	unidade	400	2.319.092	5.797	441	0	-	-	-
3076 Implementação das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Sistema apoiado	unidade	8	489.149	61.143	8	0	-	-	-
4377 Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	Conselho/comitê/ouvidoria apoiada	unidade	22	688.171	31.280	24	0	-	-	-
4450 Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	310.000	-	0	174.414	-	-	-
4468 Erradicação do Subregistro	Pessoa atendida	unidade	1.000	576.528	576,53	1.678	81.663	48,67	0,08	
4469 Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	unidade	900	3.289.448	3.654	937	3.189.666	3.404,13	0,93	
4470 Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	1.000	110.000	110,00	3.309	86.468	26,13	0,24	
4472 Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	Pessoa capacitada	unidade	1.000	120.000	120,00	1.580	82.441	52,18	0,43	
4473 Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	Pessoa atendida	unidade	50	119.000	2.380	314	79.334	252,66	0,11	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

4474 Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Evento realizado	unidade	10	250.000	25.000	8	176.604	22.075	0,88
4475 Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	Defensor protegido	unidade	20	40.000	2.000	20	7.563	378,15	0,19

COMENTÁRIOS

A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor médio de 0,26 (26%), que corresponde a uma alta eficiência média eficiência, pois na maioria das ações o custo executado foi inferior ao planejado.

5.4- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária/ Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
54101 – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC					
0965 – Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Pessoa assistida	unidade	400	441	110,3
3076 – Implementação das Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Sistema apoiado	unidade	8	8	100,0
4377 – Fortalecimento dos Espaços de Controle Social	Conselho/comitê/ouvidoria apoiada	unidade	22	24	109,1
4450 – Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	-
4468 – Erradicação do Subregistro	Pessoa atendida	unidade	1.000	1.678	167,8
4469 – Centro de Atendimento de Vítimas de Violação de Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	unidade	900	937	104,1
4470 – Educação e Cultura em Direitos Humanos	Pessoa capacitada	unidade	1.000	3.309	330,9
4472 – Capacitação Profissional de Pessoas com Deficiência	Pessoa capacitada	unidade	1.000	1.580	158,0

4473 – Apoio aos Projetos de Erradicação do Trabalho Escravo	Pessoa atendida	unidade	50	314	628,0
4474 – Apoio aos Eventos da Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos	Evento realizado	unidade	10	8	80,0
4475 – Proteção a Defensores dos Direitos Humanos	Defensor protegido	unidade	20	20	100,0

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor médio de 171%, que na escala de valoração adotada na metodologia desta avaliação revela que eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito alta.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo ou não contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. O indicador intermediário informado não é adequado, pois corresponde ao produto da ação

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não possui indicador do painel

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Adotar medidas corretivas para o programa e suas ações por ocasião da revisão do PPA, bem como rever os atributos de forma a caracterizar adequadamente o programa;
2. Garantir tempestivamente o lançamento das informações das metas física e financeira no SISPCA de forma que reflita de fato a realidade do desempenho do Programa e que permita um melhor monitoramento do mesmo pelo Núcleo Temático;
3. Estabelecer um calendário de visitas bimestral do Técnico do Núcleo Temático ao órgão para acompanhar mais de perto a execução do programa;
4. Capacitar periodicamente as equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística;
5. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.
6. Definir e sugerir a inserção de um indicador no painel do PPA que reflita as ações do programa, mesmo que de forma indireta, assim como, estabelecer indicadores intermediários adequados;
7. Prever a avaliação do programa por representações do público alvo, dos membros do conselho de política associada ao setor;
8. Realizar pesquisa de satisfação junto aos beneficiários sobre os resultados do programa;
9. Compatibilizar os recursos financeiros com as metas físicas.

Ressalta – se, dessa forma, que trata-se da avaliação do primeiro exercício do PPA (2012), que com as devidas medidas corretivas apontadas acima o programa poderá melhorar seu desempenho nos próximos anos e contribuir com as aspirações do governo.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0554 – Fortalecimento do Sistema Prisional e Reintegração Social

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	56000 - Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária - SEJAP		
	56101- Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP		
UNIDADES EXECUTORAS	56901 - Fundo Penitenciário Estadual – FUNPEN		
	52101 - Secretaria de Estado da Mulher - SEMU		
PROBLEMA	Sistema prisional do Estado deficiente e inadequado		
OBJETIVO	Sistema prisional do Estado eficiente e adequado		
PÚBLICO ALVO	População de apenados e egressos do sistema		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00)	Inicial: 85.458.778,00	Atual: 159.666.211,70	Variação (%): 86,8

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Assegurar o acesso aos Serviços de Assistência Social e Igualdade de Direitos

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

5 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

Ao avaliar o conjunto de atributos do Programa, verificou-se que apresenta baixa consistência entre os mesmos, tanto no aspecto quantitativo, quanto no aspecto qualitativo, dificultando os esforços para solução do problema central identificado na árvore de problemas e objetivos. O mesmo foi concebido durante a elaboração do PPA 2012/2015 e não foi formulado um indicador de resultado, inviabilizando a mensuração do seu desempenho no ano de 2012. O programa possui uma ação intersetorial com a Secretaria de Estado da Mulher.

5.1.2 Quanto à Implantação

O programa enfrentou algumas dificuldades durante sua implantação devido a Secretaria ter sido criada em 2011 em decorrência do desmembramento da Secretaria de Segurança Pública, na ocasião não conseguiu captar insumos suficientes para sua implementação, tais como (recursos humanos, materiais e financeiros, equipamentos e logística), contribuindo para um resultado insatisfatório. O mesmo não possui equipe exclusiva de gerenciamento, fato este dificulta a obtenção de informações sólidas para tomada de decisão adequada.

5.1.3 Quanto aos Resultados

Os resultados alcançados na execução do programa não foram satisfatórios, uma vez que houve um descompasso entre as metas planejadas as alcançadas. Houve suplementação de forma significativa ao longo do exercício, mesmo assim os recursos não foram suficientes para alcançar as metas físicas planejadas, portanto não houve otimização quanto aos gastos comprometendo os resultados na direção esperada

COMENTÁRIOS GERAIS

De um modo geral, observa-se que o programa necessita de melhorias na sua estratégia de implementação, sobretudo com relação ao gerenciamento do programa e coordenação das ações. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão aperfeiçoar alguns atributos que possam contribuir para melhorar o desenho do programa principalmente de suas ações tais como: produtos e suas especificações assim como o localizador de gasto. É necessário realizar iniciativas intersetoriais que potencializem os resultados do programa e envolver os conselhos de políticas e representações na execução e avaliação do programa.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)

Unidade Orçamentária / Ação	Físico					Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)= C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)
56101 - Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária - SEJAP											
3107-Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37	24	64,9	10.000,	7.555.021	7.247.989	6.611.441	87,5	0,74

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

3108-Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37	24	64,9	1.800.000	1.052.181	849.453	707.056	67,2	0,97
4243-Operacionalização do Sistema Prisional	Unidade operacionalizada	unidade	38	24	63,2	73.422.270	148.793.732	148.697.566	147.562.158	99,2	0,64
56901-Fundo Penitenciário Estadual - FUNPEN											
4244-Ressocializacao de Apenados	Apenado/egresso ressocializado	unidade	4.788	4.232	88,4	198.508	1.846.677	1.486.573	1.436.573	77,8	1,14
52101 - Secretaria de Estado da Mulher - SEMUR											
4601 - Valorização e Defesa dos Direitos das Mulheres em situação de prisão.	Pessoa beneficiada	unidade	1.000	14	1,4	38.000	418.600	0	0	0	0
COMENTÁRIOS											
Analisando o programa, observa-se que o conjunto das ações apresenta a média de 0,7(70%), na relação entre as metas física e financeira considerada média eficiência. Considerando as ações isoladas verificou-se que 1(uma) atingiu valores de alta eficiência, 3(três) média eficiência e 1(uma) intersetorial não foi executada.											
5.3 - Avaliação de Custo do Produto (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência											
Unidade Orçamentária / Ação		Produto	Unidade de Medida	Físico (A)	Orçamentário (B)	Planejado	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F	Executado
											F/C= Eficiência
56101 -Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP											
3107-Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37		7.555.021		204.189	24	6.611.441	275.476	1,35
3108-Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37		1.052.181		28.437	24	707.056	29.460	1,04
4243-Operacionalização do Sistema Prisional	Unidade operacionalizada	unidade	38		148.793.732		3.915.624	24	147.562.158	6.148.423	1,57

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

56901-Fundo Penitenciário Estadual – FUNPEN										
4244-Ressocialização de Apenados	Apenado/egresso ressocializado	unidade	4.788	1.846.677	385,69	4.232	1.436.573	339,45	0,88	
52101 - Secretaria de Estado da Mulher – SEMUR										
4601 - Valorização e Defesa dos Direitos das Mulheres em situação de prisão	Pessoa beneficiada	unidade	1.000	418.600	418,60	14	0	0	0	
COMENTÁRIOS										
O conjunto do custo unitário dos produtos das ações planejadas em relação às executadas resultou em custo unitário médio de 0,97(97%) considerada média eficiência, resultado este obtido, devido uma ação não executada, pois verificou-se que os custos foram elevados sem superação de metas. Considerando o custo unitário dos produtos das ações isoladas verificou-se que 3(três) atingiram valores pouco eficiência, 1(uma) média eficiência e 1(uma) não foi executada.										
5.4 - Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia										
Unidade Orçamentária / Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)					
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A					
56101 - Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária – SEJAP										
3107 - Implantação e Modernização das Estruturas Físicas das Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37	24	0,65					
3108 -Aparelhamento e Informatização de Unidades Prisionais	Unidade prisional implantada/modernizada	unidade	37	24	0,65					
4243-Operacionalização do Sistema Prisional	Unidade operacionalizada	unidade	38	24	0,63					
56901-Fundo Penitenciário Estadual - FUNPEN										
4244-Ressocialização de Apenados	Apenado/egresso ressocializado	unidade	4.788	4.232	0,88					
52101 - Secretaria de Estado da Mulher - SEMUR										
4601 - Valorização e Defesa dos Direitos das Mulheres em situação de prisão	Pessoa beneficiada	unidade	1.000	14	0,01					

COMENTÁRIOS

Analisando o nível de eficácia do programa, observa-se que o conjunto de metas físicas das ações apresentam um desempenho médio de 0,56(56%), considerado não eficaz.

5. 5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1 Quanto à Visão Estratégica

O resultado alcançado contribui para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está pouco contribuindo para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.5.2 Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. A execução do programa no exercício avaliado atende indiretamente às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, devido não está fortemente alinhada aos seus resultados para o alcançar o objetivo proposto e a solução do problema enfrentado, pois não há uma Diretriz bem alinhada ao referido programa.

5.5.3 Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não. O órgão não formulou indicador para medir a evolução dos resultados do programa.

5.5.4 Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Devido à incompatibilidade do programa com os indicadores do painel constante no PPA 2012/2015.

6 – RECOMENDAÇÕES

- 1 - Realizar um redesenho do Programa , com relação a denominação dos atributos e revisão de metas durante a próxima revisão do PPA 2012/2015 para que o mesmo apresente melhor desempenho.
- 2 - Atualizar mensalmente as informações no SISPCA, para evitar dados inconsistentes durante o processo de avaliação;
- 3 - Formular indicadores que possam medir a evolução do programa, principalmente no tocante as vagas ofertadas nos presídios;
- 4 - Planejar melhor as metas físicas em relação as metas orçamentárias;
- 5 - Indicar um Gestor para o programa;
- 6 - Acordar um calendário trimestral de visita do Núcleo Técnico da SEPLAN ao Órgão para acompanhar a execução do programa;
- 7 - Capacitar os técnicos envolvidos no ciclo do planejamento;
- 8 - Estabelecer parcerias e formalizar de convênios com órgãos estaduais e federais e o setor privado aproveitando a mão-de-obra dos presos.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

0540 – GERAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO MÍNERO-ENERGÉTICA

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:	57000 – Secretaria de Estado de Minas e Energia – SEME		
UNIDADES EXECUTORAS:	57101 – Secretaria de Estado de Minas e Energia – SEME		
PROBLEMA:	A ausência de informações sistematizadas sobre as diversas cadeias produtivas nas áreas de Minas, Energia, Petróleo e Gás impossibilita ações de aproveitamentos das potencialidades disponíveis e ainda retrai a possibilidade de investimentos para o Estado. REVER COM DANI		
OBJETIVO:	Disponibilizar informações sistematizadas e atualizadas sobre as potencialidades do Estado no segmento mínero-energético		
PÚBLICO ALVO:	A Sociedade do Estado do Maranhão		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00):	Inicial: 1.977.162,00	Atual: 2.071.635,00	Variação (%): 4,78

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

Promover a Dinamização da Economia e o Desenvolvimento Regional Aproveitando as Oportunidades e Potencialidades Locais

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012		
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado	Variação (%)

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

5.1 Análise Crítica da Avaliação Setorial dos Programas

5.1.1 Quanto à Concepção

O Programa foi concebido utilizando os atributos necessários para sua concepção como público alvo, ações, produtos e serviços, bem definidos. No entanto o programa não dispõe de indicadores de desempenho, ficando comprometida a mensurar dos resultados.

5.1.2 Quanto à Implantação

O Programa não dispõe de autonomia gerencial institucional, pois o órgão não dispõe de equipe técnica exclusiva para a coordenação das ações devido a um quantitativo de pessoal limitado. Quanto à questão orçamentária, a mesma foi insuficiente desde o início, precisou ser suplementado, o que não foi suficiente devido ao contingenciamento de recursos.

5.1.3 Quanto aos Resultados

No Programa, constata-se que apesar da insuficiência de recurso apontada pelo órgão, na maioria das ações o resultado foi satisfatório, haja vista que, as metas físicas foram alcançadas, ficando em sua maioria dentro do previsto, onde apenas a ação de Elaboração de Mapas, não houve nenhuma meta física alcançada devido a não assinatura do Termo de Convênio em tempo hábil com o Ministério de Minas e Energia.

COMENTARIOS GERAIS:

Em análise, constata-se que no geral o programa ficou prejudicado por falta de indicadores de desempenho e de autonomia gerencial do programa. Portanto, quando de uma possível revisão do PPA, sugere-se ao órgão, implementar alguns atributos, tais como: os indicadores de desempenho bem definidos e equipes exclusivas para o gerenciamento do programa, para que possibilite um maior desempenho na execução do programa e consequentemente garantir um melhor resultado.

5.2 - Avaliação Física e Financeira (Princípio da Eficiência)												
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA /Ação	Físico						Financeiro					
	Produto	Unidade de Medida	Planejado (A)	Executado (B)	(B/A)=C	Dotação Inicial (D)	Dotação Atual (E)	Empenhado (F)	Liquidado (G)	(G/E)=H	Eficiência (C/H)	
57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia – SEME												
3070 - Elaboração de Mapas	Mapa publicado	Unidade	1	0	0	72.000	54.000	0	0	0	0	0
3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	Estudo/mapa publicado	Unidade	2	2	1	215.000	81.500	80.000	80.000	0,98	1,02	
3072 - Levantamento do Sistema Viário Elétrico	Levantamento/mapa publicado	Unidade	1	1	1	27.000	27.000	27.000	27.000	1,00	1,00	
3147 - Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	Unidade habitacional ecológica construída	Unidade	1	1	1	61.000	79.000	50.000	50.000	0,63	1,59	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	Unidade	0	0	0	1.558.062	1.771.035	1.720.549	1.678.572	0,95	0	
4460 - Balanço Energético Estadual	Balanço divulgado	Unidade	1	0	0	34.000	49.000	32.000	5.000	0,10	0	
4463 - Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	Informação divulgada	Unidade	1	1	1	10.100	10.100	10.100	10.100	1,00	1,00	
COMENTÁRIOS												
A avaliação efetuada da relação entre as metas física e financeira do programa indica o valor médio da eficiência de 0,66 (66%), corresponde a uma média eficiência. O valor obtido pode ser explicado, primeiramente, pelo fato das ações Elaboração de Mapas e Balanço Energético Estadual não terem sido executadas.												

5.3 - Avaliação de Custo (Valor em R\$ 1,00) – Princípio da Eficiência

Unidade Orçamentária /Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado			Executado				F/C= Eficiência
			Físico (A)	Orçamentário (B)	Custo Unitário (B/A)=C	Físico (D)	Orçamentário (E)	Custo Unitário (E/D)=F		
57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia – SEME										
3070 - Elaboração de Mapas	Mapa publicado	unidade	1	54.000	54.000	0	0	0	0	0
3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	Estudo/mapa publicado	unidade	2	81.500	40.750	2	80.000	40.000	0,98	
3072 - Levantamento do Sistema Viário Elétrico	Levantamento/ma pa publicado	unidade	1	27.000	27.000	1	27.000	27.000	1,00	
3147 - Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	Unidade habitacional ecológica construída	unidade	1	79.000	79.000	1	50.000	50.000	0,63	
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	1.771.035	0	0	1.678.572	0	0	
4460 - Balanço Energético Estadual	Balanço divulgado	unidade	1	49.000	49.000	0	5.000	0	0	
4463 - Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	Informação divulgada	unidade	1	10.100	10.100	1	10.100	10.100	1,00	
COMENTÁRIOS										
A avaliação de custo do produto obtido na execução do programa que expressa também a sua eficiência, apresentou o valor de 0,51 (51%),corresponde a uma média eficiência. Observa-se que os gastos realizados para a obtenção do produto da ação Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão demonstram que o custo médio por unidade de produto planejado duplicou na execução do programa.										

5.4 -- Avaliação de Produto (Meta Física) – Princípio da Eficácia

Unidade Orçamentária/Ação	Produto	Unidade de Medida	Planejado	Executado	Eficácia(%)
			Meta Física (A)	Meta Física (B)	B/A
57101 - Secretaria de Estado de Minas e Energia – SEME					
3070 - Elaboração de Mapas	Mapa publicado	unidade	1	0	0
3071 - Estudos Técnicos da Potencialidade Energética do Maranhão	Estudo/mapa publicado	unidade	2	2	1
3072 - Levantamento do Sistema Viário Elétrico	Levantamento/mapa publicado	unidade	1	1	1
3147 - Desenvolvimento da Casa Ecológica Eficiente do Maranhão	Unidade habitacional ecológica construída	unidade	1	1	1
4450 - Gestão do Programa	Medido pela despesa	unidade	0	0	0
4460 - Balanço Energético Estadual	Balanço divulgado	unidade	1	0	0
4463 - Sistematização de Dados do Segmento de Petróleo e Gás	Informação divulgada	unidade	1	1	1

COMENTÁRIOS

A avaliação de produto obtido na execução do programa que indica a sua eficácia apresentou o valor de 0,57 (57%) que revela a não eficácia do programa. O valor obtido pode ser explicado pela relação entre a meta física executada em relação à planejada ter sido muito baixa.

5.5 – Avaliação de Resultados. (Princípio da Efetividade)

5.5.1Quanto à Visão Estratégica

Os resultados alcançados contribuiu para a construção da Visão estratégica do PPA?

Sim. Porque os resultados alcançados pelo programa neste exercício indicam que o mesmo está contribuindo parcialmente para a visão estratégica de governo de médio prazo até 2015, podendo melhorar nos próximos exercícios.

5.1.2 – Quanto à(s) Diretriz(es) e Linhas Estratégicas

Os resultados alcançados contribuíram com as diretrizes do PPA associadas ao programa?

Sim. Porque a execução do programa no exercício avaliado atende às diretrizes definidas nas orientações estratégicas de governo, notadamente pelo fato dos seus resultados estarem contribuindo para o alcance do objetivo proposto e a solução do problema enfrentado.

5.5.3 – Quanto ao(s) Indicador(es) de Desempenho Intermediário(s)

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho intermediários definidos no programa?

Não houve indicadores de desempenho definidos no programa

5. 5.4 – Quanto ao(s) Indicador (es) de Desempenho Socioeconômicos do Painel

Os resultados alcançados contribuíram com os indicadores de desempenho socioeconômicos (Painel) definidos no programa?

Não. Porque os mesmos não existem

6 – RECOMENDAÇÕES

1. Implementar em seus programas indicador (res) de desempenho do painel e intermediários
2. Lançar as informações das metas físicas e financeiras, sejam garantidas, tempestivamente, no SISPCA de forma a permitir um melhor monitoramento do programa pelo Núcleo Temático.
3. Capacitar periódica das equipes técnicas dos órgãos com relação aos processos de gestão do PPA para melhorar o desempenho da programação finalística.
4. Institucionalizar equipes gerenciais para o programa e ações.

4 - AVALIAÇÃO DO PLANO

O relatório de avaliação do PPA 2012-2015, exercício de 2012 inicia um ciclo de planejamento governamental. Durante os próximos quatro anos ainda serão muitos os desafios de gestão e execução dos programas e ações.

Para uma maior compreensão da gestão do PPA 2012-2015, especificamente no exercício 2012, apresentamos a seguir um balanço dos grandes números do Plano.

Quadro 1 - Quantidade de programas por tipo e dotação orçamentária

Programa /Tipo	Quantidade	%	Lei	%	Lei+Crédito	%	Valor Liquidado	%
Apoio Administrativo	5	7,00	4.666.769.112,00	42,52	5.304.079.648,22	40,94	4.812.561.538,12	45,40
Finalístico	46	69,00	5.035.661.520,00	45,89	6.348.326.023,90	49,28	4.726.991.126,69	44,59
Gestão de Políticas Públicas	11	17,00	964.850.113,00	8,79	946.746.919,38	7,31	780.581.094,94	7,36
Serviço ao Estado	5	7,00	307.162.138,00	2,80	319.263.108,85	2,46	280.775.934,99	2,65
Soma	67	100,00	10.974.442.883,00	100,00	12.954.415.700,35	100,00	10.600.909.694,74	100,00

Fonte: SISPCA / SIAFEM pelo BO (Business Object) - atualização em 28/02/2013.

Com relação aos quatro tipos de programas e suas respectivas dotações orçamentárias (Quadro 1) correspondentes a lei, lei+crédito e o valor liquidado, demonstraram primeiramente que do total de 67 programas, o tipo finalístico, objeto desta avaliação, tem maior quantidade e correspondendo a 69 % do total, seguido do programa do tipo gestão de políticas

públicas que alcançou 17 %; os programas do tipo apoio administrativo e de serviço ao estado em número de 5 cada, atingiram igualmente 7 %. Com relação à dotação orçamentária em relação lei e lei + crédito os programas apresentaram a mesma seqüencia com os seguintes valores: programas finalisticos, 45,89% e 49,28%,respectivamente; os programas de apoio administrativo com 42,52% e 40,94%, respectivamente; os programas de gestão de políticas públicas com 8,79% e 7,31%, respectivamente e por fim os programas de serviço ao estado com 2,80% e 2,46%, respectivamente. Enquanto que, em relação ao valor liquidado os programas de apoio administrativo superaram os demais com 45,40%, seguidos dos programas finalisticos com 44,59 % e mais abaixo os programas de gestão de políticas públicas e serviço ao estado com 7,36% e 2,65%, respectivamente. Os valores observados podem ser explicados, pelo fato, dos programas do tipo apoio administrativo concentrarem pagamento de pessoal e manutenção das unidades. Quanto aos programas finalisticos, é porque em muitos órgãos, por existir, somente um programa que é o finalístico e nele foram incorporadas todas as despesas, além de que no atual Plano ter sido incluída uma nova ação denominada gestão do programa que concentrou despesas antes típicas do projeto de apoio administrativo ou de gestão de política pública. Enquanto que os programas de gestão de políticas públicas, antes em maior número com um programa por órgão, reduziu bastante neste Plano e os de serviço ao estado sempre foram em número pequeno.

Com relação ao valor médio gasto em 2012 (valor liquidado) por tipo de programa foi de R\$185.980.871,00 /programa/ano. E especificamente em relação aos programas finalisticos, objeto desta avaliação foi de R\$102.760.676,00/programa/ano.

Quadro 2 - Quantidade de ações por tipo e dotação orçamentária

Ação / Tipo	Quantidade	%	Lei	%	Lei+Crédito	%	Valor Liquidado	%
Atividade	406	63,00	5.641.854.845,00	51,41	6.603.587.804,07	50,98	5.784.969.756,72	54,57
Operação Especial	133	20,00	3.906.352.719,00	35,59	4.711.965.721,25	36,37	4.282.553.460,47	40,40
Projeto	107	17,00	1.426.235.319,00	13,00	1.638.862.175,03	12,65	533.386.477,55	5,03
Soma	646	100,00	10.974.442.883,00	100,00	12.954.415.700,35	100,00	10.600.909.694,74	100,00

Fonte: SISPCA / SIAFEM pelo BO (Business Object) - atualização em 28/02/2013.

Com relação aos três tipos de ações e suas respectivas dotações orçamentárias (Quadro 2) correspondentes a lei, lei+crédito e o valor liquidado, demonstraram primeiramente que do total de 646 ações, o tipo atividades tem maior quantidade e corresponde a 63 % do total; seguido da ação do tipo operação especial que alcançou 20 %; e as ações do tipo projeto, atingiram 17 %. Com relação à dotação orçamentária referente à lei, lei + crédito e valor liquidado, as ações se comportaram da mesma forma da sua quantidade, os seja, as ações do tipo atividade apresentaram os seguintes valores: 51,41%; 50,98% e 54,57 %, respectivamente. As do tipo operação especial obtiveram valores apresentaram a mesma seqüencia com os seguintes valores: 35,59%; 36,37% e 40,40 % respectivamente. E por último, as ações do tipo projeto, que obtiveram valores de 13,00 %, 12,65% e 5,03 % respectivamente. Os valores registrados para a quantidade das ações e suas respectivas dotações orçamentárias podem ser explicados, primeiramente, pelo fato das atividades serem normalmente em maior número. Mas, as ações do tipo operações especiais teve seu número elevado em razão da determinação atendendo dispositivo do Manual Técnico de Orçamento - MTO 2012 (pg. 84) que vedava a utilização em projetos ou atividades dos elementos de

despesa 41, 42 e 43 podendo ocorrer apenas em ações do tipo operações especiais, portanto, superando a quantidade e dotação orçamentária em relação as ações do tipo projetos.

Com relação ao valor médio gasto em 2012 (valor liquidado) por ação foi de R\$16.410.076,00/ação/ano. E especificamente por tipo de ação foi obtido para as ações do tipo atividade, operação especial e projeto, respectivamente valores de R\$ 14.160.024,00; R\$ 32.199.649,00 e R\$ 4.984.920,00 por ano.

Quadro 3 - Quantidade de ações por tipo, vinculadas a programas do tipo finalístico e dotação orçamentária

Programa/Tipo	Ação/ Tipo	Quantidade	%	Lei	%	Lei+Crédito	%	Valor Liquidado	%
Finalístico	Atividade	285	70,00	3.407.499.669,00	67,67	4.373.506.029,73	68,50	3.825.471.870,78	80,93
	Op. Especial	33	8,00	266.045.288,00	5,28	460.028.592,25	7,21	390.557.550,18	8,26
	Projeto	86	22,00	1.362.116.563,00	27,05	1.550.791.401,92	24,29	510.961.705,73	10,81
Soma		404	100,00	5.035.661.520,00	100,00	6.384.326.023,90	100,00	4.726.991.126,69	100,00

Fonte: SISPCA / SIAFEM pelo BO (Business Object) - atualização em 28/02/2013.

Com relação aos três tipos de ações vinculadas aos programas do tipo finalísticos (Quadro 3), objeto desta avaliação, e suas respectivas dotações orçamentárias correspondentes a lei, lei+crédito e o valor liquidado, demonstram que do total de 404 ações, o tipo de ação atividade, correspondeu a 70 % do total, seguido das ações do tipo projeto que alcançaram 22 % e, as ações de operações especiais, em menor número, atingiram 8 %. Com relação à dotação orçamentária, na mesma sequência anterior, ou seja, ações dos tipos atividade, projeto e operação especial, atingiram respectivamente, para os valores da lei: 67,67 %; 27,05% e 5,28%; lei +crédito: 68,50%; 24,29% e 7,21% e valor liquidado: 80,93%; 10,81% e 8,26%. Os

valores observados podem ser explicados pelo fato das ações do tipo atividade que correspondem aos serviços contínuos de manutenção da ação governamental. Enquanto que, as ações do tipo projeto, executados em prazos definidos e quase sempre com recursos de investimento, normalmente ocorrem em número menor, semelhante às operações especiais

Com relação ao valor médio gasto em 2012 (valor liquidado) por ação, vinculadas especificamente aos programas do tipo finalísticos, objeto desta avaliação foi de R\$ 11.699.235,00/ação/ano. E especificamente para os três tipos de ação apresentou para ações do tipo atividade, operação especial e projeto, respectivamente valores de: R\$ 13.422.708,00; R\$ 11.835.077,00 e R\$ 5.941.415,00 por ano.

Quadro 4 - Dados Consolidados por grupos de despesas vinculadas às categorias econômicas e dotação orçamentária

Grupo de Despesa / Tipo	Lei	Lei + Crédito	Créditos	Valor Liquidado	LIQ/AUT (%)	V. LIQ (%)
Despesas Correntes	9.005.392.134,00	10.371.228.538,01	1.365.836.704,01	9.404.113.511,62	90,60	87
1- Pessoal e Encargos Sociais	4.619.225.697,00	5.155.606.976,30	536.381.279,30	4.935.676.629,48	95,70	
2- Juros e Encargos da Dívida	605.080.058,00	709.103.668,00	104.023.910,00	702.747.526,97	99,10	
3- Outras Despesas Correntes	3.781.086.379,00	4.506.517.893,71	725.431.514,71	3.765.689.355,17	83,60	
Despesas de Capital	1.886.065.312,00	2.500.201.175,34	614.136.413,34	1.196.796.183,12	47,80	13
4- Investimentos	1.578.189.636,00	2.016.182.602,34	437.992.966,34	717.484.967,84	35,60	
5- Inversões Financeiras	6.734.317,00	3.748.317,00	-2.986.000,00	1.144.000,00	30,50	
6- Amortização de Dívida Externa	301.141.359,00	480.270.806,00	179.129.447,00	478.167.215,28	99,60	

Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
Relatório de Avaliação Anual do PPA 2012-2015 – Exercício 2012

Reserva	82.985.437,00	82.985.437,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- Reserva de contingência*	82.985.437,00	82.985.437,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma	10.974.442.883,00	12.954.415.700,35	1.979.972.817,35	10.600.909.694,74	82,00	100,00

Fonte: SISPCA / SIAFEM pelo BO (Business Object) - atualização em 28/02/2013.

*A reserva de contingência está entre os recursos disponíveis para abertura de créditos adicionais (Art. 43 da Lei 4.320/1964; Art. 91 do Decreto- Lei nº 200/1967 e Art. 166 da CF/1988) que classifica como dotação global não especificamente destinada a órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica.

A classificação das despesas segundo a natureza está organizada em categoria econômica e grupos de despesas, além da modalidade de aplicação e elementos de despesas. Essa classificação é amparada legalmente pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 que determina constar na LOA, a discriminação da despesa, no mínimo, por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação.

Com relação aos números obtidos no PPA 2012-2015, no exercício 2012 (Quadro 4), a categoria econômica despesa corrente, apresentou uma relação entre valor liquidado e valor autorizado (lei + crédito) de 90,60 %, enquanto que as despesas de capital apresentaram para esta mesma relação, apenas 47,80 %. Dentro da categoria despesas correntes, os grupos de despesas apresentaram o seguinte comportamento para a relação LIQ/AUT(%): juros e encargos da dívida com 99,10%, seguido de pessoal e encargos sociais com 95,70 % e por último, outras despesas correntes com 83,60%. Dentro da categoria despesa de capital, o grupo de despesa amortização da dívida externa alcançou 99,60% para a relação Liq/Aut. Seguido de investimentos com 35,60% e das inversões financeiras com 30,50%. Quando analisado somente a variável do valor liquidado, a categoria econômica de despesa corrente foi de 87% do valor total liquidado, enquanto que despesa de capital foi de apenas 13%.

Quadro 5 - Dados Consolidados por categorias econômicas e grupos de despesas vinculados aos programas do tipo finalístico e dotação orçamentária

Programa/Tipo	Categorias Econômicas e Grupo de Despesa / Tipo	Lei	Lei + Crédito	Créditos	Valor Liquidado	% (LIQ/AUT)	V.LIQ %
Finalístico	Despesas correntes	3.629.957.506,00	4.506.044.793,39	876.086.573,36	4.052.840.261,89	90	83,4
	Pessoal e Encargos Sociais	1.642.393.488,00	1.969.322.328,03	326.928.840,03	1.957.415.671,93	100	
	Outras Despesas Correntes	1.987.564.018,00	2.536.721.751,36	549.157.733,36	2.095.424.589,96	80	
	Despesas de capital	1.405.704.014,00	1.878.281.944,51	472.577.930,51	674.150.864,80	40	16,6
	Inversões Financeiras	410.000,00	710.000,00	300.000,00	0,00	0	
	Investimentos	1.405.294.014,00	1.877.571.944,51	472.277.930,51	674.150.864,80	40	
Soma		5.035.661.520,00	6.384.326.023,90	1.348.664.503,90	4.726.991.126,69	74	100

Fonte: SISPCA / SIAFEM pelo BO (Business Object) - atualização em 28/02/2013.

Com relação aos números apresentados no Quadro 4, para os programas finalísticos, objetos desta avaliação, a categoria econômica despesa corrente, apresentou uma relação entre valor liquidado e valor autorizado (lei + crédito) de 90,00 %, enquanto que as despesas de capital apresentaram para esta mesma relação, apenas 40,80 %. Dentro da categoria despesas correntes, os grupos de despesas apresentaram o seguinte comportamento para a relação LIQ/AUT (%): pessoal e encargos sociais alcançou 100 % e seguido por outras despesas correntes com 80 %. Dentro da categoria despesa de capital, o grupo de despesa inversões financeiras não apresentou valor e a de investimentos foi de 40 %. Quando analisado somente a

variável do valor liquidado, a categoria econômica de despesa corrente foi de 83,4 % do valor total, enquanto que despesa de capital foi de apenas 16,6 %.

De modo geral, observa-se que no PPA 2102 - 2015 houve uma redução do número de programas do Plano anterior, uma vez que, por ocasião da pactuação da programação entre os órgãos setoriais e a Seplan, havia recomendação por parte desta para que cada órgão apresentasse sua proposta com apenas um programa finalístico, como forma de melhorar a execução e obtenção de resultados.

Não obstante, os resultados satisfatórios ora alcançados pelo conjunto de programas finalísticos do PPA 2012-2015, no exercício 2012, foram observados por meio das análises dos relatórios setoriais vários fatores que dificultaram a execução global do Plano, tais como: a) A concepção dos programas apresentou a não conformidade entre os diversos atributos de programa e ação com o problema identificado; b) Na implementação dos programas há uma lacuna na gestão dos programas e coordenação de ações em quase sua totalidade; a insuficiência de equipes técnicas na execução dos programas e, sobretudo, indefinição e alta rotatividade das equipes técnicas de planejamento e orçamento; bem como a baixa participação da sociedade civil no controle social; e c) Com relação aos resultados dos programas destacam-se, principalmente, as constantes modificações orçamentárias que repercutem nas metas financeiras planejadas e, consequentemente, alteram as metas físicas, que prejudicam diretamente os resultados esperados. E ainda, a intempestividade do lançamento das informações das metas físicas das ações dos programas no SISPCA dificultando o monitoramento e avaliação do Plano e a inobservância das orientações estratégicas de governo – diretrizes e indicadores de desempenho.

Acresce a tudo isso, a falta de gestores e de ferramenta de gestão de programas na quase totalidade dos órgãos refletem diretamente na produção das informações necessárias para o acompanhamento, monitoramento e avaliação, tanto

pelos próprios órgãos setoriais, como pela Seplan, e comprometendo em parte a mensuração da efetividade dos resultados, ou seja, o impacto gerado sobre o público alvo.

Mesmo com todas essas dificuldades, de modo geral, houve um aperfeiçoamento no processo de elaboração do PPA 2012 -2015, pois além da decisão de adotar o modelo de Gestão Por Resultado (GpR), foram introduzidas nas orientações estratégicas de governo um conjunto de 15 diretrizes e suas linhas estratégicas, bem como um painel com um conjunto de indicadores de desempenho socioeconômicos associados aos programas, cujo monitoramento será realizado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e divulgados por meio de uma ferramenta que está em desenvolvimento.

Na elaboração dos programas e ações do PPA 2012 - 2015 foram também introduzidas modificações com a utilização da metodologia de árvores de problemas e objetivos pelos órgãos e suas entidades vinculadas. E ainda a introdução de uma ação denominada “Gestão do Programa”, cuja finalidade é de agregar as despesas que comprovadamente contribuem para o objetivo do programa, mas não são passíveis de apropriação direta nas demais ações do próprio programa, garantindo a especificação da despesa associando-a ao objetivo do programa. E entre os atributos de ação destaca-se aquele denominado de Subtítulo, em que as ações são desdobradas em localizadores de gasto utilizados , exclusivamente, para especificar a localização física das ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e do produto. A localização do gasto corresponde ao detalhamento do projeto, atividade, operação especial ou ação não-orçamentária. O critério para regionalização de metas e do dispêndio correspondente é o da localização dos beneficiados pela ação. A adequada localização do gasto permite maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas adotadas, além de evidenciar a focalização, os custos e os impactos da ação governamental

Metodologicamente, é importante salientar que a escala de valoração adotada nesta avaliação tem por objetivo demonstrar o resultado do confronto entre as metas estabelecidas na programação do PPA e as metas que foram efetivamente executadas durante o período avaliado. Desta forma, quanto mais próximo o realizado estiver do que foi executado melhor será considerado o resultado, tendente à eficiência ou eficácia e quanto mais afastado do programado pior será o resultado com tendência para uma média ou baixa eficiência ou a não eficácia.

Logo, se a programação dos órgãos e entidades vinculadas foi adequadamente planejada e, por conseguinte, os programas foram realizados tal qual a programação, poderemos chegar à conclusão de que o programa atendeu ao seu objetivo e está contribuindo com a solução do problema identificado.

Assim sendo, a Seplan ao analisar os dados obtidos pela avaliação qualitativa realizada pelos próprios órgãos e entidades vinculadas, bem como as informações quantitativas extraídas do SISPCA que subsidiaram a avaliação de desempenho dos programas, observou-se que houve durante o exercício de 2012, no âmbito do Poder Executivo, um grande número de programas com grau de valoração eficiente, ou seja, que atingiram as metas físico-financeiras estabelecidas no PPA 2012 - 2015. Mesmo que em alguns casos não tenham sido eficazes.

A Lei 9.553/2012 que instituiu o PPA 2012-2015, em seu Art. 8, também, instituiu o Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE/MA, que no parágrafo único estabelece que as ações que possuírem dotação orçamentária incluída no PDE/MA integram prioridades da Administração Pública Estadual. Assim sendo, apresentamos abaixo as ações incluídas no PDE/MA, 2012 que obtiveram, em ordem decrescente, os maiores valores de eficiência relacionado à avaliação físico-financeira:

Quadro 6 - Ranking da eficiência das Ações incluídas no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Estado do Maranhão - PDE/MA 2012

Ação		Programa			Eficiência	
Código	Titulo	Código	Titulo	Órgão Responsável	Status	Valoração
1754	Construção e Melhoramento de Pontes	0531	Logística e Transporte	SINFRA	ALTA EFICIÊNCIA	4,17(417%)
1068	Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	0552	Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	SES	ALTA EFICIÊNCIA	2,7(270%)
3098	Disponibilização de Moradias Adequadas e Equipamentos Sociais	0553	Habitação e Urbanismo	SECID	EFICIENTE	1,0(100%)
3094	Implantação da Via Expressa	0531	Logística e Transporte	SINFRA	MÉDIA EFICIÊNCIA	0,96(96%)
3128	Expansão da Rede Assistencial do SUS	0559	Atenção Integral à Saúde	SES	BAIXA EFICIÊNCIA	0,27(27%)
3142	Ensino, Inclusão e Empreendedorismo	0568	Maranhão Profissional	SECTEC	BAIXA EFICIÊNCIA	0,22(22%)
1688	Ampliação e Modernização do Porto	0120	PORTO - Porta Facilitadora de Negócios	SEDINC	SI	SI

SI – Sem informação

Em síntese, fazendo-se um balanço final, como o PPA 2012 – 2015, ora iniciando o segundo ano de sua execução e, diante das lições extraídas desta avaliação de desempenho dos programas finalistidos do Poder Executivo, recomenda-se que sejam tomadas algumas providências para melhoria da gestão dos programas, tais como: limitação nas alterações sofridas

pelo programas por meio de modificações orçamentárias que ocorrem em grande quantidade; institucionalização e implementação do sistema de gestão por resultados; formação e institucionalização de uma Rede Estadual de Planejamento e Orçamento- REPOR; capacitação em monitoramento e avaliação para as equipes da rede; elaboração e institucionalização de uma nova metodologia de monitoramento e avaliação em período quadrienal que estabeleça sistema de pontuação para o desempenho dos programas capaz de estabelecer um ranking entre eles para subsidiar a tomada de decisão superior na partilha de recursos do tesouro estadual entre os órgãos; e implantar ferramenta de gestão de programas adequada aos programas.

E ao analisar de forma conjunta o desempenho dos programas finalísticos do Plano com relação aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, constatou-se que a maioria da execução dos mesmos pelos órgãos setoriais não foram observados em sua plenitude. Demonstram que a combinação dos insumos utilizados como itens de despesas para obtenção dos produtos (bens ou serviços) previstos, em sua maioria, baixa eficiência e sem eficácia, que consequentemente apresentaram baixa efetividade, isto é, baixo impacto dos resultados sobre o público alvo ou beneficiários. Essa combinação de insumos envolve, notadamente, a utilização de recursos humanos, materiais, financeiros e tempo de forma desequilibrada. Por princípio, a boa gestão dos gastos na administração pública é recomendável que a produção de bens e serviços seja cada vez mais de melhor qualidade e baixos custos. Precisa-se, portanto, de mecanismos de gestão capazes de aferirem com exatidão a relação entre o uso dos diversos tipos de recursos em relação à qualidade e quantidade dos produtos entregáveis à sociedade.

Comparativamente ao setor privado, em que as leis de mercado, como é mister do sistema capitalista, a concorrência se encarrega de impedir que os ineficientes sobrevivam. Entretanto, no setor público, como isso normalmente

não ocorre, é necessário cada vez mais buscar-se as melhores práticas do setor privado, notadamente, aquelas para aumentar a produtividade na produção de bens e serviços destinados à sociedade, associando a redução do custo dos recursos empregados com a alta qualidade e menor tempo para atender as demandas do público alvo, cada vez maior à medida que a cidadania cresce por todo o território brasileiro e maranhense.

**ANEXO 1 – FORMULÁRIO MODELO DA AVALIAÇÃO
SETORIAL DOS PROGRAMAS**

PARTE I – AVALIAÇÃO SETORIAL DO PROGRAMA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

CÓDIGO: OXXX – TÍTULO:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

ÓRGÃOS EXECUTORES

PROBLEMA

OBJETIVO

PÚBLICO ALVO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (R\$ 1,00) Inicial:

Atual:

Variação (%):

2 - DIRETRIZ(ES) ASSOCIADA(S)

3 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO DO PAINEL

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

4 - INDICADOR(ES) DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIO(S)

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Resultado 2012	
		Data de Apuração	Valor	Esperado	Apurado

5 - AVALIAÇÃO SETORIAL DOS PROGRAMAS

5.1 - Quanto à Concepção

A - O programa foi executado em conformidade com a árvore de problemas e objetivos? Sim. ____ Não. ____ Porque?

B - O problema identificado em relação a situação analisada continua atual? Sim. ____ Não. ____ Porque?

C - O objetivo do programa ainda pode ser considerado compatível com a solução do problema? Sim. ____ Não. ____ Porque?

D - O público alvo (beneficiários) está corretamente caracterizado e delimitado? Sim. ____ Não. ____ Porque?

E - As ações estão suficientes para atender o objetivo do programa? Sim. ____ Não. ____ Porque?

F - As metas físicas que expressam o produto (bens e serviços) entregáveis ao público alvo continuam suficientes e necessárias para alcançar o objetivo do programa? Sim. ____ Não. ____ Porque?

G - Os produtos (bens e serviços) das ações foram bem definidas para mensuração das metas? Sim. ____ Não. ____ Porque?

H - Foi prevista alguma avaliação do programa pelos membros do Conselho de Política associada ao setor? Sim. ____ Como? Não ____ Porque?

I - Foi prevista avaliação do programa por representações do público alvo(beneficiários)? Sim. ____ Como? Não ____ Porque?

J - O programa tem ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE? Sim ____ Não ____

<p>K.- A ação “Gestão do Programa” contribuiu para melhorar a gestão do programa?</p> <p>Sim. ____ Não. ____ Porque?</p>	<p>L - O programa utilizou subtítulos em suas ações para localização dos gastos?</p> <p>Sim ____ Informe abaixo. Não ____ Porque?</p> <p>a) No Estado do Maranhão? Sim. ____ Não. ____ Porque?</p> <p>b) Nas Regionais? Sim. ____ Não. ____ Porque?</p> <p>c) Nos Municípios? Sim. ____ Não. ____ Porque?</p>
<p>M - O programa tem alguma ação intersetorial? Sim. ____ Qual e Como? Não. ____ Porque ?</p>	
<p>5.2 - Quanto à Implementação</p>	
<p>A - Existe autonomia gerencial institucionalizada especificamente para o programa?</p> <p>Sim. ____ Qual e Como? Não. ____ Porque ?</p>	<p>B - O orçamento inicial aprovado destinado ao programa foi suficiente para o cumprimento das metas previstas? Sim. ____ Não. ____ Porque ?</p>
<p>C - O orçamento ao final da execução (Lei + Crédito) foi suficiente para o cumprimento das metas previstas? Sim. ____ Não ____ Porque?</p>	<p>D - As cotas financeiras foram liberadas conforme previsto na programação orçamentária aprovada? Sim. ____ Não. ____ Porque ?</p>
<p>E - Foram formadas parcerias institucionalmente para implementação do programa?</p> <p>Sim. ____ Qual(is) e Como? Não. ____ Porque ?</p>	<p>F - O programa contou com equipe técnica qualificada em número suficiente para coordenação das ações e com dedicação exclusiva para sua execução? Sim. ____ Quantos? Não. ____ Porque?</p>
<p>G - O programa teve materiais e equipamentos em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação? Sim. ____ Não. ____ Porque ?</p>	<p>H - O programa teve infraestrutura e logística em qualidade e quantidade suficientes para sua implantação? Sim. ____ Não. ____ Porque ?</p>
<p>I - A ação incluída no Plano de Desenvolvimento Estrutural do Maranhão – PDE teve algum tratamento prioritário na implantação do programa? Sim ____ Qual? Não ____ Porque?</p>	

5.3 - Quanto aos Resultados

A - Os resultados gerados pelo programa foram submetidos a apreciação às instâncias superiores de decisão do órgão?

Sim ____ Como? Não ____ Porque?

C - Os resultados obtidos pelo programa lançados no SISPCA são compatíveis com aqueles existentes no PPA, LDO e LOA? Sim. ____ Não. ____ Porque ?

E - Foi realizada pesquisa de satisfação junto aos beneficiários(público alvo) sobre os resultados do programa? Sim. ____ Como? Não. ____ Porque ?

G - Cite os três fatores de sucesso que mais contribuíram para o alcance dos resultados do programa?

I - Cite os três principais entraves enfrentados para o alcance dos resultados do programa?

L - A meta física prevista para cada ação do programa foi cumprida? Sim. ____ Informe e justifique abaixo. Não. ____ Porque ?

B - Os resultados alcançados pelo programa foram potencializados por ações de programas de outros órgãos setoriais ou entidades vinculadas? Sim. ____ Quais e Como? Não. ____ Porque ?

D - Houve participação social dos beneficiários(público alvo) do programa durante a sua execução? Sim. ____ Como? Não. ____ Porque ?

F - Os resultados alcançados pelo programa estão em consonância com os objetivos setoriais do órgão e entidades vinculadas? Sim. ____ Não. ____ Porque ?

H - Cite três contribuições dadas pelos resultados do programa em atendimento das orientações estratégicas de governo(Diretrizes)?

J - A meta prevista, especificamente, para a ação do programa incluída no Plano de Desenvolvimento Estruturante do Maranhão – PDE foi cumprida?

Sim ____ Não ____ Porque?

6 - AVALIAÇÃO SETORIAL NÃO PROGRAMÁTICA

6.1 O programa obteve resultados não programados? Sim. ___ Quais? Não. ___

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento

Avenida Jerônimo de Albuquerque s/n - Calhau - Cep: 65.051-200
Palácio Henrique de La Roque - Edifício Clodomir Millet
Fone: (98) 3227-5591 / 3218-2106 - www.seplan.ma.gov.br

Março / 2013